

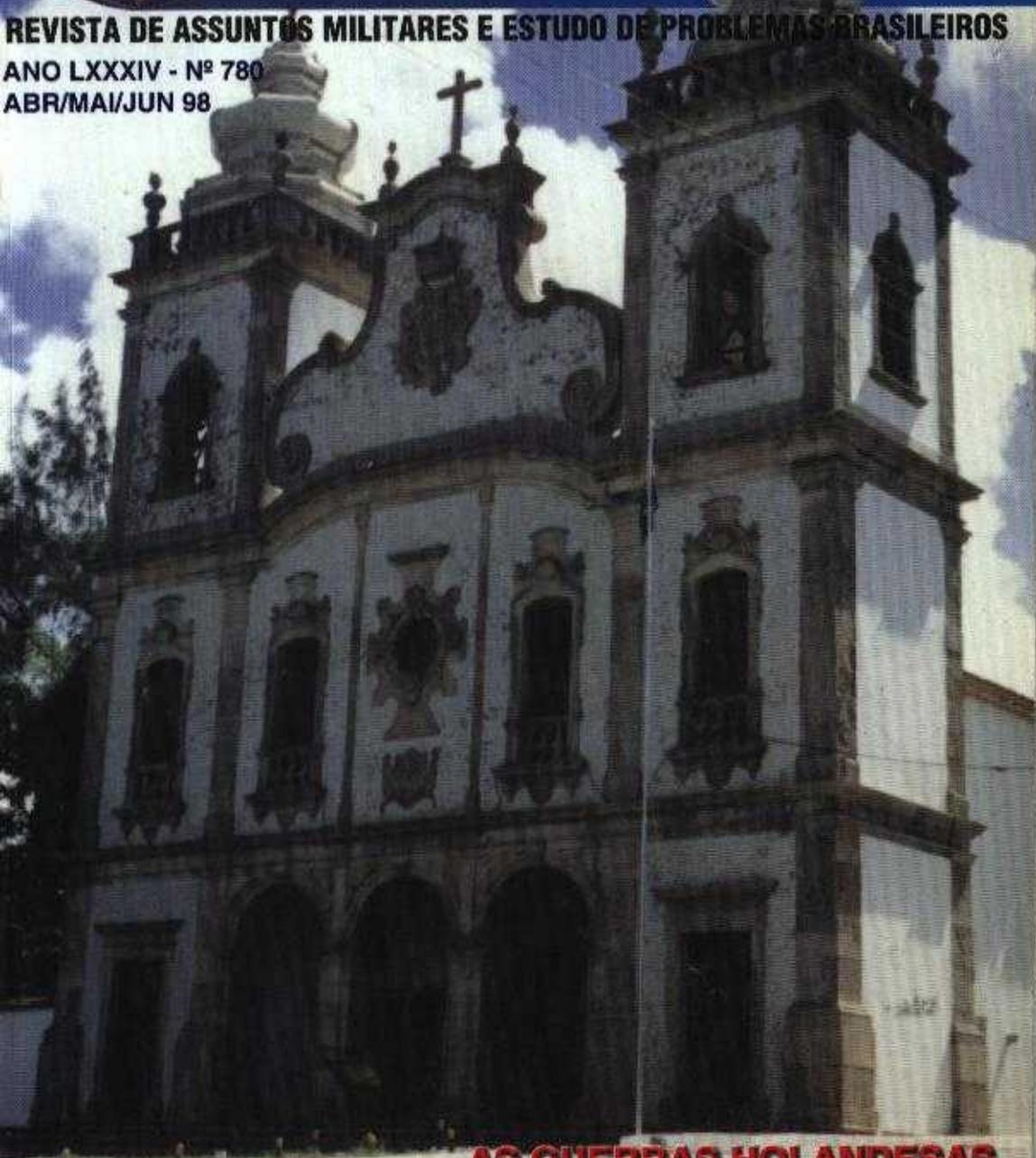


A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

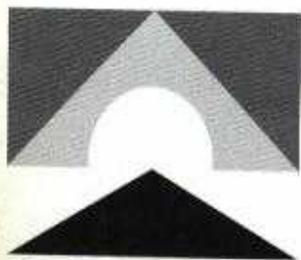
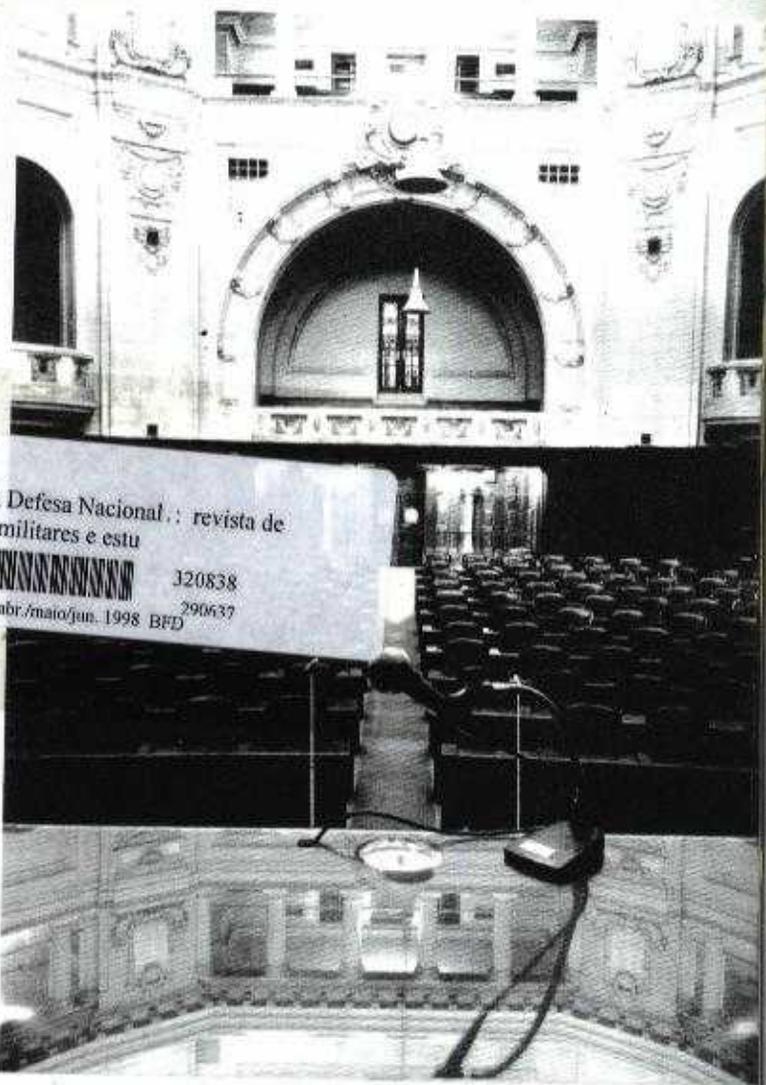
ANO LXXXIV - Nº 780

ABR/MAI/JUN 98



AS GUERRAS HOLANDEAS
Cláudio Moreira Bento

Govorno ruim custa caro para o cidadão. A sociedade requer quadros técnicos e políticos mais preparados, intelectual e moralmente, para se dedicar à função-Governo. Sensível a essas preocupações, a UFRJ decidiu criar a ESCOLA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO voltada exatamente para o aperfeiçoamento daqueles que formulam, gerem e interpretam políticas públicas - em nível federal, estadual e municipal - relacionadas aos três poderes da República.



Escola de Políticas Públicas e Governo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A sala de aula dos líderes brasileiros

Quatro Legados de Guararapes

Esta não chega a ser uma edição especial, exceto na intenção, revelada no motivo da capa e na composição do sumário, que dedica espaço maior para temas ligados à presença holandesa no Brasil, no período 1624-1654.

Poderia sê-lo. Preferimos porém diluir a matéria alusiva ao longo do ano comemorativo do 350º aniversário da Primeira Batalha dos Guararapes, prolongando, no tempo, sua evocação.

A repulsa à parceria holandesa na colonização do Brasil é considerada como tendo sido a primeira manifestação da vontade nacional e as tropas que combateram o intruso batavo o embrião do futuro Exército Brasileiro, ao qual legaram alguns traços característicos da sua individualidade.

Um deles é a rejeição à derrota, tão bem evidenciada na atemância de perdas e ganhos de posições, que marcou a luta dos comandados de Mathias de Albuquerque, Henrique Dias e Felipe Camarão, até a expulsão dos flamengos e o fim da malograda Nova Holanda. Ela está presente ao longo de toda a história do Exército, da qual Canudos e Monte Castelo são expressões incontestes, e dela deriva a mística do cumprimento da missão, responsável pela conquista da vitória final em todas as guerras de que participou.

Outro diz respeito ao espírito criativo, responsável pela forma brasileira de guerrear, que o soldado da Companhia das Índias Ocidentais tanto amaldiçoou. Hoje ele está incorporado ao dia-a-dia dos nossos quartéis e, entre exemplos históricos de seu uso, podem ser citados a construção da estrada do Chaco, durante a Guerra da Tríplice Aliança, o emprego de mangadas em campanhas bélicas no extremo sul do País e, mesmo, as palmilhas de coturnos feitas de jornais pelos pracinhas da FEB, a fim de se livrarem do pé-de-trincheira, para eles o maior vilão do inverno europeu.

Há ainda a considerar o convívio harmônico de negros, índios e brancos, que viria tomar-se um dos símbolos de Guararapes, e sua continuidade até nossos dias, absorvendo agora, também, brasileiros descendentes de outros grupos raciais. E não se pode deixar de referir à rebeldia quanto à posição da Coroa portuguesa, na sua dubiedade de atitudes, sem o que não teria sido escrita a página mais empolgante da pré-adolescência nacional. Seus reflexos na conduta do Exército são facilmente detetados. Não fossem eles, teríamos um Império ainda, ou poderíamos estar vivendo sob alguma forma de governo carregada da mesma extemporaneidade.

Dizer que Guararapes foi o berço da nacionalidade brasileira é lugar-comum. Nada porém melhor exprime a síntese das Guerras Holandesas em nosso solo. Ali foi repelida a segregação racial com todas as suas implicações (vide ex-colônias dos Países Baixos ao redor do mundo) em favor de valores que identificariam um futuro conceito de brasilidade.

As Guerras Holandesas 1624 - 1654

Cláudio Moreira Bento*

Materia evocativa do 350º aniversário da vitória luso-brasileira na Primeira Batalha dos Montes Guararapes.

Se a união das Coroas Ibéricas, de 1580 a 1640, atraiu para o Brasil tradicionais inimigos da Espanha, possibilitou também a sua expansão territorial além do meridiano das Tordesilhas, por bandeirantes paulistas e pelo Capitão Pedro Teixeira, em nome do Rei comum às duas Coroas.

Essa expansão ocorreu quase que ao mesmo tempo histórico das lutas para expulsar os franceses do Maranhão, os ingleses, irlandeses e holandeses do estuário e do baixo Amazonas e dos holandeses do Nordeste, onde atuaram de 1624 a 1654.

* Coronel de Engenharia e Estado-Maior. Sócio Benemérito do IGHMB. Presidente da AHIMTB.

A disputa comercial e religiosa (catolicismo espanhol x calvinismo holandês) terminou envolvendo o Brasil depois dessa união.

Para invadir o Brasil, colônia portuguesa sob a Coroa espanhola, a Holanda organizou a Companhia das Índias Ocidentais e forneceu navios, tropas e dinheiro. Coube a essa companhia invadir o Nordeste do Brasil por duas vezes. A primeira, na Bahia, em 1624, e a segunda, em Pernambuco, em 1630.

As invasões deram lugar às Guerras Holandesas ou Guerra dos Trinta Anos do Brasil, extensão da Guerra dos Trinta Anos na Europa (1618-1648).

A maior riqueza do Nordeste do Brasil da época era a cana-de-açúcar, que en-

contrava ambiente ideal de cultivo nos terrenos de massapê, e próximos ao litoral, e que vinha assegurando excelentes lucros a Portugal e a Espanha.

O Nordeste estava despreparado militarmente para fazer frente a uma invasão potente e planejada. Somente os portos do Recife e Salvador possuíam condições satisfatórias para repelir ações de corso, mas não de esquadras.

Podem ser considerados quatro os períodos dessa guerra: invasão e recuperação da Bahia, 1624-1625; invasão e conquista de Pernambuco, 1630-1636; governo do Príncipe Maurício de Nassau, 1637-1644; Insurreição e Restauração Pernambucana, 1645-1654.

INVASÃO DA BAHIA 1º PERÍODO

No dia oito de maio de 1624, surgiu poderosa e ameaçadora esquadra da Holanda frente a Salvador.

Compunha-se de vinte e seis navios armados com quinhentos canhões e guarnecidos por 3.300 homens, sendo 1.700 para o combate em terra e ocupação. Era uma fração expressiva de um dos mais famosos exércitos da época. O Almirante Jacob Willekens comandava essa potente força militar.

No dia 9, os holandeses atacaram e nossas fortalezas responderam.

O invasor, com um plano detalhado das fortificações, procurou evitar ser atingido. Usando 16 embarcações, fixou as defesas de Salvador, para as quais atraiu as reservas da cidade.

Enquanto as fortalezas duelavam com a esquadra inimiga, 5 navios, que os holandeses haviam deixado fora da barra, aproximaram-se do Forte de Santo Antônio e desembarcaram na praia, sem reação. Era uma força de 1.500 homens, aproximadamente.

Sem deter a avalanche de invasão tão bem planejada e contra a qual era inútil resistir, a guarnição e a população abandonaram Salvador, durante a noite, rumo ao interior. No dia seguinte, os holandeses, por terra e mar,

desfecharam o ataque sobre a cidade abandonada.

Constatando o exôdo, o invasor penetrou em Salvador, saqueando a cidade e aprisionando o Governador-Geral, que não abandonara seu posto.

A sede do Governo-Geral do Brasil caiu em mãos estrangeiras.

Próximo, (uma légua), das muralhas de Salvador, os baianos levantaram o Arraial do Rio Vermelho. Daí por diante esse arraial, em combinação com um sistema de emboscadas ou guerrilhas, tornou-se obstáculo à expansão da invasão para oeste.

Através de judicioso aproveitamento do terreno e do emprego de táticas de guerras nativas brasileiras, organizaram-se as companhias de emboscadas, compostas de 25 a 40 homens, para levarem a luta sem quartel ao invasor.

Surgiu, assim, no Brasil, um novo tipo de guerra, a guerra brasílica, que tanta surpresa e admiração iria causar entre os europeus, com uma doutrina militar local genuína.

Em pouco tempo, as emboscadas cercaram por completo Salvador, levando a morte e a destruição a todo o inimigo que deixasse as muralhas, na tentativa de buscar suprimentos para a manutenção da conquista.

Tombaram mortos sob a ação de emboscadas, suces-

sivamente, o Governador holandês Van Dorth e seu sucessor, o Coronel Alberto Shouten, comandante da força terrestre.

O êxito das emboscadas e o pavor de que foi tomado o invasor fizeram aumentar a confiança, a audácia e a determinação dos defensores, no sentido de expulsá-lo.

O testemunho do Padre Antônio Vieira, então vivendo na Bahia, dá conta do heroísmo e dos sacrifícios da gente baiana para libertar a terra invadida:

Passaram noites e dias sem dormir e descansar, viviam e dormiam sem um teto, alimentavam-se precariamente de farinha, padeceram por vezes seguidas, frio, fome e sede, além de estarem faltos de munição que foi conseguida com o próprio inimigo, através das emboscadas.

A única coisa abundante entre os luso-brasileiros foi o ânimo para a luta, além do grande desejo de libertar a Bahia.

Destacaram-se, sobremaneira, na reação, índios flecheiros das aldeias baianas, valiosos instrumentos ofensivos, nos períodos agudos de carência de munição.

Com freqüência, formações compactas holandesas viram cair sob seus peitos, de surpresa, nuvens de setas que lhes causaram muitas mortes e ferimentos. Os inimigos

mais ousados, ao prepararem o arcabuz para revidar o ataque, caíam ao solo, com o peito varado por flechas.

Verificaram, por fim, que a Companhia das Índias Ocidentais errara em sua apreciação estratégica. Não percebera a alma do povo, preocupada que estava com lucros fáceis e altos dividendos, resultando tudo na feliz expressão de Luís Delgado, *um confronto de uma alma x um negócio, em que a alma saíria vitoriosa*. Era dar tempo ao tempo. Era preciso completar o cerco de Salvador com o bloqueio marítimo.

E logo, esquadrihas improvisadas, de canoas e lanchas armadas, singravam a baía e concretizavam o isolamento do invasor por mar. Dificultaram-lhe assim desembarcar em outros pontos do Recôncavo para buscar recursos de sobrevivência.

O sítio de Salvador tornou-se cada vez mais rigoroso.

No interior da muralha foram encurralados mais de 1.400 luso-brasileiros, cerca de 2.800 inimigos, dos quais 1.600 soldados, 700 mercenários de diversas nacionalidades e 500 escravos armados.

No dia 29 de março de 1624, fundeu, próximo à Ponta do Padrão, poderosa esquadra luso-espanhola, sob o comando de D. Fadrique de

Toledo. Era composta de 52 navios de guerra e cerca de 12.000 homens, entre soldados e marinheiros, dos quais 4.000, aproximadamente, eram portugueses. Havia perto de 1.200 bocas de fogo.

Mais significativo ainda foi o reforço à resistência baiana por um contingente de brancos e índios trazidos do Rio de Janeiro, via marítima, por Salvador Correa de Sá e Benevides e, de Pernambuco, por Jerônimo de Albuquerque Maranhão. Continuava a tradição de solidariedade e apoio mútuo das diferentes partes do Brasil nascente, em prol da integridade territorial e cultural católica do País.

Salvador foi submetida a rigoroso cerco, que se foi apertando aos poucos, até que o invasor, cedendo terreno, abandonou os Fortes e buscou proteção nas muralhas da cidade.

A partir de 6 de abril de 1625, a luta tornou-se cada vez mais intensa e, segundo Frei Vicente do Salvador, testemunha ocular, *durante vinte e três dias não se passou um quarto de hora, de dia e de noite, sem que se ouvisse o estrondo de bombas, esmerilhões e mosquetes de parte a parte*.

O invasor capitulou, perante a evidência da inutilidade de reação, no dia 30 do mesmo mês de abril.

Entregou Salvador com todos os seus valores, além do armamento e munições, navios, escravos, e libertou os prisioneiros. Em contrapartida, foi-lhe permitido retornar à Holanda com a roupa, suprimentos para três meses, armas e munições para a defesa na viagem. Os oficiais conservaram as espadas.

A 1º de maio de 1625, D. Fadrique de Toledo, à frente de bravos luso-brasileiros da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo e das poderosas tropas trazidas da Espanha, entrou triunfalmente em Salvador, antes que a dominação holandesa completasse um ano.

INVASÃO DE PERNAMBUCO 2º PERÍODO

O corsário holandês Peter Heyn capturou, nas Antilhas, a Frota de Prata, da Espanha, equivalente a mais que o dobro do capital inicial da Companhia das Índias Ocidentais. Isso animou-o a realização de mais uma invasão do Brasil.

Escolheram Pernambuco, próspera capitania hereditária e não real, menos defendida do que a Bahia, mais próxima da Europa e do litoral africano.

Além disso, existia o porto de Recife, base naval natural excelente, capaz de abrigar e proteger enorme esquadra de ataque.

Baseados em Recife, acreditavam dominar e manter o Brasil com poucos gastos, arruinar a navegação luso-espanhola na costa e se apossar, através de ações de corso, de fabulosas riquezas transportadas da América do Sul para a Europa, por Espanha e Portugal.

Com poucos gastos, poderia Recife tornar-se inexpugnável contra investidas vindas de terra, desde que mantivessem em seu poder o controle do acesso marítimo.

Tal apreciação estratégica foi válida, pois essa base naval e terrestre resistiria durante 24 anos, até que os holandeses perdessem a supremacia naval na área para a Inglaterra.

Assim, em Pernambuco procuraram não o açúcar, mas uma base naval e terrestre inexpugnável por terra, o Recife, protegida por dois enormes fossos naturais, os rios Capibaribe e Beberibe. Essa é a real visão da escolha de Pernambuco, no estratégico Saliente Nordestino.

O povo pernambucano não era dado a tratados de "mútua amizade e aliança" com o dominador, pois após um século de colonização portuguesa, já possuía acendrado amor à terra e aos seus símbolos. A grande maioria

do povo pernambucano já comungava do ideal luso-espanhol - a dilatação da fé e do império.

O Governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque, ao saber da pretendida invasão fez tudo ao seu alcance para transformar Recife e Olinda em fortes praças de guerra.

A Conquista de Recife e Olinda

No dia 15 de fevereiro de 1630, apresentou-se ameaçadora, frente a Recife, a poderosa esquadra holandesa ao comando do Almirante Hendrick Loncq, Compunha-se de 50 navios, com total de 7.000 homens.

O invasor sabia que o irrisório efetivo luso-brasileiro não poderia cobrir toda a costa pernambucana e que os defensores não haviam recebido reforços da metrópole.

Enquanto a maior parte da esquadra duelava com os

caram tranqüilamente, sem nenhuma reação, na desguarnecida praia de Pau Amarelo.

No dia 16 de fevereiro, pela manhã, o invasor iniciou a progressão rumo a Olinda com três regimentos. A resistência em Olinda foi feroz, mas desigual. Recife foi atacado, em 20 de fevereiro e o Forte São Jorge reagiu bravamente, sob a liderança de Antônio Lima. O inimigo atacou o Forte São Jorge em 1º de março. Para esmagá-lo e seus bravos defensores, concentra uma tempestade de granadas, lançadas de canhões do mar e de terra. Os pernambucanos não desanimaram, redobram em coragem e firmeza, repelindo todos os ataques durante um dia. A 2 de março, após algumas horas de bombardeio, Antônio Lima constatou que se haviam desmoronado as muralhas do Forte e desmontados os canhões, com grande número de mortos e

O povo Pernambucano não era dado a tratados de "mútua amizade e aliança" com o dominador pois, após um século de colonização portuguesa, já possuía acendrado amor à terra e aos seus símbolos.

defensores de Recife, 16 navios com 3.000 homens velejaram para o norte, sob o comando do Coronel Waerdenburg. Desembar-

feridos entre seus bravos, em função do fogo inimigo.

Rendeu-se assim o Forte de São Jorge diante da esmagadora superioridade bé-

lica inimiga. Porém mostrou ao Coronel Waerdenburg, conforme ele escreveu à Holanda, *que os soldados desta terra são vivos e impetuosos e não são de nenhum modo cordeiros, e não, como julgara antes, fáceis de serem atraídos a mútua amizade e aliança.*

Após a rendição do Forte de São Jorge os holandeses, esperando ansiosamente a rendição de numerosa guarnição, ficaram surpreendidos e desconcertados, quando viram sair das ruínas, altivo, o bravo Antônio Lima acompanhado de meia dúzia de sobreviventes.

Recife foi ocupada a 3 de março de 1630, após quinze dias de resistência memorável e comovente. Mas os pernambucanos não renunciaram à luta. Matias de Albuquerque proclamou para toda a capitania a disposição de lutar até a morte.

Reunindo todos os bravos solidários com a sua atitude, em local onde se uniam muitos dos caminhos que de Olinda a Recife demandavam o interior, estabeleceu em curto prazo o Arraial do Bom Jesus. Forte construído com sólidos baluartes e bem protegido por formidáveis trincheiras e fossos, resistiria, impávido, durante cinco anos,

às arremetidas e à ânsia de conquista do invasor.

O sistema defensivo foi completado com o estabelecimento de um anel de cerco em torno de Recife e Olinda, constituído de estâncias, para evitar que o inimigo sáísse impunemente de Recife para abastecer-se de água e lenha.

Esse conjunto fazia parte, ao mesmo tempo, do sistema de defesa do interior pernambucano a da linha de bloqueio terrestre de Olinda e Recife.

Era uma solução brasileira estratégica, inteligente e criativa para o problema militar, e uma manifestação de doutrina militar terrestre genuína ou brasileira.

Os holandeses se fortaleceram. Construíram os Fortes do Brum e das Cinco Pontas, até hoje existentes. Tal trabalho de fortificações não foi calmo e tranqüilo. Os luso-brasileiros organizaram emboscadas e, a toda a hora do dia e da noite, desfecharam ousados e mortíferos golpes-de-mão contra o inimigo. Ao invasor não foi permitido andar despreocupado, mesmo em seus domínios. A morte rondava seus passos, quando se aventurava sair das fortificações. A ligação terrestre Olinda-Recife transformou-se

em estrada fatal para os holandeses.

Em consequência, plantados na terra, dela nada usufruíam para a subsistência e manutenção da conquista.

Sua alimentação tornou-se dependente da Europa ou de alguma expedição corsária sobre o litoral. A terra e os filhos de Pernambuco negavam tudo ao invasor, tornando-lhe a vida um inferno.

Nas estâncias de cerco de Recife e Olinda, os defensores revessavam-se na enxada e no arcabuz, plantavam e lutavam.

Segundo Lopes Santiago *o mantimento era escasso, sucedendo, muitas vezes, os soldados não terem uma espiga de milho para a ração.*

O invasor era reforçado continuamente. Até o final de 1630, chegaram a Pernambuco 3.500 homens.

Para os defensores, nada foi enviado da Metrópole, em um ano e meio.

No início de 1631, fundeu em Recife a esquadra de Adrian Jansen Pater, composta de 16 navios e cerca de 1.000 homens. A 13 de julho, aportou em Salvador a esquadra luso-espanhola, sob o comando de D. Antônio de Oquendo, cons-

tituída de 32 navios com 2.000 homens.

Em 12 de setembro, as duas esquadras se enfrentaram em Abre Olhos (Abro-lhos), resultando em vitória espanhola. Ela possibilitou ao Arraial do Bom Jesus (Velho) ser reforçado com tropas do Príncipe de Bagnuoli.

Golpes-de-mão mais audazes foram desferidos contra o inimigo, que passou a temer o duplo ataque por terra e por mar. Tratou então de abandonar Olinda e fortificar-se ainda mais em Recife. Antes do abandono de Olinda, propuseram entregá-la mediante pesado resgate, caso contrário, a arrasariam.

Matias de Albuquerque, o primeiro brasileiro a ser general de Portugal, assim respondeu:

Os pernambucanos, com armas na mão, não compram, conquistam. Sabem dar cargas de balas de mosquete e não de caixas de açúcar. Com os inimigos a quem falta a fé são instáveis os contratos que firma o sangue, e de nenhuma firmeza os que afiança a palavra. Queimai Olinda, se a não podeis guardar, que nos saberemos edificar outra melhor.

E concluía que desejava deixar na lembrança de Per-

nambuco, por todos os tempos futuros, os triunfos da capitania e o castigo que sofreria o invasor.

No dia 25 de novembro de 1631, os bravos heróis da resistência, com lágrimas nos olhos e a revolta na alma, viram ser consumida pelas chamas a bela, rica e majestosa capital de Pernambuco, fruto de quase um século de trabalhos árduos e sacrifícios ingentes.

A soldadesca batava estava desiludida com essa maneira de guerrear que consumia vidas, roubava tempo e poucos resultados apresentava.

Quando o desânimo começou a lavrar entre eles, desertou para suas fileiras e passou a auxiliá-los o pernambucano Domingos Fernandes Calabar. Sua deserção mudou o curso da guerra. Hável e astuto nas emboscadas, passou a guiar o inimigo desvendando-lhe os segredos da terra que lhe servira de berço. Ensinou-lhe a guerra brasileira.

E teve lugar a campanha expansionista da conquista.

Durante essa vitoriosa campanha expansionista, destacou-se a brava resistência no Rio Formoso, um Forte comandado por Pedro Albuquerque, que dispunha de 20 homens.

Intimidados à rendição, responderam que lutariam até o último alento de vida.

Na quarta investida, o inimigo penetrou na fortificação e encontrou os corpos dos seus 20 bravos defensores, que cumpriram com honra e glória o juramento que fizeram, num protesto contra a invasão. Pedro de Albuquerque, ferido, entre eles.

O chefe Von Schkoppe comoveu-se com a bravura e heroísmo daqueles homens e apontou o belo exemplo a seus soldados. Ao ver Pedro de Albuquerque caído, mas com a espada empunhada, um combatente holandês correu para tomar-lhe a espada.

Von Schkoppe, ao perceber, gritou: *Alto! Não se toma a espada gloriosa de um herói.* Pedro de Albuquerque foi socorrido e tratado com grande respeito. Concederam-lhe liberdade, sob palavra, até partir para Lisboa.

Que grande diferença de atitude, a do pernambucano Calabar, guiando o inimigo sobre o Rio Formoso e a da legendária e heroica reação do bravo pernambucano e seus 20 heróicos soldados do Rio Formoso!

O valente defensor morreu como Governador do Maranhão. Seus restos en-

contram-se em Belém do Pará, na Igreja N. S. do Carmo.

A 24 de março de 1633, guiados ainda por Calabar, 1.200 holandeses atacaram, de surpresa, o Arraial do Bom Jesus. Luís Barbalho e outros bravos capitães contra-atacaram, fora do Forte, com tremenda violência. Repeliram a tentativa, ocasionando pesadas baixas. O próprio governador holandês, ferido mortalmente, faleceu logo após.

A guerra alcançou estágio bárbaro e desumano. Foi celebrado um acordo para coibir a selvageria. Proibiram-se a queima de templos, a fortificação de igrejas, a destruição de imagens, o tiro com armas de cano raiado, balas envenenadas e mastigadas, ofensas a prisioneiros e a execução de padres, crianças e mulheres.

E a expansão holandesa se acelerou. Em 12 de dezembro, capitulou o Forte dos Três Reis Magos e ficou a Paraíba entre fogos cruzados. Mas os luso-brasileiros se faziam presentes onde o inimigo tentasse um desembarque.

Devia-se isto à excelente posição estratégica do Arraial de Bom Jesus (Velho)

onde se concentrava o esforço defensivo dos pernambucanos, combinado com excelente rede de espionagem, no Recife. Assim que Matias de Albuquerque descobria a saída da esquadra holandesa para determinado ponto do litoral, enviava reforços do Arraial para o ponto ameaçado, os quais chegavam juntos com os navios do invasor.

Na noite de 1^a de março de 1634, desferiu ousado golpe-de-mão sobre Recife o célebre Capitão Martim Soares Moreno. Era o que se denominaria, hoje, uma operação de comando. Ele visava a incendiar a povoação e a destruir suprimentos. Com 500 homens, atacou o porto em pontos diferentes. A incursão espalhou morte, confusão e terror entre defensores, por atingir o interior do recinto fortificado.

Após o período de resistência épica, disputa furiosa e o cerco de um mês, em 8 de abril de 1635 o Arraial de Bom Jesus (Velho) capitulou.

Cumprira com o dever, como quartel-general da resistência ao invasor, por 5 anos, quando seus defensores escreveram página imortal com muito sangue, vidas, fome, renúncias, heroísmo e

sacrifícios. Nele, a alma vigorosa do povo, catalizada pelo ideal de defesa da terra e da fé católica, reuniram-se para um longo, sofrido, imortal e épico protesto contra a invasão da terra brasileira.

Renderam-se com dignidade, esgotadas a alimentação e a munição, e perdidas as esperanças de receberem qualquer auxílio. Não há na longa história de Guerra Holandesa símbolo mais significativo do espírito de resistência. Por isso, as ruínas existentes no atual Recife, no sítio da Trindade, devem ser percorridas com respeito e reverência patriótica por todos os que as visitarem. Os bravos que ali se bateram deram expressiva contribuição, no passado distante, para a conquista dos elevados objetivos de soberania, integridade, integração e preservação dos valores morais e espirituais do Brasil.

Sob a liderança de Mathias de Albuquerque, deu-se a retirada para Alagoas. O percurso foi marcado por túmulos e cruzeiros de muitos retirantes que sucumbiram ao longo do caminho, de cansaço, fraqueza, fome e doença.

Era o *êxodo dos que não desesperavam*, na expressão de Capistrano de Abreu.

Perderam aqueles bravos uma batalha. Muitos retornariam para ganhar a guerra decisiva. Muitos tiveram a ventura de voltar.

Na retirada, reconquistaram Porto Calvo, onde prenderam o traidor Calabar. Este, submetido a julgamento, foi condenado à morte. A

Na realidade, as operações do General D. Rojas, marcadas de modo tão trágico no campo tático, foram, no campo estratégico, de brilhantes conseqüências. Obri-garam o inimigo a abandonar Porto Calvo mais uma vez, interrompendo, assim, a execução do seu plano de criar

a liderança dos mais bravos e experimentados capitães. Elas irromperam, inesperadamente, em todos os pontos do território ocupado, destruindo canaviais, tomando recursos, punindo colaboracionistas e mantendo viva, nas populações subjugadas pelo invasor, a esperança de liberdade.

Não há na longa história de Guerra Holandesa símbolo mais significativo do espírito de resistência. Por isso, as ruínas existentes no atual Recife, no sítio da Trindade, devem ser percorridas com respeito e reverência patrióticas por todos os que as visitarem.

coluna do sofrimento e da humilhação assistiu à sua execução e ao seu esquarteramento.

A coluna de Matias de Albuquerque reuniu-se à tropa do Conde Bagnuoli, em Alagoas. Em 18 de janeiro de 1863, teve lugar a Batalha de Mata Redonda, onde foi morto em combate D. Rojas y Borja, substituto de Mathias de Albuquerque, que fora chamado à Europa. Sem liderança, os luso-brasileiros retiraram-se e só não se completou o desastre tático, graças aos bravos Rebelinho e Felipe Camarão. Estes, na cobertura da retirada, praticaram prodígios de audácia e valor, criando condições para que os destroços do exército fossem acolhidos em Porto Calvo.

uma zona mortal ao sul do Rio Manguaba.

Ocupada fortemente a região pelos nossos, ficava o invasor, com sua via de transporte terrestre, se não cortada, pelo menos seriamente ameaçada.

Bagnuoli assumiu o comando e concentrou a resistência em Porto Calvo, cobrindo-se da direção norte, na linha do Rio Una.

A localidade atraiu para ela quantos desejavam lutar contra o invasor, reunindo 2.000 homens. Tornou-se então o mais poderoso baluarte da resistência, centro de irradiação de lutas e última esperança de vitória dos holandeses.

Foram organizadas Companhias de Emboscadas, sob

O inimigo perdeu a possibilidade de locomover-se na conquista. Em todo canto, hora e lugar, a morte rondava-lhe os passos, sob a forma de flecha, espada ou bala.

As iniciativas de soerguimento econômico da lavoura canavieira pelo invasor eram frustradas por essas emboscadas, que tudo incendiavam e destruíam como estratégia do fraco contra o forte.

GOVERNO DE MAURÍCIO DE NASSAU 3º PERÍODO

Em 23 de janeiro de 1637, desembarcou no Recife o Príncipe Maurício de Nassau. Ao chegar, reconheceu que era essencial eliminar o último foco de resistência - Porto Calvo. Essa condição era essencial para restabelecer a segurança no campo, visando ao soerguimento da lavoura canavieira, além de destruir as derradei-

ras esperanças dos pernambucanos na reconquista da terra.

Em 3 de março de 1637, caiu em suas mãos Porto Calvo, depois de uma luta desigual de 10 x 1, com sítio terrestre que durou 15 dias e que contou com o bombardeio com canhões de grosso calibre. Bagnuoli, forçado por Nassau, retirou-se para o sul do Rio São Francisco.

Após neutralizar Porto Calvo e expulsar Bagnuoli para o sul do São Francisco, na sua margem esquerda, Nassau levantou dois Fortes, consolidando assim a conquista.

A Holanda dominava, agora, imenso, rico e estratégico território do Brasil, desde o Rio Grande do Norte até o Rio São Francisco.

As perspectivas de rápida recuperação econômica da capitania, combinadas com a tolerância religiosa mínima e o clima de respeito aos moradores, fizeram arrefecer um pouco o sentimento de revolta dos luso-brasileiros para com o invasor.

Em consequência, Nassau criou ambiente tranqüilo em torno da base naval do Recife. Isso feito, aplicou-se a estender o domínio da Holanda ao restante do Brasil.

Em 1º de maio de 1658, Nassau atacou a Bahia, em Salvador. Ao ultimato endereçado aos baianos, teve como resposta:

As cidades de el-rei não se rendem senão com balas e espada na mão e depois de muito sangue derramado.

Nassau não conseguiu situar completamente a praça, deixou abertas algumas comunicações com o interior.

No dia 18 de maio de 1638, 3.000 holandeses investiram as trincheiras com fúria. No mais aceso da peleja, acometeu a retaguarda inimiga, de surpresa, o bravo Capitão Luís Barbalho.

O contra-ataque obrigou o invasor a retirada precipitada, causando muitas baixas em suas fileiras. A 26 de maio de 1638, por ter se tornado insustentável a permanência na Bahia, Nassau retornou a Pernambuco, humilhado com o insucesso da expedição.

Na defesa das trincheiras de Salvador, morreu o intrépido Capitão Sebastião Souto, considerado um mestre da arte de guerra de emboscada.

Sucedeu-lhe, no comando e na fama, nesse tipo de guerra, Antônio Dias Cardoso, que tão assinalados serviços iria prestar à continuação da luta.

Essa expedição de Nassau era o terceiro malogro dos holandeses, no sentido de ocupar território baiano.

O Recôncavo estava defendido por onze Fortes e a cidade envolvida por muralhas protegidas por trincheiras. Salvador era agora, *jardim com fortes muros e tesouro muito bem garantido*. Aprendera muito com a invasão de 1624.

Em janeiro de 1639, aportou em Salvador a esquadra do Conde da Torre, que vinha incumbido de libertar Pernambuco. Enviou líderes em emboscadas para a Paraíba e Pernambuco, a fim de atrair o invasor para o interior.

Recrutou tropas no sudeste, inclusive o bandeirante Raposo Tavares, que liderou tropa expedicionária vinda de São Paulo e Rio de Janeiro.

Ao tentar desembarcar em Pau Amarelo, o Conde da Torre foi impedido pela esquadra invasora. Perseguido, aceitou combater e foi batido. Foi um grande desastre.

Parte da esquadra do Conde da Torre foi desembarcada em Ponta do Touros, no Rio Grande do Norte. A tropa desembarcada era comandada por Luís Barbalho e integrada por Henrique Dias e combatentes sultistas,

ao comando de Raposo Tavares. Decidiram abrir caminho de volta à Bahia a ferro e fogo, percorrendo 400 léguas de território acupado pelo inimigo.

Ao fim de quatro meses de épica marcha na retaguarda inimiga, assinalada por combates e padecimentos, entraram triunfantemente em Salvador, após vencerem inúmeros obstáculos, relatados por Luís Barbalho e Henrique Dias, em documentos revelados por José Antônio Gonçalves de Mello Neto, historiador pernambucano.

Comandou esse feito, e com ele se imortalizou, Luís Barbalho, atualmente denominação histórica da unidade de Infantaria de Feira de Santana, na Bahia.

Esses bravos, liderados por filhos da terra brasileira, salvaram de destruição a força expedicionária. Chegaram em tempo à Bahia para fazer malograr uma expedição punitiva. Reacenderam a chama da reação e causaram grandes prejuízos no plano de Nassau de recuperação econômica de Pernambuco. Legaram às gerações brasileiras exemplo imortal de responsabilidade na defesa da terra.

Dessa marcha, participaram tropas de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outras capitânicas do Sul, que já ofereciam, no passado distante, magnífico exemplo de solidariedade e integração, uma constante na história militar do povo brasileiro.

Em março de 1640, Nassau enviou à Bahia uma expedição punitiva de 1.300 homens.

Em fevereiro de 1641, chegou ao Brasil a notícia da restauração do Trono de Portugal por D. João IV, pondo fim à união das Coroas. Impossibilitado de sustentar guerras contra a Holanda e a Espanha, Portugal concordou em celebrar um tratado de aliança ofensiva e defensiva com a Holanda e um armistício de dez anos nas lutas das colônias. Reconheceu a conquista de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte e acedeu na cessação das hostilidades contra os holandeses no Brasil, enviando determinação expressa nesse sentido. A Holanda comprometeu-se a não expandir suas conquistas no Brasil durante dez anos.

Enquanto isso fora acordado entre Portugal e Holanda, Maurício de Nassau expandiu a conquista no Sergipe, em 1641, e no Ma-

ranhão, e fez publicar o tratado, só dois anos depois.

Nassau mandou recensear as populações das vilas, para controlá-las rigorosamente e, assim, descobrir com base em sua movimentação, a presença de companhias de emboscadas partidas da Bahia e da insurreição pernambucana em marcha.

Aos luso-brasileiros, ficou assegurado tratamento de confiança e sem constrangimentos. Essa foi a deixa para o Governador da Bahia enviar agentes para agitar Pernambuco e ajudar a planejar a insurreição dessa província.

A resistência heróica dos luso-brasileiros havia debilitado os negócios da Companhia das Índias no Brasil. Nassau partiu para a Holanda em julho de 1644. Antes, em 28 de fevereiro desse ano, com o concurso do Pará, o Maranhão libertara-se do jugo holandês.

A insurreição estava em marcha no Nordeste. Os holandeses, para atrair os índios para a sua causa, concedeu-lhes liberdade ampla e total. E estes passaram a guerrear os luso-brasileiros com crueldade. No Rio Grande do Norte, eles os massacraram quando reunidos

numa igreja, em Cunhaú, matando-os barbaramente – inclusive alguns tiveram os corações arrancados pelas costas. Isso incendiou o ânimo dos luso-brasileiros.

A INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA 4º PERÍODO

Os luso-brasileiros prosseguiram na luta, a despeito de ordens em contrário de Portugal. Com esforço hercúleo, vontade inquebrantável, fé, sacrifícios indescritíveis e processos de combate genuinamente brasileiros, criariam condições para a recuperação de Pernambuco e Angola para Portugal, além de preservarem a unidade física e espiritual do Brasil.

Por essa razão, esse período, que poderia ser chamado Epopéia Brasílica, reveste-se da maior relevância, do ponto de vista da nacionalidade brasileira e das origens do Exército Brasileiro, cujo dia foi consagrado, pelo Presidente Itamar Franco, por proposta do Ministro do Exército, General-de-Exército Zenildo de Lucena, como o 19 de abril, lembrando a vitória luso-brasileira na 1ª Batalha dos Guararapes.

Em 1945, a Força Expedicionária Brasileira (FEB)

que integrou, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, o V Exército dos EUA, ao retornar vitoriosa ao Brasil, depositou os louros da vitória no campo de batalha dos Guararapes. Na ocasião, o seu comandante, General Mascarenhas de Moraes, proferiu estas palavras imortais: *Nestas colinas sagradas, na batalha vitoriosa contra o invasor, a força armada do Brasil se forjou e alicerçou para sempre a base da nação brasileira.*

Causas da Insurreição

Podem-se apontar, nos parágrafos abaixo, as causas da Insurreição Pernambucana:

- Insolvência de dívidas de luso-brasileiros e holandeses, em decorrência do fracasso da lavoura canavieira, por circunstâncias adversas de toda ordem, determinando a queda das ações da Companhia das Índias Ocidentais, do valor nominal de 100 para 33.

- Agravamento da situação, por especulações extorsivas praticadas por comerciantes estrangeiros de Recife, operando em mercado paralelo à Companhia e fora do controle desta.

- Antagonismo religioso (católicos x calvinistas), exa-

cerbado com a partida de Nassau.

- Rivalidade de moradores luso-brasileiros e holandeses do campo *versus* Companhia e comerciantes de Recife, por terem ficado reduzidos, os primeiros, à condição de escravos econômicos dos segundos, em razão da insolvência de suas dívidas.

- Expansionismo da Holanda, ameaçando conquistar todo o Brasil e domínios de Portugal na África, em desrespeito ao tratado celebrado, aproveitando-se da fraqueza militar de Portugal, em guerra contra a Espanha.

- Malquerença política irreversível, pernambucanos x invasores, resultado de seis anos de luta cruel e feroz pela posse da terra, sentimento abrandado com Nassau e exacerbado após sua partida, com o tratado com os índios.

- Fraqueza militar do invasor em Pernambuco, reduzido em seus efetivos, em consequência de armistícios e compressão de despesas.

Desdobramentos da Insurreição

Para responder à astúcia do conquistador, Portugal e

patriotas elaboraram um plano secreto, que objetivava a conquista rápida de Recife, com a finalidade de expulsar os holandeses que, sem respeitar o tratado, continuavam expandindo suas conquistas no Brasil e na África.

Devia ser demonstrado, por todos os meios, que a Insurreição era iniciativa única dos patriotas de Pernambuco e à revelia de Portugal e da Bahia, tudo dentro da realidade diplomática da época, em que as pessoas não correspondiam às ações.

Se descoberto o apoio e incentivo de D. João IV ao plano, ficava em perigo a própria independência de Portugal.

Uma esquadra sob o comando do Almirante Salvador Correia de Sá e Benevides seria enviada para as águas de Recife, simulando intenção de auxiliar os holandeses a debelar a insurreição, mas, na realidade, visando a desembarcar e consolidar a conquista dos insurgentes.

Enquanto isso, Portugal, através de manobras diplomáticas habilidosas, procuraria mostrar inocência na intervenção, para evitar abrir frentes de luta com a Holanda, pois já guerreava com a Espanha.

Da Bahia, foi enviado o Sargento-Mor Antônio Dias Cardoso para, em 6 meses, antes do início da Insurreição, organizar e treinar secretamente o exército patriota na mata do Brasil, em íntima ligação com o líder civil do movimento em Pernambuco, João Fernandes Vieira, que mantinha contrato com o invasor para a exploração do pau-brasil.

Aquela região eleita, base de guerrilhas patriotas, compreendia os atuais municípios de Vitória de Santo Antão, São Lourenço e Nazaré da Mata, onde era explorado o pau-brasil sob a direção e controle de Fernandes Vieira.

Completo-se o apoio externo pelo envio, para Pernambuco, das tropas de Felipe Camarão e de Henrique Dias, simulando-se que o primeiro se havia rebelado e que o segundo fora mandado em seu encalço para prendê-lo e recambiá-lo para a Bahia.

Dias Cardoso fora um bravo e experimentado militar, veterano das lutas do período 1624-1641. Hoje é denominação histórica do Batalhão de Forças Especiais do Exército, pela semelhança da sua missão com as destinadas às Forças Especiais, circunstância que por muito tem-

po prejudicou o reconhecimento público de sua ação, por razões diplomáticas.

Possuía excepcional folha de serviços, aliada à reputação de mestre na arte da guerra de emboscadas. Profundo conhecedor da região, era estimado e respeitado, pela sua bravura, intrepidez e valentia, por Vidal de Negreiros, Camarão, Henrique Dias e pelo próprio Fernandes Vieira.

João Fernandes Vieira assim resumiu a vida desse bravo, desde sua chegada até a insurreição:

Deu cumprimento às ordens que possuía, com fervor necessário a tão importante missão, começou a atrair e adestrar militarmente o povo para a sua insurreição em diversos locais, dispendendo com isto sete meses, todos passados nas matas (do pau-brasil) ao rigor do tempo, para fugir ao inimigo que se pôs a buscá-lo, colocando em grande perigo sua vida.

No dia 23 de maio de 1645, 18 líderes insurretos firmaram o seguinte compromisso sagrado: *nós abaixo assinados nós conjuramos e prometemos, em serviço da liberdade, não faltar a todo o tempo que for necessário, com toda ajuda*

de fazendas e de pessoas, contra qualquer inimigo, na restauração da nossa Pátria; para o que nos obrigamos a manter todo o segredo que nisto convém, sob pena de quem o contrário fizer, será tido como rebelde e traidor e ficará sujeito ao que as leis em tal caso permitam.

Surgia assim, pela primeira vez no Brasil, a palavra Pátria e a firme disposição de restaurá-la, a despeito mesmo de interferências contrárias de Portugal.

Faltando poucos dias para a insurreição, os patriotas foram traídos, e caiu por terra o plano de conquista rápida do Recife.

Ao ser ordenada a prisão dos líderes, não foram estes encontrados. Perseguidos, os patriotas, reunindo 1.600 homens do povo e com 250 armas, encetaram sua marcha, em 13 de julho de 1645, que foi engrossando pelo caminho com novas adesões, sob forte pressão inimiga.

No Sítio do Covas, em que os patriotas acamparam 22 dias, surgiu séria disputa pela liderança, que foi vencida por Fernandes Vieira. E prosseguiram sob fortíssima pressão.

A 3 de agosto de 1645, travou-se, no Monte das Tabo-

cas, em Vitória de Santo Antão, o primeiro encontro entre um contingente do Exército holandês a serviço da Companhia das Índias Ocidentais e o Exército Patriota, constituído, principalmente, de civis

obrigada a retrair, através de uma única passagem no áspero e impenetrável tabocal que corria na base do Monte, envolvendo-o pelo oeste e pelo sul.

O inimigo atravessou o rio

Surgia, pela primeira vez no Brasil, a palavra Pátria e a firme disposição de restaurá-la, a despeito mesmo de interferências contrárias de Portugal.

pernambucanos sob a assessoria profissional do Sargento-mor (major) Antônio Dias Cardoso.

Dias Cardoso, ao perceber a aproximação do inimigo, do Monte das Tabocas despachou em sua direção pequena força de cobertura, ao comando do Capitão João Nunes da Mata, com a finalidade de atraí-lo para o citadão Monte.

O inimigo bateu e dispersou essa força, prosseguindo até a margem do Rio Tapacurá, quando carregou, com enorme alarido e estrondo, sobre a vegetação da margem, ao imaginar que ali existissem emboscadas.

A vanguarda atravessou o rio e Dias Cardoso foi ao seu encontro, a fim de atraí-lo às emboscadas que preparara com o intrépido Capitão Agostinho Fagundes e 40 homens.

Após oferecer alguma resistência, essa fração foi

e tomou formação de combate, numa larga campina entre a margem do Tapacurá e o tabocal. A seguir, com um flanco apoiado em cada lado, progrediu em direção à passagem do tabocal, de onde saíria novamente Agostinho Fagundes em seu encontro. Tinha caído na armadilha de Dias Cardoso: três emboscadas lhes esperavam!

Atrás da trincheira vegetal de 15 metros de espessura e com um único acesso para dois homens lado a lado, Dias Cardoso adotou o seguinte dispositivo: cerca de 90 armas em linha, ao longo do tabocal, em posições de tiro previamente preparadas, constituindo as emboscadas; reserva de aproximadamente 50 homens em duas frações, em condições de reforçar as emboscadas ou a defesa da entrada da trincheira natural formada pelo tabocal; o restante das armas, 110,

distribuiu-as com a força de cobertura, com Agostinho Fagundes e frações de segurança de retaguarda e flancos; com a reserva, composta de 1.350 homens, para a defesa de Fernandes Vieira, deixou 30 armas.

A vanguarda inimiga, após grande resistência, obrigou Agostinho Fernandes a retrair e infiltrar-se no tabocal. Parte do corpo de batalha conseguiu penetrar na passagem estreita, por cuja posse se travou luta feroz e demorada, sob a direção de Dias Cardoso. Este substituiu os combatentes mais cansados pelos menos cansados, até que repeliu o atacante.

A tentativa de envolvimento foi evitada pela segurança de retaguarda e por um atirador isolado da proteção de flanco. Este atingiu, mortalmente, o comandante da vanguarda, Capitão Falloo.

Após se reorganizar, o inimigo partiu para outro ataque em toda a frente, visando a penetrar ao longo da linha do tabocal. Progrediu e conseguiu, após muita luta, introduzir-se em diversos pontos da linha de resistência, isolando e fixando seus defensores, inclusive Dias Cardoso, que os investiu bravamente.

Fixada parte das tropas dessa linha, o inimigo come-

çou a adiantar-se em direção ao alto do Monte, onde se encontrava a reserva desarmada, constituída do povo e sob a direção do Capitão Padre Simão de Figueiredo e do próprio governador da insurreição, Fernandes Vieira.

Na eminência do perigo, este conclamou o povo ao esforço derradeiro, à luta pela honra de Deus. Prometeu liberdade a 50 escravos de sua guarda pessoal que se mostrassem valorosos no combate. Os escravos, na perspectiva de liberdade, desceram o Monte em duas partes, armados com arcos, flechas, lanças e facões, tocando flautas, atabaques e buzinas.

Na esteira desses bravos, veio todo o povo, com os mais variados tipos de armas, na maioria instrumentos de trabalho. E o contra-ataque transformou-se num corpo-acorpo, feroz e desordenado, com patriotas a surgir de todas as direções, lançando-se aos magotes sobre o inimigo, obrigando-o a bater em retirada. Venceram os insurretos. *Graças ao Sargento-Mor Antônio Dias Cardoso e mediante favor divino, alcançamos vitória, tudo alcançado, após Deus, pela boa ordem com que Dias Cardoso dispôs a batalha, dando a todos os ofi-*

ciais muito exemplo com sua militar doutrina e conhecido esforço que, em quatro horas de batalha, mostrou sem descansar, acudindo a todas as partes com bravo ânimo, como atestou o líder político Fernandes Vieira.

Em 17 de agosto de 1645, o Exército Patriota reforçado e com moral elevado, atacou a Casa Forte. Coube a Antônio Dias Cardoso a concepção e disposição do ataque ao engenho de Ana Pais. Após breve período de combate, renderam-se os remanescentes do exército da Companhia, efetivo de 450 homens, entre índios e brancos. Aos 250 holandeses foi dado quartel e condições de regresso à Europa. Os índios, somando 200, foram justicados sob o argumento de traição à fé católica, conforme as leis de guerra da época, e como exemplo aos demais. Punia-se assim, também, o massacre do Cunhaú, no Rio Grande do Norte.

E o incêndio patriota se alastrou, com vitória atrás de vitória e adesões em massa à insurreição. Resistiam, em mãos do invasor de Recife, a Ilha de Itamaracá e os Fortes dos Três Reis Magos e Cabedelo, no final de 1644.

Falhou no plano de D. João IV em relação à queda rápida do Recife. Sem o concurso de artilharia de sítio, Recife era fortaleza inexpugnável, por estar separada da terra por largos e profundos fossos – os rios Capibaribe e Beberibe. Não foram aprisionadas as autoridades holandesas, cujo resgate seria a entrega de Recife, conforme o plano insurrecional inicial.

A 12 de agosto de 1647, D. João IV, vencido na luta diplomática, decidiu mandar restituir o que os patriotas haviam tomado no Brasil, com a condição de ser-lhe devolvida a Ilha de Itaparica. Perigavam a independência de Portugal e todo o esforço dos patriotas no Brasil.

A luta no Brasil prosseguiu e a ordem para a sua cessação, emanada de Portugal, recebeu a seguinte resposta dos patriotas:

Combateremos até o fim, e somente após expulsar o invasor, iremos a Portugal receber o castigo pela nossa desobediência.

Não contando com o bloqueio naval de Salvador de Sá e sendo inútil qualquer tentativa de reconquistar Recife, decidiram os patriotas cercá-la por terra.

Foi construído o Arraial Novo do Bom Jesus, onde

se abrigaram os patriotas e a alma da resistência. Recife foi cercada por estâncias, as quais tinham a missão de alixar o inimigo e retardá-lo, até o recebimento de reforços do Arraial, em caso de rompimento do cerco ou de ataque a qualquer delas. Os patriotas ficaram com liberdade total no interior e mais com o porto de Nazaré para comunicar-se com o exterior e receber reforços.

Na madrugada do Ano Novo de 1646, Recife foi acordada com o troar ensurdecido dos canhões do Arraial, tomados aos holandeses em Porto Calvo. Eles anunciavam ao inimigo a disposição de um povo heróico. *Não vos iludais, senhores, que o Brasil não foi feito para vós, não percais tempo, voltai para casa.* Foi o que disseram os nossos, pela voz de um dos seus chefes.

Do heroísmo e disposição dos bravos do Arraial diz este depoimento holandês:

Apesar de suportarem duramente reveses do mar, muita necessidade de vestidário, de carne e de tudo, e de viverem em contínuo sobressalto, recusaram o perdão que lhes oferecemos. Nenhum veio ter conosco, persistem obstinados em sua rebelião.

À projeção histórica dos Montes Guararapes liga-se intimamente o Arraial Novo do Bom Jesus, abrigo sagrado do espírito de resistência. É hoje chão sagrado da nacionalidade brasileira; sua revitalização estava projetada pelo Exército, em 1997.

O cerco de Recife tornou-se rigoroso em junho de 1646, e a situação da praça angustiada e insustentável. Foi estabelecido racionamento severo para enfrentar a fome com todos os seus horrores. A penúria era tamanha, que atingiu as pessoas mais influentes. Consumiram-se ratos, cães e gatos. Os escravos de holandeses foram vistos desenterrando cavalos mortos de inanição para alimentarem-se. Viram-se oficiais batavos, no leito em vazante do Capibaribe, disputando com o povo um carangueijo.

Quando a praça estava prestes a capitular, chegaram da Europa reforços e víveres. Os holandeses em expedição atacaram mais uma vez Salvador.

Os patriotas pernambucanos, por seu turno, aproveitando o enfraquecimento de Recife, com a saída da expedição à Bahia, urdiram ousado e inteligente plano.

Secretamente, durante vinte e três noites, levantaram a Fortaleza do Asseca, no atual cais da Aurora, nela trabalhando, indistintamente, oficiais, soldados e civis, não tendo sido admitida mão escrava.

Concluída, na manhã de 7 de novembro de 1646, rompeu violentíssimo bombardeio patriota sobre Recife, acompanhado de toques de tambores e gritos.

Do que foi este bombardeio e seus efeitos, diz bem Lopes Santiago:

O inimigo desocupou os sobrados e refugiou-se em abrigos que construiu nas lojas onde passaram a dormir. E as naus holandesas que entravam e saíam pela barra eram atingidas. Essa resolução foi uma das coisas mais importantes que se fez neste Estado.

Uma partida patriota, aproveitando-se da confusão, numa ação típica de comandos, penetrou na praça e invadiu o antigo palácio de Nassau, matando muitos e trazendo diversos troféus.

Tão grandioso feito militar teve enorme repercussão estratégica. Fez Nassau voltar ao Recife de sua expedição da Bahia, retornando assim às mãos dos baianos, sem luta, a Ilha de Itaparica. Ele

criou condições para que aportasse, em Salvador, tranqüila e sem luta, furando o rígido bloqueio naval holandês, uma esquadra portuguesa, com reforços e o novo Governador-Geral D. Antônio Teles de Menezes.

A 24 de abril de 1646, ocorrera em Tejuco-papo, próximo a Goiana, belo e comovente episódio, no qual mulheres e jovens imberbes enfrentaram e venceram uma tropa do invasor com determinação e bravura.

Um desembarque holandês atacara o Fortim Tejuco-papo de pau-a-pique. Percebendo que se desagregara a resistência, o inimigo, a golpes de machado, iniciou a abertura de brechas na paliçada para penetrar no Fortim e trucidar e desonrar seus ocupantes, em represália aos efeitos mortíferos das emboscadas.

Nesse momento crítico, em que o pânico começou a lavrar, destacou-se uma brava mulher, com um crucifixo na mão, percorrendo o reduto. Ela concitou as outras a pegar em armas e correrem à paliçada, para morrerem juntas, lutando pela liberdade divina e pela Pátria. Seu apelo foi atendido. Todas, apanhando foices, porretes e tudo o que estava ao alcance das

mãos, lançaram-se aos magotes, junto com jovens meninos, sobre o adversário, que já penetrava no reduto por brechas abertas na paliçada, obrigando-o a retroceder. Outras começaram a lançar, nos rostos dos invasores que se aplicavam em alargar as brechas, água com pimenta malagueta.

Atacados por reforços, o inimigo desenganjou e reembarcou humilhado e abatido.

Tejuco-papo é um dos poucos episódios conhecidos de participação coletiva armada da mulher e da juventude brasileira em defesa do solo pátrio.

A 23 de janeiro de 1648, fugiu de Recife, onde se encontrava preso havia quase um ano, o mestre-de-campo General Francisco Barreto de Menezes, mandado a Pernambuco por D. João IV para comandar a Guerra da Restauração.

Barreto foi recebido no Arraial Novo do Bom Jesus com grande euforia, e assumiu a chefia das operações. Sua experiência militar decorria, entre outras, da sua participação da epopéia da marcha de Luís Barbalho, do Rio Grande do Norte à Bahia.

A 18 de março, aportou em Recife poderosa esquadra holandesa da Companhia das

Índias Ocidentais, composta de 41 barcos, transportando víveres e 6.000 soldados.

Com esse poderio, o invasor decidiu romper o cerco de Recife e marchar na direção sul, zona de retaguarda patriota, para conquistar o Cabo e adjacências. Isso com a finalidade de controlar bases de suprimentos próximas e afastadas, cortar nesta região o apoio externo aos patriotas e criar condições de prosseguimento por terra, para a conquista da Bahia.

Ao executar esse ambicioso plano, ocorreu a Primeira Batalha dos Guararapes.

A Primeira Batalha dos Guararapes

Ao clarear do dia 18 de abril de 1648, o Exército da Companhia das Índias Ocidentais, ao comando do Tenente-General Von Schkoppe, marchou na direção dos Guararapes, com 6.300 homens.

Ao atingir Afogados fez uma finta, para demonstrar que sua intenção era um ataque ao Arraial Novo do Bom Jesus, para ali fixar os patriotas.

Dias Cardoso, despachado por Barreto para esclarecer a situação, descobriu o verdadeiro propósito inimigo. Em Conselho de Guerra,

os luso-brasileiros decidiram retardar o invasor na Barreta, travar batalha o mais distante de Recife e defender o Arraial do Bom Jesus contra uma ação diversionária tentada pelo inimigo.

Em cumprimento à decisão, o Exército Patriota, composto de 2.200 homens, rumou para o Sul a fim de, em caminho, interceptar o invasor e travar a batalha decisiva.

O General Barreto, prudentemente, confiou aos seus chefes imediatos a condução pormenorizada das ações, pois eles conheciam melhor o terreno e a tática desenvolvida naquela luta – a “guerra brasílica”.

Após um Conselho de Guerra para decidir o impasse entre Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira sobre o local adequado para a batalha, e atendendo à sugestão de Dias Cardoso, *na qualidade de soldado mais prático e experiente em tudo*, rumaram para o Boqueirão dos Guararapes, que foi ocupado às 10 horas da noite de 18 para 19 de abril de 1648.

O exército inimigo, após vencer uma resistência patriota na Barreta, degolando barbaramente muito de seus bravos defensores, seguiu tranquilo e vagaroso para o

Sul, esperando encontrar 200 patriotas à sua frente, da guarnição dos Montes Guararapes.

Na manhã de 19, no momento em que os da Companhia das Índias Ocidentais se aproximavam de Boqueirão, passagem estreita, mas longa, entre o monte central e os alagados em sua base, saiu-lhes ao encontro Dias Cardoso, no comando de 200 homens, enquanto todo o restante do Exército Patriota permaneceu escondido. Com imprudência e entusiasmo, os holandeses desdobraram-se e partiram para atacar a fração de Dias Cardoso, o único inimigo que esperavam encontrar. Este retraiu pelo interior do Boqueirão, tentando envolver, através dos alagados e dos montes, a vanguarda e o corpo de batalha do inimigo.

No momento em que o inimigo progredia nos alagados e, em grande número, no interior do Boqueirão, com drástica redução de frente, teve enorme surpresa, pois caíram em grande emboscada, executada com habilidade por Dias Cardoso, reeditando o seu feito da batalha do Monte das Tabocas, em 17 de agosto de 1645.

O Exército luso-brasileiro até então semi-escondido, à

ordem de "Às espadas!", atacou inesperadamente e com grande fúria e iniciativa.

O Terço de Pernambuco, o mais forte, ao comando de Fernandes Vieira, assessorado por Dias Cardoso, investiu no Boqueirão, rompeu o grosso inimigo e envolveu a sua ala esquerda (flanco esquerdo) nos alagados.

O de Felipe Camarão assaltou a ala direita (flanco direito) e o de Henrique Dias a ala esquerda, ficando o de Vidal de Negreiros em reserva, junto ao Boqueirão.

O primeiro embate foi vencido, ocasionando muitas mortes e deserções nas fileiras batavas. Refeito da surpresa, o inimigo acomeceu com a retaguarda, forte de 1.200 homens, a ala de Henrique Dias, na proporção de 1 para 3. Contido, foi em seguida atacado vigorosamente pela reserva comandada por Vidal de Negreiros.

Após luta feroz de quatro horas, os patriotas impuseram a retirada ao inimigo, com Von Schkoppe ferido e muitos oficiais mortos.

As perdas holandesas totalizaram 1.038 homens, entre mortos e feridos, contra 480 dos patriotas, dos quais 80 tombaram para sempre, sendo sepultados em lo-

cal à frente de onde foi erigida mais tarde a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Guararapes.

A vitória dos Guararapes nesse dia não foi obra fortuita dos acontecimentos, mas o resultado da ação vigilante e decidida dos chefes, da bravura e do espírito combativo dos soldados que constituíam aquele indomável exército de patriotas.

Nessa data, comemora-se o dia do Exército Brasileiro, por ali haver despertado o seu espírito no concenso de analistas de nosso processo histórico.

A 12 de maio de 1648, partiu do Rio de Janeiro, ao comando de seu Governador, Salvador de Sá Correia de Sá e Benevides, uma expedição composta de luso-brasileiros, com destino a Angola, para devolvê-la a Portugal.

Após furar o bloqueio flamengo ela atingiu a África. Lá, através de vitoriosas manobras militares contra uma força superior e bem fortificada em São Paulo e Luanda, reconquistou aquela possessão, em agosto do mesmo ano. Nucleava esta força o atual Regimento Sampaio. Foi a primeira expedição transcontinental militar brasileira, conforme já divulgado nos artigos "Angola

e a primeira Força Expedicionária Brasileira - 1648". (*A Defesa Nacional*, 744, jul/ago 1989, p.150) e "A saga do Regimento Sampaio" (*Noticiário do Exército*, nº 8666, 11 jun 1993).

A Segunda Batalha dos Guararapes

A 17 de fevereiro de 1649, 3.650 holandeses, ao comando do Coronel Brinck, decidiram deixar Recife e ocupar os Montes Guararapes. Dali esperavam atrair os luso-brasileiros, com seus 2.640 homens, para uma batalha decisiva. Após uma marcha forçada, estacionaram nos Guararapes, numa cópia da manobra usada pelos patriotas na primeira batalha.

O Exército Patriota, ao ver ocupado o Boqueirão, infiltrou-se durante a noite de 18 de fevereiro, através de passagens existentes a oeste dos montes. Postou-se pela manhã à retaguarda do Exército da Companhia das Índias Ocidentais, sem revelar sua força e dispositivo.

Frustrados em seu plano e castigados pela sede e pelo sol inclemente, os holandeses decidiram retornar a Recife no início da tarde de 19, na crença de que os patriotas, muito enfraquecidos, se-

gundo informes recebidos, não interfeririam na manobra.

À tarde, após retirar quatro regimentos de posição, para iniciar a marcha de retorno ao Recife e deixar somente dois para cobrir o retraimento, os holandeses foram atacados de surpresa. E foram vítimas de mais uma aniquilante derrota militar.

Os luso-brasileiros, desdobrados em seis unidades de Infantaria, comandadas por Fernandês Vieira, Henrique Dias, Felipe Camarão, Figueiroa, Vidal de Negreiros, Dias Cardoso e duas companhias de Cavalaria chefiadas por Antônio Silva e Manoel de Araújo, atacaram em toda a frente, saindo de locais de onde se mantiveram ocultos até então.

Von Schkoppe, assim se referiria, mais tarde, a esse último grande fracasso militar terrestre da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil nesta 2ª Batalha dos Guararapes:

... a Cavalaria e a Infantaria se lançaram sobre os nossos regimentos e causaram tanta desordem que nem os oficiais, quer inferiores quer superiores, nem os soldados, puderam cumprir o seu dever, o que provocou tal consternação entre os nossos que a pena não

poderia descrever (. . .) e a maior parte de nossas tropas se pôs a fugir, deixando-se matar sem resistência, como crianças...

E um comentarista luso-brasileiro, contemporâneo da batalha: *A destruição não foi maior na perseguição porque cansados estavam os holandeses de fugir e os patriotas de matar e vencer.*

O Major Antônio Souza Júnior, no final da análise desta vitória memorável escreveu:

Mais uma vez os patriotas, inferiores em número, mas superiores como combatentes, derrotaram esmagadoramente os soldados de um dos melhores exércitos da Europa.

Esse desastre militar assim foi descrito por Van Goch, oficial holandês durante a batalha:

... tivemos que recuar por causa da excessiva força do inimigo que atacou com tanta impetuosidade que nossas tropas começaram a fugir e acharam-se logo na maior confusão, que nem palavras nem força puderam retê-las, apesar de todos os esforços dos oficiais. As nossas tropas, entregues à desordem, à deserção e à confusão, dispersaram-se aqui e ali, por diversos cami-

nhos, em direção ao mato e ao rio...

Antônio Dias Cardoso, ao representar o Exército Patriota na troca de mortos e prisioneiros, respondeu, com toda a sua autoridade de mestre da guerra brasileira, a um oficial inimigo que assegurou vitória no próximo confronto, combatendo disperso com o Exército Patriota:

Melhor para nós, pois cada soldado nosso é um capitão, enquanto cada um dos vossos necessitará um capitão ao lado para combater.

Dias Cardoso estabelecia, assim, a diferença entre o soldado patriota, encaminhado à luta por motivos patrióticos e espirituais, e o mercenário, engajado por dinheiro.

A DERROCADA FINAL DO INVASOR

Ao rude golpe militar econômico sofrido pelo invasor nas duas batalhas dos Guararapes, somam-se outros: a organização, em Portugal, da Companhia Geral de Comércio do Brasil; a guerra entre Inglaterra e Holanda e a ruína da Companhia das Índias Ocidentais. Tudo isso contribuiu para que a Holanda perdesse a supremacia naval no litoral do Nordeste.

A 14 de janeiro de 1654, em ação combinada do Exército Patriota e da esquadra da Companhia de Comércio do Brasil, composta de 44 navios, teve início o assédio do Recife. E em 10 dias de operações, a cidade caiu em mãos dos luso-brasileiros.

No dia 26 de janeiro de 1654, na Campina do Taborda, fronteira ao Forte de Cinco Pontas, os holandeses assinaram a rendição de todas as suas forças no Brasil. A Guerra de 30 Anos do Brasil chegara ao seu final.

Como conseqüências da vitória final luso-brasileira nas guerras holandesas, destacaram-se: o fim das invasões estrangeiras no Brasil por motivo de conquista; foi mantida a unidade geográfica e cultural católica do Brasil, assim como na América do Sul, ameaçada pelos holandeses baseados no Salien-

te Nordestino; surgiu o despertar da consciência nativa de que o Brasil era mais que uma colônia e já o esboço de uma nação, capaz de defender-se sem auxílio de Portugal (era o nascente sentimento de nacionalidade e de força armada despertado pelas vitoriosas batalhas dos Montes Guararapes, vencidas com uma doutrina militar genuína, desenvolvida na longa luta para a expulsão do invasor); foram lançados os fundamentos da grande democracia étnica brasileira, em consequência do irmanamento de brancos, negros, índios e mestiços na luta comum; procedeu-se o desbravamento do litoral nordestino, em especial do Recife a de Sergipe; surgiu o despertar do sentimento de unidade nacional, em razão da solidariedade à causa pernambucana de parte de outras regiões do Brasil, em especial do

Nordeste; fortaleceu-se a projeção da indústria canavieira pernambucana no cenário internacional com novas técnicas agrícolas introduzidas pelo invasor.

Nos Guararapes foi definido o endereço do Brasil. O de ser uma e não dois ou três hostis entre si, conforme acentuou o Deputado Gylberto Freire em discurso na Câmara Federal.

Vale ainda lembrar a antológica interpretação do grande historiador natural de Amargosa (Bahia) e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1948:

Foi nos Montes Guararapes, há trezentos anos, A maior batalha. O supremo desafio.

O duelo mortal do invasor e do filho da terra

Do estrangeiro e do nativo

Da poderosa opressão e da liberdade heróica.



LISTA BIBLIOGRÁFICA

A presente interpretação se baseou no estudo e análise das seguintes fontes, listadas a seguir, que remetem o leitor a outras fontes sobre as guerras holandesas no Brasil.

A fonte 1 é a parte de combate do general luso-brasileiro vencedor das duas batalhas. As fontes 3-10 foram produzidas pelo autor, então major de Estado-Maior do Exército, quando preparava a obra "As Batalhas dos Guararapes - análise e descrição militar".

A fonte 11 foi produzida por um dos comandantes holandeses que lutaram nos Guararapes, o mesmo valendo para a fonte 35.

A fonte 18 foi produzida por um general que analisa algumas obras pertinentes as guerras holandesas, como a fonte 13.

As fontes 27 e 28 foram produzidas por um padre beneditino e publicadas na RIAHGP (*Revista do Instituto Arqueológico Geográfico e Histórico de Pernambuco*).

A fonte 36 foi produzida por um bispo católico.

As fontes 37 e 38 e referidas nas fontes 11 e 35 foram produzidas por um major do Estado-Maior do Exército, uma das grandes autoridades no assunto e que reuniu na fonte 35 valiosas e importantes fontes primárias sobre as duas batalhas.

As fontes 29-31 foram produzidas pela maior autoridade em guerras holandesas e que traduziu diversos documentos do holandês para o português. Foi o grande revelador do Mestre-de-Campo Dias Cardoso, até então pouco conhecido e muito menos destacado em sua imensa projeção como profissional, devido ao facto que se fazia baseado nos heróis locais representantes das três raças, sofrendo ele uma espécie de preconceito por ser português.

As fontes 22 e 23 foram produzidas pelo diretor do Arquivo Público de Pernambuco, entidade que produziu as preciosas fontes 19 e as contantes da *Revista do Arquivo Público de Pernambuco*, 1949, comemorativa das 300 anos das Batalhas.

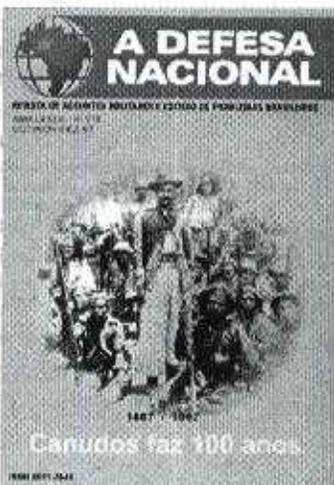
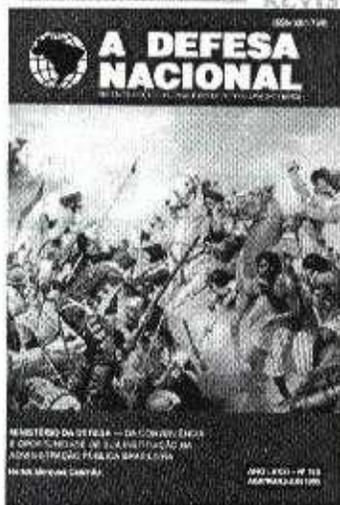
A fonte 26, segundo Antônio de Mello Neto foi produzida por autor que nunca esteve no Brasil e que repete Lopes Santiago, com erros.

A fonte 13 aborda a guerra até 1646, antes das Batalhas, e contextualiza o quadro geral onde estas se inseriram. A fonte 34 é de testemunha importante e básica.

1. ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *A remuneração de serviços na guerra holandesa*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1968.
2. BARRETO, Francisco. *Parte da Primeira Batalha dos Guararapes*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. t. 56, 1893, p. 71-5.
3. BENTO, Claudio Moreira. *Mestre-de-Campo Antônio Dias Cardoso – estrategista e tático da insurreição*. Jornal do Commercio, Recife, 13 set. 1970. (Tricentenário de sua morte no Recife).
4. _____. *Anual Novo do Bom Jesus*. Jornal do Commercio, Recife, 1 nov. 1970.
5. _____. *Bombardeio do Recife holandês* (inédito) Jornal do Commercio, Recife, 22 nov. 1970.
6. _____. *Heróicas de Tejacópo*. Jornal do Commercio, Recife, 6 dez. 1970.
7. _____. *A Batalha do Monte das Taboas* (síntese de pesquisas). Jornal do Commercio, Recife, 14 nov. 1971.
8. _____. *Aniversário da Segunda Batalha dos Guararapes*. Jornal do Commercio, Recife, 14 fev. 1971.
9. _____. *Ossadas humanas nos Guararapes*. Jornal do Commercio, Recife, 21 fev. 1971.
10. _____. *O Parque Histórico Nacional dos Guararapes, uma realidade*. Jornal do Commercio, Recife, 21 fev. 1971.
11. BRANDE, Cornelius van den. *Parte de Batalha*. In: SOUZA JUNIOR. *Do Recôncavo aos Guararapes*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1942. p.226-7.
12. BRASIL-Ministério da Educação e Cultura. *Documentos holandeses*. Rio de Janeiro, 1955.
13. CALADO, Manuel. *O Vilevo Lucideno e o triunfo da liberdade*. 4ª ed. São Paulo: Edições Cultura, 1943. 2v.
14. CALMON, Pedro. *Guararapes, a aliança de dois destinos*. Revista do Arquivo Público de Pernambuco. Recife, 1949.
15. CALÓGERAS, Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca de Exército, 1948.
16. CASCUDO, Luis Câmara. *Geografia do domínio holandês*. [S.l.:s.n.], 1949.
17. _____. *Conferência*. Revista do Arquivo Público de Pernambuco. Recife, 1949.
18. CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de três séculos literatura de militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.
19. COSTA, F.A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Recife: Arquivo Público de Pernambuco, 1965.
20. DELGADO, Luiz. *A Restauração Pernambucana*. Recife: [s.n.], 1945.
21. EMERENCIANO, Jordão. *A Primeira Batalha dos Guararapes*. Recife: Imprensa Oficial de Pernambuco, 1948. (No tricentenário da 1ª batalha).
22. _____. *A Segunda Batalha dos Guararapes*. Recife: Imprensa Oficial, 1949.
23. ESTADO DE PERNAMBUCO. *Inventário das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco*. Recife: Imprensa Oficial. 1940.
24. FREYRE, Gilberto. Discurso na Câmara Federal. Diário de Pernambuco, Recife, 22 abr. 1948.
25. GOCH, Michel van. *Relatório sobre a Segunda Batalha dos Guararapes*. In: SOUZA JUNIOR, *Do Recôncavo aos Guararapes*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, p.229-33.
26. JESUS, Rafael de. *O Castriato Lucitano*. Lisboa: [s.n.] 1679.
27. LUNA, Lino de Monte Carmelo. *Memória sobre a localização do Boqueirão dos Guararapes*. Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco. 15. Recife, 1869.
28. _____. *Memória sobre os Montes Guararapes*. Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco. 17. Recife, 1870.
29. MELLO NETO, José Antônio Gonçalves de. *Restauradores de Pernambuco*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1967.
30. _____. *João Fernandes Vieira*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1967.
31. _____. *Tempo dos flamengos*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1947.
32. PINTO, Lauro Alves. *A guerra e expressão das valências culturais*. Revista do Arquivo Público de Pernambuco. Recife, 1949.
33. RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e Bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Inst. Nacional do Livro, 1949.
34. SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco*. 2ª ed. Recife: 1943.
35. SCHKOPPE, Segismund von. *Parte da Primeira Batalha dos Guararapes*. In: SOUZA JUNIOR, Antônio. *Do Recôncavo aos Guararapes*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1942. p. 223-4.
36. SILVA, Augusto Álvaro. *Religião e Patriotismo*. Revista do Arquivo Público de Pernambuco. Recife, 1949.
37. SOUZA JUNIOR, Antônio de Souza. *Do Recôncavo aos Guararapes*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1942.
38. _____. *Aspectos militares da Primeira Batalha dos Guararapes*. Revista do Arquivo Público de Pernambuco. Recife: 1949.

A Defesa

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



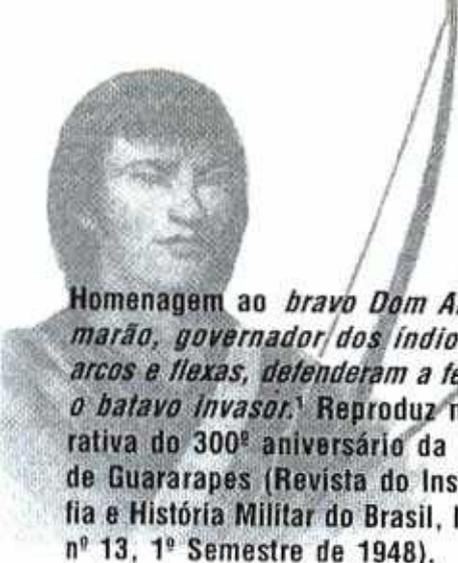
**AGORA
FICOU MAIS
FÁCIL
TORNAR-SE
ASSINANTE!**

Basta remeter um cheque em nome de A DEFESA NACIONAL, constando no verso, a finalidade do mesmo, e V. receberá em seu endereço, os quatro números anuais.

LIGUE GRÁTIS
 (0800) 238365
E-mail: bibliex@ism.com.br

ASSINATURA ANUAL
Brasil — R\$ 15,00
Exterior — US\$ 30,00

**Veja no final deste número,
o PEDIDO DE ASSINATURA,
com maiores informações**



O Índio Camarão

Lysias A. Rodrigues*

Homenagem ao *bravo Dom Antônio Felipe Camarão, governador dos índios que, com seus arcos e flechas, defenderam a fé e a Pátria contra o batavo invasor.*¹ Reproduz matéria comemorativa do 300º aniversário da Primeira Batalha de Guararapes (Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, IGHMB – Ano VIII, nº 13, 1º Semestre de 1948).

O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, dentro dos altos e patrióticos objetivos que o norteiam, resolveu dar particular destaque às comemorações do tricentenário da Primeira Batalha dos Guararapes, conjuntamente com as mais conceituadas instituições culturais do País, comemorações essas a serem realizadas em 19 de abril, data aniversária dessa memorável batalha.

Memorável, repetimos, porque a Primeira Batalha dos Guararapes foi, sem dúvida alguma, a afirmação

mais decisiva e peremptória da continuação de nossa política intangível, a mais marcante e categórica fixação da continuidade da civilização latina em nossa Pátria, ao mesmo tempo que, dava forma definida e feição inconfundível à idéia nacionalista, caldeada já no fogo e na dor, burilada também no sofrimento e na luta tenaz pelo apego ao torrão natal.

Quiz o destino, marcar particularmente essa batalha, fazendo com que seus chefes representassem as raças várias que se caldeavam indiscriminadamente no *melting pot* étnico extraordinário do Brasil-Colônia.

Além disso, a Primeira Batalha dos Guararapes não foi apenas um mero episódio da guerra para expulsão do invasor holandês. Ela foi, sobretudo, uma vitória decisiva

contra a Holanda, a Espanha, Portugal e autoridades portuguesas no Brasil.

Antes da Primeira Batalha dos Guararapes, já os nacionais haviam mostrado seu valor indômito, sua heroicidade, a decisão de lutar como feras contra os holandeses. A prova é o sítio de Recife, onde os sitiados passavam misérias incriveis.

Diz-nos o Padre Galante: *...os judeus... emprestaram às autoridades cem mil florins com que se pagou às tropas o soldo vencido que só serviram para lhes alegrar a vista porque não havia o que comprar.*

Cães e gatos, tão numerosos antes da guerra, já não se achavam. Aos ratos tinham dado caça tão porfiada que se extinguiu a raça no Recife. Os cavalos também já tinham comido todos, e os

* Brigadouro-do-Ar. Patrono da Cadeira nº 69 do IGHMB

1. Da inscrição mandada gravar no frontispício da Igreja Matriz da Várzea, de Recife, a 14.05.1943, por sugestão do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco.

negros buscavam os ossos dos que tinham sido enterrados, roendo-os com grande avidez. As faces e os corpos de muitos moradores, principalmente dos escravos, eram como de esqueletos vivos, morrendo não poucos de pura inanição. Aventurar-se além dos muros, à procura de mantimentos, era expor-se à morte certa.

A Primeira Batalha dos Guararapes foi o coroamento lógico das infelizes investidas de Van Schkoppe contra Olinda, Várzea e Penedo, quando suas tropas, duramente castigadas, tiveram que retornar batidas e desmoralizadas outra vez para Recife.

Antes mesmo de saber-se na Holanda o resultado do ataque de Van Schkoppe à Bahia, já havia o Governo holandês, achando tratar-se dos altos interesses e do decoro da própria República, apoiar decididamente a Companhia das Índias Ocidentais, enviando poderoso reforço às tropas sitiadas em Recife, sob o comando do Almirante Witte Corneliszoon de With, que chegou a Recife a 18 de março de 1648.

A chegada dessa frota a Recife foi esplendorosa. Diz Santiago (citado por Rocha

Pombo): chegando mais perto do porto do Recife, deram sua salva de artilharia; e quando cada uma nau entrava pela barra, disparava as peças que levava e os soldados (7500, dos quais 6000 tropas do Governo holandês) davam surriadas de mosquetaria, que parecia que o céu vinha abaixo com o estrondo e o estrépito que faziam; correspondeu-lhes o Recife, disparando de todas as suas fortalezas inumeráveis peças de artilharia, fuzilando o ar e ficando o mar claro, que parecia que tudo ardia em fogo vivo, e o fumo tão vasto e espesso que escurecia a claridade do dia; e os holandeses do Recife deram três salvas de mosquetaria, ouvindo-se o eco em partes muito distantes, havendo muitas luminárias e outros fogos festivos nele e na cidade Maurícia, com que bem significavam o contentamento, que tinham, dando-se os flamengos e os judeus os parabéns uns aos outros, por se verem socorridos com tão poderosa armada (60 naus diz Rocha Pombo) fazendo muitas festas e aplausos, tendo já por ganhada e restaurada a campanha, e sujeitos outra

vez os moradores, os quais davam por acabados. E bem se pode inferir quão enfadados, tristes e pensativos andariam (os da terra) vendo-se sem socorro de Portugal...

Pouco depois, Van Schkoppe deliberou romper o sítio e apossar-se da campanha. Seus 6000 homens foram batidos duramente na Primeira Batalha dos Guararapes, seus aguerridos soldados de outras terras sendo vencidos como vencida foi a Holanda.

A Primeira Batalha dos Guararapes foi vitória contra a Espanha, por haver, na sua empáfia e orgulho, assinado o tratado de paz de Munster com a Holanda, no qual ela se atrevia "garantir" à Holanda, quaisquer porções de território do Estado do Brasil porventura conquistados pelos nacionais naquela luta.

Foi vitória contra Portugal, porque o rei e a Corte de Lisboa procuravam, por todos os meios e modos, apaziguar a Holanda, condenando o movimento insurrecional, prometendo castigar exemplarmente os que lutavam pela libertação do jugo holandês, ordenando que se retirassem da campanha os mestres-de-campo, chegando até a substituir o Governador-Geral

Antônio Teles da Silva, acusado pelos holandeses de simpatia pelos revoltosos.

Chegou o rei de Portugal a declarar que: *estava disposto a consentir que se restituíssem à Holanda todas as conquistas feitas pelos insurgentes, fazendo-se retirar da campanha e concluir imediatamente um tratado definitivo de paz.*

Disse o Dr. Arnóbio Wanderley: *até a voz oracular de Vieira hibernou em frias transações com os negociantes de Haia. Se aquela trovão que estremeceu os alicerces da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, se aquela voz se adelgaçou depois nos entendimentos com a judiaria de Amsterdam e nos "prudentes" conselhos do Paço d'El Rei, se o sacerdote nos deixou, honra seja feita aos fiéis de Pernambuco..... não pudemos contar com a voz ardente e patriótica de Vieira quando mais dela precisávamos!...*

A própria esquadra de socorro, tão prometida e que de Portugal assegurava trazer socorros para os insurgentes, veio sob o comando de Salvador Corrêa, mas trazia *carta de prego* com ordem de ir conquistar a Angola, o que de fato ele fez.

Foi assim Portugal, sem rei e sua Corte, vencido também, nessa luminosa Batalha dos Guararapes, de 19 de abril de 1648.

Foi vitória contra as autoridades portuguesas no Brasil, porque Southey nos conta que a Bahia estava fartamente abastecida de víveres, armamentos, munições etc., e, apesar dos constantes apelos, das instantes súplicas dos que combatiam o invasor holandês, jamais receberam o menor auxílio dela.

O Governador-Geral estava tão persuadido – como o rei de Portugal e sua Corte – da impossibilidade de os insurgentes vencerem os holandeses, que a um angustioso apelo mais recebido, ante a ameaça da marcha de Van Schkoppe sobre Moribeca, teve o único gesto de enviar o Capitão Pero de Miranda com 200 homens para a margem direita do Rio S. Francisco, não para ajudar os insurgentes, mas apenas para acolher os fugitivos que porventura se houvessem salvo do morticínio que ele esperava. Essa foi sempre a atitude das autoridades coloniais portuguesas no Brasil, contra as quais os insurgentes marcaram esplêndida vitória na Primeira Batalha dos Guararapes.

E quem eram os chefes desses bravos lutadores contra o jugo holandês?

A instrução no Brasil tem andado por obscura via e esconsas picadas. Durante anos, acharam que a História do Brasil não precisava ser bem conhecida dos brasileiros. Para que saber dos incontáveis heróis que fulgem em suas páginas? Para que evocar as esplêndidas vitórias que com tanto sacrifício, com tanto patriotismo eles conquistaram, dando seu sangue e suas vidas? Para que criar um espírito sadio de amor à Pátria?

E os *luminares* não hesitaram em praticar o crime de lesa-Pátria de relegar esse estudo da História do Brasil, que só pode nos orgulhar, a um mero e insignificante capítulo da História Universal. Mercê de Deus esse pesadelo passou.

Hoje, é com doloroso sentimento que ainda verificamos mal saberem os que estudam no Brasil o nome desses bravos de 1648.

É-nos grato contribuir para o conhecimento desses heróis brasileiros, paradigmas da honra e do patriotismo, cujas biografias precisam ser conhecidas por todos os brasileiros.

A escassez do espaço que nos concedem força-nos hoje

a limitarmos nosso estudo a um rápido bosquejo da vida extraordinária de Antônio Felipe Camarão, a nosso ver o fator mais decisivo daquela espetacular vitória de 19 de abril de 1648.

O Governador de Pernambuco por ocasião da invasão holandesa, Mathias de Albuquerque, neto de Duarte Coelho, antigo donatário, não dispondo de meios de defesa, foi forçado a retirar-se para o interior com os homens que pode reunir e quatro peças.

Junto aos Rios Capiberibe e Parnamirim encontraram uma posição adequada, onde se instalaram; desde logo fez anunciar a todos que estava disposto a resistir aos holandeses e contava que todos vissem ajudá-lo nesse patriótico mister, que era também uma luta religiosa.

Entre os primeiros chegados, acompanhados de grande número de índios, estava Potiguassu, tucháua dos Potiguaras, um índio de pequena estatura, como os de sua tribo, cabelos escorridos, pele acobreada, bem feito de corpo, e que sabia ler e escrever bem, e até sabia latim.

Nascido e criado na aldeia de Seri, nas terras de Igarassu, fora educado pelos jesuítas, que o fize-

ram cristão, e a quem ele sempre deu as maiores provas de apreço e estima, e, que por eles fora batizado com nome de Antônio Felipe Camarão.

Camarão gostava da luta, mas era afável no trato. Conhecedor da guerra, mostrou-se um guerreiro esplêndido. Foi ele, provavelmente, quem fez ver, a Mathias de Albuquerque, que era fácil tornar impossível a vida dos holandeses fora de Recife. A ele e aos seus bravos índios foi dada a incumbência de não dar tranqüilidade aos holandeses tornando o interior perigoso, mortal a quem nele ousasse entrar. E assim Camarão o fez.

Diz Wanderley: *todos os dias se lutava e todas as horas se estava atento para entrar em luta. Se o holandês se aventurava a afastar-se de suas fortalezas, logo o surpreendiam os da terra. Se o flamengo levantava a mão para colher uma fruta, logo uma flechada lhe varava o punho. Afastava-se ele à procura de lenha ou de mantimentos? Inúmeras emboscadas o assaltavam e, as vezes, a terra fugia-lhe aos pés em alçapões mortíferos. Ao invasor nada se permitiu usufruir da conquista.*

A tal sorte foi essa campanha de Camarão e seus índios, que em pouco os holandeses estavam sitiados em suas fortalezas, e vivendo só do que lhes mandava a Holanda. E eram poucos os navios que de lá vinham. Em breve a situação tornou-se grave, tanto mais que as águas de poço eram salobras.

Camarão em breve tornou-se um terror para os holandeses. Diz o autor do Valeroso Lucideno que *tanto mal fez ao inimigo, que sonhava com ele de sobresalto: fazia-lhe emboscadas de consideração e dava-lhe venturosos assaltos; e até fossos muito fundos lhe mandava fazer por os caminhos e veredas, com muito estrepe fundo para que, saindo o inimigo fora deles caísse, como caíram muitos e por muitas vezes...*

E tantas bravesas e obras heróicas fez no decurso dessa guerra esse Antônio Poti (ou, o que tanto monta, Camarão) que Sua Magestade lhe deu Dom e o fez Cavaleiro do Hábito de Cristo, e lhe deu o título de Governador e Capitão-General de todos os índios do Estado do Brasil.

Camarão enfrentou continuamente os mais destacados generais holandeses, sol-

dados aguerridos das terras européias, vencendo-os sempre.

No Istmo de Olinda, enfrentou o General Henrick Lonk, dizimando seus soldados e ferindo-o no ombro, só não o fazendo prisioneiro por dispor Lonk de um bom e veloz cavalo. Derrota memorável inflingiu ele ao General Van Schkoppe, quando este foi atacar o Forte Real, em 18 de agosto de 1633. O General Artichofsky, ao atacar Goiana, foi por ele também vencido e ao chegar a Apipucos, declarou pesaroso: *há mais de 40 anos milito na Polônia, na Alemanha e nos Flandres, ocupando sem interrupção postos honoráveis; só o índio brasileiro Camarão me veio abater o orgulho fazendo-me perder a reputação e o nome ganho e conservado por tantos anos.*

Em Água Fria, apanhou, em emboscada que ficaram famosas, os holandeses que marchavam para atacar o Arraial.

Os postos de luta escolhidos e pedidos por Camarão eram sempre os de maior perigo. Não há um só historiador, mesmo e principalmente entre os inimigos, que não exalte incondicionalmente, o valor e a coragem desse indômito guerreiro índio.

O General Rojas y Borjas não foi vencido e destruído, graças ao oportuno e precioso socorro de Camarão, que com *habilíssimas manobras* o salvou, no ataque a Mata Redonda, em 1636.

Camarão e seu terço de índios viveram até 1639 em contínuas guerrilhas com os holandeses, percorrendo toda província de Pernambuco, segundo Pereira da Costa: *varrendo com a sua espada tudo o que encontrava destruindo tudo o que pertencia ao inimigo.* Em 1639, segue para a Bahia e, daí, volta a Sergipe onde se instala, provavelmente para refazer-se de tantos anos de luta.

Aí o foi encontrar, em 1645, o próprio enviado por João Fernandes Vieira, com uma carta em que este o conclamava de novo para a luta. O *Castrioto Lusitano* informa que: *com seu costume de valor e zelo, Antônio Felipe Camarão respondeu à carta de João Fernandes Vieira, dizendo-lhe nela que sem dilação se punha a caminho com seu terço de índios, primeiro a obedecer ao gosto que sempre tivera de o servir; e logo ao interesse que alcançava, em ajudar em tão gloriosa empresa; e que desde ali lhe rendia as graças da parte*

que nela lhe queria dar. Retido por uma grande enchente do S. Francisco, Camarão não pode chegar a tempo de tomar parte na Batalha das Tabocas, mas chegou a tempo de lutar na Batalha da Casa Forte que consolidou aquela.

Logo após, Camarão segue para a Paraíba e o Rio Grande do Norte, em missão libertadora e punitiva, além de coletar mantimentos, mas, quando Van Schkoppe procurou atacar o Arraial Novo de Bom Jesus, quem primeiro se lhe atravessou no caminho foi Camarão, já de volta dessa excursão. A bravura e o ímpeto com que Camarão o atacou, obrigaram Van Schkoppe bater em retirada, deixando o campo de luta repleto de cadáveres e armas.

São de Fernandes Pinheiro estas palavras: *encheríamos volumes se quiséssemos historiar todos os encontros em que o intrépido caudilho se avantajava sobre nós, dizer que não houve uma só ação em que não sentissem os batavos o peso de seu braço; empalidecendo ao ouvir o seu nome aqueles mesmos que nas águas de Zuiderzee haviam submergido os braços de Castela. Diga-o Cunhaú, onde capitaneando 350 índios e 250 portugue-*

ses, pôs em completa debandada os inimigos, arrazando as trincheiras que com tanto afã haviam construído, juncando o campo de mortos e feridos; digam-no finalmente os Montes Guararapes, essas Termópilas Pernambucanas que, a 19 de abril de 1648, contemplaram o denodo com que, pelejando na ala direita do exército libertador, fez fugir diante dos seus carijós os aguerridos soldados de Segismundo (Van Schkoppe).

Quatro meses depois da Primeira Batalha dos Guara-

rapes, vítima de febres malígnas, falecia Dom Antônio Felipe Camarão, com 70 anos de idade. Foi enterrado na Igreja Matriz da Várzea, de Recife. A 14 de maio de 1943, por sugestão do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, foi colocado no frontispício dessa Matriz uma placa de bronze, com os seguintes dizeres:

Nesta igreja foi sepultado, em 1648, após a primeira vitória dos Guararapes, o bravo Dom Antônio Felipe Camarão, Governador dos índios que, com seus arcos

e flechas defenderam a Fé e a Pátria contra o batavo invasor.

Assim viveu e morreu esse vulto formidável de nossa História, que foi Potiguassu, cujos feitos são padrão de glórias para o Brasil. Cultuemos sua memória, exaltemos seus feitos e, sobretudo, procuremos incutir na juventude brasileira o espírito de luta, de destemor, de bravura e patriotismo de que fez gala, com larguesa, Dom Antônio Felipe Camarão, Governador e Capitão General de todos os índios do Estado do Brasil. 

Soldados da Companhia das Índias Ocidentais

Marcos da Cunha e Souza*

Reprdução de matéria publicada na *Revista do IGHMB* – (Ano 56, nº 82/96). Analisa diversos aspectos relacionados aos soldados da Companhia das Índias Ocidentais, braço armado do Governo batavo, em sua tentativa de instalar, no Nordeste brasileiro, uma colônia holandesa.

NATUREZA DO EXÉRCITO “HOLANDÊS”

Não foi o Exército dos Países Baixos que invadiu o Brasil na primeira metade do século XVII. As tropas utilizadas pertenciam a uma empresa mercantil, a *West-Indische Compagnie*, que recebera das Províncias Unidas direitos exclusivos sobre o comércio batavo em todo o hemisfério ocidental.

O exército enviado pela Companhia das Índias Oci-

dentais ao Brasil era uma força de mercenários e aventureiros. Além dos naturais das Províncias Unidas, encontravam-se, basicamente, franceses, ingleses e alemães. Este perfil heterogêneo, aliás, não se restringia aos soldados. Muitos eram os oficiais estrangeiros, tal como o polonês Christoff Arciszewsky.

Exércitos mercenários constituíam o padrão da época, apesar de suas deficiências óbvias. Mais ainda, durante a interminável Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), quando vastas regiões da Europa Central foram impiedosamente saqueadas pelos vários contendores. Nesse momento, mesmo para o mais pacífico dos camponeses, a profissão

das armas surgia como a única opção contra a fome. A calamidade era tal, que a partir de 1642 o Exército sueco deixou de pagar soldo aos novos recrutas alemães. Estes tinham apenas à comida e participação nos saques.

Mas, dentre os soldados que invadiram o Brasil, não faltavam também os aventureiros, como o jovem soldado Ambrósio Richshofer, de família bem estabelecida em Estrasburgo e que chegou a Olinda às vésperas de completar 18 anos de idade. Ou ainda, o anônimo mancebo, *filho de pais respeitáveis e abastados em Leipzig*,¹ que foi enforcado em Olinda por beber vinho durante o serviço.

* Doutor em Direito. Membro do Conselho de História do Exército

1. Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais, Ambrósio Richshoffer, pág. 67.

ALISTAMENTO, SOLDADO E TREINAMENTO

O alistamento dessa gente nos é descrito por Pierre Moreau,² o qual se refere aos alistadores como *vendedores de cristãos, cuja arte está em enganar jovens estrangeiros que observam, e persuadi-los a fazer a viagem das Índias; seduzem-nos e lhes descrevem os países distantes como um paraíso terrestre, que proporciona todas as felicidades desejáveis; prometem uma grande fortuna; retêm-nos em suas casas com grande estima e fornecem-lhes dinheiro até o momento da partida, quando mandam apreender e reter os ordenados desses tolos, logo que embarcam, pela despesa feita em sua casa, contada ao quádruplo daquilo que vale.*

Os soldados faziam jus a cerca de oito florins por mês. Mas o soldo nem sempre era pago em dia e, por vezes, nem era pago. Alguns, quando da volta à Holanda, tinham dificuldades em receber os

vencimentos devidos. *Os ingleses, porém, faziam reparar esta injustiça aos de sua nação: justificavam por bilhetes (que lhes eram dados em Recife) seu tempo de serviço e os salários prometidos e detinham o primeiro navio holandês ancorado em seus portos, não o deixando sair antes que o mestre tivesse feito o pagamento devido.*³

O treinamento antes do embarque era sumário e, em geral, completado por exercícios de tiro durante o trajeto para o Brasil. Por vezes os navios faziam paradas em ilhas, onde as tropas eram desembarcadas e submetidas a novos exercícios. Não era tarefa fácil, pois a tática holandesa era complexa e dependia de conceitos precisos de ordem unida. Mas deve-se lembrar que muitos dos soldados possuíam experiência em outros campos de batalha.

Em 1630, o período mínimo de alistamento dos recrutas era de três anos, ao fim do qual poderiam, em tese, retornar à Europa. Mais tarde, em 1638, constatamos⁴ que o serviço subira para quatro anos completos, sem contar o tempo de viagem. Nos primeiros anos da ocupação de Pernambuco vemos

que a Companhia de fato respeitou o direito dos soldados de voltar para a casa. Mas nos últimos anos da guerra, talvez pela falta de novos voluntários, muitos viram-se obrigados a prolongar sua estadia, o que deu ensejo a atos de insubordinação. Disto tiraram proveito os luso-brasileiros, que passaram a seduzir os soldados inimigos com a promessa de pronto retorno à Europa.

OS OFICIAIS

Em relação aos oficiais, o tempo de serviço era diferenciado em função do acordo que fizessem individualmente com a Companhia. Van der Elst, apenas para citar um exemplo, tinha um contrato que lhe permitia partir segundo sua livre vontade – e o fez ainda em 1630, malgrado os apelos de seu comandante, o Coronel Waerdenburch.

Os oficiais eram contratados entre homens experientes. Waerdenburch, o coronel que conquistou Olinda e Recife em 1630, servira no exército mercenário do sanguinário Mansfeld, no início da Guerra dos Trinta Anos. Depois lutara nas tropas do príncipe Bethlem Gabor da Transilvânia e sob

2. História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses, pág. 83.

3. Op. cit., pág. 28.

4. Relatório de Maurício de Nassau, 14.01.1638, in Fontes para a História do Brasil Holandês, pág. 102.

as ordens da República de Veneza, antes de ser chamado ao serviço da WIC. Outro de grande experiência foi Christoff Arciszewsky, que antes de vir para o Brasil lutara contra os suecos na Polônia e servira aos holandeses na malograda defesa de Breda. A experiência militar, contudo, não dava garantia de refinamento ou cultura. Richshoffer, por exemplo, nos fala de um tenente analfabeto.

A estrutura administrativa do Brasil Holandês foi modificada inúmeras vezes. Até janeiro de 1637, as promoções dentro do quadro de oficiais dependeram exclusivamente de indicação encaminhada pelo Conselho Político. Esse colegiado, formado geralmente por comerciantes e funcionários civis da Companhia, era o responsável de fato pelo governo dos territórios ocupados, tendo o cargo de governador poderes limitados. Sobre a questão das promoções, o Coronel Waerdenburch assim se exprime:

Os Senhores Diretores confiaram-me a tarefa principal, e por isto me deram

*uma grande autoridade; para outras empresas ou tarefas de menos importância atribuem exclusivamente aos Senhores do Conselho a escolha dos oficiais, quer superiores, quer inferiores, que devem ser utilizados, muito embora eu, que tenho as provas de capacitação dos oficiais, seja tão capaz como os Senhores do Conselho para fazer essa escolha.*⁵

A uns poucos soldados foi dada a oportunidade de ascensão ao oficialato. Este foi o caso do Major Dirk Hoogstraeten e do Capitão Klaes Klaesz. O primeiro, no entanto, traiu os seus e tornou-se oficial de Portugal.

DESERTORES

Por motivos vários, algumas centenas de soldados da Companhia terminaram por lutar ao lado dos lusobrasileiros. Muitos foram forçados a isto e na primeira oportunidade retornaram aos seus. Foi justamente o caso do já citado Capitão Klaes Klaesz.

Outros, como o Major Hoogstraeten e os Capitães Albert Wedda e Gaspar van der Ley, o fizeram voluntariamente e levaram consigo algumas dezenas de soldados. Esse último oficial

talvez tenha tido um motivo nobre pois, no Brasil, casou-se com uma portuguesa que lhe deu dois filhos.

As deserções em muito prejudicaram o sigilo das operações batavas. Quando, em 1632, o Conselho Político decidiu que o próximo ataque seria contra a Paraíba, o objetivo foi mantido em segredo, mesmo em relação aos oficiais. Feitos os preparativos, as tropas embarcaram nos navios e apenas no segundo dia de viagem as instruções do Conselho foram abertas e o plano pôde, enfim, ser discutido com os capitães. Esses cuidados, porém, se mostraram inúteis, pois dois desertores holandeses⁶ já haviam transmitido a Matias de Albuquerque o destino provável da frota, possibilitando a este enviar reforços que chegaram à Paraíba antes da expedição holandesa.

No caso dos oficiais, as deserções eram geralmente causadas pela cobiça. Esperavam dinheiro, honras e até mesmo poder. Mas entre os soldados os motivos estavam ligados à própria sobrevivência. Nos primeiros anos da ocupação do Recife as tropas passaram por todo tipo de sofrimento, inclusive a fome. Quem nos conta é um soldado:

5. Carta do dia 14 de maio de 1630 aos Estados Gerais.

6. Laet, Anais da Biblioteca Nacional, vol. 39, pág. 218/219.

De 5 a 10 (de julho de 1630) passaram-se muitos dos nossos para o inimigo. Estas deserções são motivadas pela falta de víveres de que sofremos. As mais das vezes as rações de pão ou provisões distribuídas para oito dias mal chegam para dois, sendo até devorados cães, gatos e ratos. Assim achamo-nos na alternativa de ou expulsarmos o inimigo de sua vantajosa posição ou morreremos de fome.⁷

ALIMENTAÇÃO

Este quadro explica-se pelo fato de que as forças de Waerdenburch estavam naquele momento cercadas dentro do complexo Olinda-Recife-Antônio Vaz. Nesse contexto, dependiam quase que totalmente dos suprimentos vindos da Europa e que consistiam em favas, ervilhas e peixes salgados. E, pelos relatos da época, vemos que muitas vezes esses alimentos chegavam em péssimo estado de conservação. Situação semelhante repetiu-se em Recife, a partir de 1645.

Waerdenburch não ignorava a fome da tropa e a

menciona em vários relatórios enviados aos Países Baixos. Na missiva do dia 16 de dezembro de 1630, ele nos dá conta de 400 casos de escorbuto e acrescenta:

... mas a fraqueza da tropa é extrema – não são mais que sombras vivas – porque não recebem víveres frescos, mas somente um pouco de alimento velho, e, além disso, no Recife e em Antônio Vaz (sic), onde se acham (sic) a maior parte dela e onde há mais obras a executar, são obrigadas a contentar-se com água ruim.⁸

Mas, durante o período de expansão do domínio holandês, as guarnições passaram a ser supridas com produtos do próprio Brasil, o que representou sensível mudança de cardápio. Um relatório de 1638 comunica que a Companhia suspendera o fornecimento de ração aos soldados. Em substituição, pagava-lhes uma pensão com a qual cada um por si comprava seu alimento (frutas da terra, farinha de mandioca e muita carne fresca). Os suprimentos vindos dos Países Baixos eram pouco procurados devido ao preço superior.

SUPLÍCIOS DA TROPA

A fome, portanto, não foi uma constante e nem tam-

pouco o único suplício destes que vieram de longe para conquistar o Brasil. Sobre os sofrimentos do dia-a-dia, mais uma vez nos ajuda o Coronel Waerdenburch, em um relato que supera qualquer síntese. Pressionado pelos burocratas instalados nos Países Baixos a fazer novas conquistas ele responde:

Nós que temos experiência diária da força e da astúcia do inimigo (que conta com cerca de 10.000 homens aqui na capital de Pernambuco) juntamente com os inconvenientes das matas e dos caminhos sinuosos, moléstias, mortalidade, falta de víveres, lenta esperança de socorros, chuva forte, calor excessivo, quase todos os elementos contra nós, pouco alimento, e este mesmo bem pouco saudável, sem beber nada a não ser água, marchas através de sarças e espinheiros, vigílias em que se transforma a noite em dia, passando-se noite e dia em fadigas sem fim, de tal sorte que não há ninguém, seja soldado, seja oficial superior ou inferior, que não esteja diariamente no trabalho, (...) através de pântanos e maré alta e baixa, sob os tiros do mosquete inimigo, (...) num alarme contínuo, sem vinho

7. Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais, A. Richshoffer, pág. 74.

8. Documentos Holandeses, vol. 1, pág. 54.

e com maus materiais, nós, dizia eu, que vivemos desta forma como um bando de escravos, não podemos compreender isto.

Frente a este quadro, a burocracia insensível era só mais uma mazela a ser suportada por esta gente. Afinal os soldados não serviam a um ideal, mas a uma empresa que deles queria apenas o lucro.

DISCIPLINA MILITAR

Diante de uma tropa tão sofrida e tão pouco confiável, a disciplina militar tinha de ser das mais duras. E era. Por qualquer coisa o mais afortunado era violentamente açoitado. Outras vezes o insubordinado *era mantido dias inteiros exposto ao sol sobre um cavalete, com bolas atadas aos pés e cinco ou seis mosquetes nas costas.*⁹ As penas capitais eram geralmente precedidas por rituais violentos e posteriormente aplicadas por meio da força ou do estrangulamento.

No entanto, sendo o soldado um elemento caro e precioso, a morte não era oferecida com grande frequência. Quando vários soldados co-

metiam juntos um mesmo crime, geralmente apenas um deles era supliciado.

Richshoffer descreve a morte de um desertor recapturado:

Na noite de 20 foram presos outra vez três franceses que se tinham passado para o inimigo, sendo logo metidos na prisão com ferro nos pés e nas mãos. A 22 foram submetidos a Conselho de Guerra, sendo o cabeça condenado a força. Primeiro cortaram-lhe dois dedos e pregaram-lhe às costas uma bandeirinha branca, e foi então enforcado.

O órgão responsável pelo julgamento dos crimes praticados pelos soldados e oficiais do Exército era o Conselho de Guerra. A severidade das penas impostas aos soldados foi frequentemente criticada até por funcionários da WIC. Um dos críticos foi o francês Auguste de Quelen,¹⁰ que deixou um quadro sombrio da justiça militar holandesa no Brasil.

Quanto ao soldado, basta que tenha se recusado a ser laçoio ou cavaliço, ou a exercer tal função, para ser levado a Conselho de Guerra pelo seu capitão, que muitas vezes é indigno

de ser pagem de seu próprio soldado. As torturas e mais tormentos ordinários e extraordinários lá são aplicados no meio de risadas e por entre o fumo do tabaco e do vinho. (...) Em outras palavras, a vida e a honra do soldado estão todos os dias em perigo, se ele não se conforma com os caprichos dos oficiais superiores, e, mesmo ausente, será condenado, sem ter sido visto nem ouvido por seus juízes.

A disciplina porém não era tão dura para com os oficiais. Talvez porque muitos tivessem conhecimentos influentes em seu país. Waerdenburch, irritado com um certo Major Honcks, lamentou não ter poderes para puni-lo e teve que contentar-se em mandá-lo de volta à Europa. Já o Tenente-Coronel Joris Garstman, acusado, em 1645, pelo assassinato de um importante personagem do Brasil Holandês (Jacob Rabi), foi julgado e condenado como mandante do crime. No entanto, ao pedir a revisão do processo, pode aguardar o recurso em liberdade até a sua morte, em 1654.

VESTUÁRIO E EQUIPAMENTO

As vestimentas dos soldados não obedeciam a qual-

9, Pierre Moreau, pág. 71.

10. Seu relato sobre o Brasil pode ser encontrado na obra *Fontes Para a História do Brasil Holandês*, organizada por José Gonçalves de Mello.

quer padrão ou uniforme. Os recrutas levavam suas próprias roupas e, uma vez no Brasil, compravam outras da própria Companhia ou as roubavam dos mortos, ou ainda dos próprios colegas.¹¹

O equipamento defensivo, quando usado, consistia basicamente em uma couraça sobre o tórax e o capacete ou morrião. Já o armamento individual da Infantaria era aquele compatível com a tática européia da época. Mosquetes e arcabuzes respondiam pelo fogo, mas eram pouco úteis para a luta corpo-a-corpo e lentos no recarregar. Daí a necessidade dos piqueiros, soldados equipados com lanças medindo cerca de três metros de comprimento (os piques), e que tinham o encargo de defender os mosqueteiros durante a recarga, além de agirem ofensivamente no combate corpo-a-corpo.

Quanto à Cavalaria, logo se descobriu ser esta impraticável para a Guerra Brasileira, pela dificuldade dos caminhos e pelo tipo de luta que aqui se travou.

A Artilharia, por sua vez, limitou-se, basicamente, à de-

fesa ou assédio de fortificações, já que nociva à marcha dos exércitos. Para isto, novamente, contribuiu a má qualidade das estradas brasileiras. A pouca eficiência da artilharia de campanha holandesa no Brasil é descrita por Michael van Goch em relatório sobre a Segunda Batalha dos Guararapes. Nesse documento, ele conta que os canhões não faziam grande efeito sobre os tropas brasileiras, dado que estas combatiam em formações dispersas.

TROPAS AUXILIARES

As tropas holandesas no Brasil nunca foram muito numerosas, se comparadas ao objetivo a que se propunham. Com cerca de 3.250 homens, em outubro de 1631,¹² chegaram a contar com 6.180, segundo Barleus. Boa parte desses homens, porém, era imprescindível às guarnições espalhadas pelo vasto território ocupado entre o Sergipe e o Maranhão.

Em complemento às tropas trazidas da Europa, pôde a WIC contar com elementos auxiliares encontrados no próprio Brasil.

Antes mesmo da invasão de Pernambuco, os holandeses já haviam visualizado a utilização de índios na guer-

ra pelo Brasil. Assim, em 1625, levaram alguns para os Países Baixos onde foram aculturados e, mais tarde, ajudariam a trazer aos holandeses o apoio de alguns grupos indígenas. Com o tempo, milhares de índios brasileiros vieram engrossar as forças batavas, prestando valerosa ajuda. Destes, duzentos participaram da expedição a Angola e por lá deixaram seus ossos.

O emprego dos índios porém trouxe alguns problemas. Avessos às questões de ordem econômica, pilhavam as fazendas de propriedade dos portugueses sem compreender que os holandeses muitas vezes queriam preservá-las. Em 1645, diante da expansão da revolta pernambucana, as autoridades batavas discutiram a conveniência de pedir ajuda aos tapuias do chefe Janduí. *Entretanto, levando em consideração as devastações que forçosamente acarretaria a marcha de um povo bárbaro, através do país, julgaram de bom alvitre nada decidir sobre esse ponto ...*¹³

Outro problema consistia em o que fazer com as centenas de mulheres e crianças que acompanhavam os guerreiros índios, por medo que

11. Doc. Hol. vol. 1, pág. 90, Diário de um Soldado..., págs. 68, 72 e 136.

12. Laet, ABN vol. 38, pág. 216.

13. Memorável Viagem..., Joan Nieuhof, pág. 183.

estes tinham de deixá-las desprotegidas em suas aldeias. Muitas foram mandadas para a Ilha de Itamaracá, criando ali problemas de abastecimento.

Cumprir notar, ainda, que os holandeses tinham por hábito enquadrar os índios dentro de unidades comandadas por oficiais ou funcionários da Companhia. Em contrapartida, do lado brasileiro, o índio Felipe Camarão não apenas comandava os seus com grande autonomia, como ainda dirigia em suas expedições pequenos destacamentos formados por brancos.

Durante a Guerra Brasília os batavos puderam contar também com elementos civis. Com o correr dos anos, muitos soldados que já haviam completado seu tempo de serviço no Brasil, permaneceram no país ocupando atividades econômicas. Além disso, a Companhia passou a estimular a vinda de colonos holandeses, para com isso anular a superioridade numérica da população de origem portuguesa. Tanto os antigos recrutas quanto os colonos passaram a constituir

uma reserva do exército regular, a qual foi posta muitas vezes em funcionamento. Geralmente serviam para fortalecer as guarnições das cidades. Foi o que aconteceu quando Maurício de Nassau, querendo reunir o máximo de soldados possível para o ataque a Salvador (1638), lançou mão dos civis para a defesa do Recife. Mais tarde, quando da Revolta Pernambucana (1645), essas tropas foram também usadas ofensivamente. Tivesse a imigração holandesa sido mais intensa, o final da história poderia ter sido outro.

Menos marcante foi o elemento negro. Este era visto com desconfiança pelos holandeses e na guerra foi basicamente usado no transporte de material. Mas, em situações de emergência, também os negros foram chamados. Assim, quando da ocupação de Salvador (1624/1625), os batavos sitiados organizaram uma tropa de escravos que ganhou dos nossos o apelido de Tapanhunos ou Tapanunhos.¹⁴

Anos mais tarde, em 1645, *os senhores de Wit e o Secretário Hamel tiveram ordem de ir de casa em casa da cidade Maurícia e proceder ao levantamento de todos os negros em condições*

*de pegar em armas e equipá-los com mosquetes e piques. Idêntica ordem foi dada ao Almirante Lichthart e ao Capitão Bartholomeus Van Keulen com relação ao Recife.*¹⁵ E ainda temos conhecimento de que, em junho daquele ano, uma companhia de 50 negros participava da defesa do Recife.

Não podemos esquecer também que o invasor pôde contar com a colaboração de habitantes de origem portuguesa, e isto já em 1624, como nos faz ver o relato do Padre Antônio Vieira. A partir de 1645, tentativas foram feitas no sentido do alistamento em massa dessa gente. É o que se depreende de uma resolução administrativa de julho daquele ano a estimular o engajamento de voluntários por período não superior a quatro meses e mediante soldo de nove florins.¹⁶ Mas a resposta da população a esse apelo, se houve, foi tímida.

Por fim, em inúmeras situações, marinheiros desembarcados vieram engrossar as tropas terrestres.

CONCLUSÃO

A análise dos vários aspectos relacionados aos soldados da *West Indische Compagnie* leva o leitor a uma imagem

14. História das Lutas com os Holandeses no Brasil - F. Varnhagen.

15. Memorável Viagem..., pág. 245.

16. Memorável Viagem..., págs. 189/190.

sem dúvida caótica do invasor. Contudo, devemos encarar a história e os fatos dentro do contexto em que se inserem. Os militares a serviço da WIC não deviam em nada àqueles que, naquele exato momento, disputavam na Europa a Guerra dos Trinta Anos. A diferença estava na instituição que os comandava (uma empresa) e no inimigo que encontraram (nacionais determinados e não mercenários).

Na verdade, aqueles homens rudes e geralmente inquietos, quando bem comandados, eram capazes de

manter uma disciplina impecável na hora do combate. De outra forma não conseguiriam manter suas fileiras cerradas, sob fogo inimigo, e nesta ordem marchar contra as trincheiras brasileiras, como tantas vezes fizeram durante as três décadas em que estiveram disputando o solo nordestino.

Tiveram a oportunidade de combater sob as ordens de alguns oficiais notáveis, como os Coronéis Waerdenburch, Arciszewsky e o severo Sigismundo von Schkoppe.

Obrigados a se adaptarem a uma guerra que fugia aos

padrões europeus e a um clima pouco convidativo para a feitura de marchas e trincheiras, estiveram, em 1638, a poucos passos de levar a melhor sobre os ariscos e aclimatados habitantes do país.

Porém, a obra que ajudaram a criar terminou por ruir, e nisso tiveram pouca culpa. E assim, os milhares de aventureiros que para o Brasil vieram, dos quais muitos tiveram esta terra por sepultura, só nos deixaram por legado ruínas e histórias. As ruínas, coube aos nossos antepassados reparar. A história, cumpre-nos preservar.



ATUALIZE SEU CADASTRO

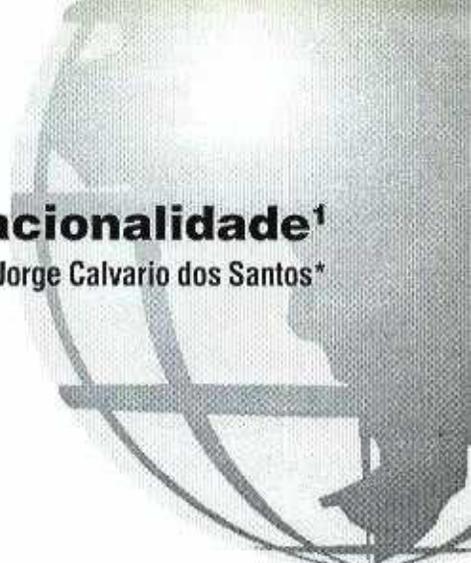
A BIBLIEX quer levar suas publicações até você em qualquer parte do Brasil ou do exterior. Se você mudou de endereço, ou deseja fazer alguma alteração junto ao nosso cadastro, preencha por favor o formulário abaixo indicando somente seu nome e a informação que deverá ser alterada. Obrigado!

NOME
 ENDEREÇO para correspondência
 CIDADE UF PAÍS CEP
 DATA DE NASCIMENTO SEXO M F IDENTIDADE e órgão emissor CPF
 ORGANIZAÇÃO ONDE TRABALHA
 ENDEREÇO PROFISSIONAL
 MILITAR CIVIL POSTO / GRAD. (se militar) Ativo Reservado PROFISSÃO (se civil)
 REVISTA QUE ASSINA A DEFESA NACIONAL REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
 Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25 – Ala Marcílio Dias – 3º andar – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20221-260
 Ligação Gratuita de todo Brasil: (0800) 23.8365
 Telefax: (021) 519.5569 – E-mail: bibliex@sm.com.br

Globalização e Nacionalidade¹

Jorge Calvario dos Santos*



Após considerar a essencialidade, a origem e o conceito de nacionalidade, o autor examina os efeitos que o fenômeno da *globalização* poderão produzir em detrimento dela.

A FORMAÇÃO DO SENTIMENTO NACIONAL

Desde a Antigüidade, o sentimento nacional é fruto de uma lenta evolução, determinada pelo gradual enriquecimento da consciência dos povos e de suas tradições.

Os Estados antecederam as nações.

Os antigos impérios orientais conheceram Estados fortes, solidamente constituídos, possivelmente tiveram um conceito de pátria mas, de nenhuma forma, chegaram a constituir uma verdadeira nação.

O Egito possuía uma forte unidade geográfica. Mas sua unidade política era fruto da adoração do Faraó; nele eram confundidos os deveres políticos, religiosos e morais. Nada indica que os egípcios tenham tido qualquer ato de vontade coletiva. Quando o regime dos faraós terminou, o Estado acabou, restando uma casta estrangeira dominante, uma massa populacional dócil, não integrada e fatalista, que exerceu apenas ações decorrentes de suas tradições.

Se existiu um povo egípcio, não se pode, entretanto, através da Antigüidade, falar de nação egípcia.

Na antiga Europa Mediterrânea, Grécia, Roma, Espanha e Gália eram possuidoras de ardente sentimento patriótico. Entretanto, é difícil afirmar que eram verdadeiras nações.

É lugar comum ter a Grécia antiga representada como um conjunto de cidades orgulhosas de sua independência, de sua civilização e de seu passado, repletos de heroísmo. É certo que a Grécia antiga, repartida pela natureza, não formou um Estado, e que o povo que se opunha aos não gregos jamais se uniu num esforço comum, mesmo em face de graves perigos, tais como as ameaças dos persas, dos macedônios ou dos romanos. Pode-se dizer que não existiu uma nação, mas várias nações gregas: a nação tebana, a nação espartana e a nação ateniense. Talvez, pelas tradições e particularidades gregas, possamos falar de uma idéia pré-concebida de nacionalidade.

O mundo romano teve outras características. Roma re-

* Coronel Aviador. Do Corpo Permanente da ESG.

1. Selecionado pelo PADECEME

alizou a união de antigos povos, como os etruscos, os sumitas e outros mais. Os romanos expandiram, de modo ilimitado, seu território. A paz romana era a glória do Império, que inspirava e motivava a fidelidade ao regime, conhecido como superior a todos os outros existentes e considerados bárbaros. O Império era muito vasto e incluía povos conquistados, impedindo que o patriotismo romano pudesse constituir numa nação. A individualidade subsistia sob unidade aparente. Os gregos, os espanhóis, os gauleses e os egípcios faziam parte do mundo romano, mas jamais foram realmente romanos. O Oriente não foi todo assimilado e o Ocidente se fracionou sob as invasões bárbaras.

Quando o Império Romano desapareceu, afirma Paul Henry, restou um bom modelo administrativo, que foi imitado. Porém, não mais existia no sentimento dos povos, a vontade de reconstituir o antigo império. Houve apenas a assimilação da organização romana pelos Estados sucessores.

Foi do desmembramento do Império Romano que surgiram as nações modernas.

Bizâncio, Itália, Gália, Espanha e outras existiram a partir da união de populações ricas de sentimentos comuns e de mesma cultura que, grupadas sob o mesmo soberano, iniciaram a constituição da Europa. A vontade refletida dos reis, a continuidade do Estado, a fidelidade a um poder reinante e, para cada povo em particular, sentimentos, vontades e objetivos deram início à uma história de nação.

Do processo histórico da Europa, observa-se que, nos povos já bastante diferenciados, a consciência nacional se definiu em alguns. França, Espanha e Inglaterra principalmente, adquiriram uma consciência nacional. A Alemanha, assim como os Países Baixos, mantiveram sua união na defesa de seus patrimônios materiais ou espirituais e começaram a formar essa consciência. Outros a adquiriram mais tarde.

Ao comparar o Império Romano com o Império Espanhol, Simon Bolívar afirmou: *Ao libertar-se da Monarquia Espanhola, a América encontrou-se em situação semelhante ao Império Romano, quando aquela enorme massa caiu dispersa em meio ao mundo antigo. Cada fração desmembrada*

formou uma nação independente, conforme a sua situação e seu interesse; porém, com a diferença de que aqueles voltaram a restabelecer suas primeiras associações.

De Roma surgiram nações que formariam o quadro europeu, tendo como base a ordem e a cultura: surgiu a união do que pode ter sido a dispersão da barbárie, nos diz Zéa.²

Os britânicos foram afastados da posição de orientadores ou de decisores dos destinos da Europa, a partir do término da Guerra dos Cem Anos, quando foram expulsos do continente. Os espanhóis foram encaminhados para o outro lado dos Pirineus, após período de marcante presença na Europa, em especial no século XVI, sob o reino de Carlos V, e a Rússia foi localizada além das estepes que a separaram da Europa.

Entretanto, a Rússia e a Espanha insistiram em participar dos destinos da Europa. A Rússia criou um império no Oriente, sobre o grande Império Mongol, de Gengis Khan. A Espanha criou um império no outro lado do Atlântico, na América. Ambas tiveram, porém, a preocupação de impor e manter presença na Europa.

2. Leopoldo Zéa.

Do outro lado do canal da Mancha, os britânicos, decididos a criar um novo império de abrangência mundial, vêem sua participação na Europa apenas em função de novos interesses.

No século XX, o centro de poder do hemisfério ocidental se translada para os Estados Unidos e a Rússia expande-se para o Oriente. Todo esse processo parece confirmar o que Gramsci pensa a respeito do sentimento nacional, quando afirma que: *sentimento nacional é um sentimento puramente subjetivo, não ligado à realidade, a fatores, a instituições objetivas. É um sentimento de indivíduos que sentem a continuidade de sua história. Um elemento objetivo é a língua. Outro é a cultura.*

Pode-se chamar de nacional o indivíduo que é consequência da realidade concreta nacional ou que inicia uma fase determinada da operosidade prática ou teórica nacional.

CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE

No processo histórico, constata-se a ascensão e a queda de diversos países. Quando um deles chega ao ápice de sua civilização, pas-

sa a ser objeto de cobiça dos que pretendem ocupar o seu lugar. Esses últimos são denominados bárbaros por aqueles que ocupam posição de destaque, o centro, entre as nações.

O qualificativo bárbaro tem sua origem na Grécia. Para os gregos, eram eles os estrangeiros. Bárbaro era sinônimo de selvagem, inculto. Para os gregos, aqueles que não viviam em seu mundo eram entes marginais. Eram menos homens, por não se expressarem adequadamente, numa linguagem que não era a sua. E, por isso mesmo, entes que podiam ser submetidos às ordens e aos interesses dos donos. Bárbaro era igualmente, para os romanos, o indivíduo que estava fora da lei e da ordem das cidades.

Ao fim do Império Romano, os bárbaros se transformaram em novos centros de poder e designaram bárbaros os outros povos, enquanto elevavam sua língua, costumes e valores, como características de civilização.

A dicotomia civilização x barbárie como sinal de *poder e dependência*, de *centro e periferia*, de *intransigência e razão* está presente no processo civilizatório, povos dominadores

e povos destinados a serem dominados por serem bárbaros, ou seja, por não serem a imagem dos seus dominadores.

O processo histórico é repetitivo nesse aspecto. Uma suposta barbárie se converterá em nova expressão de civilização e, portanto, em um novo centro de poder. Com essa nova expressão de civilização, novas expressões de barbárie. A dicotomia civilização x barbárie está sempre presente no processo histórico e a dinâmica do processo é devida a atuação do homem.

Uma das características da civilização é que ela é centro ordenador, legislador ou condutor, que sabe do princípio e essência de todas as coisas e, portanto, sabe de sua condição de mando. A civilização impõe-se à barbárie. É ela paradigma e objetivo da barbárie.

Aristóteles dizia que havia homens nascidos para mandar e outros para obedecer. Uns possuem vontade própria e outros dependem da vontade de outros.

Essa idéia dos gregos a respeito dos bárbaros, como entes limitados, racional e volitivamente, seria estendida pelos ibéricos, especialmente pelos espanhóis, na

conquista e colonização da América, a partir do século XVI. É a concepção aristotélica, absorvida por São Tomás de Aquino e aplicada à ordenação do mundo conquistado pelos ibéricos. Entretanto, a mesma preocupação grega de discriminação entre homens, em função de uma suposta capacidade do uso da razão, permanece.

Para Zéa, um dos problemas que ocorre com os povos marginalizados e supostamente bárbaros e que vem estabelecendo o problema de sua identidade é querer saber o que são no mundo; a identidade como forma de identificar-se em um contexto no qual se é visto como estranho; contexto de que quisera apropriar-se; a busca da identidade como forma de suplantando o anonimato, do qual resulta responsável a civilização que, com tanta resistência, insistia em distinguir-se da barbárie. As identidades nacionais moldam os padrões de coesão, de desintegração e de conflito no mundo.

Nos povos das nações periféricas, a identidade se estabelece como o problema central de sua existência. Da mesma forma que, no início da filosofia européia-ocidental, na remota Grécia se definiu o problema do ser como

garantia da existência do homem, na América Latina do século XIX, e na Ásia e África no século XX, estabeleceram-se problemas de identidade, interrogativos sobre se existe ou não uma filosofia, uma ciência, uma literatura e uma cultura entre esses povos. São problemas semelhantes aos que os gregos estabeleceram sobre a existência do ser. Uma mesma definição para salvar homens e povos da não nulidade do ser e do existir, problema de identidade que se estabelece e é traçado a homens e povos conscientes de sua marginalização.

É necessário conciliar a rica herança cultural do passado com os valores da sociedade contemporânea, para evitar uma crise de identidade. É fundamental ter consciência de que as tradições devem encarnar-se nas novas criações firmemente dirigidas ao futuro. Fundamental também é preservar a identidade nacional, como ponto de partida da necessária assimilação da civilização imposta, para não ser um puro instrumento desta mesma afirmação da própria identidade, como ponto de partida da necessária assimilação da civilização imposta para não ser um puro instrumento desta.

Não se trata de escolher entre cultura e progresso tecnológico, já que são necessários tanto a integridade cultural, para ser una, como o poder tecnológico, para viver com o resto do mundo e deixar marcas próprias na História.

É fundamental preservar as culturas nacionais de sua instrumentalização por outros homens e povos, a que está submetido o jugo político e econômico do colonialismo, juntamente com sua dominação ideológica, estranha aos povos das nações periféricas. O colonialismo, o imperialismo, o neocolonialismo e o racismo constituem uma ameaça constante às culturas nacionais, que as tencionam esvaziar de sua profunda significação humanística e democrática e substituí-la por um pragmatismo danoso, pelo empobrecimento espiritual da cultura de massa, conducente à desvalorização da pessoa.

A afirmação da identidade nacional, que é a base da independência e da soberania das nações, também é instrumento de unidade nacional e garantia de segurança e respeito nas relações com outras nações.

A esse respeito Hegel afirma que:

A reflexão é reflexão determinada; com isso, a

essência é essência determinada, ou seja essencialidade.

O colonialismo, o imperialismo, o neocolonialismo e o racismo constituem uma ameaça constante às culturas nacionais, que as tentam esvaziar de sua profunda significação humanística e democrática e substituí-la por um pragmatismo danoso, pelo empobrecimento espiritual da cultura de massa, conducente à desvalorização da pessoa.

A reflexão é a aparência da essência em si mesma. A essência, como infinito retorno em si é uma simplicidade não imediata, porém negativa; é um movimento através de diferentes momentos, uma absoluta mediação consigo mesmo.

A essência é, em primeiro lugar, simples referência a si mesma, pura identidade. Está é sua determinação, segundo a qual ela é falta de determinação. A essência é identidade consigo mesma. A identidade é o mesmo que essência.

Para Hegel, identidade não é uma simples auto-igualdade de determinada noção. É a identidade de uma essência que se mantém a mesma, independente das mudanças de aparências.

A NACIONALIDADE

Nacionalidade compreende tudo que diz respeito à

essência, à força e à honra da nação. A nação sugere a idéia de um território e das

pessoas que o ocupam. O exercício da nacionalidade, leva tais pessoas a efetuarem transformações e a fazerem a história de sua nação. Nesse processo, a tomada de consciência da história está na sua própria origem: o homem em sua relação com outros homens. Isso, porque, como dissemos atrás, é o homem quem faz a História.

A noção de nacionalidade que naturalmente vem à mente nos direciona para o fato de se pertencer a um determinado território. O fato de ter nascido numa certa área geográfica delimitada determina o atributo da nacionalidade. Essa noção certamente não é completa, pois não abrange a nacionalidade quando não existe território, ainda que esse caso não seja comum. Entretanto, podemos afirmar que o território é indispensável para a construção da nacionalidade. Os pou-

cos exemplos históricos que caracterizam a exceção mostram que as nações nesse caso tiveram, como seu Objetivo Nacional Permanente, a aquisição de território.

O território é indispensável para a formação da nacionalidade. A partir do território com suas características geográficas e climáticas é que se forma a cultura. A geografia favorece ou desfavorece a união nacional, mas não a define. De fato, a geografia favorece a cultura que é componente da nacionalidade. A sociedade, como tal, sente-se como uma unidade, como um todo. Desenvolve-se um sentimento de identificação com seus valores, suas tradições e se compartilha a mesma língua.

Arregui afirma que: *o conceito de nacionalidade tende a desdobrar-se no conceito mais compreensivo de nação. A nação, realidade jurídica circunscrita no espaço e no tempo, com uma estrutura política própria, não é um ser fora da experiência histórica. A nação é um fato verificável, pois sem território não existe nação; é um fato institucional, pois sem normas sociais aceitas pelo grupo não há vida social; é um fato histórico, com sua gênese e*

desenvolvimento, pois expressa a origem e permanência no tempo do grupo institucionalizado, e a continuidade das gerações cujos frutos são mantidos na recordação dos vivos pelo legado dos mortos, representado, em primeiro lugar, pela língua, existência e sangue do espírito e, depois, pela aprovação supra-individual de valores semelhantes, passados e presentes, com os quais a comunidade nacional reconhece a si mesma como unidade de cultura.

Essa abordagem possibilita identificar a nacionalidade como fruto do processo de interação humana, surgida do território, com criações espirituais próprias, lingüísticas, técnicas, artísticas, passado comum, crenças comuns, tradições, consciência de manter-se como unidade em grupo e vontade de ter um destino comum, em que a cultura é fator fundamental.

A partir da coesão do grupo social, de sua cultura, de sua língua e do seu território, formaram-se as nações e, a partir do século XVIII, marcado pela Revolução Francesa de 1789, surge e consolida-se o Estado Nacional, que veio possibilitar que a nação se estruturasse politicamente,

de modo a originar-se e ter sua integridade preservada. Temos então, que a nacionalidade tem seus fundamentos no Homem, no Território e no Estado, como instituição maior.

A nacionalidade é o resultado de um processo histórico interminável. Não surge subitamente, mas como resultante de um longo processo em que são envolvidas todas as dimensões sociais, políticas, culturais, históricas e ideológicas, pertinentes a cada sociedade nacional.

A Europa convivia com as formas clássicas do Antigo Regime ou seja, os regimes feudais que eram organizados com a articulação entre a aristocracia, a monarquia e a Igreja. Ainda que já existissem alguns Estados Nacionais, como Portugal, Espanha e Inglaterra, o conceito de nacionalidade não era explícito nesses processos de unificação.

Uma das conseqüências decorrentes da Revolução Francesa foi o conceito de unidade indivisível da nação. Isso fez com que uma nova forma de organização política se desenvolvesse. Os indivíduos deixaram de se sentir como vassalos do senhor todo poderoso para serem cidadãos pertencentes à uma mesma nação, com direitos e

deveres iguais perante o Estado.

Assim, o Estado surge como a forma de organização que representa e ordena a nação única e indivisível. Nesse momento, a nacionalidade torna-se explícita. A partir de sua explicitação, a idéia de nacionalidade integra-se à componente política. Integrada à componente política, a nacionalidade é melhor conceituada como o complexo dos caracteres que distinguem uma nação, como a mesma história e tradições comuns, que permitem que todos os membros de uma nação neles se reconheçam constituindo sua identidade.

FUNDAMENTOS DA NACIONALIDADE

Alceu Amoroso Lima nos diz que nacionalidade é sempre o conjunto de três elementos; o Homem, a Terra e as Instituições. A ausência de qualquer deles implica a inexistência de uma nacionalidade. São ao mesmo tempo coexistentes e complementares. O grau de sua harmonia e interação define a qualidade e o grau da cultura e da civilização.

O primeiro deles, o Homem, elemento constitutivo de toda civilização, é a razão de todas as coisas. É o elemento

central da nacionalidade. Tudo existe em razão do homem. É ele que em sua evolução, sai da barbárie em direção à civilização. A primeira condição de uma civilização é a adequação da terra ao homem. Por ser o ordenador de seu contraditório com a natureza, o homem intervém de modo a transformá-la e dominá-la, para seu benefício, sua sobrevivência.

Uma civilização pode ser avaliada pelo valor direto da ação do homem sobre a terra. Uma civilização é o domínio do homem sobre a natureza, sinal de sua superioridade.

O segundo elemento, a Terra, é entendido como a base geográfica do Estado, sobre a qual ele exerce sua soberania, e que abrange o solo, rios, lagos, mares interiores, águas adjacentes, golfos, baías e portos. Uma base geográfica delimitada é condição para a constituição de uma nacionalidade. É elemento essencial de sua história e de sua cultura. É a raiz e o vínculo do homem. É seu referencial maior. A base física de uma nacionalidade é elemento essencial de sua constituição. Não é apenas

fundamental mas essencial, por haver a necessidade de delimitação da área ocupada pela nação e sob a jurisdição do Estado. É o território o limitador da abrangência das ações das Instituições.

O terceiro elemento, as Instituições, representam a organização do homem em seu território. Constituem o complexo integrado por idéias, normas, padrões de comportamentos e relacionamento entre os indivíduos, organizados em torno de um interesse legítimo e reconhecido. Em suas atividades ao longo de sua vida, o homem constitui as instituições fundamentais de toda a sociedade: Família, Comunidade, Estado, Escola, Igreja e outras mais.

Dentre os fatores fundamentais de uma nação existem alguns que são vitais e que, por tal razão, devem ser preservados sob pena da dissolução nacional, são eles: unidade nacional, língua e cultura.

UNIDADE NACIONAL

A unidade nacional é fruto de um longo e lento processo histórico no contexto de uma estrutura cultural, onde são amalgamados valores, sentimentos, idéias, emoções e vontades viven-

ciadas por um povo e que fundamentam a nação. Por essa razão, não devemos confundir nação com uma soma de indivíduos que vivem e convivem num determinado território. Como consequência desse processo solidificado no tempo e no espaço de uma cultura, surge e se firma a Pátria, união que tem seus pilares na união do homem com a terra. Essa união³ é continuamente enriquecida pela fidelidade aos valores que são formados e pela solidariedade entre os nacionais.

O Brasil foi o cadinho em que se juntaram as forças da mestiçagem na construção de uma nova sociedade, as quais interagiram num processo de sincretismo jamais visto em outra parte do mundo. Fundiram-se cultos feitichistas-animistas com o monoteísmo católico, de forma concedente e solidária, determinando uma permanente expectativa de tolerância religiosa. Firmaram-se a alternativa de poder político que vem debilitar a permanência de posições radicais, derivando para a acomodação e a conciliação, sem que, isoladamente, nenhuma ideologia predominasse. A proximidade, ou mesmo a promiscuidade étnica passada foi fator predo-

3. Sá e Benevides, 1997

minante na difusão das relações raciais, contribuindo para a ausência de enquistamentos racistas.

A mestiçagem da população brasileira é o elemento aglutinador da formação nacional. A respeito da mestiçagem da população, os adeptos do discurso da globalização a consideram como fator de inferioridade, demonstrando clara conotação racista. As qualidades de versatilidade, de adaptabilidade e criatividade implícitas na mestiçagem e que predispõe a movimentos de mudanças são consideradas como sinais de inferioridade.

A mestiçagem da população brasileira é o elemento aglutinador da formação nacional. A respeito da mestiçagem da população, os adeptos do discurso da globalização a consideram como fator de inferioridade, demonstrando clara conotação racista.

A História do Brasil é rica em fatos que contribuíram para a formação e o fortalecimento da unidade nacional. Um dos mais significativos ocorreu à época da Independência. José Bonifácio conseguiu juntar as peças políticas da Independência, no sentido de estabelecer as bases da unidade nacional e efetivar a soberania. Junto com a Independência, vieram as

pressões inglesas no sentido de tornar o Brasil um mercado importador, o que favorecia significativamente industriais e comerciantes ingleses em detrimento dos brasileiros. José Bonifácio viu que, dadas as estruturas básicas da economia brasileira, a unidade nacional ficaria comprometida e repeliu a proposta inglesa manifestando a vontade soberana da nação brasileira. Também os Estados Unidos fizeram exigências para o reconhecimento da Independência, a que José Bonifácio respondeu: *o Brasil propõe o reconhecimento, não o pede, e ela será mantida*

mesmo contra a posição a ela assumida por outros governos. Isso porque a Independência é um ato soberano do Brasil. As ações de José Bonifácio foram decisivas para fortalecer a nacionalidade.

José Honório Rodrigues afirma que, no processo de formação do Brasil, a defesa e a manutenção da unidade nacional foram mais

vitais e mais importantes do que a ocupação efetiva do território. Ao término do período colonial, o Brasil era apenas uma unidade geográfica. O maior desafio enfrentado pela Independência foi o de criar uma consciência nacional e formar a unidade nacional. A idéia de unidade, que vive nos brasileiros e de todos depende, é produto da história brasileira e da crença no futuro.

LÍNGUA

A língua pode ser considerada como símbolo da nacionalidade. Paul Henry nos diz que Henrique IV, em 1601, afirmou que: *eu quero que a língua espanhola pertença à Espanha, a alemã à Alemanha, mas a francesa deve ser minha.* Essa não é uma declaração circunstancial, mas mostra a importância crescente que a língua tomou depois do século XIX, em função das rivalidades entre as nações. A língua é uma instituição fundamental para a nação. É muito mais que um conjunto de palavras. É um mecanismo mental particular. Falar a mesma língua é de modo geral pensar do mesmo modo, entender os mesmos sentimentos, a mesma vontade. Fichte, nos diz que a língua

une a vida e o espírito de um povo. É um mecanismo mental privativo da nação. É ela o principal fator de unidade nacional.

A unidade da língua é fundamental para a unidade da nação. É instrumento básico de preservação da unidade nacional. É uma das bases da nacionalidade.

A unidade da língua é uma condição de cultura, no sentido de que ela permite que pessoas do mesmo grupo lingüístico possam se entender e comunicar os mesmos valores materiais e espirituais. A unidade da língua favorece a unidade e o poder de uma cultura.

CULTURA

Cultura e civilização são, entre si, uma relação dialética. Para se libertar do estado primitivo, o homem transforma o universo em um mundo de civilização e de cultura.

O homem é culto quando ele faz pessoalmente um esforço de humanização civilizado, quando participa de um nível coletivo de humanização.

A expressão civilização, não implica apenas valores materiais, mas evoca dimen-

sões comunitárias, onde a noção de solidariedade faz-se presente.

Querendo realizar suas próprias virtualidades e humanizar o mundo exterior, o homem tende a aumentar os limites de seu espírito (cultura) e a projetar, em torno de si, efeitos de sua ação sobre a sociedade e o mundo (civilização). Suas novas aquisições se transmitem de geração em geração, constituem entidades que se desenvolvem através da História (civilização).⁴

Essa tensão espiritual é facilitada por tudo o que constitui ambiência material; por assim dizer, o corpo da civilização: meio geográfico, mistura de raças, unidade de língua, nível técnico e organização política e social. Mas a civilização espiritual, a desafeição de valores importantes e a pretensão unilateral de alguns determinam rápida desordem, fadiga, artrose e morte.

As concepções de vida manifestam uma resposta do homem ao problema de seu lugar na realidade total. As civilizações importantes estão desaparecidas totalmente. Elas foram mortas, quase sempre, mais por causa da demissão de seus defensores, que pelo golpe dos adversários. De toda

maneira, a resistência espiritual e material das civilizações não é ilimitada.

A cultura brasileira tem como base a aculturação dos três arquétipos fundadores: o português, o índio e o negro. Sem dúvida, é uma variante da cultura lusíada. Por tal razão a cultura brasileira é difusionista, cosmopolita e profundamente absorvente. Esse poder de absorção é marcante em nossa cultura. Sendo permeada dos valores da cultura ibérica, adquiriu a característica de absorver influências exteriores, criando um sentido próprio de conciliação nacional. Nesse sentido, a cultura brasileira eliminou os antagonismos raciais e não assimilou aquilo que a cultura européia possui de pior, a radicalização ideológica.

A INTERFERÊNCIA CULTURAL

Podemos considerar a interferência cultural um instrumento de estratégia. Considerando a estratégia uma arte, a interferência é uma arma, uma arma silenciosa eficiente. Sendo as relações entre as nações predominantemente conflituosas e a pauta das discussões definidas pela geopolítica e pelos interesses nacionais, a interfe-

4. Laloup, 1955

rência cultural é uma arma que transcende os tempos de guerra. O que predomina de fato são os interesses das nações.

Sendo as relações entre as nações predominantemente conflituosas e a pauta das discussões definidas pela geopolítica e pelos interesses nacionais, a interferência cultural é uma arma que transcende os tempos de guerra.

A interferência cultural tem sua ação predominantemente direcionada para a extrapolação anímica da alma de um povo sobre outro, fundada no conteúdo de territorialidade das culturas.

A tônica de territorialidade da cultura mostra a fundamental importância da nacionalidade que a ela é agregada.

As culturas são dinâmicas, pois evoluem no tempo, e comportam os valores de um povo. Com o surgimento dos meios de comunicação e das facilidades por eles colocadas à disposição, as culturas passam a defrontarem-se umas com as outras com a projeção das culturas mais fortes sobre as mais frágeis as quais tendem a absorver a cultura predominante com menos resistência.

Naturalmente que a absorção cultural não é indiscriminada. Sendo a cultura um complexo de valores

inter-relacionados que lhe dá uma personalidade própria, um traço cultural qualquer só encontra seu real sentido se integrar-se na cultura re-

ceptora. Porém essa integração pode tornar-se possível através da interferência cultural, direcionada e com objetivos bem definidos.

A defrontação e, em muitos casos, a confrontação cultural exigem ações decisivas que visem à proteção da cultura nacional. Este final de século, caracterizado pela velocidade, favorece a tendência de desterritorialização das culturas mais frágeis. A ausência de sustentação das bases de uma cultura é como uma sentença de morte. A cultura desaparece sem deixar vestígios. As sociedades perdem seus valores, a noção de solidariedade, desterritorializam-se e, no limite, o território tende a desmembrar-se.

A projeção ou a imposição de uma cultura, como um todo, sobre outra só é viável quando não existem mecanismos de defesa que possibilitem manter a sua inte-

gridade. Por tal razão é que as sociedades primitivas são as mais vulneráveis.

A absorção de traços culturais, não vinculados com aqueles que lhes dão o verdadeiro conteúdo, por parte de cultura mais frágil, acarreta sérias conseqüências. Uma das principais é a absorção com que lhes dão o verdadeiro vínculo com os que lhes dão o verdadeiro sentido. A ausência de valores tradicionais sobre os quais repousa a cultura provoca um rompimento que compromete sua estrutura e, conseqüentemente, sua soberania é ameaçada. Ao terem rompidos os tradicionais vínculos culturais, as sociedades ficam sem referencial fixo, inermes, vazias, sem valores se tomam consumidoras passivas da indústria cultural.

Receptiva à absorção de valores desintegrantes, não pertencentes à sua cultura, sem defesa à penetração cultural, a sociedade tende a pensar e comportar-se tal como a cultura predominante a conduz. A ambiência psicológica criada elimina as bases da liderança e leva a busca de soluções baseadas em valores importados, muitas vezes conflitantes com os fundamentos da cultura nacional.

As sensíveis mudanças institucionais do Brasil contemporâneo, por outro lado, mostram que a vinda de grupos humanos originalmente distintos à nossa cultura, como diz Alceu de Amoroso Lima, evidencia *uma unidade pluralística*. Esse pluralismo, cristãmente marcado por tolerância, por fraternidade e, mesmo, por incremento de solidariedade, é a chave da vitória na repulsa a penetração cultural. Entretanto, face à impressionante força atrativa exercida pelas culturas dos países mais industrializados, faz-se necessário implementar mecanismos de defesa da cultura nacional brasileira sob pena de ter suas estruturas rompidas.

O chamado mundo ocidental, na verdade o mundo anglo-saxão, com a expansão de sua tecnologia, é responsável pelo processo de ocidentalização cultural do mundo. É visível a uniformização de muitos aspectos da vida. São também visíveis as resistências à essa uniformização que descaracteriza a cultura e rompe as estruturas da nacionalidade dos países sem ou com fraco Poder Nacional.

Os contatos culturais, no mundo de hoje, são um fenômeno inevitável, que pode trazer benefícios. Entretanto,

paralelamente, ocorre o fenômeno de sua deturpação, a interferência cultural. Tal fenômeno consiste numa projeção cultural exógena, a partir de centros de poder, e é caracterizado por objetivos políticos.

Surge então uma questão de difícil resposta: como identificar e separar os benefícios dos contatos culturais dos elementos planejadamente colocados para atingirem objetivos políticos à custa da desintegração de valores fundamentais da cultura receptora? A interferência cultural faz-se passar despercebida, até que sejam produzidos seus efeitos devastadores, que corrompem, dentre outros, o sentimento nacional.

As nações em desenvolvimento podem tornar-se vulneráveis à interferência cultural. Isso porque, na ânsia de superar o subdesenvolvimento econômico, as elites tendem a procurar soluções exógenas. Tais soluções, quando utilizadas, impõem a renúncia a valores culturais tradicionais. A partir daí, tais nações tornam-se presas fáceis e começam a perder suas características, valores e tradições.

O processo de globalização, com as facilidades

proporcionadas pelos meios de difusão, faz com que a questão tenha penetração e abrangência mundial.

A preservação da cultura nacional significa autodeterminação com relação ao futuro da nação, seu desenvolvimento, sua segurança, a base da nacionalidade e a garantia da manutenção da soberania nacional.

A partir desse ponto, duas questões podem ser levantadas: os meios técnicos são poderosos a ponto de construir uma cultura universal? É possível a existência de uma cultura universal?

Os meios de difusão, de transporte e a massificação do ensino permitem grande integração entre culturas, o que inclui a absorção de alguns hábitos e valores. Algo parecido como uma certa troca cultural, se assim podemos dizer.

Os meios técnicos e a rapidez das comunicações por todo o mundo, poderão fazer com que as diversas culturas nacionais que compõem ou dão identidade aos indivíduos das diversas nacionalidades sejam transformadas numa única cultura universal? Interferir com a cultura é interferir com o homem, com o seu modo de ser, com seu modo de vida e também

com sua religião. O homem é sua cultura.

A cultura está no próprio homem; portanto, é imanente ao homem. O indivíduo é o portador das instituições e o meio através do qual elas se perpetuam.

O que ocorre com os povos primitivos quando são levados a praticar ou a pedir emprestado uma cultura imposta por povos civilizados, os povos das nações centrais, se processa de idêntica maneira com os povos civilizados, quando eles pedem a outros povos, também civilizados e que eles tomam por paradigma, um traço de sua cultura política, ou todo um regime constitucional. Nesse caso, ocorre o transplante cultural.

NA ENCRUZILHADA DA GLOBALIZAÇÃO

Ao fim da Guerra Fria, o eixo do conflito Leste-Oeste deslocou-se para o eixo Norte-Sul, dando início a um novo tipo de conflito. Nesse novo conflito está intrínseco o funcionamento dos países de grande extensão territorial, sendo o Brasil o objetivo maior.

Essa nova política foi determinante para uma nova estratégia. Uma estratégia

que dá nova dimensão à geopolítica do espaço vital por três vias de interferência cultural, como afirma Sá e Benevides: *o abastardamento da língua e da linguagem, para usá-las como força dinâmica de rompimento da unidade nacional; a deterioração da estética na cultura popular, para desintegração de valores de identificação nacional; e a conspiração ética (ethos) dissociadora dos já frágeis elos de ligação entre elites dirigentes e massas populares.*

A língua e a linguagem são elementos fundamentais de amálgama no processo da evolução social humana. Constituem os liames psicosociais por onde passam os fluxos das representações mentais dos valores de uma cultura, permitindo certa uniformidade na expressão de sentimentos e emoções identificadoras da nacionalidade. A língua é o sistema simbólico dessa identificação.

A interferência cultural trabalha em função do abastardamento da língua e da linguagem, de modo a que tal abastardamento vai sendo transferido pouco a pouco para o relaxamento comportamental, com rompimento das tradições e valores, de modo a

induzir a predisposição, ao abandono da simbologia implícita nos valores nacionais.

Parte do resultado dessa interferência está presente no uso, cada vez mais frequente, de termos e expressões de línguas estrangeiras, com predominância do inglês, nos meios de comunicação social passando a partir daí à linguagem coloquial.

Quando se fala de linguagem percebe-se sua influência no pensamento. A esse respeito vale lembrar o que nos deixou Confúcio:⁵ *Se a linguagem não for correta, o que se diz não é o que se pretende dizer, o que deve ser feito deixa de ser feito; se o que deve ser feito deixa de ser feito, a moral e as artes decaem; se a moral e as artes decaem, a justiça se desbarata; se a justiça se desbarata, as pessoas ficam entregues ao desamparo e à confusão.*

Nesse contexto, a deterioração da cultura brasileira é um fato. Basta comparar as manifestações culturais nos dias atuais com as de dez ou vinte anos atrás. É facilmente identificável o resultado da deterioração da cultura, das tradições e dos valores nacionais.

A interferência cultural, em níveis já bastante avan-

5. Sá e Benevides, 1992

çados no Brasil, termina por desestruturar a personalidade do indivíduo, e a sua desidentificação cultural culmina com a indiferença e a perda de auto-estima. Nessas condições, tem-se instalado o processo que leva ao fim da resistência à desintegração da nacionalidade e ao conseqüente rompimento da unidade nacional.

Naquilo que se refere especificamente às Forças Armadas, a interferência cultural tem tido vitórias expressivas. Como é de conhecimento de todos, as Forças Armadas brasileiras sempre tiveram compromisso com o desenvolvimento nacional, com participação efetiva em todo o espectro de atividades da Nação. Como forma de provocar o rompimento com a participação das Forças Armadas na vida nacional, foi feito confundir política nacional com política partidária. Corretamente, as Forças Armadas e seus membros não devem praticar as políticas partidárias. Entretanto, sem acompanhar, discutir e participar da política nacional, não lhes é possível manter sua histórica tradicional participação no desenvolvimento, exercer seu poder moderador e, principalmente, cumprir sua mis-

são constitucional. É notório que têm sido criadas condições que induzem a indispor a sociedade civil contra o estamento militar.

As infinitas vantagens que tem o Brasil, quando se trata da mestiçagem racial, principalmente em termos de tolerância religiosa, de ausência de ódios racistas, da negação de discriminações doutrinárias são, em nosso caso, fundamental para a unidade nacional e o fortalecimento da nacionalidade.

O reconhecimento mútuo das diversas culturas nacionais é uma condição indispensável para o advento de uma nova, adequada e legítima ordem internacional.

A vida do homem é permeada por uma rede de instituições, que são responsáveis por padrões de comportamento que dão significado às suas atitudes, pelo acervo instrumental que acumulou para se realizar. Na vida do homem a grande maioria de seu comportamento lhe é ditada pelo contexto institucional em que está inserido.

Padre Ávila, afirma que *as Instituições que compõem as malhas desta rede sutil mas resistente se caracterizam pelos seguintes elementos: um determinado padrão de comportamento,*

no sentido mais amplo do termo, dotado de uma certa permanência, de uma certa consistência no grupo, sobre cujos membros dispõe de um certo poder impositivo. As Instituições possuem um poder de sanção. Não se pode impunemente tentar romper a rede.

As sanções institucionais são resultantes dos mecanismos de controle social, pelos quais, o grupo social protege e preserva a sua identidade.

No atual momento histórico, o discurso predominante, globalizante, modernista, questiona as Instituições. A grande maioria, infelizmente, repete tal discurso sem entender as razões dessa proposta.

Promovem, os adeptos desse discurso, uma reação contra a ordem institucional. Essa reação às Instituições tem, segundo Padre Ávila, o objetivo de bloquear o *impulso civilizatório ao qual chegou a humanidade após um esforço milenar.*

O discurso modernizante, globalizante, procura seduzir, pela oferta de total liberdade, que termina por confundir com libertinagem sem que os indivíduos se apercebam da ilusão a que se propõem e que, no limite, levaria

As ações do Estado têm sido modificadas. Já não mais são dirigidas à nacionalidade. Em lugar de uma política severa e sistemática de educação, voltada aos interesses nacionais, imposta pela ação decisiva de uma autoridade nacional forte, tem-se uma educação que se mostra desligada da nação, quem sabe sem rumo ou dependente de uma imagem exógena. Esse quadro representa o enfraquecimento do Estado. Para uma população dispersa por um gigantesco território, sem nenhuma estruturação orgânica, os adeptos do discurso globalizante reclamam a descentralização política, esquecendo-se de que a grande obra política, que cabe ao Estado realizar, é corrigir as distorções e organizar a Nação.

A proposta oferecida pelo discurso da globalização não é pertinente nem adequada à realidade brasileira, pois tem inspirações para suas ações políticas exclusivamente na lógica dos sistemas universais, de interesse das nações centrais e fundamentados em pressupostos que não possuem qualquer correspondência ou adequação com a nossa realidade, nem com as condições do povo.

6. Oliveira Vianna, 1974

Já é possível vislumbrar que, caso se consolidem as práticas promovidas pela globalização, a Nação entrará irremissivelmente na anarquia e, por via de consequência, corre sério risco de vir a dissolver-se, no limite do processo.

Para nós, brasileiros, a evolução da Nação é traduzida pela democracia nacional, como proposta por

como a nossa. Foram esses políticos de autoridade – e não os do partido da liberdade chamados “liberais” – os que aqui melhor souberam colocar o problema da liberdade dentro do seu verdadeiro ambiente, no seu clima próprio, na pureza e na transparência da sua atmosfera americana.

Essa, era a tendência centralizadora dos estadistas

O processo de globalização através do discurso da modernidade tem feito com que os nacionais careçam da exata e realística compreensão da função do Estado na formação, manutenção e defesa da nacionalidade brasileira.

Alexander Hamilton. Até a década de 80, os homens que construíram o Brasil, e entre eles, os chamados *jovens tenentes*, colocaram-se, decididamente, ao lado dos pensamentos nacionalistas e desenvolvimentistas de A. Hamilton e de G. F. List. A esse respeito, Oliveira Vianna nos diz que *o Brasil deve tudo aos Feijós, aos Vasconcelos, aos Uruguais, aos Paranás, aos Caxias, espíritos gloriosos de “reacionários”, claras mentalidades de tipo realista e objetivo, que tiveram a compreensão exata e lúcida da missão da autoridade e do Poder Central numa nacionalidade em formação,*

do Império, que buscavam sua inspiração nos interesses fundamentais do Brasil. Interesses esses vitais da própria nacionalidade; *porque eles tinham muito viva e militante a consciência, senão o insumo, da nossa unidade política.*⁶

Oliveira Vianna ainda nos afirma que: *é este instinto ou pressentimento que tem salvado a nossa nacionalidade todas as vezes que ameaçam o separatismo e a fragmentação.*

Ainda que o neguem, o povo brasileiro é nacionalista, patriota e adepto da autoridade central. O aspecto que mais distingue a

centralização e o nacionalismo como opção inerente ao brasileiro é definido pela nacionalização de três setores do serviço público e da administração: o da legislação do trabalho; o da organização sindical; o das instituições de previdência, como afirma Oliveira Vianna. A centralização, porque o controle é federal e um regime de descentralização, não de natureza territorial, mas, sim de natureza funcional, porque é rico em conseqüências. A centralização do poder conjugada com a descentralização de funções é adequada às exigências necessárias à manutenção da unidade política do poder do Estado, cada vez mais ameaçado pelo discurso da globalização.

O regime de descentralização funcional concilia a necessidade de descentralização com o princípio de preservação da unidade nacional e da hegemonia do Poder Central.

Neste final de século, em que os ventos levam aos cinco continentes a modernidade e o discurso da globalização como melhor opção para as nações em desenvolvimento, na verdade as têm condenado

à estagnação, à submissão, à perda da soberania, à perda da dignidade nacional, a serem condenadas a deixar de existir como nação. Como forma de reação e, principalmente, como forma de sobreviver e preservar para ter condição de seguir em direção ao seu destino histórico de uma grande Nação conciliadora, pacífica, porém ativa e soberana, urge que a nacionalidade brasileira seja enaltecida. Nesse aspecto, também por ser bastante atual, é importante que nos lembremos das palavras do grande brasileiro, Oliveira Vianna: *da análise das condições estruturais da nossa psicologia coletiva, bem como da história e formação social do nosso povo, tal como a descrevemos nos nossos livros, especialmente em Populações Meridionais do Brasil e Fundamentos Sociais do Estado, a conclusão que se nos impõe é que o grande problema político do nosso povo, o maior problema proposto à inteligência e também ao caráter dos nossos modernos homens de governo, continua a ser – como há cem anos – a constituição da unidade moral da Nação, de*

modo a transformar a população brasileira – informe e desmedida no seu tamanho, verdadeira ethne ametra, de Procópio – num Polis, quero dizer, numa Nação. Falta-nos, para tanto, o sentimento da nossa consciência nacional; e carecemos, também, de uma mística correspondente.

Nos outros povos, essa transformação da massa-população em massa-Nação foi um produto demorado dos fatores históricos, no nosso – como em todos os povos de formação colonial – há de ser obra do Estado, realizando uma política nacional, racionalmente determinada, conscientemente deliberada. Obra, porém, de um Estado necessariamente forte, preponderante, traçando a todos os grupos locais as normas de sua orientação. De um Estado que resolva o problema da administração local pela descentralização e não pela federação. De um Estado manejado por uma elite desinteressada, de verdadeiros patriotas e sem localismos, dotados do sentimento da nossa comunidade nacional e, por isso mesmo, capazes de

darem à massa popular, destituída desse sentimento, exemplos de desinteresse, de abnegação e de sacrifício pessoal em prol do bem comum da Nação. Só assim será possível completar e acabar a obra grandiosa dos que, há mais de um século, lançaram os fundamentos políticos da nossa nacionalidade. Só assim poderemos dizer que, herdeiros deles, seremos dignos – como seus continuadores – de partilhar um pouco da sua grandeza e da sua glória.

BIBLIOGRAFIA

- AMOROSO LIMA, Alceu de. *Aspirações e Interesses Nacionais*. Revista da ESG, Ano I, número 1 Vol. 1 Dez 83.
- ARREGUI, J. J. Hernandez. *O que é ser nacional*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1971.
- ÁVILA, Fernando Bastos de, Padre. *Leitura Seleccionada*. Escola Superior de Guerra. L. S. CS-1-71. Rio de Janeiro. 1971. *Enciclopédia Universal Ilustrada*. Vol. XXXVII. BSPASA - CALPE S.A Espanha
- CUNHA, Ovídio. *Ementa da Cultura Luso-Brasileira*. Rio de Janeiro. 1989.
- FREYRE, Gilberto de Mello. *Elementos básicos nacionalidade - O Homem*. Leitura Seleccionada. Escola Superior de Guerra. L. S. C -73-69. Rio de Janeiro. 1969.
- GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Ed. Civilização Brasileira
- HEGEL, G. W. F. *Ciência de la lógica*. Librería Hachete, Buenos Aires.
- HENRY, Paul. *Le Problème des Nationalités*. Librairie Armand Colin, Paris, 1935.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Ed. Objetiva
- LALOUP, J. et Nélis J. *Culture et Civilization*. Ed. Casterman, Paris 1955. Leitura Seleccionada, CI-33-67; CI-49-67. 1967 *A Penetração Cultural*. Escola Superior de Guerra.
- MARINHO, Otto Júlio. *Elementos básicos da Nacionalidade: A Terra, o Homem e as Instituições*. Leitura Seleccionada. L. S. C27-23-70. Escola Superior de Guerra. 1970. Rio de Janeiro.
- RUBEM, Guíthermo Raul. *O que é nacionalidade?* Ed. Brasiliense
- RODRIGUES, José Honório. *Aspirações Nacionais*. Ed. Fulgor. Elementos básicos da nacionalidade. Leitura Seleccionada. L. S. C1-34-64. Escola Superior de Guerra, 1964. Rio de Janeiro.
- SÁ E BENEVIDES, Fernando Corrêa de. *Brasil. Na armadilha da Modernidade*. Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, Rio de Janeiro - 1997
- VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Ed. José Olímpio. Rio de Janeiro. 1955. *Problemas de Organização e Problemas de Direção*. Ed. Record Cultural Rio de Janeiro. 1974
- ZEA, Leopoldo. *Discurso desde la marginación y la barbarie*. Fondo de Cultura Económica, México.
- ZIZEK, Slavoj. *Identity and its vicissitudes: Hegel's "Logic of Essence" as a theory of Ideology, in The Making of Political Identities*. Edited by Ernesto Laclan. Verso. London. 1994.

Globalização da Economia O Papel das Organizações Multilaterais¹

Celso Lafer*

O texto do artigo reproduz a participação do autor no Fórum de Estudos e Debates patrocinado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) realizado em 1996. Apresenta as principais características do órgão que substituiu o GATT, dentro do processo da Globalização da Economia.

O Brasil emergiu na cena multilateral diplomática com a II Conferência de Paz de Haia e com a presença de Rui Barbosa. Houve também a Conferência Interamericana do Rio de Janeiro, na qual Joaquim Nabuco e o Barão do Rio Branco tiveram papel importante, o que foi significativo do ponto de vista das relações Brasil-Estados Unidos, incluindo sua dimensão econômica. O Brasil participou da Primeira Guerra Mundial, integrou as negociações de paz na Conferência de Versalhes e foi qualificado como uma potência de interesses limitados. No tratado de paz havia uma distinção

curiosa. As potências que fossem consideradas como tendo interesses gerais eram grandes potências; as percebidas como tendo interesses limitados eram pequenas ou médias potências. Faço esse registro porque importantes diplomatas norte-americanos, em recente visita ao nosso país, reconheceram que o Brasil é um país com interesses globais. Essa terminologia é relevante do ponto de vista de como se avalia a presença de um país no mundo. O Brasil integrou a Sociedade das Nações e saiu em 1926, porque não logrou um assento permanente no Conselho, o que é também um precedente para as reflexões que hoje estão sendo feitas sobre o papel do Conselho de Segurança da ONU e a ambição brasileira de nele ingressar.

Pode-se dizer que, nesse período, o Brasil tentou atuar no plano internacional, insistindo na força de suas razões e na ascendência de seu direito, procurando projeção política e econômica. Ou seja, buscando autoridade e legitimidade no plano internacional. O Brasil participou da criação da ONU, à luz de uma intervenção na Segunda Guerra Mundial mais efetiva do que sua participação na primeira, e pleiteou uma série de posições. Mas o importante para a análise do papel das organizações multilaterais é a expectativa brasileira quanto a negociação da Carta de São Francisco no item do desenvolvimento econômico e social. O relatório da delegação brasileira de 1945 diz que um dos nossos objetivos era *dar ao Conselho Econômico e Social um*

* Cientista político, representante do Brasil na OMC.

1. Selecionado pelo PADECEME.

caráter mais dinâmico, a fim de impedir que a sua preocupação especial fosse a manutenção de um status quo econômico para os países de economia já mais desenvolvida ou para a reconstrução econômica das nações devastadas pela guerra. Em outras palavras, o tema era o desenvolvimento. O Brasil participou da criação das instituições de Bretton Woods – Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Não é preciso dizer da importância dessa dimensão do multilateralismo econômico. Teve papel importante na criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no final da década de 50/60 e, no pós-guerra, participou das negociações da Carta de Havana.

A idéia do pós-guerra era criar, além da ONU e das instituições de Bretton Woods, uma grande organização internacional de comércio, a chamada *International Trade Organization*. Essa organização, da qual se tem o projeto que é a Carta de Havana, não chegou a se materializar porque o Congresso norte-americano não a ratificou. Um dos subprodutos da Carta de Havana foi o Acordo Geral de Tarifas - GATT. O Brasil ingressou

como parte contratante originária do GATT. Os objetivos de política externa brasileira, ao ingressar no GATT, foram o desenvolvimento e a industrialização. Há nesse sentido uma exposição feita na Câmara dos Deputados, em 23 de julho de 1948, pelo então Deputado Horácio Lafer, defendendo o ingresso do Brasil no GATT, como relator da Comissão de Finanças. Basicamente dizia, com toda a clareza: *O GATT não é o que gostaríamos, mas o tema do GATT é fundamental porque é um objetivo da política econômica externa brasileira, o desenvolvimento e a industrialização*. O Brasil participou da criação da UNCTAD. Foi e continua sendo um país importante no Grupo dos 77, que reúne os países subdesenvolvidos. Participou ativamente dos acordos inter-governamentais de produtos primários, como, por exemplo, o acordo do café. É claro que a diplomacia cafeeira na política externa brasileira foi um item crítico, enquanto o produto foi o principal item das exportações brasileiras.

O que envolve essa diplomacia multilateral, aqui historiada muito rapidamente, mencionando a inserção do Brasil em vários organismos

internacionais? A primeira observação é que a diplomacia multilateral é mais ampla do que a bilateral e tem uma dimensão mais internacional. A diplomacia bilateral envolve a relação entre dois países e o componente interno é inequívoco. Na diplomacia multilateral, esse componente também é inequívoco, mas a dimensão internacional é maior. A diplomacia multilateral envolve a representação, ou seja, a ampla defesa dos interesses de um país como, por exemplo, a negociação de resoluções e ou regras multilaterais de comércio internacional, um tema do qual participo na Organização Mundial do Comércio – OMC. Envolve a informação, sua coleta, sua elaboração e transmissão, o que é fundamental. Ser livre é ser informado e é importante para o país e para o governo o tipo de informação que o multilateralismo oferece. Envolve uma dimensão de relações públicas, ou seja, de opinião pública internacional, um ponto crítico, porque hoje numa democracia a agenda da opinião pública é um tema de política externa e nenhuma diplomacia pode atuar, como em períodos passados, com a idéia da reserva e do segredo. A diplomacia multi-

lateral envolve um relacionamento com outras missões, ou seja, um *network* diplomático. Em síntese, olhando sobretudo da perspectiva do posto que ocupo, ela é importante para o *softpower* da credibilidade e da confiabilidade de um país no plano internacional. Se o acesso aos benefícios do processo de globalização passa por consistência e por confiabilidade, uma das importantes dimensões dessa diplomacia multilateral é o tema da consistência, da credibilidade e da confiabilidade.

Diferença entre GATT e OMC

Abordando um pouco mais especificamente o tema: o que era o GATT e o que é hoje a OMC, porque há uma diferença significativa entre toda a longa experiência do GATT e aquela que hoje se abre com a OMC. No GATT, o número de partes contratantes sempre foi pequeno: 23 em 1947, 80 em 1971, 85 em 1981. Era um fórum multilateral importante, mas não de amplitude total. Do ponto-de-vista da competência, tratava basicamente do comércio de bens industrializados. A agricultura estava fora, mesmo porque havia os acordos de produtos

primários, e o setor de serviços não estava incluído. O GATT se caracterizava por ser uma instituição com poucas regras e muitas exceções. A sua dinâmica era dada pelo ciclo de negociações, as chamadas *Rodadas*, que tinham, por objetivo uma liberalização progressiva e contí-

de internacional, enfim a capacidade de ter uma vontade própria distinta dos seus membros, era pequena.

A OMC é uma organização internacional que começou em Marrakech, com 123 Estados. Ela é uma expressão do processo de globalização, da qual participam os

A Organização Mundial do Comércio é uma organização internacional. O GATT não era sequer uma organização internacional. Do ponto de vista formal, era um acordo entre as Partes Contratantes. A subjetividade internacional, enfim a capacidade de ter uma vontade própria distinta dos seus membros, era pequena.

nua, funcionando com base numa negociação de tipo mercantilista. O principal produtor e o principal consumidor de determinado item negociavam reduções tarifárias e as estendiam, pela cláusula de *Nação Mais Favorecida*, aos demais membros da organização, dentro de um esquema onde a liberalização comercial foi sendo obtida no contexto de poucos princípios rigorosos e múltiplas exceções. A Organização Mundial do Comércio, como o próprio nome diz, é uma organização internacional. O GATT não era sequer uma organização internacional. Do ponto de vista formal, era um acordo entre as Partes Contratantes. A subjetividade

países desenvolvidos, os países em transição para a economia de mercado (todo o Leste Europeu), países em desenvolvimento. Um dos grandes temas, hoje, na OMC é o ingresso da Rússia e da China, em negociação. Portanto, do ponto-de-vista da amplitude de participação é uma expressão do processo de globalização. Do ponto-de-vista do conteúdo, também. Além dos produtos industrializados, hoje contempla produtos agrícolas – uma das grandes negociações da *Rodada Uruguai* foi o acesso a mercados, a diminuição dos protecionismos e dos subsídios agrícolas. Envolve o desmantelamento do comércio de têxteis, dado pelo

Acordo Multifibras. Inclui serviços no quadro das suas competências e envolve outros temas, como a propriedade intelectual, as medidas de investimento que podem levar a distorções do comércio e a relação entre comércio e meio ambiente.

A interconexão de todos esses acordos (o GATT antigo que está reincorporado, serviços, propriedade intelectual, etc.) é concretizada por um sistema de solução de controvérsias, que dá garras e dentes à Organização. Não é, como no sistema do GATT, um conjunto de *panels*, um sistema de arbitragem que os Estados podem ou não aceitar. É um mecanismo automático. Se um país pretende um *panel*, avisa que quer uma consulta, e a outra parte tem 10 dias para responder, 60 dias para consultar e negociar. Se não se chegar a um acordo, inicia-se o *panel*. Se for para o *Órgão de Apelação*, há um novo prazo. A decisão do *Órgão de Apelação* deve ser cumprida. Se não o for, há discussões sobre compensações e, se as compensações não forem dadas, há a possibilidade de retaliações cruzadas de um Estado que se sentir prejudicado. Em síntese: se um país forte e importante tiver os

seus interesses afetados, tem garra para uma sanção econômica importante. Portanto, a coerência desse conjunto amplo do ordenamento jurídico é assegurada por um sistema de solução de controvérsias que decide de acordo com a norma. Ou seja, é um contencioso de legalidade. Abre o tempo toda a possibilidade de conciliação, de negociação, de mediação, como era o sistema tradicional do GATT. Mas, se não funcionar, há um contencioso de legalidade – que tem o dente da sanção.

Diria, para enfatizar, que a Organização Mundial do Comércio é a expressão da lógica da globalização no pós-Guerra Fria em que vivemos. Repito aqui o que já disse em mais de uma oportunidade. O fim das polaridades definidas – Leste-Oeste, Norte-Sul –, levou a um período de polaridades indefinidas e a um mundo trabalhado pelo jogo de duas forças profundas: as forças centrípetas, a lógica da globalização, dos mercados, dos valores, da informação; e as forças centrífugas das identidades nacionais, dos fundamentalismos, da secessão de Estados, dos particularismos e dos protecionismos.

A lógica da globalização é diversificada e a lógica da fragmentação também o é. Uma coisa é a globalização financeira ou produtiva, outra a de valores, outra a dos direitos humanos. Na lógica da fragmentação uma coisa é o tema da identidade nacional, outra é o tema do protecionismo, outra são os temas do fundamentalismo. É um processo complexo. A globalização no campo econômico passa pelo tema da interdependência da circulação bastante livre de recursos: mercadorias, bens, serviços, tecnologia, investimentos, fluxos financeiros, propriedade intelectual. Esse processo vem sendo conduzido pelos Estados e pelos atores privados, e estimulado pelos desenvolvimentos técnicos que reduziram o tempo e o custo dos transportes e das comunicações. Em poucas palavras, diminuiu-se o campo da competência reservada das soberanias. E não só no campo econômico. Por exemplo, o tema dos direitos humanos é reconhecido pelos países, incluindo o Brasil, como parte legítima de preocupação internacional.

A criação da OMC em substituição ao GATT representa, portanto, a grande ex-

pressão do aprofundamento e do alargamento do processo de globalização que, ao promover interdependência econômica, coloca o problema de gestão entre distintas economias. Isso requer um mecanismo de interface, necessário até porque a transferência internacional de recursos tem como uma de suas bases a diferença entre as economias dos países. Quer dizer, enfim, a teoria das vantagens comparativas. A OMC é um mecanismo desse tipo. Há uma imagem do John Jackson, um grande conhecedor do GATT, que acho boa. Ele diz: como faço trabalhar em conjunto computadores de fabricação distinta? Como faço eles se interligarem? A idéia da OMC é justamente ser esse mecanismo de interfaciamento. E ele se fundamenta em certos princípios gerais do Direito Econômico que vale a pena explorar.

O direito da concorrência

O Direito Econômico foi inicialmente, como conteúdo, percebido como direito de intervenção do Estado na economia, dirigismo econômico. O exemplo mais obvio no cenário internacional foi o *Comecon*, dentro do qual a União Soviética trabalhava o

seu planejamento com os países aliados. O Direito Econômico foi, a seguir, visto como direito de organização de mercados, com Estado e iniciativa privada num esquema de economia mista. Um exemplo no plano internacional é o esquema de acordo intergovernamental de produtos primários. Por exemplo, café. Havia cotas, que entravam em vigor dependendo dos preços. Havia uma relação entre mercado e intervenção à luz da especificidade de um determinado produto primário. Depois do colapso do socialismo real e da crise do Estado intervencionista, tradicionalmente associado à esquerda e ao nacionalismo econômico, o maior tema do Direito Econômico contemporâneo é o chamado direito de concorrência.

A OMC é expressão dessa nova tendência. Ela tem como tema recorrente, unificador da sua moldura jurídica, consagrar instrumentos de política comercial e econômica que permitam uma concorrência apropriada e justa no mercado mundial, ainda que não discipline o direito de concorrência. Esse foi um dos pontos centrais no confronto Japão-Estados Unidos. Os Estados Unidos

alegavam, para suas sanções unilaterais, que não havia o tema do direito da concorrência na OMC. Mas a OMC procura favorecer uma concorrência justa. Como? Por intermédio do princípio da transparência. A OMC almeja ser a instância onde essas disciplinas de transparências consentidas serão aplicadas. Por exemplo, medidas sanitárias e fitossanitárias. A idéia é que devem ser explícitas e obedecer a uma estrita necessidade e não gerar discriminação pois, embora elas tenham uma dimensão de ordem pública, podem ter também uma dimensão de protecionismo. Nas barreiras técnicas ao comércio, ou seja, no tema da certificação, é importante saber quanto se tem de norma técnica ou de certificação, ou quanto isso pode se traduzir em obstáculos ao comércio de natureza discriminatória. Na relação entre comércio e meio ambiente, é um problema complicado estabelecer requisitos ambientais de certificação de que a fabricação de um produto não causa dano ao meio ambiente. Na valoração aduaneira, uma grande questão é a fraude do sub e do superfaturamento. Na área de subsídios, o que é permitido e proibido? Na questão da pro-

priedade intelectual, um dos temas complicados, como se viu no debate sobre a Lei das Patentes no Brasil, é fundamental definir o que é concorrência desleal, caracterizada pela proteção apropriada ou não da propriedade intelectual.

O subsídio, a exigência de conteúdo nacional, desempenho de importação e exportação das empresas, tudo isso é objeto da OMC, onde esses assuntos estão sendo postos em prática pela primeira vez. A operação dessas disciplinas voltadas para o funcionamento da concorrência não é automática, pois aí o mercado nunca é perfeito e nem opera no vazio. Ele requer uma moldura jurídica compatível com realidades políticas e econômicas. O objetivo da OMC, como instância da globalização, está norteado pela idéia de que a atividade econômica é um jogo e que a concorrência, como qualquer jogo, tem regras que devem ser compartilhadas por todos que dele participem. A justiça, a equidade dessas regras do jogo não são algo inequívoco, pois as sociedades e as economias diferem no seu entendimento do que é justo, além de serem distintas em cada uma das sociedades as con-

dições objetivas do que é possível e do que não é possível. Por exemplo, nível salarial, capacitação tecnológica, volume de recursos e assim sucessivamente.

Foi por essa razão que a *Rodada Uruguai* levou tanto tempo para ser negociada. A negociação por parte do Brasil foi iniciada pelo então Chanceler Olavo Setúbal. Ele encontrou uma saída importante para o problema da negociação de serviços, que deveria ser independente da negociação de bens industrializados. Isso acabou levando à idéia de que a negociação de serviços deveria ser feita serviço por serviço, porque a relação entre transporte marítimo e serviços financeiros não obedece a uma interconexão que permita uma negociação. Chegou-se, assim, àquilo que foi possível na área de serviços. A *Rodada Uruguai* levou muito tempo para ser negociada. Creio que uma das condições que viabilizou sua conclusão foi, com o fim da Guerra Fria, a maior homogeneização no campo dos valores, ensejadora da aceitação axiológica do processo de globalização. A elaboração das regras da Rodada Uruguai reduziu a amplitude da divergência potencial entre Estados e socieda-

des, mas não a eliminou, pois ela aflorará em diversos momentos de interpretação e de aplicação das normas.

Toda norma é sua interpretação e os contenciosos da diplomacia econômica são, basicamente, a explicitação desta realidade carregada de interesses concretos que variam também em função da conjuntura. O contencioso diplomático é uma discussão sobre o sentido e o alcance da regra. A sua importância é, justamente, ser o mecanismo de solução de controvérsias, baseado em normas e não na imposição unilateral. O que significa, para fazer uma citação, que o princípio da transparência nada mais é do que o princípio da publicidade como critério da moralidade, que é o que Kant diz no *Projeto da Paz Perpétua*. A idéia da moralidade como publicidade, que obedece ao princípio da transparência, é, por exemplo, como se contesta a gaveta da Cacex. A idéia da transparência é a idéia de que a concorrência pode ser apropriada se eu sei o que o outro está fazendo. A idéia do processo de solução de controvérsias é a de que o sistema de comércio internacional não seria regido pelo puro poder econômico dos Estados, pois

estaria revestido de características *groccianas*, ou seja, de regras e de normas. Em síntese, é a idéia da domesticação relativa do poder e a contenção do paradigma maquiavélico hobbesiano.

O sucesso da *Rodada Uruguai*, ao conseguir esse sistema multilateral de comércio, obedece aos melhores interesses do Brasil. Nosso País é um pequeno *global trader*, com interesses diversificados com vários países do mundo e tem na OMC um caminho de inserção internacional mais seguro do que se tivesse prevalecido a lógica da fragmentação ou o sistema puramente maquiavélico ou hobbesiano, sem regras de controle, com possibilidade de blocos fechados.

Essa é a orientação de governo, e está correta. Não há desenvolvimento autárquico possível no mundo de hoje sem abertura econômica. É melhor um sistema amplo com normas, regras e procedimentos do que um sistema baseado no unilateralismo. A razão é simples. O comércio dirigido interessa ao país que tem um grande comércio e poder. Como não temos o poder dos grandes, a regra nos favorece. O unilateralismo nos enfraquece. É uma realidade de poder. O comér-

cio dirigido precisa ter um potencial de poder econômico no mundo, independente disso ser bom ou mau, o que não temos. A regra nos favorece. Garantiu-se, na *Rodada Uruguai*, acesso a mercados. A média ponderada das tarifas aplicadas sobre produtos brasileiros representou uma queda de 36% em relação à União Européia, de 24% em relação aos Estados Unidos, de 57% em relação ao Japão, e nisso estão incluídos produtos agrícolas

Esse é o panorama geral. Vale a pena fazer uma observação sobre o contexto em que o Brasil negociou a *Rodada Uruguai* e a encerrou no ano passado, sobre o que está acontecendo hoje e, à luz disso, extrair algumas conclusões. Quando assumiu os compromissos da *Rodada Uruguai*, o Brasil vinha de um processo de liberalização, iniciado com a reforma tarifária de 1988 e desenvolvido, sobretudo, a partir de 1990. Tinha como característica, entre outras, a eliminação de barreiras não tarifárias bem como de restrições a remessas financeiras. Era um processo que resultava da idéia de que o modelo de substituição de importações tinha esgotado seu ciclo e que era importante que o

Brasil se beneficiasse dos processos de globalização. Essas políticas se fizeram *pari passu* com aquelas que levaram ao tema do Mercosul. Iniciado no governo Sarney pelo entendimento do Brasil com a Argentina, o processo foi ampliado com a criação do Mercosul, tudo ligado à idéia de uma certa harmonização de políticas macroeconômicas.

No plano interno brasileiro, as restrições orçamentárias ligadas ao processo de estabilização e de controle de inflação tornavam claro, para os responsáveis pela política econômica, que era difícil conceder subsídios à produção ou à exportação, fossem renúncias fiscais ou política de juros baixos setoriais, o que no plano externo contribuiria para contenciosos comerciais, fruto da investigação, tanto em instâncias multilaterais como o GATT, quanto nos mecanismos de defesa comercial dos grandes parceiros comerciais do Brasil, isto é, os Estados Unidos. As tarifas baixas, além do mais, permitiram o ingresso de produtos importados e, desta forma, atuaram como elemento adicional para o controle de preços. Lidou-se também com o problema da oligopolização da produção

no Brasil, obrigando as empresas nacionais a promoverem reajustes necessários para enfrentar a concorrência externa.

Essas circunstâncias, aliadas ao fato de o Brasil ser tradicionalmente um país sujeito e não proponente de ações anti-subsídios e anti-dumping e que não pedia medidas de salvaguardas, respaldaram a posição brasileira na *Rodada Uruguai* de criticar o abuso na aplicação desses regimes de defesa comercial. Esse foi o quadro em que negociamos a *Rodada Uruguai*. Rodada longa, que demorou anos, teve muitas dificuldades, mas obedeceu a uma lógica. Essa lógica se consolidou e coincidia no plano interno com uma grande necessidade: a estabilização da moeda. Com efeito, o Plano Real, para assegurar oferta, valeu-se da possibilidade da abertura para manter a estabilidade dos preços, promover a competitividade do setor industrial brasileiro e romper o jogo dos preços oligopolizados.

A força da credibilidade

A entrada em vigor da OMC em 1º de janeiro de 1995, com suas disciplinas, coincide agora com reivindicações de proteção comer-

cial por parte de setores brasileiros – permito-me não citar nenhum, porque agora estou debaixo da chamada contenção diplomática. Por que surgiram essas reivindicações e o que mudou? O primeiro dado que mudou, e é fundamental, foi a crise do México – a volatilidade dos capitais e a maior importância a ser dada no equilíbrio da balança comercial. Creio que a experiência histórica brasileira é inequívoca. Toda vez que o Brasil enfrentou problemas de falta de divisas, o que se chamava estrangulamento cambial, suas margens de autonomia de capacidade para resolver seus problemas se estreitavam. Portanto, a preocupação com reservas e equilíbrio de balança comercial é questão válida, num contexto internacional onde as equações mudaram com o caso do México. Claro que, também no caso brasileiro, neste ano há o tema da defasagem cambial, da ancora cambial, que facilitou importações, dificultou exportações. Some-se a isso o custo Brasil. Essas situações são reais.

A OMC – essa é uma frase do Peter Sutherland, que foi o diretor-geral e seu grande negociador – não é como o Fundo Monetário ou como

o Banco Mundial, não tem recursos. É um conjunto de normas e de regras. A sua força deriva da credibilidade e da aplicação de suas normas. Portanto, o tema da aplicação das normas é o tema da sobrevivência da OMC como instância de interface das diversas economias. Por isso, obedecer a suas regras, sustentar as medidas à luz das suas normas, é um ponto crítico e um dos meus desafios em Genebra. Temos manifestado o nosso interesse na OMC e no cumprimento das suas decisões. Temos seguido os compromissos assumidos da transparência, ou seja, de manter a Organização informada a respeito das políticas comerciais e econômicas.

Se este é o quadro, quais os instrumentos de defesa comercial de que fala a OMC? Quais os meios que existem? O primeiro, e mais óbvio, é o das salvaguardas previstas para casos de importações aumentadas em quantidades e em condições que causem ou ameacem causar prejuízo grave à indústria nacional. O Brasil conta com regulamento para aplicação dessas medidas, os dispositivos já incorporaram as regras da *Rodada Uruguai*. Mas entre essas regras está a relativa à com-

provação de prejuízo grave, ou ameaça de prejuízo grave à indústria nacional. Ou seja, a parte crucial da investigação necessária para imposição de salvaguardas é a comprovação do prejuízo. Não se pode dizer apenas que as importações aumentaram colossalmente e que isso, em principio, é um prejuízo. É preciso comprovar o prejuízo, o que envolve uma apuração de fatos que tem de ser feita de acordo com as regras estabelecidas, senão não é aceitável. É um princípio. Se os industriais brasileiros quiserem utilizar esses instrumentos, precisam saber usá-los. Não se pode dizer: estamos importando muito, salvaguardas! Tem de provar, tem de seguir a regra. Senão, não é possível transitar essa salvaguarda.

As salvaguardas, mesmo no período do GATT, não eram o recurso preferido, porque era de difícil aplicação. Entre 1980 e 1993, a Comunidade Européia e os Estados Unidos aplicaram apenas 22 medidas de salvaguardas, número irrisório se comparado com as 800 ações antidumping que instauraram no mesmo período. Evidentemente, os países desenvolvidos encontraram nas ações antidumping, mais do

que nas salvaguardas, o seu instrumento de defesa comercial. Os desenvolvidos recorreram também com frequência a outros esquemas, dos quais o mais freqüente é o das restrições voluntárias às exportações. Os americanos fizeram isso amplamente. São acordos para ordenar mercados.

A *Rodada Uruguai* prevê a eliminação disso, mas também estabelece um período

As salvaguardas, mesmo no período do GATT, não eram o recurso preferido, porque era de difícil aplicação. Entre 1980 e 1993, a Comunidade Européia e os Estados Unidos aplicaram apenas 22 medidas de salvaguardas, número irrisório se comparado com as 800 ações antidumping que instauraram no mesmo período

phase-out. Por exemplo, um dos acordos cancelados até 1999 nessa área é o de restrições voluntárias entre a União Européia e o Japão, uma exceção em matéria de automóveis. Salvaguardas têm essas dificuldades. Os acordos de restrições voluntárias também estão sendo *phase-out*. Que outros mecanismos podem ser acionados? Um deles é a chamada *invocação de balanço de pagamentos*, que, no caso de países subdesenvolvidos é o Artigo XVIII-B e pode ser um elemento a ser considerado na alegação de dificul-

dades para equilibrar pagamentos e cumprir compromissos financeiros externos. A *Rodada Uruguai* também impôs limitações a esses recursos.

Olhando para trás, no GATT as *ações antidumping*, os *acordos de restrições voluntárias* eram os mecanismos de defesa comercial dos países desenvolvidos e a invocação de balanço de pagamentos era o

mecanismo de defesa comercial dos países subdesenvolvidos – uma postura razoável porque tinham problemas de balanço de pagamentos. O Brasil invocou esse instrumento amplamente, por exemplo, para combinar o tema da dívida externa com a proteção da Lei de Informática. Os acordos da *Rodada Uruguai* estabelecem menor flexibilidade para a invocação de balanço de pagamentos. Entre outras coisas, é preciso fazer um anúncio da remoção das medidas restritivas. Há uma insistência de que se deve tentar ta-

rifas antes de impor cotas. É preciso mostrar os nexos de causalidade entre as importações e a crise de balanço de pagamentos. A idéia é que deve ser geral e não apenas para um setor.

Obviamente, um dos problemas é o, assim chamado no texto, nível de reservas do país. Isso é um *standard* jurídico. Qual é o nível adequado de reservas para o país? Não é o mesmo no tempo e no espaço. As circunstâncias mudam. Por exemplo, ao negociar a dívida externa, a resolução do Senado brasileiro estabeleceu que o nível mínimo de reservas devem ser as importações de quatro meses. Como as importações brasileiras aumentaram muito, à luz da maior participação, o nível de reservas, hoje, por definição, há de ser maior do que o de três ou quatro anos, quando o volume de importações era outro. Há uma reflexão macroeconômica importante nessa discussão de nível de reservas. A relação entre o equilíbrio da balança comercial, as limitações das transações correntes, o serviço da dívida, *royalties* e remessa de capitais. Há que considerar a composição das reservas de curto e médio prazos, e qual é o nível de reservas neces-

sárias para o país, sendo claro que o nível de reservas é uma condição para que a volatilidade de capitais diminua. É como o volume de crédito e de depósitos que o banco tem. A volatilidade de capitais é como corrida a banco. Se existe um nível de reservas adequado, é possível enfrentar esse risco. Há uma decisão interessante em 1989 em relação à Coréia, que invocou o balanço de pagamentos apesar de suas reservas terem aumentado. Houve uma ampla discussão e pediu-se à Coréia que eliminasse suas restrições, que eram relativas à carne, mas reconheceu-se que o fato de o nível de reservas aumentar não significa que o país não tenha um problema de balanço de pagamentos. Esse é um tema técnico, difícil, mas temos argumentos pertinentes para colocar. Seremos o primeiro caso de invocação de balanço de pagamentos depois da criação da OMC e num caso no qual temos de sustentar a nossa posição. O *standard* do nível de reservas deve ser colocado em termos mais elaborados e complexos, e esse será um dos nossos desafios.

Outro tema complicado de defesa comercial que resulta de ação interna é a

concessão de subsídios. A *Rodada Uruguai*, limitou o que é subsídio e o que se pode fazer em matéria de subsídio. Para a *Rodada Uruguai*, tudo é subsídio. Dois são explicitamente proibidos: desempenho na exportação (a relação entre importação e exportação por firma, exemplo típico do Bieflex) e utilização de bens nacionais em detrimento de bens importados (conteúdo nacional). São dois subsídios ligados também a medidas de investimento relacionadas ao comércio que a OMC considera inadequados. É claro que há um período de *phase-out* (oito anos de desempenho de exportação para os países em desenvolvimento, cinco anos para conteúdo nacional), desde que tenha havido uma notificação em tempo hábil.

Outro capítulo nos mecanismos de defesa são as ações antidumping e aí também a *Rodada Uruguai* tornou mais rigorosas as exigências. Boa parte dos mecanismos antidumping promovidos pela União Européia são fruto de ação oligopolista. Basta verificar quem promoveu, como promoveu, para descobrir que os dados são eloquentes. Além disso, exis-

tem as medidas chamadas *Trade Related Investment Measures* - TRIMS. A noção de que, ao promover o investimento, não se deve exigir do investidor certos tipos de compromissos, dos quais o mais óbvio é o de conteúdo nacional, no qual se baseou todo o processo de industrialização brasileira. Na indústria automobilística, a relação entre a indústria de autopeças e as montadoras se baseou na idéia de horizontalização e de conteúdo nacional. E na de que o investidor importe apenas o equivalente ao total que exportar, que é o tema do equilíbrio comercial.

O que recomendo? Recomendo que todos estudem essas medidas e saibam aplicá-las. O que recomendo em geral? No caso do GATT e da OMC, a melhor recomendação é

seguir as regras. Se uma questão está muito complicada, o país desconsolida a sua tarifa, eleva a tarifa e negocia. O Brasil negociou a redução gradual de tarifas até o ano 2000, tendo como base as tarifas brasileiras na *Rodada Uruguai*, que eram altas. Devemos chegar a um nível médio de 35% até o ano 2000. Quando elevamos as tarifas de automóveis para 70%, estávamos dentro da regra da desgravação ano a ano para chegar a 35% no ano 2000. E assim outras alternativas existem.

Reconheço que existem situações específicas e por isso quis dar o quadro geral dessa nova organização, o que representa, quais seus instrumentos. Disse no começo que ser livre é ser informado. Para que os operadores econômicos possam ser

livres para tomar decisões empresariais sobre medidas apropriadas de investimento, precisam estar informados. Senti que deveria explicar o que é a OMC, na qual represento o Brasil no seu sentido mais amplo, com destaque para os interesses nacionais, que passam pelo setor privado. Quando o Presidente da República me convidou para exercer essa função, eu lhe perguntei a razão do convite, pois tendo chefiado o Itamaraty sei da qualidade de seus diplomatas. Ele disse, entre outras coisas, que com minha indicação estava sinalizando a importância política que atribua ao que se faz em Genebra, nomeando uma pessoa conhecida, ex-chanceler, sabidamente ligado a ele por tantos anos. Segundo, porque desejava alguém que conhecesse o setor privado e a ele tivesse acesso. ●

Do Troféu de Guerra ao Copo de Geléia

A dessacralização do acervo no "Templo da Memória"

Adler Homero Fonseca de Castro*

Matéria informativa sobre o Museu Histórico Nacional. Apresenta peculiaridades do seu acervo e debate aspectos de sua gestão, conflitando seu valor histórico com as características funcionais que o Museu deve ter. Em parte, justifica a preocupação do Exército na criação e administração dos seus próprios museus.

O surgimento dos museus históricos – e mais claramente sua difusão inicial – são conseqüências de um processo que está claramente atrelado ao desenvolvimento das estruturas de dominação dos Estados Nacionais no século XIX, conforme já foi amplamente discutido em diversas publicações sobre o assunto. Mas cremos ser necessário repassar, aqui, alguns pontos que

serão fundamentais para o desenvolvimento de nossa idéia neste texto.

Os *gabinetes de curiosidades* – as *wunderkammer*, do século XVI – e os museus, se é que podemos dar este nome às Instituições existentes até o final do século XVIII, têm uma trajetória bem longa, que vem do Renascimento. Por exemplo, no caso do Brasil, Barleus já menciona que, no Recife ocupado, existia (...) *o museu do Conde de Nassau, para o qual traziam as naus da Índia Oriental ou da Ocidental, da África e de outras regiões, animais exóticos, plantas, alfaias dos bárbaros, trajes e armas,*

*para espetáculo mais deleitoso e raro proporcionado ao Conde.*¹

Devendo-se observar que o movimento para formação dessas coleções não era isolado e destinado apenas ao deleite individual, como colocado acima, mas também acoplado à questão da pesquisa científica, quando as diversas sociedades científicas iam aparecendo para estudar os fenômenos físicos e da natureza, de forma a melhor compreendê-los e desenvolvê-los, do ponto de vista de uma melhor utilização comercial da natureza. Assim se explicam as diversas sociedades científicas que surgiram, como as de Londres

* Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Técnico do Departamento de Proteção do IPHAN.

1. BARLEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1980, p. 158.

(1662), Paris (1666) e Berlim (1700), sendo que nestas havia também um claro espírito colecionista, como colocado na seguinte citação sobre a atividade dessas sociedades, (...) encontramos muitas Nobres Raridades oferecidas todos os dias, não só pelas mãos de Filósofos eruditos e professores, mas pelas oficinas dos Mecânicos, pelas viagens dos Mercadores, pelas charruas dos Lavradores, pelos Desportos, os Viveiros de Peixes, os Parques, os Jardins dos Cavalheiros.²

A maior parte das sociedades científicas possuía coleções de estudo, formadas por materiais enviados por seus afiliados e que poderiam ser consideradas como

tendo uma natureza semelhante às dos gabinetes de curiosidades existentes, apesar da proposta, nesse caso, ser mais voltada para o desenvolvimento da ciência pura ou para o desenvolvimento dos recursos naturais do que para a diversão. Daí a natureza econômica de muitas das comunicações da Academia de Ciências de Lisboa, como às de José Bonifácio.³

Mas se essas coleções e gabinetes de curiosidades podem ser consideradas como uma das bases da fundação dos modernos museus. Elas, com certeza, não são as únicas nem as mais antigas, sendo que no caso da proposta do presente texto cremos ser justificável desenvolver um outro tipo de entidade formadora de museus, e que cremos que teve fundamental importância para o atual Museu Histórico Nacional (MHN) - o que vamos chamar de *Templo de Marte*.

Cremos não ser aplicável a citação dos eventos muito removidos cronologicamente para sustentar a tese de que os museus têm uma origem remota, pois o muito citado caso do templo das musas de Ptolomeu, o *mouseion*, não teve uma continuidade que permitisse traçar uma linha

de relação direta entre aquela entidade e os museus atuais. Mas, no caso que ora apresentamos de forma sumária, a situação é outra.

Desde a antiguidade clássica encontramos menção à preservação da memória de eventos importantes, não só através de monumentos arquitetônicos mas, também, no caso da cultura greco-romana, que tanto nos é importante, por meio de troféus e lembranças que eram deixadas nos campos de batalha, ou preservados nos templos. Assim, Tácito, em seus *Anais*, cita o fato de o Senado romano ter mandado erguer, no alto da colina capitolina, *troféus e arcos para a guerra parta*, com a função de comemorar uma suposta vitória militar. Do ponto de vista dos ditos bens móveis, Plutarco, após mencionar diversos troféus erguidos por gregos, cita o caso mais direto da doação que o General Marcellus fez, ao templo de Júpiter Feretius, das armas do rei gaulês Britomartius, capturadas em batalha, sendo as peças armadas em troféu.⁴

Mas a preservação da memória das vitórias militares através de objetos *entourados* - e falamos literalmente, pois as peças pas-

2. SPRAT (Bispo) - *History of the Royal Society*, 1667. Apud BERNAL, J.D. - *Ciência na História*. Lisboa: Livros Horizonte, 1976. p.455

3. Por exemplo: SILVA, José Bonifácio de Andrade e. *Memória sobre a pesca das baleias e extração do seu azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias*. In: MEMÓRIAS Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas. Lisboa: Academia Real de Ciências, 1790. Tomo II.

4. TACITUS - *The Annals*. Chicago: University of Chicago, 1952. p. 162 e PLUTARCH - *The lives of the Noble Grecians and Romans*. Chicago: University of Chicago, 1952. p. 249

savam a compor os tesouros dos templos – não é o fato mais importante na transmissão dessa prática, pelo menos em nossa opinião. A tradição de preservar troféus para exposição mais ou menos pública em templos foi incorporada pela igreja católica, fazendo com que a prática de entesouramento nos *Templos de Marte* se mantivesse ao longo da Idade Média, não só através de estátuas jacentes e lápides gravadas com figuras militares, mas também de armas e armaduras. E é curioso apontar que algumas dessas últimas podem ser vistas como estando entre os primeiros objetos cenográficos feitos, como o caso de elmos funerários, que tinham a abertura da cabeça reduzida, de forma a não poderem ser usados, fazendo com que seu valor de uso fosse eliminado e, portanto, reduzidas as chances de eles serem removidos de seu contexto. O importante aqui é apontar que esses objetos, deixados nos templos cristãos, serviam para preservar a memória de feitos e eventos militares, de forma bem semelhante ao que acontecia na cultura greco-romana.

Mas, além dos mementos militares, as igrejas, durante muitos anos, foram depositárias de troféus obtidos em combate, especialmente no tocante às bandeiras, podendo-se dizer que as instituições religiosas nesse aspecto assumiram uma das funções dos museus modernos, a de preservação dos objetos materiais da cultura, devendo-se frisar que esse costume não se restringiu à Idade Média. Até a formação dos grandes museus militares, os troféus de guerra ainda eram encaminhados às igrejas, como a catedral de Notre-Dame, no caso da França, ou, no Brasil, a Igreja Santa Cruz dos Militares, no Rio de Janeiro, que recebeu parte das bandeiras paraguaias capturadas na guerra de 1864-70.

E esse aspecto de preservação da memória gloriosa dos países através do culto aos seus troféus e momentos militares, se hoje é considerado como secundário, não era o caso até um passado bem recente. Como citamos acima, o surgimento dos grandes museus está associado ao fortalecimento do nacionalismo, e a noção de patriotismo podia ser – e foi – associada às glórias militares, co-

meçando-se por Napoleão, que com uma visão muito clara das possibilidades do uso do nacionalismo, percebeu e estimulou a formação e desenvolvimento do sentimento popular de haver uma ligação direta entre a nação e os feitos militares do Exército nacional conscrito, tal como o chamaríamos hoje em dia. Assim é que Napoleão introduziu e reforçou o culto aos símbolos militares. Alguns desses símbolos já existiam, como as bandeiras (inicialmente as regimentais, depois as nacionais) e, curiosamente, os instrumentos musicais, que eram considerados como as vozes dos regimentos. Outros símbolos foram reintroduzidos, como no caso das águias, os estandartes das legiões da antiga Roma, que reaparecem brevemente na França, devido ao gosto neoclássico daquele momento. Mas ainda outros ícones foram sendo incorporados e difundidos pelo mundo, alguns permanecendo até os dias de hoje, como é o caso das condecorações por valor, diferentes das antigas ordens militares, por poderem ser dadas a todos, independente de sua origem social e posição, mesmo do

mais inferior dos soldados — desde que este se destacasse a serviço da nação. No caso do Brasil podemos citar o caso da medalha da Campanha da Caiena, a primeira a ser distribuída de forma geral e que é conhecida como a primeira medalha militar brasileira, de 1809, o que claramente se insere nessa proposta de incentivo de um sentimento de nacionalidade.

Pois se esses símbolos passaram a receber grande valor por parte do Estado, nada mais natural que o seu recolhimento aos museus fos-

se incentivado, como uma forma de eternizar a memória dos grandes feitos da pátria. Contudo, ainda melhor do que guardar as lembranças dos grandes vultos era preservar esses mesmos símbolos *quando tomados do inimigo*, pois se eles eram ícones da pátria, a sua conquista representaria a vitória e supremacia de uma nação sobre a outra. E aí está a origem da proposta de fundação do Museu Histórico Nacional, como veremos a seguir.

O Brasil tinha, ao longo do século XIX, se envolvido em uma série de conflitos externos, e estes tinham gerado uma série de objetos que poderiam ser vistos como troféus de guerra, espalhados em igrejas (onde estavam sendo destruídos pela ação do tempo), estabelecimentos de ensino e museus. A preservação desses objetos, muitas vezes, não tinha sido proposital ou não era vista como importante, podendo-se citar dois casos do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro que julgamos exemplares.

O primeiro refere-se ao achado, em 1873, de um canhão holandês do século XVII, no Rio Uruguai, e que foi oferecido ao Governo. O Arsenal de Guerra, após es-

tudar a questão, chegou à conclusão que a peça não teria sido usada pelas forças do País, de maneira que não poderia ser considerada como um objeto capaz de se tornar um troféu em um país estrangeiro. Daí o órgão ter sido contra a compra do canhão, apesar do reconhecido valor histórico do objeto, que já era claro naquele momento. Apontamos, como curiosidade, que essa questão dos troféus também era vista com muita seriedade no exterior. Por exemplo, uma peça de artilharia, a *colubrina d'Ehrenbreistein*, feita em 1524 com despojos tomados em batalha por um príncipe alemão e capturada pelos franceses em 1799, foi retomada de um museu francês pelos alemães na Segunda Guerra Mundial e recuperada pelos franceses em 1946, mostrando a importância que era atribuída a um troféu, mesmo que fosse um *tomado em batalha* havia muito tempo (se é que um canhão de 1524 estava ativo em 1799..).⁵

O segundo caso que usaremos como ilustração, refere-se ao Museu de Artilharia, subordinado ao Arsenal. Este, apesar de ter sido criado *para encerrar os troféus nacionais*,⁶ não atendia mui-

5. Ofício da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1873 com ofício da legação em Buenos Aires, de 9 de agosto de 1873 em anexo. Mss. ANRJ.JOBÉ, J. et alii. *Histoire Illustrée de L'artillerie*. Lausanne: Edita Vilo, 1981. s. numeração de páginas.

6. Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da décima-quarta legislatura pelo ministro e secretário de estado interino dos negócios da Guerra, Visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro, typographia Universal de Laemmert, 1872. Consideramos interessante citar parte do relatório, sobre as bandeiras: Uma das medidas urgente é resguardar as bandeiras ganhas no campo das batalhas, tintas ainda de gloriosos sangue, marcadas com os sinais do valor inimigo e do nosso, não só da ação do tempo que rapidamente modifica as cores e aumenta os estragos, como da possibilidade de serem subtraídas.

Ou seja, o problema de preservação desses troféus já era observado há 125 anos e o que é o pior, a situação continua até os dias de hoje.

to bem aos requisitos de um museu, pois o acesso a ele era difícil, especialmente quando foi transferido para o então remoto Asilo dos Voluntários da Pátria, no que hoje é a Ilha do Fundão. E cremos que esse problema era composto pela visão da época, onde o órgão seria visto mais como um depósito de material didático do que um museu propriamente dito, pois o Exército usava o material ali depositado em suas experiências para o desenvolvimento do armamento,⁷ o que também ocorria com o material que ficou no Arsenal de Guerra propriamente dito. Os canhões ali depositados, alguns dos quais se encontram no Pátio dos Canhões do MHN, e que apresentam marcas da experiências por que passaram naquela manufatura.⁸

7. Ofícios da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército ao Ministro da Guerra, 1885. Parecer do Major Francisco José Teixeira Júnior, 15 de julho de 1885. Mss. ANRJ

8. CASTRO, Adler Homero Fonseca de & ANDRADA, Ruth Beatriz S. Caldeira de - *O pátio Epitácio Pessoa: seu histórico e acervo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1993 (mimeo).

9. BARROSO, Gustavo - *Idéias e Palavras*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro e Maurílio, 1917, pp. 27 e segs.

10. BARROSO, Gustavo - "Museu Militar." In ____ - *Idéias e Palavras*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro e Maurílio, 1917, p.31

11. Idem, p. 30

Esses problemas de atuação dos museus militares foram claramente percebidos por Gustavo Barroso, conforme pode ser visto no seu já amplamente citado artigo *Museu Militar*, publicado em 1911 no *Jornal do Commercio*, sendo suas idéias reiteradas nos textos *Culto da Saudade* (1912) e *Dragões da Independência* (1917).⁹ Frisamos que, apesar da proposta do futuro diretor do museu não ser a única existente no momento, como visto no artigo de *Permanência encontra o efêmero*, em outra parte deste volume dos anais ela foi vitoriosa, ficando claro nesses textos que a proposta de Gustavo Barroso era o culto das glórias militares nacionais, retomando à proposta o *Templo de Marte* – e isso explicitamente, como colocado no último parágrafo de seu artigo intitulado *museu militar: Patriótica e nobre idéia de um museu militar. Queiram os numes (divindades) que ainda se realize, para nele depormos os nossos troféus como os gregos suspendiam os broqueis (escudos) vencidos nas métopes (vigas) de mármore dos templos*.¹⁰

O fato é que, pouco depois da publicação do último

artigo acima mencionado, o País finalmente teve seu Museu Histórico Nacional, formado, talvez, de forma casual, mas da maneira que Gustavo Barroso queria, através da incorporação de museus militares: o de Artilharia e o do Estado-Maior do Exército. Mas não só isso. Grandes esforços foram feitos para recolher os antigos troféus: a espada de Lopes, *a maior de nossas relíquias militares (...) que estava quase desprezada numa caixa empoeirada no canto de um salão do Colégio Militar*,¹¹ sendo esta logo recolhida ao MHN, assim como outros troféus que lá se encontravam, como o de abordagem do Capitão paraguaio Céspedes. Mas, cremos que a espada de Lopes possa ser vista como um ícone importante; inicialmente, devido ao ponto de vista da época da fundação do museu, quando era vista como a *arma do único chefe de Estado que vencemos*, ou seja, o mais claro símbolo da vitória do País sobre outro, mas também devido ao que aconteceu com ela mais tarde, anos depois da fundação do museu.

Apesar da posição de Barroso, devemos frisar que

o museu que se formou não era apenas um templo de relíquias da glória militar pátria, qualquer que fosse sua postura inicial. De fato, pode-se afirmar, com certo grau de certeza, que o diretor do museu desde cedo procurou diversificar a abordagem que seria dada ao novo órgão, buscando doações nas mais diversas fontes, havendo uma lenta transformação da proposta museográfica: o MHN passou a se dedicar cada vez mais aos aspectos simbólicos da Nação como um todo, diminuindo a importância da coleção militar dentro do contexto maior.

Isso, contudo, sem colocar totalmente em um segundo plano a parte militar, tanto é que diversas das primeiras grandes aquisições do órgão, feitas por compra, foram de

coleções que continham importantes elementos de armaria: a de J. J. Raposo e a de Washt Rodrigues, esse último um grande pesquisador da história militar do País, autor, junto com Gustavo Barroso, do que é até, o livro básico de referência sobre indumentária militar brasileira.¹² Essa dedicação de Barroso ia ao ponto de ser de sua própria autoria um dos únicos estudos de coleção elaborados no museu, referente às armas, sendo o documento (não publicado) fundamental para se entender a lógica da formação do acervo, além de conter valiosas informações sobre as peças, informações que hoje estariam perdidas se não fosse o trabalho então realizado, apesar de esse se ressentir de informações históricas incorretas, considerando-se o estado do desenvolvimento da matéria naquele período.¹³

Agora, devemos fazer a ressalva que, se a coleção de armaria era vista no período de consolidação do museu como símbolo da formação da nacionalidade e ícone da Pátria, isso podia ser levado a alguns extremos. Como exemplo, podemos citar alguns casos que consideramos curiosos. O primeiro é refe-

rente a uma arma que servia para lançar arpões para caça à baleia. Esta, por ser muito exótica e devido ao fato de os paraguaios, durante a guerra, terem desenvolvido algumas armas estranhas, foi classificada por Gustavo Barroso, como troféu de guerra, apesar de não existir nenhuma documentação comprovando o fato.¹⁴ Fato mais grave aconteceu alguns anos depois, com algumas peças que foram classificadas como troféus de guerra contra os holandeses, apesar de, novamente, não haver comprovação documental sobre o fato e as peças serem, claramente, de período posterior a guerra.¹⁵ O que torna o incidente particularmente interessante é o fato de Gustavo Barroso, em seu já citado estudo, já as ter classificado corretamente, o que nos leva a crer que os escalões decisórios do museu, em seu zelo em recriar um passado nobre para o País, *exageraram* um pouco na interpretação histórica, usando as peças como elementos museográficos, ícones, sem relação direta com o passado que se queria enaltecer, mas que adquiriram essa característica, pois o Museu passava a autenticá-las como sendo

12. BARROSO, Gustavo e RODRIGUES, José Washt - *Uniformes do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

13. BARROSO, Gustavo - *Inventário da Coleção de Armaria*. [Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1939] (mimeo) MHN.

14. Idem.

15. BARROS, Sigríd Porto de - *Armas que documentam a guerra holandesa*. Anais Museu Histórico Nacional (Vol. X - 1949). Rio de Janeiro: SEDEGRA, 1959, v. 10, 1949, p. 37. Referimos especificamente aos espôndes e alabardas citados no texto, que são do século XVIII.

verdadeiras representantes dos eventos da história militar retratados na exposição.

Mas esse é um caso extremo e, se havia outros problemas de interpretação dos objetos, estes ocorriam em menor grau ou eram erros compreensíveis, devido ao estágio de desenvolvimento do pensamento museológico no período, como o caso de um canhão francês, que no museu foi classificado como sendo troféu de guerra de Duclerc, com o argumento de que os únicos canhões franceses capturados no Rio de Janeiro eram desse corsário francês, ignorando todas as outras possibilidades de origem do objeto.¹⁶ O importante é que a visão do MHN como local o mais apropriado para o recolhimento de material histórico de origem militar permanecia. Assim é que vários ministros do Exército doaram ao museu, em ocasiões diferentes, três espadas de expoentes da história do Exército: as dos Marechais Floriano Peixoto e Bittencourt, além de outra, que

pertenceu ao Imperador Pedro I e que tinha sido presenteada ao Exército pelas Forças Armadas portuguesas. Julgamos ser relevante as palavras do Ministro Góes Monteiro sobre as espadas: *Este ministério tem conservado esses objetos com especial carinho considerando-os verdadeiras relíquias(...)*.¹⁷

Afirmção que é reforçada pelo que disse outro ministro, Eurico Gaspar Dutra, ao referir-se à doação da espada de Pedro I: *ela (...) deve ficar guardada no seu benemérito museu, pois ela é mais do Brasil do que do Exército. Aí será por todos admirada, sem que aqui fosse mimada como um legado de honra, que muito nos penhorava*.¹⁸

Ou seja, o Exército abria mão de seus bens que, sem dúvida, eram vistos como sendo grandes relíquias para ele, para que eles pudessem ficar guardados e expostos junto com os outros troféus e armas do País, ao acesso do público maior no *Templo de Marte* que era, em parte, o Museu Histórico Nacional.

Fazemos aqui um pequeno parêntese para apontar que os troféus de lutas internas não eram encarados

como tendo a mesma importância na visão da história da época, do que os das vitórias contra os estrangeiros. Muitos poucos objetos são identificados como sendo originários de lutas internas do País nas coleções dos museu, devendo-se ressaltar que a maior parte deles refere-se às rebeliões das décadas de 20 e 30, ou seja, período que era visto como sendo de grande importância pelo governo Vargas, na procura de legitimar-se. Igualmente importante é apontar-se que, dos poucos objetos que podem ser associados com as lutas internas no período do Império, uma certa quantidade era associada aos grandes personagens - Osório, Caxias, Barão da Vitória e outros - que sufocaram os movimentos, ou seja, restabeleceram a ordem que se procurava enaltecer.

Assim, ainda no período de Barroso, o caso da Segunda Guerra Mundial, última vez que o País participou de um conflito armado contra inimigo externo, adquire grande importância. Quando a Segunda Guerra acabou, um dos primeiros atos do Comandante da Força Expedicionária Brasileira foi tentar a imortalização dos feitos do Exército Brasileiro na Itá-

16. BARROSO, Gustavo - Inventário. Op. cit..

17. UMANS, Adolpho - *A Idéia da Criação do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1947, p.98. O grifo é nosso.

18. *Ibidem*, pp. 92-93. Op. cit.

lia, através da preservação do maior símbolo nacional daquela unidade – a bandeira – no museu. O General Mascarenhas de Moraes doou a bandeira do Quartel-General da FEB ao museu, acompanhada das seguintes palavras: *constituindo o glorioso Pavilhão Nacional, que ora é remetido a essa casa de relíquias históricas, a síntese dos feitos brilhantes realizados, no estrangeiro, pela Força Expedicionária Brasileira, melhor destino não se lhe poderia dar que o de sua entrega à guarda dessa instituição (...)*.¹⁹

Mas este não foi o único item que ficou preservado no museu. Além da bandeira, foram recolhidos outros objetos, destacando-se cerca de 26 peças de artilharia inimiga capturadas em combate, e que viriam a reforçar a já existente coleção de canhões-troféus de guerra existentes, a começar por aquele que é possivelmente o troféu de guerra mais conhecido no País, o vetusto e imenso canhão paraguaio *El Cristiano*. Curio-

samente, pelo menos em nossa opinião, o museu não recolheu outros troféus típicos, como bandeiras, peças de indumentária, medalhas etc., a não ser por uns poucos fuzis alemães. E destacamos que essa opção não se deveu a não existência desses objetos, pois eles existiam e ainda existem em grande número, muitos deles estando preservados em outros museus como o da Associação de Veteranos da FEB ou nas unidades militares que participaram da campanha na Itália. Essa opção torna-se ainda mais curiosa quando se percebe que o material de artilharia recolhido, além de numeroso, pois correspondia a um acréscimo de cerca de 30% dos objetos da mesma categoria do acervo, era de grande volume, contendo desde pequenos canhões até imensos obuseiros, com cerca de 9 metros de comprimento, ou seja, as novas aquisições ocuparam um grande espaço em um órgão carente dele, pois o prédio onde o MHN se situava, até o final da década de 50, era compartilhado com instalações do Ministério da Agricultura. Assim, em nossa opinião, essa opção de se preservar material de maior vulto e,

portanto, mais impressionante, deve ser vista como intencional, apesar de marcar o último momento que a visão original de Barroso teve a implantação clara no MHN, pois essas foram as últimas grandes aquisições de troféus militares, não só porque o País não mais se envolveu em conflitos militares externos – descontando-se a aventura em São Domingos em 1965 e a missão o Batalhão Suez – mas também porque houve uma mudança na forma de se ver a instituição museológica. E daí passamos ao segundo ponto do nosso texto – aquele referente ao copo de geléia.

Sagrado e Profano – a História Social e a Visão de Museu no MHN

Os museus de história naturalmente refletem em suas exposições permanentes, a historiografia do momento em que vivem, mesmo considerando que as propostas adotadas pelas instituições museológicas podem não estar entre as mais atualizadas. Sendo assim, não deve ser surpresa que o Museu Histórico Nacional – e boa parte dos museus do gênero no País – tenham começado a repensar suas exposições permanentes a par-

19. Carta do general João Batista Mascarenhas de Moraes ao Diretor do MHN, citada em DUMANS, *op. cit.*, p. 96.

tir da década de 1960, quando a *Nova História*, da escola dos *anales*, já havia se consolidado na Europa. Esta esposava uma grande preocupação com a história da cultura popular e do cotidiano, aspectos que até então só eram vistos como secundários ou pitorescos, e que eram praticamente ignorados nos museus tradicionais. Lembremos, por exemplo, que, no caso do MHN, os únicos aspectos ligados ao trabalho que aparecem com certa representatividade nas coleções são os instrumentos de suplício de escravos. Mas estes eram usados para ilustrar que tinha havido uma ruptura com um passado indesejável, e não para servir como representante da cultura material dos trabalhadores, forçados ou não, na história do País.

Em nossa opinião, essa nova visão de museologia foi, na maior parte dos casos, extremamente positiva, atualizando as exposições de forma a tornar a entidade museológica mais vendável ao público visitante. Assim, ao invés de se concentrar nas elites e nos fatos tendentes a mostrar uma visão determinada de como seria o passado do País e, conseqüente-

mente, como deveria ser o futuro, a nova proposta, em princípio, permitia o questionamento das posições que anteriormente eram colocadas como dado indiscutível dentro dos museus, implicando isso, por sua vez, na possibilidade – teórica – de o visitante realizar uma reflexão sobre o passado histórico.

Nessas breves notas se encontra a explicação de parte do título que escolhemos para este trabalho, referente ao *copo de geléia*. Esse utensílio, comum, sem maior valor material, é quase que descartável em nossa sociedade de consumo – e, por isso mesmo, os técnicos do MHN resolveram incorporá-lo ao acervo do museu, apesar de a peça não ter valor intrínseco, não ser representativa de nenhum fato ou pessoa notável da História e de não ser (até certo ponto) símbolo de nenhum processo histórico relevante, ou seja, não se revestir de nenhuma característica que pudesse levar a sua inclusão no museu, até a década de 60. Sua incorporação, em 1987, deveu-se ao fato de esse tipo de objeto ser, justamente, uma peça de produção em massa, um referencial comum a um grande número de pesso-

as de uma dada faixa etária e que, devido à evolução dos métodos de produção, tende a desaparecer.

Entretanto, a esse processo de renovação da proposta de atuação dos museus, representando aqui pelo copo de geléia, estava atrelada outra proposta – a da *dessacralização* dos acervos. Nessa, as peças que antes tinham sido consideradas como as mais importantes e desejáveis nos acervos, por estarem associadas a fatos ou pessoas relevantes da História, servindo como relíquias ou ícones para os organizadores das exposições, passaram a ser vistas como não sendo mais tão importantes, pelo menos quando abordadas individualmente. De uma só vez, elementos que eram encarados como fundamentais para as antigas exposições perderam sua utilidade dentro dos museus, pois ao terem seu valor como relíquia rejeitado, a eles dificilmente poderia ser associado outro valor. Citamos, como um exemplo significativo, as *esquírolas* (fragmentos de osso) da mandíbula do General Osório, ou as pedras da praia onde desembarcou Pedro I quando retornou a Portugal, peças que fizeram,

durante algum tempo, parte da exposição permanente do MHN. Nesses casos temos objetos sem nenhum valor intrínseco, mas que se transformaram em relíquias, como as de um santo em uma igreja medieval, passando, através da difusão, os valores históricos associados aos famosos personagens - mesmo que os objetos, por si, não pudessem ser identificados por ninguém, a não ser quando acompanhados das etiquetas identificativas da exposição do museu.

Essas mudanças de perspectiva na área de museologia, como qualquer mudança mais revolucionária, resultou em certas posições radicais - os objetos que antes eram encarados como fundamentais para o entendimento da História, pelo menos nos museus, passaram a ser vistos como secundários, ou até inúteis, em alguns casos extremos. E o objeto desse texto pode ser visto como exemplar dessa nova postura, pois se os troféus de guerra foram considerados como um dos motivadores da criação de um museu de História a nível nacional, eles agora eram relegados a um segundo plano. E, mais importante do que isso, o próprio Gover-

no perdeu seu interesse pelo museu e pelos objetos militares ali preservados. O resultado é que parte dos troféus de guerra paraguaios, inclusive a famosa espada do Presidente Lopes, foram devolvidos, na década de 70, como se a entrega de umas poucas armas e objetos pudesse apagar da História os fatos que eles representavam. Apesar dessa iniciativa ter sido independente do MHN, órgão que sempre foi contra a medida (proposta pelos positivistas desde o final do século passado), acreditamos ser significativo o fato de ela ter sido uma proposta do Governo, na época em que este estava sob o controle dos militares, ou seja, justamente da classe que deveria dar maior ênfase aos valores embutidos nos troféus de guerra.

Do ponto de vista do Museu Histórico Nacional, a nova visão representou uma mudança radical na exposição que foi implantada na década de 70. Nesta, os troféus militares só apareciam na sala referente às guerras holandesas - suficientemente afastadas no tempo para não gerar problemas políticos. Nada aparecia que se referisse às guerras mais recentes. As armas do museu fo-

ram trancadas numa reserva, e até a excelente coleção de peças de artilharia capturadas pela FEB perdeu-se, só restando um pequeno canhão no museu. As bandeiras que, como já dissemos, são consideradas dentre os troféus mais importantes, foram igualmente recolhidas à reservas, onde permanecem.

Hoje em dia, essa visão mais radical, que via com certo desprezo as peças tradicionais do antigo museu, está sendo superada, e as novas exposições, mantendo uma abordagem atualizada da História, voltam a se valer delas para passar as informações, pois - e aqui está um ponto que gostaríamos de frisar - se os objetos comuns são portadores de uma série de dados que podem servir para ilustrar uma exposição sobre a cultura de um país ao longo do tempo, transformando-se em história de acordo com uma definição popular da matéria (História é o estudo do homem no tempo), o mesmo acontece com os objetos que antes eram sacralizados no museu. O copo de campanha do Duque de Caxias, das coleções do MHN, pode ter as mesmas funções do copo de geléia acima citado. Mas, além dessas, ele ser

ve para ilustrar uma série de outros fatos que o copo comum não pode. Podemos citar, como exemplo, a figura do general, a Guerra do Paraguai (onde ele foi usado), e assim por diante.

O ponto que gostaríamos de passar com este texto é que agora é o momento de se recuperar um pouco da memória dos museus, a memória mais antiga, pois se é interessante diversificar a aproximação na coleta de acervos, aumentando as possibilidades de se realizar exposições, é imperativo que não se esqueça a origem dos acervos existentes, pois as peças ligadas às elites são majoritárias e ainda o serão por um longo tempo, independente da vontade dos curadores dos museus. Daí ser necessário pensar-se em uma política de aquisição que impeça a existência de uma ruptura abrupta na lógica de formação dos acervos, fazendo-se, caso seja esta a opção, uma transição lenta entre a velha proposta e a nova, a ser adotada.

Por outro lado, apontamos que também é o momento para as instituições museológicas tornarem a dedicar um pouco de seu tempo à recolha de novos troféus, pois esse tipo de acervo, apesar de estar ligado a incidentes desagradáveis da História

(os conflitos armados) será indispensável para a montagem de futuras exposições. E não falamos aqui apenas do MHN, pois os demais museus tradicionais de História não recebem objetos desta natureza desde a década de 30. Onde estarão as peças relativas às revoltas de Jacareacanga e Aragarças? Sobre o golpe de 1964 e sobre os já citados Batalhão Suez e a intervenção de São Domingos? Ou até aqueles referentes a um incidente que ainda não terminou, a missão de paz em Angola? Será que no futuro será impossível representá-las por objetos tridimensionais em um museu ou será que alguém considerará esses eventos como sem importância para a história nacional?

Finalmente, é igualmente necessário que os objetos já recolhidos sejam preservados, pois apesar de estarmos cientes de que essa posição pode ser vista como impopular entre os profissionais de museologia com formação mais recente, eles são insubstituíveis, não só pelo seu valor material ou como antiguidades, mas também pelos valores que representam (ou podem representar, concedemos). Deve-se aban-

donar a política que permeia algumas instituições museológicas que, em face dos crescentes custos de manutenção dos acervos delicados e devido a uma visão extrema o que seria a dessacralização do acervo, dão pouca – ou nenhuma – prioridade a conservação desse tipo de objeto, como aconteceu no MHN na década de 70, ou, num exemplo muito pior, em outro museu, onde um objeto do acervo, de madeira, foi usado em uma peça de teatro, sendo sujeito a um banho d'água como parte da encenação, garantindo que o mesmo não tivesse uma vida longa, apesar de ter sido preservado desde o início do século XIX. Conclamamos que os profissionais da área repensem a questão da "desacralização" e suas possíveis consequências ao próprio objetivo da profissão. Não gostaríamos de ouvir novamente, como já ouvimos, de um profissional qualificado da área que, como era impossível preservar-se os objetos por toda a eternidade, os museus não deveriam se preocupar em preservá-los de qualquer forma, usando-os como objetos do dia-a-dia, até o seu desgaste.



Direção e Comando Supremo da Segunda Guerra vistos por Ludendorff

Gil Cordeiro Dias Ferreira*

O artigo debate o pensamento e as ações de Ludendorff, no que tange à direção e ao comando supremo da guerra, à condução dos Exércitos Confederados na Primeira Guerra Mundial e ao papel dos estados-maiores no desenrolar do conflito.

*Mit Gott für kônig und vaterland*¹

*Tenho visto o homem crescer*²

*Ele é o maior soldado de todos os tempos*³

Otrem secreto que partiu de Zurique, a 9 de abril de 1917, conduzindo Vladimir Ilitch Ulianóv (Lenin) ao encontro de seu destino revolucionário, cruzou o território alemão – em guerra – sem ser molestado. Salvaguardas haviam sido providenciadas pelo 1º Subchefe do Estado-Maior Geral alemão, General Erich Friedrich Wilhelm von Ludendorff, que, inten-

tando fomentar uma guerra civil na Rússia e, assim, retirá-la da Primeira Guerra Mundial, contribuiu diretamente para *os dez dias que abalaram o mundo*.

A 9 de novembro de 1923, Adolf Hitler liderou um infrutífero *putsch* em Munique, tentando levar os nazistas ao poder, pela força. A polícia bávara dispensou os *camisas-pardas* de Hitler a tiros e o futuro ditador foi condenado a cinco anos de prisão. Mas a seu lado, naquele dia, marchava impávido alguém que, pouco depois, muito o ajudaria em sua escalada: o General Ludendorff.

Para compreender as idéias de Ludendorff, mister é retroceder-se à consolida-

ção do Império Alemão e recordar o ideário militar prussiano. Só então se poderão discutir seu pensamento e suas ações – propósito deste ensaio – no tocante à direção e ao comando supremo da guerra, à condução dos exércitos confederados, durante a Primeira Guerra Mundial, e ao papel dos estados-maiores durante a guerra.

A Consolidação do Império Alemão

O Congresso de Viena, realizado em 1815, visava a refazer o mapa da Europa, após as guerras napoleônicas. Data daí o surgimento da Confederação Germânica, com trinta e oito

* Capitão-de-Mar-e-Guerra, Fuzileiro Naval. Sócio-efetivo do IGMB.

1. "Com Deus, pelo Rei e pela Pátria". Divisa mantida permanentemente inscrita por Ludendorff em seu capacete.

2. Ludendorff sobre Hitler.

3. Hitler sobre Ludendorff.

Estados, sob o controle da Áustria (Fig. nº 1).

Um desses Estados, a Prússia, viria a constituir o núcleo em torno do qual se formaria o Império Alemão, pela atuação política de Otto von Bismark, Presidente do Conselho de Ministros do Rei Guilherme I.

Vencedora em sucessivas guerras, logrou a Prússia extinguir a hegemonia austríaca e consolidar a unidade alemã, dissolvendo a Confederação Germânica (Fig. nº 2).

A 18 de janeiro de 1871 – paradoxalmente no Palácio de Versalhes, em Paris – Guilherme I de Hohenzollern era coroado Imperador da Alemanha. E Bismark, alçado à condição de príncipe, foi nomeado Chanceler, posto que ocuparia até 1890.

É difícil não entrever, a partir de 1871, uma intensificação do *pan-germanismo* e do expansionismo territorial alemão que influenciaram o caráter de Ludendorff – nascido em 1865.

Paralelamente ao crescimento político, ocorreu na Alemanha, a partir de 1871, um vigoroso surto industrial, que a colocou, por volta de 1910, em posição de grande destaque mundial, causando apreensões a ou-

tras potências, como Inglaterra e França.

Multiplicaram-se, em larga escala, as produções de carvão e de minério de ferro, as ferrovias, os postos telegráficos, e a urbanização – a população, antes predominantemente rural, passou a habitar cidades, que cresciam vertiginosamente.

Era natural, pois, a existência de um quadro de otimismo, de nacionalismo exacerbado, entre os alemães. Por outro lado, floresciam massas urbanas e uma *burguesia* economicamente forte, umas e outras fruto da industrialização e da urbanização. Esse processo de transformações sócio-econômicas ameaçava a posição de prestígio da ultraconservadora aristocracia militar prussiana que, se antes procurava mobilizar o Exército apenas com representantes da *nobreza* (particularmente os *junkers* aristocratas rurais), foi forçada a estender a base social do estamento militar, miscigenando-se com a *burguesia*.

Nesse quadro sócio-político-econômico foi que Ludendorff, filho de pai humilde e de mãe nobre, porém arruinada (família Tempelhoff – uma pré-miscigenação?) cresceu e se aculturou.

Mas recordemos agora o secular *belicismo* germânico.

O IDEÁRIO MILITAR PRUSSIANO

Para compreender o pensamento de Ludendorff, parece-me importante mencionar, antes, sete personagens históricos: Frederico II, o Grande; Napoleão Bonaparte; Gerhard von Scharnhorst; August Neidhardt von Gneisenau; Karl von Clausewitz; Helmut Karl Bernhard von Moltke; e Alfred von Schlieffen.

Frederico, o Grande, foi um genial estrategista, cuja imagem de resistência na adversidade, de trabalho árduo nos treinamentos, de paz e das grandes vitórias em guerra, foi essencial para a autoconfiança tradicional do Exército alemão.

Napoleão Bonaparte – e, muito provavelmente, também, Jomini – influenciou decisivamente o pensamento militar alemão, particularmente no campo da estratégia, pelo simples fato de Frederico II não ter preparado estrategistas que o sucedessem.

Scharnhorst reorganizou o Ministério da Guerra alemão, em 1806, destacando o papel do estado-maior geral (EMG). Foi ele o criador da

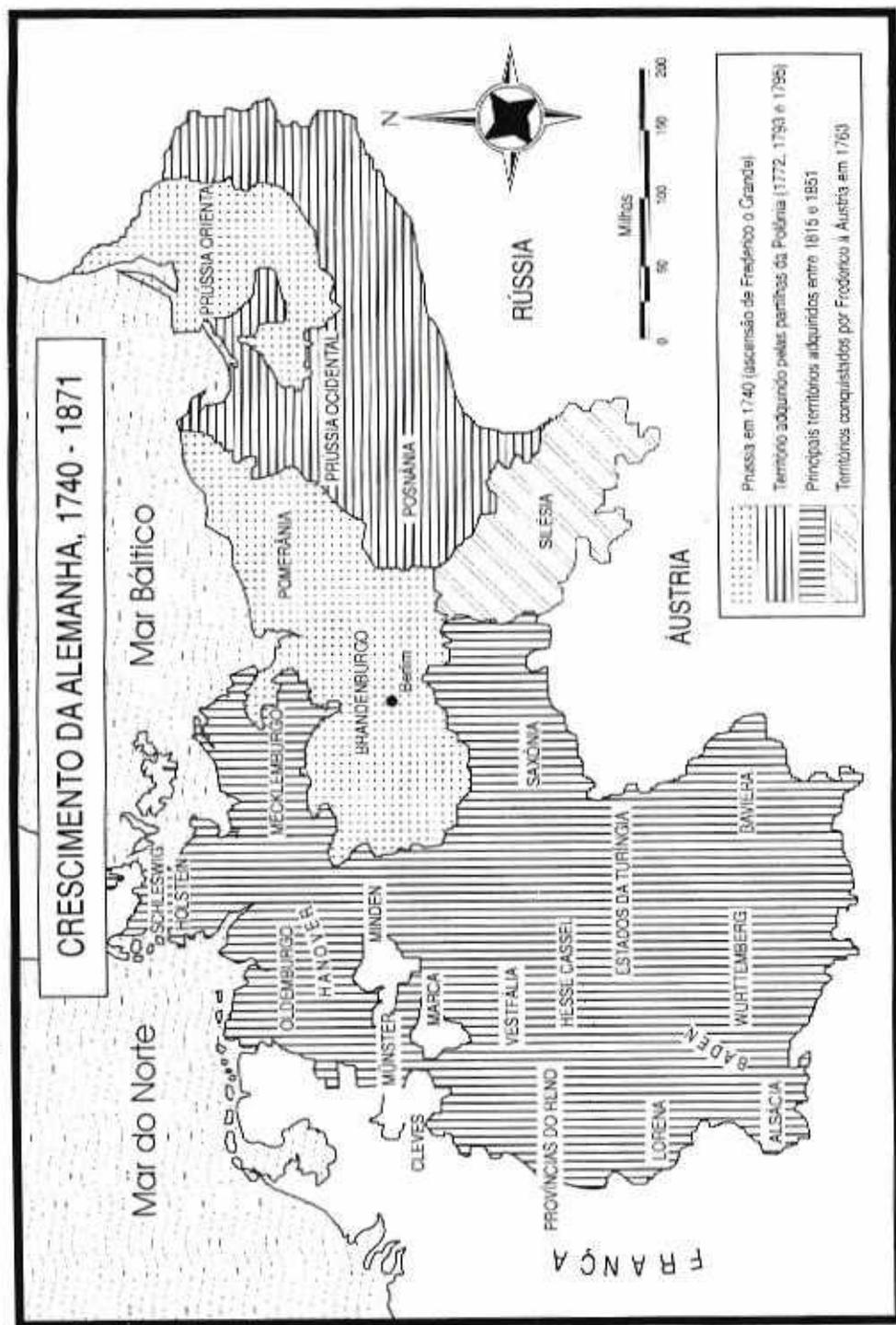


Figura 2

Seção de Mobilização, que Ludendorff ocupava ao início da Primeira Guerra Mundial, responsável por planos de organização, adestramento, inteligência, topografia, tática e estratégia.

Gneisenau chefiou o EMG entre 1813 e 1815. Sucessor de Scharnhorst, aprimorou o seu trabalho. Sua contribuição maior foi no campo de batalha, onde demonstrou grandes perspicácia e determinação.

Clausewitz não pode deixar de ser mencionado em qualquer trabalho sobre Ludendorff, visto que a idéia central de toda a obra do último é precisamente o oposto do ideário do primeiro.

Segundo Clausewitz, que dirigiu a Academia Militar de Berlim entre 1818 e 1830, *a guerra não é nada mais que a continuação da política por outros meios* – vale dizer, a guerra deve se subordinar à política.

Já Ludendorff, em seu livro *A Guerra Total*, afirma que *as idéias de Clausewitz devem ser todas substituídas. A guerra e a política servem à conservação do povo, mas a guerra traduz a suprema expressão de vontade de vida racial. Eis porque a política deve servir à guerra.*

Moltke serviu no EMG entre 1858 e 1894. Seu grande mérito foi ter desenvolvido intensamente as rodovias e ferrovias germânicas, visualizando – e materializando – a incrível mobilidade estratégica que delas adviria para seus exércitos. Quanto à *guerra em duas frentes*, preconizava um ataque inicial à Rússia, mantendo na Alsácia-Lorena um pequeno esquema defensivo, porque acreditava em uma vitória mais fácil e curta contra os russos do que contra a França.

Schlieffen, de quem Ludendorff foi subordinado e grande admirador, chefiou o EMG entre 1894 e 1905. Nesse último ano, desenvolveu o famoso *Plano Schlieffen*, aperfeiçoado por Ludendorff, onde preconizava exatamente o oposto de Moltke – o primeiro ataque deveria ser contra a França, como ocorreu na Primeira Guerra Mundial.

Em 1905, o Kaiser Guilherme II (1888-1918) substituiu Schlieffen por Helmuth von Moltke, sobrinho do famoso marechal já mencionado, de mesmo sobrenome. Grande empatia se estabeleceu entre ele, mais culto e politizado, e Ludendorff, mais enérgico, aguerrido e ambicioso. Data daí o inf-

cio do crescente prestígio de Ludendorff, que chefiava a 2ª Seção do EMG, e, em época de conflito, assumiria a Chefia de Operações.

Havia sinais inequívocos de que a guerra estava próxima, Ludendorff passou, então, a trabalhar no Plano Schlieffen, e de tal forma o aprimorou que, logo ao início do conflito, permitiu aos alemães a vitória sobre a fortaleza belga de Liège.

Esse seu primeiro sucesso militar, em que, de assessor de um Comandante de Exército, passou, inesperadamente, a Comandante de uma Brigada – por sua própria iniciativa – iria impulsionar sua ascensão política e militar, até o fim da guerra.

O Homem e sua Obra: Dirigindo a Guerra Total

Nascido em 9 de abril de 1865, Ludendorff ingressou, em 1877, na Escola de Cadetes de Plön.

Iniciada a Primeira Guerra Mundial, já como major-general, foi enviado ao QG do General Emmich, que deveria comandar o ataque a Liège, para assessorá-lo, já que era o aperfeiçoador do plano, como já mencionado. Aqui se iniciou a fase do *Soldado em Ascensão*, que será vista no tópico seguinte.

Ludendorff, pode-se dizer, escreveu em três planos: *reminiscências*, em que procurou destacar sua própria estatura como general e polemizar com seus críticos (*Souvenirs de Guerre e Documents du G.Q.G Allemand*); *desmascaramento* (principalmente *Ludendorff's own story*), em que amplificou seus preconceitos contra a Maçonaria, os Judeus, os Jesuítas e a Cristandade em geral, apresentando-os como *as sinistras forças que teriam sido responsáveis pela derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial*; e *profecias*, em seu livro *A Guerra Total*, de 1935, onde Ludendorff assinalou as condições que o teriam habilitado a operar mais efetivamente, na Primeira Guerra Mundial, se tivessem sido seguidas pelo alto comando alemão.

A par do despropósito de algumas colocações, como a de que *a política deve se subordinar à guerra*, certas proposições de Ludendorff em *A Guerra Total* podem ser, efetivamente, consideradas um tanto ou quanto *proféticas*, nos campos da mobilização e da Guerra Psicológica. Isso fica mais claro nos *cinco pontos* que, segundo ele, resumiriam a guerra total:

A guerra é total porque:
 1º - *o teatro de guerra se estende por todo o território das nações beligerantes, envolvendo a participação ativa de toda a população no esforço de guerra, ou seja, não são os exércitos, e, sim, as nações, que fazem a guerra total;*
 2º - *o prosseguimento da guerra total requer a adaptação do sistema econômico aos fins da guerra;*
 3º - *a participação das grandes massas na guerra exige o emprego da propaganda, para fortalecer o moral no próprio país e debilitar a coesão política no país inimigo;*
 4º - *a preparação para a guerra total deve começar antes do início das hostilidades, pois as guerras econômica, psicológica e militar influenciam as atividades da sociedade no período de paz;*
 e 5º - *para lograr um esforço de guerra integral e eficiente, a guerra total deve ser dirigida por uma autoridade suprema, a do Comandante-em-Chefe, que dirigirá as operações militares a política exterior e a economia, além do sistema de propaganda.*

Em meu entender, não há como negar o 2º, o 3º e o 4º pontos, atinentes, respectiva-

mente, à importância do poder econômico, da arma psicológica e do preparo para a mobilização, antes e durante um conflito; as *profecias* de Ludendorff, nesses três aspectos, vêm sendo confirmadas desde a Segunda Guerra Mundial.

O 1º ponto me parece equivocado. Creio que Ludendorff foi *axiomático*, em termos *absolutos*, sobre uma idéia que é *relativa*. Os EUA, por exemplo, participaram de várias guerras, sem que seu território fosse atingido. Para os norte-americanos, pois, a guerra não teria sido *total*, como entendida por Ludendorff, mas tê-lo-ia sido para seus adversários - Coréia, Vietnã etc.

O 5º ponto, por fim, me parece absurdo. Se admitirmos que: Política Nacional é a arte de traçar Objetivos Nacionais; os Objetivos Nacionais podem se consubstanciar em uma única idéia - a da busca permanente do Bem-Comum; e a Estratégia Nacional é a arte de aplicar o Poder Nacional (soma de todos os recursos de uma nação), na conquista e preservação do Bem-Comum, inibindo antagonismo internos e externos a esses propósitos, não é difícil ver a guerra como *uma aplicação violenta*

ta do Poder Nacional, contra esse antagonismo, visando, precisamente, a manter os Objetivos Políticos já alcançados. Portanto, a guerra é um instrumento, um meio, uma forma de se conquistar ou preservar o que foi definido pela Política e, não, um fim em si mesma. Conseqüentemente, é a guerra, como preconizava Clausewitz, que deve se subordinar à Política, ao contrário do que dizia Ludendorff. Uma outra idéia de Ludendorff que me parece correta e interessante é a da imperiosidade da *coesão anímica do povo* para a guerra. Um longo capítulo é dedicado a esse assunto, em *A Guerra Total*, onde o general cita o exemplo japonês, fundamentado na religião xintoísta, que, *emanando das raízes raciais japonesas, corresponde às aspirações do povo e às necessidades do Estado*.

Sobre *direção e comando supremo da guerra*, creio que os cinco pontos analisados esgotam o assunto. Voltemos, pois, à biografia, recordando agora os períodos de 1914-1916 e 1916-1918.

O Soldado em Ascensão (1914 - 1916)

Falar de Ludendorff é falar da Primeira Guerra Mun-

dial. Todo o seu pensamento reflete as experiências desse conflito. É importante destacar que, na *front* ocidental, ocorreu uma *estabilização*, pela guerra de tricheiras, com pesadas perdas para ambos os lados; já na *front* oriental houve *mobilidade* (Fig. nº 3). Mas vejamos como os fatos, a leste e a oeste, contribuíram para a ascensão de Ludendorff:

- *No front ocidental* o insucesso na Batalha do Marne levou à queda de Moltke, substituído por Falkenhayn na chefia do EMG; seguiram-se a 1ª e a 2ª Batalha de Yprés (12.10.1914 e 21.04.1915), após as quais o novo Chefe do EMG *planejou o grande morticínio de Verdun, o mais sangrento da História*, de 21.02. a 18.12.1916; ali, os franceses, sob o comando do Marechal Pétain, resitiram heroicamente, tendo como divisa *Ils ne passeront pas* (eles não passarão); o desastre de Verdun levou à queda de Falkenhayn, já em meio à grande ofensiva aliada do Somme (01.07. a 18.11.1916);

- *No front oriental* o Guilherme II havia nomeado o afamado Marechal Hindenburg para comandar o 8º Exército, tendo como Chefe do Estado-Maior o

General Ludendorff. Sucederam-se rapidamente as vitórias contra os russos: Tannenberg (26.08.1914), derrotando o General Samsonov; Lagos Mazurianos (10 a 13.09.1914); Lodz (Nov/1914), derrotando o General Rennenkampf; Batalha de Inverno da Mazúria (Fev/1915); e a tomada de Varsóvia (4 e 5.08.1915) (Fig. nº 3)

Ludendorff, promovido a tenente-general em 27.11.1915, tinha a estrela em ascensão. Seu prestígio era crescente. Com Hindenburg, formava, segundo vários autores, o par mais famoso da Alemanha, na Primeira Guerra Mundial.

Com a queda de Falkenhayn, o *Kaiser* decidiu nomear Hindenburg Chefe do EMG e Ludendorff seu 1º Subchefe. E aí ocorreu o que todos os livros pesquisados (exceto os de Ludendorff) mostram: a fraqueza de caráter de Guilherme II, mais a apatia de Hindenburg, diante da agressividade, da energia, da ambição, do voluntarismo de Ludendorff, fizeram com que as decisões do Comando Supremo Alemão fossem totalmente influenciados pelo último, que assim, se tornou virtual ditador do Império Alemão.



Figura 3

O Ditador (1916-1918)

Em prol da concisão, limitar-me-ei a citar os fatos que mais decisivamente contribuíram para a derrota alemã nesse período.

Ao final de 1916, o Almirante von Tirpitz desejava iniciar uma campanha submarina irrestrita, contra a Marinha britânica, no que era apoiado por Ludendorff. O ponderado Chanceler Bethmann-Holwegg era contrário, por estar certo de que isso acarretaria a entrada dos EUA na guerra.

Naturalmente, Ludendorff venceu o embate. A 09.01.1917, iniciou-se a *U-boat warfare* (guerra-submarina); a 06.04.1917, os EUA entraram na guerra. Instaurou-se dramática crise – Hindenberg e Ludendorff queriam a saída de Bethmann-Holwegg, mas o *Kaiser* hesitava. Todavia, de tal forma foi pressionado, que, a 12.07.1917, destituiu seu chanceler, substituindo-o, sucessivamente, pelos inexpressivos Georg Michaelis e Georg von Hertling, num momento em que tudo – inclusive a política externa – já se encontrava sob o domínio de Ludendorff.

O resto pertence à História: as derrotas vieram se sucedendo; o Império Alemão, exaurido pelo esforço de

guerra e tendo ainda de apoiar seus aliados mais fracos (Áustria, Bulgária e Turquia), sucumbira aos aliados, que pressionavam cada vez mais. Ludendorff reagia às propostas de paz, argumentando que *os Aliados não desejavam reconciliação e compreensão*, mas, sim, pretendiam *destruir a Alemanha*. Dessa forma, pregava que o caminho para a vitória não seria a rendição, mas a luta sem tréguas, a *conquista da paz através da guerra*.

Um profundo desequilíbrio nervoso atingiu Ludendorff. A 26.10.1918, já muito cansado e doente renunciou. No dia seguinte, o Governo alemão aceitou as condições impostas pelos EUA para a rendição. A 09.11.1918, o *Kaiser* abdicou, fugindo para a Holanda. A 11.11.1918, era assinado o armistício, em Versalhes.

A CONDUÇÃO DOS EXÉRCITOS CONFEDERADOS E ALIADOS

A figura nº 4 mostra a estrutura militar de guerra alemã durante a Primeira Guerra Mundial. Os quatro Estados Confederados do Império Alemão (Prússia, Baviera, Saxônia e Württemberg) possuíam seus próprios Ministérios da Guer-

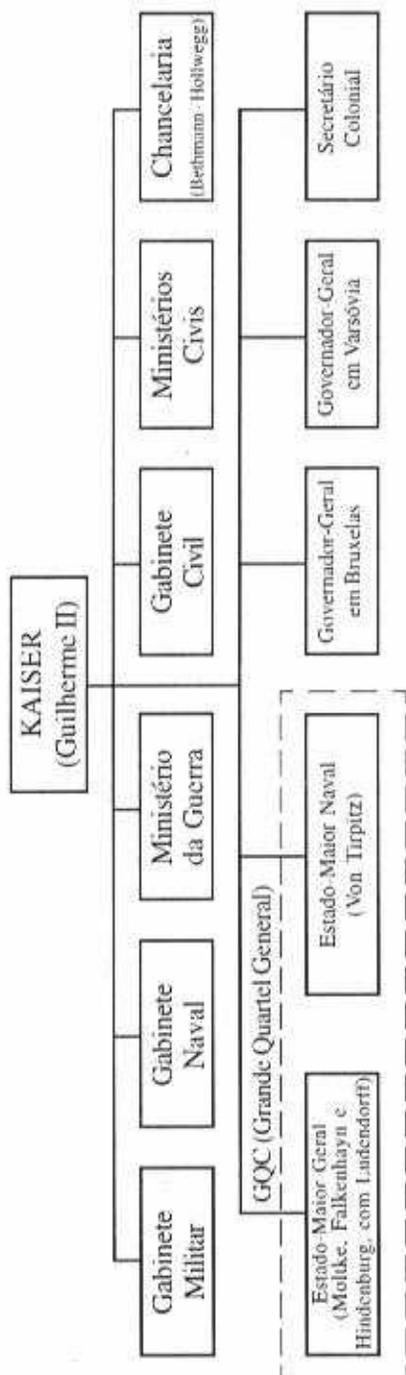
ra, que se faziam representar no EMG. Os exércitos, entretanto, formavam um só corpo, subordinado ao EMG.

O *Kaiser*, Comandante Supremo da Guerra, tinha ainda, a si subordinados: os Gabinetes Militar e Naval (que conduziam as políticas de nomeação, exoneração e condecoração de pessoal); o Ministério da Guerra, responsável pelo apoio logístico às tropas; o Gabinete Civil, órgão de ligação com os Ministérios Cívicos; o Estado-Maior Naval, que, com o EMG, compunha o Grande Quartel-General alemão e a Chancelaria.

Outros órgãos diretamente ligados ao *Kaiser* eram a Secretaria Colonial, responsável pela condução da guerra nas colônias africanas, e os Governos-Gerais dos territórios ocupados da Bélgica e da Polônia. Ambos mantinham estreita ligação com o Chanceler. Os países aliados tinham oficiais de ligação no EMG e, naturalmente, os alemães se faziam representar nos Quartéis-Generais (QG) da Áustria-Hungria, da Turquia e da Bulgária.

Ao que tudo indica, essa estrutura permitiu uma conduta eficiente das operações. Os confederados estiveram sob o comando do EMG desde o início da guerra e os ali-

Estrutura Militar de Guerra na Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial



- Rep. Austríaco: Lieutenant-Field Marshal Von Klepsh
- Rep. Búlgaro: General Gantshew
- Rep. Turco: Tenente-General Zeki Pasha
- Rep. Báváros: General Von Hartz e Gen Koberle
- Rep. Saxónico: General Von Eulitz
- Rep. Wurttemberg: General Von Graevenitz e Tenente-Coronel Holland
- Rep. Prussiano: Major Hoydekampf

Exércitos Aliados	
Áustria-Hungria	Turquia
Rep. Alemão: Gen Von Cramon	Rep. Alemão: Cel Von Massow
	Rep. Alemão: Gen Von Lassow Gen Von Scheffeler Gen Von Seeckt

Exércitos Confederados	
Prússia	Baviera
	Saxônia
	Württemberg

Figura 4

ado
Lu
su
ra
za
on
tr
t

ados, desde 1916, quando Ludendorff e Hindenburg assumiram a direção das operações. O comando centralizado permitiu adequada coordenação de emprego das tropas aliadas, principalmente no *front* oriental, onde as distâncias eram grandes. Foram também facilitados o emprego das reservas e a transmissão de ordens. Acresça-se que, em termos qualitativos, o Exército alemão era muito superior ao dos aliados; por isso, a operação conjunta, sob controle alemão, conduzia a um aprimoramento das tropas dos demais países, mormente as turcas, que tinham chefes de EM alemães.

Em suma, a conduta unificada dos exércitos confederados e aliados foi um ponto positivo no esforço de guerra alemão.

O QUE SE VIU NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Os ensinamentos de Ludendorff sobre a condução unificada das tropas não foram seguidos, nem por Hitler e seus aliados na Segunda Guerra Mundial (Japão e Itália) nem pelo conjunto de seus opositores (EUA, Inglaterra, França, etc.). De um lado e de outro, o entendimento se dava a nível político – como queria

Clausewitz. Por outro lado, a importância da guerra psicológica, do poder econômico e da mobilização, tão ressaltadas por Ludendorff, foram rigorosamente observadas, não apenas na Segunda Guerra Mundial, mas em todos os conflitos subsequentes, inclusive na Guerra do Golfo (1991).

Das principais idéias de Ludendorff, resta analisar o papel dos Estados-Maiores (EM) na Guerra.

OS ESTADOS-MAIORES NA CONDUÇÃO DA GUERRA

O prestígio dos oficiais do EM cresceu com as vitórias prussianas do século XIX, desde que Scharnhorst destacou o papel do EMG, como visto antes. Curiosamente, a *filosofia* reinante entre os alemães era de que a *inteligência era superior à hierarquia*. Daí porque os *marechais-de-campo* – como Hindenburg – eram vistos como *medalhões*, ou *figuras decorativas*, ao passo que, aos oficiais de EM mais brilhantes – como Ludendorff – era atribuída a direção de fato das operações.

A ascensão de Ludendorff e a preeminência que exerceu sobre Hindenburg e o próprio *Kaiser* foram fruto dessa escola de pensamento, embora, por estranho que possa

parecer, Ludendorff não concordasse muito com essa *independência* dos EM em relação a seus comandantes. Sua idéia era de que caberia apenas, ao EM, assessorar, e, ao comandante, decidir – o que, em meu entender, é o correto e atual.

O CREPÚSCULO DO GENERAL

Do fim da Primeira Guerra Mundial até 20.12.1937, quando faleceu, Ludendorff viveu tempestuosa e improdutivamente. Divorciou-se de Margerethe e, a 14.09.1926, casou-se com a ideóloga nazista Mathilde von Kemnitz. Indispôs-se com todos que o cercavam, inclusive o velho amigo Hindenburg, que o derrotou nas eleições à presidência da Alemanha, em 1925. Elegeu-se deputado pelo Partido Nazista e muito contribuiu para a ascensão de Hitler. E passou seus últimos dezenove anos de vida apontando responsáveis pela derrota da Alemanha (ou sua?) na Primeira Guerra Mundial – maçons, judeus, cristãos; enfim, quando mais justificassem a neurose persecutória que o acompanhou até o último suspiro. Um triste final.

CONCLUSÕES

Os tópicos iniciais deste ensaio mostram como Ludendorff foi um produto do

pan-germanismo que floresceu na Alemanha desde 1871 e do militarismo prussiano, cultivado desde Frederico II.

Vejo-o como grande organizador e tático. Entretanto, não foi um hábil político. É inegável que poderia ter encurtado a duração da Primeira Guerra Mundial, poupando milhares de vidas. Não o fez por sua própria intransigência.

Penso que estava correto quando afirmava que os EUA e seus aliados desejavam a destruição da economia alemã. As exigências do Tratado de Versalhes o comprovam.

Concordo com suas idéias sobre Mobilização, Guerra Psicológica, importância do Poder Econômico na guerra, con-

dução unificada de exércitos e papel do EM como assessor. Todavia, reputo como absurda a subordinação da política à guerra, tanto quanto a entrega do poder total a um militar, como explicado antes.

Assim viveu e morreu Ludendorff: mantendo em seu espírito uma devoção total a sua pátria. Mais que qualquer outro pan-germanista, manteve ele acesa a divisa *Deutschland Ueber Alles* (A Alemanha acima de tudo, ou, em tradução livre, à testa das nações).

Eis o fantástico guerreiro que, direta ou indiretamente, esteve por trás do surgimento do comunismo e do nazismo.

Não fora sua intransi-

gência, talvez a Primeira Guerra Mundial tivesse se encerrado mais cedo. Talvez a Alemanha não tivesse vivido a derrocada econômica ocorrida durante a República de Weimar. E por isso mesmo, talvez Adolf Hitler não tivesse chegado ao poder.

Restam, de Ludendorff, a lição negativa, de jamais se subordinar a política à guerra, muito menos em mãos militares, e a lição positiva de seu desassombroso patriotismo, expresso no hino que sempre entoava:

*Ich hab'mich ergeben
Mit Herz und mit Hand,
Dir Land voll Lieb'und Leben
Mein/deutsches Vaterland*⁴



BIBLIOGRAFIA

- ATLAS HISTÓRICO. São Paulo, Encyclopaedia Britannica, 1989.
- BRASIL. Escola de Guerra Naval. FI-219 - *Guia para elaboração de referências bibliográficas*. Rio de Janeiro, 1981.
- _____. FI-*Manual Básico de Redação - Guia para elaboração de ensaios*. Rio de Janeiro, 1991
- BRITO FILHO, Alcides. Clausewitz e Ludendorff: uma comparação. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, 100 (1/3): 57-62, jan./mar. 1980
- BUAT, Général. *Hindenburg*. Paris, Librairie Chapelot, 1921. Original em Francês. 241 p.
- BURNS, Edward Mc Nall. *História da Civilização Ocidental/ Western Civilizations. Their History and their Culture/Trad. de Lourival Gomes Machado et alii*. Porto Alegre, Globo, 1971. 2v. 1052 p.
- EARLE, Edward Mead. *Makers of Modern Strategy*. Princeton, Nova Jersey, Princeton University Press, 1948. Original em inglês. 533p.
- GOODSPEED, D. J. *Ludendorff: soldado, ditador, revolucionário/Ludendorff/Trad. de Eloywaldo Chagas de Oliveira*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército e Editora Saga, 1968. 347p.
- LUDENDORFF, Erich Friedrich Wilhelm Von. *Ludendorff's own story*. Nova Iorque, Harper & Brothers, 1919. 2 v. 950 p. Original em inglês.
- _____. *Souvenirs de Guerre*. Paris, Payot & Cie., 1920
- _____. *Documents du G. Q. G. Allemand*. Trad. francesa de H. Mabile. Paris, Payot & Cie., 1922. 2. v. 901 p.
- _____. *La Guerre Totale*. Trad. francesa de A. Pfannstiel, Paris, Flammarion, 1935. 138 p.
- MONTEIRO, Daniel César. *Direção e Comando Supremo da Guerra vistos por Ludendorff*. Ensaio apresentado ao C-PEM/EGN-90. Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval, 1990, 15 p.
- OLIVEIRA, Luiz Fernando Cunha de. A Política, A Estratégia e a Guerra. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, 102(1/3): 75-80, jan./mar. 1982
- THE CONCORD DESK ENCYCLOPEDIA. Nova York, Time e Concord Reference Books, 1982. 3v. 1311 p. Original em inglês.
- THE STORY OF WORLD WAR I. Nova York, American Heritage & Randon House, 1965.

4. Eu me ergui / com o coração e com as mãos / a ti terra de amor e vida / minha amada Pátria.

pan-germanismo que floresceu na Alemanha desde 1871 e do militarismo prussiano, cultivado desde Frederico II.

Vejo-o como grande organizador e tático. Entretanto, não foi um hábil político. É inegável que poderia ter encurtado a duração da Primeira Guerra Mundial, poupando milhares de vidas. Não o fez por sua própria intransigência.

Penso que estava correto quando afirmava que os EUA e seus aliados desejavam a destruição da economia alemã. As exigências do Tratado de Versalhes o comprovam.

Concordo com suas idéias sobre Mobilização, Guerra Psicológica, importância do Poder Econômico na guerra, con-

dução unificada de exércitos e papel do EM como assessor. Todavia, reputo como absurda a subordinação da política à guerra, tanto quanto a entrega do poder total a um militar, como explicado antes.

Assim viveu e morreu Ludendorff: mantendo em seu espírito uma devoção total a sua pátria. Mais que qualquer outro pan-germanista, manteve ele acesa a divisa *Deutschland Über Alles* (A Alemanha acima de tudo, ou, em tradução livre, à testa das nações).

Eis o fantástico guerreiro que, direta ou indiretamente, esteve por trás do surgimento do comunismo e do nazismo.

Não fora sua intransi-

gência, talvez a Primeira Guerra Mundial tivesse se encerrado mais cedo. Talvez a Alemanha não tivesse vivido a derrocada econômica ocorrida durante a República de Weimar. E por isso mesmo, talvez Adolf Hitler não tivesse chegado ao poder.

Restam, de Ludendorff, a lição negativa, de jamais se subordinar a política à guerra, muito menos em mãos militares, e a lição positiva de seu desassombrado patriotismo, expresso no hino que sempre entoava:

*Ich hab'mich ergeben
Mit Herz und mit Hand,
Dir Land voll Lieb' und Leben
Mein/deutsches Vaterland*⁴



BIBLIOGRAFIA

- ATLAS HISTÓRICO. São Paulo, Encyclopaedia Britannica, 1989.
- BRASIL. Escola de Guerra Naval. FI-219 - *Guia para elaboração de referências bibliográficas*. Rio de Janeiro, 1981.
- *FI-Manual Básico de Redação - Guia para elaboração de ensaios*. Rio de Janeiro, 1991.
- BRITO FILHO, Alcides, Clausewitz e Ludendorff: uma comparação. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, 100 (1/3): 57-62, jan./mar. 1980.
- BUAT, Général, *Hindenburg*. Paris, Librairie Chapelot, 1921. Original em francês. 241 p.
- BURNS, Edward Mc Nall. *História da Civilização Ocidental* Western Civilizations. Their History and their Culture/Trad. de Lourival Gomes Machado et alii. Porto Alegre, Globo, 1971. 2v. 1052 p.
- EARLE, Edward Mead. *Makers of Modern Strategy*. Princeton, Nova Jersey, Princeton University Press, 1948. Original em inglês. 533p.
- GOODSPEED, D. J. *Ludendorff: soldado, ditador, revolucionário*/Ludendorff/Trad. de Eloywaldo Chagas de Oliveira. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército e Editora Saga, 1968. 347p.
- LUDENDORFF, Erich Friedrich Wilhelm Von. *Ludendorff's own story*. Nova Iorque, Harper & Brothers, 1919. 2 v. 950 p. Original em inglês.
- *Souvenirs de Guerre*. Paris, Payot & Cie., 1920.
- *Documents du G. Q. G. Allemand*. Trad. francesa de H. Mabille. Paris, Payot & Cie., 1922. 2. v. 901 p.
- *La Guerre Totale*. Trad. francesa de A. Pfannstiel. Paris, Flammarion, 1935. 138 p.
- MONTEIRO, Daniel César. *Direção e Comando Supremo da Guerra vistos por Ludendorff*. Ensaio apresentado no C-PEM/EGN-90. Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval, 1990, 15 p.
- OLIVEIRA, Luiz Fernando Cunha de. A Política, A Estratégia e a Guerra. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, 102(1/3): 75-80, jan./mar. 1982.
- THE CONCORD DESK ENCYCLOPEDIA. Nova York, Time e Concord Reference Books, 1982. 3v. 1311 p. Original em inglês.
- THE STORY OF WORLD WAR I. Nova York, American Heritage & Random House, 1965.

4. Eu me ergui / com o coração e com as mãos / a ti terra de amor e vida / minha amada Pátria.

A Questão Ianomami¹

Rubens Bayma Denys*

Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional na administração José Sarney (1985 a 1990), o autor justifica a demarcação das terras ianomamis feitas no período e põe em xeque a constitucionalidade das alterações que foram introduzidas pela administração seguinte.

A demarcação das terras indígenas ianomami, realizada no governo Collor, no final de 1991, provocou muitas reações contrárias à solução adotada pelo Governo federal, em todo o País.

Ilustres personalidades brasileiras, em artigos publicados na imprensa, à época, fundamentaram as suas ocupações a respeito. Existe, inclusive, em tramitação na Justiça Federal, na cidade do Rio de Janeiro, uma ação popular movida contra o ex-Presidente Collor e a União, por ter sido declarada nula a demarcação anteriormente feita no final do governo Sarney e, em seguida, realizada nova demarcação,

* General-de-Exército (1985 a 1990).

1. Selecionado pelo PADECEME.

sem audiência prévia ao Conselho de Defesa Nacional, aquelas terras em toda a extensão dos 9.419.108 Ha, que constituíam a área originalmente pretendida pelos antropólogos e que, por elas, vinham se batendo desde longo tempo.

A demarcação anterior consistia de dezenove (19) áreas indígenas, totalizando uma superfície de 2.435.215 hectares, envolvidas por parques e florestas nacionais, que somavam 6.109.785 ha e foram declaradas como áreas de preservação ambiental à disposição dos indígenas para caça e pesca e para a retirada de outros frutos para o seu sustento. Ao todo, somadas as terras indígenas e as áreas de preservação ambiental, totalizavam 8.545 mil ha.

A demarcação de uma área indígena na faixa de

fronteira apresenta conotações político-estratégicas, relativas à garantia da integridade do território brasileiro e da soberania nacional na região em questão, bem distintas de qualquer outra realizada em área interior do País. Entre essas conotações, destacaríamos duas. Uma primeira, referente à sensibilidade própria de uma região de fronteira, onde os sentimentos de nacionalidade estão permanentemente presentes e vibrando em todos os indivíduos e na coletividade, de um lado e de outro da linha fronteira, influenciando atitudes e condicionando condutas e acontecimentos. Uma outra conotação fundamenta-se no fato de as populações indígenas que habitam essas regiões, geralmente, pertencerem a nações indígenas que possu-

em tribos nos dois lados da fronteira. E, nesse caso, o sentimento de nacionalidade e de

ras tradicionalmente ocupadas pelos índios (inciso XI). O parágrafo 2º desse mesmo arti-

A demarcação de uma área indígena na faixa de fronteira apresenta conotações político-estratégicas, relativas à garantia da integridade do território brasileiro e da soberania nacional na região em questão, bem distintas de qualquer outra realizada em área interior do País.

pátria entre esses índios, em relação ao país que habitam, estaria na dependência do seu grau de aculturação e de sua integração com a sociedade nacional, adquiridos através da assistência proporcionada pelos órgãos governamentais e da convivência política, econômica e social.

O Barão do Rio Branco tinha plena consciência dessa sensibilidade político-estratégica da região de fronteira. Tanto assim que, no cargo de Ministro das Relações Exteriores, esforçou-se para definir todos os limites do Brasil com os seus vizinhos. Com muitos anos de vivência no meio diplomático europeu, o Barão pôde observar que os conflitos entre países, geralmente, tinham origem em questões de fronteira.

O Art. 20 da Constituição Federal dispõe sobre os bens da União, entre os quais se incluem as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras (inciso II) e as ter-

go refere-se à faixa de fronteira nos seguintes termos: *a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.*

Ainda com relação à faixa de fronteira, a nossa Lei Magna, em seu Art. 91, referente ao Conselho de Defesa Nacional, dispõe no inciso III que compete ao mesmo *propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre o efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo.*

A defesa do território nacional exige atitude alerta e prontidão permanente do Estado brasileiro para a sua ga-

rantia. A concepção estratégica para a sua consecução inclui ações preparatórias de caráter preventivo de duas naturezas: aquelas que visam ao fortalecimento dos meios de defesa e as que têm o propósito de prevenir possíveis focos de conflito que possam ameaçar a integridade do território e a soberania nacionais na região da fronteira. É, pois, com o propósito de possibilitar a realização de ações ou a adoção de medidas que tenham tal caráter preventivo que se deve entender a necessidade de se regular, por lei, em cada caso, a ocupação e a utilização de áreas na faixa de fronteira.

Os direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam são reconhecidos pela Constituição Federal, em seu Art. 231, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar os seus bens. O parágrafo 1º, desse artigo dispõe sobre o que são terras ocupadas pelos índios, a saber: as por eles habitadas em caráter permanente; as utilizadas para suas atividades produtivas; as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar; e as necessárias à sua produção física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Entretanto, não obstante a Constituição Federal dispor, com detalhes, os direitos dos índios em relação a terras que tradicionalmente ocupam e os critérios para a sua demarcação, os procedimentos necessários a essa demarcação não se esgotam com a observância das citadas prescrições constitucionais, quando esta se refere a terras indígenas na faixa de fronteira.

O cumprimento das disposições do Art. 231 e seu parágrafo 1º não deve prescindir do cumprimento do disposto no parágrafo 2º do Art. 20, também da Constituição Federal, que prescreve que a ocupação e a utilização dessa região serão reguladas por lei. As disposições de ambos os artigos e parágrafos devem ser observadas de forma concomitante, embora o Art. 20 e seu parágrafo 2º, salvo melhor juízo, tenham precedência, pois dispõem sobre os bens da União, que é um assunto de amplitude do Estado e, portanto, de interesse de toda a Nação, enquanto que o Art. 231 dispõe sobre assunto específico a segmentos dela.

A demarcação de uma área indígena na faixa de fronteira não deveria se restringir, assim, a um simples processo de definição de li-

mites, com base no histórico da sua ocupação tradicional, formalizado através simplesmente de uma portaria do Ministro da Justiça, da mesma forma como se procede em relação às áreas indígenas interioranas. Pela importância político-estratégica da referida faixa, seria prudente que fosse acompanhada de critérios e disposições reguladoras, claramente definidos no ato demarcatório, que evitassem o surgimento, no futuro, de questões que pudessem vir a ameaçar a integridade territorial e a soberania nacionais na região fronteira. Para tanto, uma demarcação dessa natureza deveria estar inserida em um projeto que visasse também a prevenir possíveis conflitos futuros na região, como se procurou proceder no âmbito do Projeto Calha Norte.

No contexto desse projeto, foi instituída uma atividade prioritária destinada ao incremento das ações da FUNAI na faixa fronteira, objetivando prestar assistência à saúde e social às comunidades indígenas e realizar os estudos e as demarcações das áreas tradicionalmente ocupadas pelos índios. As ações da FUNAI deveriam, ainda, proporcionar, quando fosse o caso, a possibilidade de as comunidades

índigenas participarem da vida nacional em condições humanamente condígnas, respeitando sua autenticidade e cultura.

Como primeiro passo, agilizaram-se os trabalhos a fim de se estabelecer mecanismos adequados, em conformidade com a legislação específica e os preceitos constitucionais. É dessa fase a edição do Decreto nº 94.985/97, regulando o processamento administrativo para a execução de demarcações de terras indígenas, fundamentados em trabalhos de campo confiáveis, realizados por equipes especializadas.

Seguindo a processualística do referido decreto, a FUNAI organizava equipes técnicas para o conhecimento *in loco* da situação real em que viviam os índios na faixa de fronteira. Eram elas constituídas por integrantes da FUNAI (topógrafos, antropólogos, sertanistas), representantes da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (coordenadora dos assuntos da faixa de fronteira) e dos Governos estaduais, bem como de índios aculturados servindo de intérpretes.

No caso da demarcação das terras Ianomami, foram constituídas duas equipes que percorreram toda aquela ex-

tensa região da fronteira norte, transportadas em dois helicópteros da FAB, com as respectivas tripulações, realizando trabalhos de campo durante três meses. Em cada aldeia localizada, faziam um censo detalhado a respeito do número de malocas, população, hábitos etc., e realizavam o levantamento topográfico do local. Os novos dados obtidos eram comparados com os disponíveis em uma carta-guia, bastante escassos, resultando na localização de aldeias ainda não conhecidas.

Pela primeira vez, através dos trabalhos das equipes técnicas, foi efetuado um estudo global dos grupos Ianomami e Maiongong, permitindo o levantamento de dados específicos de toda essa população indígena, em território brasileiro. As informações e notícias, até então disponíveis, eram muito precárias, referindo-se apenas a alguns grupos familiares de uma ou outra aldeia, concentrados em algumas poucas áreas da imensa região.

O diagnóstico conclusivo revelou que a ocupação do espaço físico, pelos referidos grupos indígenas, era feita de modo descontínuo, disperso e irregular, sendo bem mais rarefeito no estado do Amazonas. Foram registradas, em abril de 1988, cento e vinte al-

deias e malocas, com uma população total de 9.910 índios. Algumas aldeias, distanciadas entre si da ordem de cinco a dez quilômetros, constituíam agrupamentos de acordo com o clã familiar e o grupo dialetal. Esse agrupamento de aldeias e malocas eram separados por grandes distâncias e espaços vazios, da ordem de uma centena de quilômetros.

Constatou-se que os Ianomâmis, de modo geral, são horticultores, retirando a maioria dos alimentos das plantações de bananeiras, de mandiocas e de outros tubérculos. O restante, vem da caça e da pesca. Praticam uma espécie de agricultura itinerante, como a maioria das tribos da Amazônia, mudando de aldeias e roças em função do desgaste da terra. No entanto, essas mudanças se realizam dentro do território de cada grupo, uma vez que as hostilidades e rivalidades tribais são acentuadas. E essas se fundamentam não só nas necessidades matrimoniais, mas também nas diferenças lingüísticas (existem vários dialetos) e do grau de aculturação alcançado em razão da antigüidade e da constância do contato com os garimpeiros e comerciantes brancos, entre outras. As hostilidades também têm origem

em função da abundância da caça e da pesca e das diferenciações ambientais entre as partes superiores e inferiores dos rios da região. Eventualmente, em razão das hostilidades e rivalidades, uma tribo realiza uma migração de fato. *A idéia de que são nômades é uma questão não comprovada e controversa.*

Tais aspectos, observados pelas equipes técnicas, confirmaram apreciações feitas pelo antropólogo norte-americano Napoleon Chagnon, em seu livro *Yanomamo, The Fierce People*. (*.....although they have occasionally and erroneously been called nomadi hunters and gatherers, they in fact rely very reavely on cultivated food N. Chagnon - 173*).

O relatório das equipes técnicas, acrescidos dos estudos fundiários e cartoriais, possibilitaram à FUNAI apresentar uma proposta de ação para área Ianomami, ao Grupo de Trabalho Interministerial instituído para examinar e emitir parecer conclusivo sobre a matéria. A proposta da FUNAI, denominada Plano de Ação Ianomâmi, integrava ações relativas à regulamentação fundiária, assistência médica e educacional e à atividade produtiva e propunha a demarcação de dezenove áreas

índigenas, fruto da distribuição, pelo extenso espaço físico, dos diferentes agrupamentos de aldeias e malocas, que ficariam protegidas em seus contornos por áreas de preservação ambiental.

O Grupo de Trabalho Interministerial, coordenado pelo Secretário-Geral do antigo Ministério do Interior e integrado por representantes do Ministério da Reforma Agrária, da FUNAI e da antiga Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (por se tratar de área na faixa de fronteira), acolheu a proposta da FUNAI, considerando o interesse público e nacional, os direitos das populações indígenas e a necessidade de lhes assegurar proteção, assistência e bem-estar e, em parecer conclusivo, encaminhou a questão à decisão superior.

Em face do parecer do Grupo de Trabalho Interministerial e ouvidos os Ministros de Estado com interesse na matéria, o Governo da República, através de atos legais (decretos e portarias), em fevereiro de 1988 definiu a questão demarcatória na região Ianomami através da delimitação de dezenove áreas reservadas, denominadas *ilhas* (AI), que foram envolvidas por duas florestas nacionais – as do Amazonas e de Roraima –

e pelo Parque Nacional do Pico da Neblina, já existente.

As áreas indígenas demarcadas, que totalizavam 2.435.215 hectares, foram as seguintes: Uauaris, Uaiacás, Surucucu, Cutatba, Palimiu-There, Ericó, Acapural, Mucajaf, Jundiá, Catrimani, Demini, Tootobi, Gurupira, Ajuricaba, Marari, Marauiá, Naturacá, Cauabori, Apuí. Em termos de extensão de áreas indígenas reservadas por habitante, a decisão governamental variava de cento e quinze hectares, na AI Uauaris a quinhentos e cinquenta e quatro hectares, na AI Apuí, por índio.

A demarcação das dezenove áreas reservadas Ianomami atendiam perfeitamente às disposições contidas no *caput* e no parágrafo 1º do Art. 231 da Constituição federal, por corresponderem, as terras por eles habitadas em caráter permanente, às utilizadas para suas atividades produtivas e as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar dos índios e à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradição.

Ressalte-se, também, que as florestas e os parques nacionais, cujas áreas totalizavam 6.109.785 hectares,

eram basicamente unidades de preservação ambiental, justapostas às áreas indígenas e tinham a finalidade de assegurar a interação pacífica das diferentes culturas regionais, garantir a preservação de ecossistemas vitais ao equilíbrio ecológico, além de proporcionarem espaços adicionais para uso preferencial dos indígenas.

O mesmo modelo foi adotado com relação às demarcações das áreas indígenas no restante da região abrangida pelo Projeto Calha Norte, No Alto Rio Negro e no Alto Solimões, no Amazonas, regiões habitadas, respectivamente, pelos índios Tucanos e Ticunas foram demarcadas dezesseis áreas reservadas, igualmente denominadas *ilhas*, totalizando 2.630.000 hectares para uma população recenseada de 23.620 índios, assim nominadas: Kuripaco, Cuiairi, Yauretê I e II, Pari-Cachoeira I, II e III, Evaré I e II, Içana, Aiari, Maku, Cubate, Taraçuá, Xiê, Médio Içana. Também na região do Oiapoque, no Amapá, foram demarcadas as áreas indígenas Uacá I e II e Juminá, com uma superfície total de 463.946 hectares. Essas áreas também foram envolvidas por florestas

nacionais, em número de dez, a saber: Xiê, Içana-Aiari, Cuiari, Cubate, Piraiauará, Taracua II, Uruçu, Içana, Pari-Cachoeira I e II.

Entretanto, as demarcações dessas outras áreas indígenas, na faixa de fronteira não foram anuladas pelo governo Collor, como aconteceu com as da região Ianomami. Nessa, pressões externas determinaram a anulação da demarcação anterior e a realização de uma nova que passou a englobar

e que lhe antecederia. Foi do conhecimento público também que o próprio Parlamento britânico, enviara ao Brasil o Deputado John Batle, para comunicar a preocupação do Governo inglês com a situação Ianomami.

A nova demarcação da área Ianomami, que muito polêmica provocou na sociedade brasileira, não foi acompanhada de disposições reguladoras e de critérios de utilização e de ocupação, exigidos por se tratar de terras

sáveis à segurança do território nacional e opinar sobre o seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo, desde já fica ressaltado que, oportunamente, quando se fizer necessário deliberar sobre o uso das terras em processo de demarcação, aquele colegiado deverá ser ouvido, por proposta deste Ministério ao Exmo. Sr. Presidente da República.

Ao que parece, a pressa em realizar a nova demarcação das terras Ianomami – que alguém poderia presumir fosse devido à carência de tempo e/ou à inconveniência de uma consulta aos membros do Conselho de Defesa Nacional, em face das pressões externas – fez inverter a seqüência das ações, já que a aprovação da proposta da FUNAI deveria ser posterior à audiência do Conselho de Defesa Nacional, a cujo colegiado caberia propor os critérios e condições de utilização daquela região da faixa de fronteira, condicionando, assim, a essa deliberação, a própria demarcação daquelas terras indígenas. Entretanto, até hoje, o Con-

A nova demarcação da área Ianomami, não foi acompanhada de disposições reguladoras e de critérios de utilização e de ocupação, exigidos por se tratar de terras situadas na faixa de fronteira, que deveriam ser propostos pelo Conselho de Defesa.

toda a área há muito pretendida pelos antropólogos Alcida Ramos, Albert Bruce e Cláudia Andujar. Esta última, austríaca ou suíça, está no Brasil, desde o início da década de 70, lutando por essa demarcação.

Na ocasião, foi muito noticiado que Organizações Não-Governamentais, sediadas em Londres, ameaçaram boicotar a Conferência Rio-92, caso a demarcação da área Ianomami não fosse assinada antes da reunião mundial, de 12 de dezembro de 1991, em Paris, a ser presidida por François Mitterrand

situadas na faixa de fronteira, que deveriam ser propostos pelo Conselho de Defesa, de forma a atender às referidas salvaguardas. O Ministro da Justiça, porém, no item do despacho em que aprova a nova demarcação, proposta pela FUNAI no Processo nº 1.822/91, faz a seguinte consideração: *tendo em vista o disposto no Art. 91, parágrafo 1º, inciso III, da Constituição Federal, que estabelece ser da competência do Conselho de Defesa Nacional propor critérios e condições de utilização de áreas indispen-*

selho de Defesa Nacional não foi ouvido a respeito.

Creio que já é tempo de se discutir amplamente a questão demarcatória das terras indígenas na faixa de fronteira. E, no âmbito dessa discussão, deve-se rever a demarcação das terras habitadas pelos Ianomami. É fundamental, nessa ocasião, uma adequada avaliação das considerações político-estratégicas necessárias à permanente garantia da integridade do território brasileiro e da soberania nacional, na região de fronteira, seguida da correta observância dos preceitos constitucionais que regulam a questão.

O índio, como qualquer ser humano, é atraído pela civilização, especialmente pelas utilidades que facilitam a sua sobrevivência. Em contrapartida, despreparado para adaptar-se à nova convivência com a civilização e os seus agentes, acaba sucumbindo sob suas mazelas e ganâncias.

Na Amazônia, os agentes são principalmente os madeireiros e os garimpeiros. Os primeiros costumam angariar as simpatias dos Tuxáus e, com o apoio dos mesmos, que são praticamente os únicos beneficiados, exploram as ricas florestas existentes em suas reservas, extraindo em proveito próprio as madeiras-

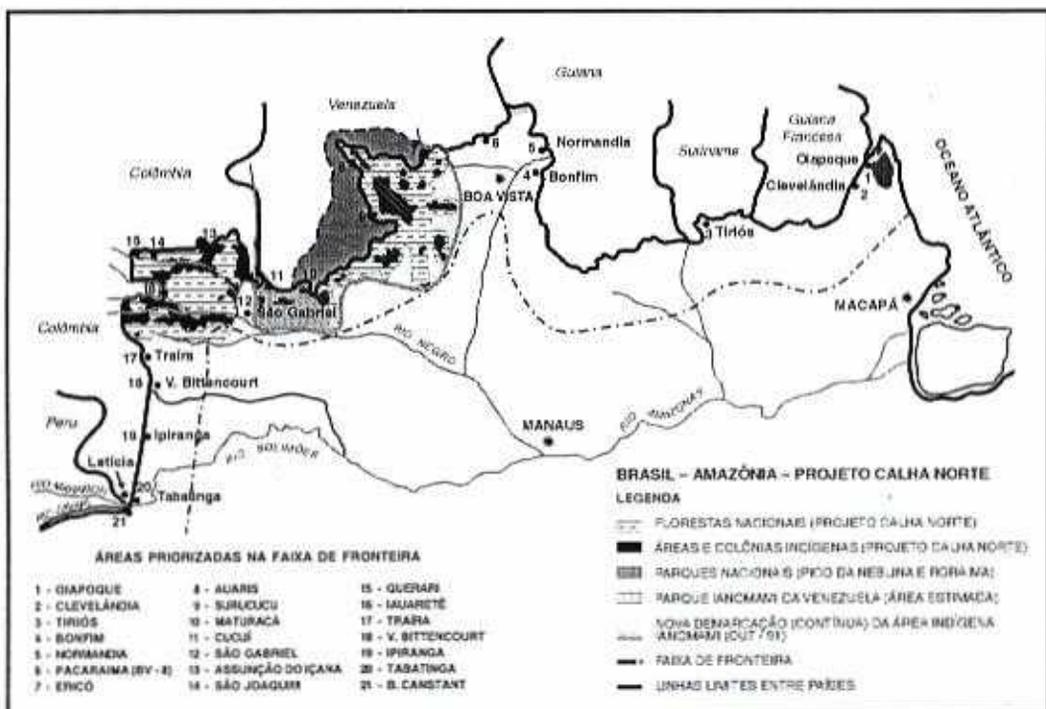
de-lei, com a omissão ou a conivência de funcionários da FUNAI. Isto, vem ocorrendo, desde há muito nas áreas reservadas ao sul do Solimões-Amazonas. Muito se tem noticiado sobre a venda de madeiras pelos Caiapós, no Pará. Atualmente, está em foco a devastação das florestas existentes nas reservas indígenas do Alto Javari e os grandes contrabandos de madeiras-de-lei que saem daquela região. Já os garimpeiros buscam a simpatia de toda a população indígena na área onde operam, levando com mais velocidade o impacto da civilização e, com isso, provocando o choque de culturas e transmitindo as doenças do homem branco ao índio organicamente indefeso.

No caso dos índios Ianomami, atualmente, pode-se afirmar que o isolamento já foi rompido em muitas aldeias, em face do contato semipermanente com centenas, senão milhares, de garimpeiros, aos quais os índios vão buscar de canoa ou a pé, para junto de si. Vários são os grupos indígenas que os apoiam e deles dependem, apesar das diferenças culturais, dos atritos e dos males conseqüentes desse contato.

Inúmeras vezes, desde a implantação do Projeto Calha Norte, o Governo federal tem

envidado esforços para a retirada dos garimpeiros das terras habitadas pelos Ianomami, através de operações bem planejadas, em que são empregados, inclusive, tropas do Exército e meios da Força Aérea. Em 1987, os garimpeiros invadiram as terras indígenas em Paapiú e Catrimani, sendo expulsos através de ações do Exército e da Aeronáutica. Meses após, retornaram à mesma região e, dessa vez, as ações do Governo foram dificultadas em face de uma liminar concedida pela Justiça Federal, assegurando o abastecimento dos garimpos, em Roraima, por meios aéreos. Em setembro de 1988, após atos de incitamento por parte das lideranças dos sindicatos dos garimpeiros, constatava-se a invasão maciça das terras habitadas pelos Ianomami, a partir de Paapiú, em Roraima. Noticiava-se que haviam entrado na região cerca de 45 mil garimpeiros. Segundo suas lideranças, tal movimento visava a caracterizar uma situação de fato, de ocupação daquela área pelos garimpeiros, antes da promulgação da nova Constituição federal.

O Governo Central resolveu então acelerar o processo de demarcação de áreas indígenas reservadas, a fim de assegurar instrumentos legais



para a retirada dos invasores. Em fevereiro de 1989, logo após a homologação da demarcação das dezenove áreas Ianomami, os garimpeiros invadem o Parque do Pico da Neblina, mas são de lá retirados por ação do Exército, com o apoio da Aeronáutica e a participação do IBAMA e da FUNAI. Simultaneamente, com a elaboração de planejamentos e a execução da operação conseqüente, foram retirados os 45 mil garimpeiros que ainda se encontravam nas áreas indígenas e na floresta nacional de Roraima. Como se tem constatado nos anos que se seguiram, os garimpeiros

retornam sistematicamente à região, após o término dessas operações e o cessar da estação chuvosa, criando inclusive atritos na fronteira Brasil-Venezuela, com repercussões nas relações diplomáticas entre os dois países.

Ao que parece, os fatos vêm caracterizando certa irreversibilidade de um processo de aculturação detonado sem que se tenha encontrado uma solução que venha efetivamente proteger os grupos Ianomami do contato sistemático com os garimpeiros. Esses fatos e os demais já citados, nos quais se caracteriza a exploração dos

grupos indígenas pela ganância do homem civilizado, evidenciam a necessidade de se discutir amplamente a atual política indigenista, sem timidez, radicalismo ou posições preconcebidas e irredutíveis.

Esta proposta, certamente, deverá provocar muitas reações em face da existência de pontos de vistas bastante conflitantes entre grupos de estudiosos e entidades envolvidas com a questão indígena. Porém, é necessário que tanto o Governo como a sociedade brasileira discutam-na e enfrentem esse desafio de uma vez.

Os Jornais Paraguaiois na Guerra da Tríplice Aliança

Alberto Martins da Silva*

Resultado da pesquisa histórica, o artigo apresenta aspectos pouco conhecidos ligados à Guerra do Paraguai. (Reprodução de matéria publicada na *Revista do IGHMB*, nº 82/1996)

Durante o período da Guerra da Tríplice Aliança, a imprensa organizada de alguns países, como Argentina, Chile e Uruguai, tomou partido, segundo seus interesses políticos e econômicos imediatos. Assim, em Buenos Aires, as opiniões divergiam pois, enquanto o *The Standard* órgão da coletividade inglesa, apoiava inteiramente o Paraguai, o jornal *El Pueblo* defendia o término da guerra, com a assinatura da paz com o Paraguai, logo que fosse evacuado o território argentino, e tecia críticas à esquadra brasileira; o *El Nacional* era totalmente contrário à guerra, e o *La América*, fora criado para lutar pelo cessar

fogo, e ficou famoso por publicar o Tratado Secreto dos aliados. Também tivemos jornais que defendiam e apoiavam o Brasil, como *La Nacion Argentina*, órgão oficial do Governo argentino, e que era a favor da continuidade do conflito, e o *La Tribuna*.

Enquanto isso, em Corrientes, tivemos dois jornais que lutavam em trincheiras opostas: o jornal *El Independiente*, advogando a causa do Paraguai, e o *La Esperanza*, que criticava o Brasil e o Paraguai. No Uruguai, tanto o *El Correo de Montevideo* como o *El Mercantil del Plata* eram contrários ao Brasil. Por sua vez, no Chile, a imprensa, através dos jornais *La Libertad*, *El Mercurio* e *El Copiapino*, propugnavam em favor de Lopez. Esse era o panorama

geral da imprensa com seus órgãos de divulgação, traçando preferências e tentando angariar opiniões dos leitores. Contudo, havia um outro tipo de periódico, de circulação mais restrita e objetivando um outro público, que circulou no foco da luta, na zona militar propriamente dita, com endereço certo e efeitos imediatos.

Queremos falar dos periódicos paraguaiois, de caráter quase que oficial, porque publicado pela Imprensa Nacional ou pelo próprio Exército paraguaio, e que se diferenciavam do *El Semanario*, órgão oficial do Governo, com suas notícias do conflito e com a publicação dos atos do Governo. Esses periódicos tiveram circulação entre a tropa de Lopez, alcançando também as tropas brasileiras, no afimco de trazer estímulo

* General-de-Divisão Médico. Sócio-efetivo do IGHMB.

aos que lutavam pela causa paraguaia e desmoralizar os combatentes da Tríplice Aliança. Assim, através deles, as derrotas se transformavam em vitórias, os inimigos eram ridicularizados e caricaturados, a mentira engrandecida e as personalidades idolatradas, sem um juízo histórico significativo ou uma notícia mais condizente com a realidade.

Alguns desses jornais tiveram curta duração; entretanto, enquanto foram distribuídos na zona dos acampamentos e nas pequenas vilas e cidades, alcançaram o objetivo desejado junto à grande massa popular e ao combatente. Escrito em linguajar conhecido e de fácil compreensão, e em dois idiomas – espanhol e guarani – transmitiam informes que influenciavam no comportamento militar e na compreensão das razões paraguaias da guerra, principalmente quando eram realçadas as qualidades marciais e políticas do Presidente Lopez, na concepção dos seus redatores, e no confesso ódio ao Brasil, como expõe no primeiro número do *El Centinela*, em seu editorial, o seu redator-chefe e diretor, Dr. Tristan Roca – político e literato boliviano, asilado no Paraguai, desde abril de 1865, perseguido pelo General Melgarejo, e que

havia defendido, na imprensa de seu país, a causa paraguaia. O Dr. Tristan era deputado pelos departamentos de Beni e Santa Cruz, e teve uma atuação destacada no meio cultural do Paraguai, como compositor e escritor. Escreveu as peças *A conferencia de Petrópolis*, *O Brasil e a República da Bolívia* e *O Protesto*. Como comerciante, assinou um contrato de seis meses com o Governo paraguaio, para fornecer roupas e medicamentos, trazidos da Bolívia, via Corumbá. Quando da retirada de São Fernando, onde se achavam centenas de presos políticos, que estavam sendo submetidos aos tribunais especiais, e foram acelerados os processos de julgamento, sendo passados pelas armas 85 acusados, nacionais e estrangeiros, o Dr. Tristan recebeu a pena de fuzilamento, acontecida em 22 de agosto de 1868, por ordem expressa do Presidente Lopez.

O primeiro número do *El Centinela*, dedicado ao Presidente Lopez, traz a data de 25 de abril de 1867 e era impresso pela imprensa nacional, em Assunção, em papel fabricado no próprio Paraguai, com quatro páginas e três colunas cada uma; saía às quintas-feiras. Em sua apresentação dizia ser um periódico joco-sério, destina-

do ao Exército e com assuntos que nada tinham de metafísica e nem de filosofia porque, *el lenguaje del soldado es llano y sincero*. Entre os seus principais colaboradores, nesse número, estavam o arquiteto argentino Alejandro Ravizza – arquiteto do Palácio de Lopez – e o americano Cornélio Porter Bliss. Bliss chegou a Assunção em março de 1863, quando então solicitou ao Governo permissão para estudar os índios do Chaco paraguaio. Era um homem de talento, tendo escrito artigos sobre história do Paraguai e peças de teatro e, a pedido do Presidente Lopez, a obra *Fastos do Paraguai*. Porter Bliss foi preso em setembro de 1868, acusado de conspiração.

Esse primeiro número, traz as caricaturas de Mitre, em seu leito de morte, e de Dom Pedro II. As caricaturas representavam o forte do jornal pelo impacto e pela ironia. Quanto ao idioma guarani, assim explica o jornal: *quando o homem fala em seu idioma, sente uma espécie de confiança e familiaridade que chama a atenção depois que se deixa o solo da pátria. Falando o idioma nativo nos parece estar sob o teto de nosso país, recebendo seus primeiros carinhos. Por isso, El Centinela, de*

vez em quando, falará em seu querido guarani; porque assim se expressará com mais gosto em sua própria língua. A esse respeito, chegou-se ao abuso do idioma, com alterações substanciais à sua ortografia, fazendo com que o próprio Presidente Lopez constituísse uma comissão especial para uniformizá-la, tal a confusão reinante entre os escritores.

O segundo número, em início de maio, recorda, efusivamente, em seu título principal, a batalha de 2 de maio. Traz gravuras dos Generais Flores e Mitre e da tropa paraguaia regressando vitoriosa do campo-de-batalha. O terceiro número, saído em Assunção, traz uma elogiosa descrição do Presidente Lopez, evidenciando sua *colossal figura* ressaltando: *tudo gravita sobre sua infatigável constância... Tudo se alenta e anima ao sopro vivificante de sua voz; suas ordens prudentes chegam até a choça dos órfãos, apagam a fome da viúva e cobrem sua nudez... Oh! quanto não deve o Paraguai a seu infatigável e heróico defensor!* Dessa vez as caricaturas são do General Polidoro, Dom Pedro II e Tamandaré.

Em 16 de maio, surgiu o número quatro, comemorando, em sua página principal,

o dia da Independência do país – 14 de maio – em artigo cívico escrito por Tristan Roca. É interessante frisar que nesse mesmo dia apareceu, em Paso Pocu, um outro periódico, chamado de *Cabichuí*, do qual falaremos em seguida. Continuando no mesmo diapasão – crônicas, críticas e caricaturas – sai o número cinco, trazendo, entre outras coisas, informações sobre a esquadra brasileira e um poema de autoria de Natalício Talavera, intitulado *Reflexão de um sentinela às vésperas do combate*. Talavera, diretor do jornal oficial do Governo, *El Semanario*, era poeta e orador fluente e persuassivo. Desde 8 de junho de 1865, acompanhava o Presidente Lopez, tendo publicado na revista *Aurora* – publicação dos alunos de filosofia – ensaios e traduções. Faleceu, de cólera, em 11 de outubro de 1867, com 28 anos de idade. Foi uma grande perda para o periodismo local. Após três números, dois em dezembro de 1867, e um em março do ano seguinte, *El Centinela* encerrou suas atividades. O número de dezembro apresenta uma apreciação sobre o Exército paraguaio, ressaltando seus soldados como *uma juventude louçã, forte, disciplinada, unida, obediente, valente e patri-*

ótica. Comenta suas reservas de suprimento, seus uniformes e munição, lembrando que *as condições físicas e morais em que se achavam assentado nosso exército são incontestavelmente mais vantajosas que os do inimigo*. Ainda em dezembro, o último número do ano, critica as propostas de paz transmitidas pelo secretário inglês M. Gould, dizendo que *pedir que o grande libertador abdique da Presidência da República e se asile na Europa é dizer ao povo que maldiga seus sacrifícios, ao Exército que sepulte seus lauréis e à nação que incline a orgulhosa frente*. O número de março, o último de sua curta existência, foi impresso já em Luque, então, a nova capital do país.

O segundo periódico, o *Cabichuí*, cujo significado é *vespa negra*, surgiu a 13 de maio de 1867, publicado pela Imprensa do Exército, em Paso Pocu, com quatro páginas. Foi, na verdade, o primeiro impresso na zona de guerra. Era satírico, com caricaturas gravadas em madeira, e escrito, também, em espanhol e guarani. Seu diretor era Juan Crisóstomo Centurion, tendo, como principal colaborador, em língua guarani, o escritor e poeta Natalício Talavera e outros já

conhecidos no meio jornalístico local como o Padre Fidel Maiz, Eugênio Bogado e o Geronimo Becchi – padre italiano que foi diretor de um outro periódico, o *Estrella*, capelão de Encarnacion, em 1869, e o primeiro a ser ouvido pela comissão especial que investigava as atrocidades mandadas praticar por Lopez. O *Cabichuí* estava programado para sair às 2^a e 6^a feiras e, inicialmente, contou apenas com o apoio militar para seu sustento.

O editorial do seu primeiro número, já diz bem da sua missão, como se vê a seguir: *o Cabichuí, ao apresentar-se na arena periódica saúda com ardoroso entusiasmo o primeiro soldado da América Meridional, ao infatigável campeão dos direitos da nação paraguaia, ao defensor esclarecido da autonomia dos povos livres que banha com suas cristalinas águas o magnífico Prata. Sem ser filósofo, pertence à escola de Demócrito. Empregara a hilaridade de seu gênio, acomodando-se aos chistes que com tanta profusão gasta periodicamente os célebres atos da Tríplice Aliança. O Cabichuí é da família dos hemenópteros e dispõe do venenoso ferrão com que defenderá sua colméia dos ambiciosos que querem ex-*

propriar o delicioso fruto de seus esmerados trabalhos. Afora isto, ele é antôfílo: coa as flores da inteligência e a beleza da literatura, que são compatíveis com todos os tons e profissões. É guaraní nato, e por conseguinte poderá abandonar sem mortificar-se muito, o delicioso idioma de seu país. Afeito às idéias silenciosas, porém eloqüentes que atua o lápis sobre o papel, falará mais com as suas gravuras de caricaturas do que com seus maus riscados artigos.

Foram impressos 95 números, sendo o último datado de 20 de agosto de 1868, em São Fernando. Tinha ampla divulgação, chegando até o acampamento brasileiro, apesar das piadas estúpidas e as vezes escandalosas, na avaliação de Thompson. Os colaboradores estavam em todos os acampamentos da vanguarda e retaguarda, e usavam como pseudônimo os nomes das vespas paraguayas como, Cabu, Cabyta, Mamanga e Cabaaguará. Foi um excelente veículo para disseminação das notícias de interesse do Exército paraguaio na conscientização da tropa. Assim diz Centurion: *efetivamente, seu estilo estava planejado para entreter os soldados de um acampamento frente ao ini-*

migo; já se sabe que os gostos dos soldados nunca podem comparar-se com os de uma sociedade culta e privilegiada. Por essa razão, o estilo da redação teve que adaptar-se a essa circunstância especial, a fim de alcançar o objetivo que se tinha em vista, e a certeza a esse respeito, seu triunfo foi completo. Se lia com avidez em todo o país, e sua fama se estendeu até o acampamento inimigo, donde se mandava lançar exemplares de cada número, produzindo lá, como entre nós, o riso e a gargalhada.

Os números de 28 de junho e 11 de julho, trazem notícias sobre a ascensão dos balões no acampamento brasileiro, com caricaturas de baixo nível. As informações transmitidas ao leitor, visavam logicamente a expor opiniões firmes, embora incompletas, dadas como verdadeiras, sobre os mais variados assuntos, especialmente quando passou a informar, após 4 de julho de 1867, sobre a movimentação no front. Assim, a comemoração da Batalha Curupaiti, a vitória paraguaia na segunda Batalha de Tuiuti, a atuação dos aliados em Tuiu-cuê e São Fernando, as condecorações aos heróis paraguayos de Tataíba e Tuiuti, o oferecimento das mulheres para-

guaias para defenderem o país, pegando em armas, e o terceiro aniversário da tomada do Forte de Coimbra (último número de 1867, 30 de dezembro), foram os assuntos mais importantes trazidos à opinião pública. Nessa última notícia, o enfoque é apresentado de maneira parcial, justamente para levar o ódio aos brasileiros. Eis um trecho do citado artigo: *desde há muito tempo o Brasil tem empregado todos os seus esforços com mais escandalosa má fé para cercar pelo norte as possessões territoriais da República. Quando a Metrópole espanhola se achava mergulhada nas guerras intestinas que a impediam de atender a suas colônias, o Brasil se aproveitou da ocasião para usurpar, como o fez, o território pertencente ao Paraguai, desde o Jauru, onde está colocado o marco que assinala o limite dos legítimos direitos de ambos os países para chegar a Coimbra. A inveterada paixão de ambição do Brasil e suas injustas intenções de absorção sobre o Paraguai imediatamente aparecem tanto mais palpáveis quando recordamos o feito de 1850, em que, clandestinamente, veio ocupar o Pão de Açúcar em circunstância em que a independência da República se*

achava ameaçada pelo tirano Rosas, governador de Buenos Aires.

Em novembro, saiu um número especial, com crônicas e desenhos alusivos à batalha de Tuiuti. Diz o artigo: *grande e esplêndido triunfo. Tal é o que no dia 3 de novembro temos infligido aos perversos e vis agressores de nossa parte, se vão desgramando a passo de gigante o choque de nossas invencíveis armas, que guiadas sempre pelo invencível gênio do Marechal Lopez e bendita pela santidade da causa se abre radiante caminho para o olimpo da vitória final... Honra e glória a este Pai da Pátria, seu nome ressoa com admiração e assombro em todos os cantos do universo.*

A partir de outubro de 1867, o jornal passa a ser o único informante da situação da guerra, quando da morte do jornalista e diretor do *El Semanario*, Natalício Talavera. O ano de 1868 traz a morte do Presidente Mitre como noticiário importante do jornal e, em seu número de 3 de fevereiro, um editorial é dedicado ao aniversário de Corrales, onde é pregado a acerbação do patriotismo em seu mais alto grau. Diz, sobre o assunto, o articulista:

Feliz o povo, feliz mil vezes o soldado que luta sob

a bandeira da liberdade e as ordens de um chefe que não somente o faz sempre vitorioso, senão que também o cobre de prêmios e distinções ante o universo inteiro. Camaradas, apreciemos tanta sorte e trabalhemos a felicidade maior que ao homem é dado gozar na terra; a glória de haver destruído aos ímpios inimigos da Pátria! Só o Marechal Lopez pode, em toda a extensão da palavra, dizer como Cícero: juro que salvei a República. É o Cristo de nossa salvação política.

O número 84, de 24 de fevereiro de 1868, do *Cabichuí*, foi o último a ser impresso Paso Pocu. Somente a 13 de maio daquele ano, ao comemorar um ano de existência, surgiu o número 85; desta feita, impresso no acampamento de São Fernando. As outras edições, até o de número 95, continuaram sempre na mesma feição, referenciando os fatos já comentados sobre as vitórias na guerra (Tuiuti, Riachuelo) os feitos de Lopez, a independência do país, é sempre informado sobre as festas ocorridas nas vilas e nos acampamentos militares, dando assim um toque mais alegre entre os pesadelos da campanha bélica.

Um outro *jornal* surgiu em 24 de julho de 1867, editado pela Imprensa Nacional de Assunção, denominado *El Cacique Lambaré* escrito em guarani e dirigido pelo Padre Francisco Solano Espinoza. Era, de igual modo, agressivo. Na primeira página estampava uma gravura representando o cacique Lambaré atirando flechas contra um dragão de três cabeças – significando a Aliança – tendo em sua cauda o globo terrestre e à sua esquerda o monte Lambaré com um puma encostado a seus pés; ao fundo, se destacava um trem entre palmeiras. Como diz na sua obra *Siete años de aventuras en el Paraguay*, o autor, farmacêutico inglês Dr. George Frederick Masterman, a maior parte dos artigos eram *tan feroces y llenos de porquerias que no puedo entretener à mis lectores con una traduccion*. A partir do número 4, passou a ter o título de *Lambaré* e circulou até fins de março de 1868. Com o seu desaparecimento e também do *El Semanario*, apareceu em Peribeubí, em 24 de fevereiro de 1869, o periódico *Estrella*, impresso na Imprensa Nacional, apesar de não ser um órgão do Governo nem porta-voz do Exército; safa às quartas e sábados,

seus colaboradores assinavam seus artigos com pseudônimos – usavam as letras do alfabeto – e, paradoxalmente, pertenciam aos quadros do Governo e do Exército e, talvez, prenunciando alguma mudança na política do país, já não assinavam afoita e abertamente o que pensavam. Era de formato grande e de ótima apresentação. Como chefe da redação, ou seu diretor, estava o Padre Gerônimo Becchi, sacerdote italiano que trabalhava como vigário de Encarnación. Seu principal redator, Manoel Trifon Rojas, contava com excelentes colaboradores como o Padre Fidel Maiz, Juan Crisóstomo Centurión, Silvestre Aveiro e Víctor Silvero. Trifon Rojas caiu no desagrado do Presidente Lopez e foi mandado servir, como soldado, em um batalhão de infantaria, onde enfrentou grandes dificuldades e sofrimentos, vindo a falecer a caminho de Yguatemy. Esse senhor publicara no número 15 do jornal, um artigo intitulado *Egoísmo*, onde pregava a união da Argentina, Uruguai e Paraguai contra o Brasil, baseado na identidade de origem; não foi bem aceito pelos outros componentes da redação que, sofrendo pressões, forçaram a sua demissão. Nos vários números se-

guintes, o assunto foi alvo de críticas mostrando as consequências para as forças patrióticas do país.

De 24 de fevereiro a 14 de julho de 1869, seu derradeiro número publicado, o jornal circulou com ampla liberdade, informando aos leitores tudo sobre o andamento da guerra, comemorações das *vitórias* do Exército paraguaio e a importância do patriotismo e fidelidade ao Presidente Lopez. O seu número 3, por exemplo, saído em 3 de março, reafirma a *confiança no Proto-Homem cuja existência o Senhor nos preservou milagrosamente das chuvas das balas, que em momentos necessários tem que afrontar com exemplos de valor e resignação, dirigindo ele mesmo os combatentes e a esta confiança unamo-nos esforços com vigor e decisão e ele nos salvará*. A dez de março, em seu quinto número, volta o articulista a enfatizar que o *gênio extraordinário que nos dirige tem além disso a experiência de mais de quatro anos de uma luta constante*.

O *Estrella*, ao longo de sua existência publicou artigos sobre vários assuntos de guerra e ressaltou os fatos mais importantes do governo lopista, quase que uma resenha retrospectiva. As-

sim, comentou o Tratado da Tríplice Aliança, as ações de dezembro de 1868, Itororó, Avaí, Itaibaté e Angustura. Um assunto interessante é o publicado sobre a situação do Exército paraguaio em Azcurra, tendo a frente o Presidente Lopez. O autor assim descreve o quadro:

Passamos a noticiar que S. Ex. o Sr. Marechal, em 31 de dezembro de 1868, passou a estabelecer seu atual acampamento, de onde a estas horas está o Exército nacional, mais forte que nunca. O Leão do Paraguai, recostado na falda da respectiva cordilheira, sacode sua majestosa juba e ruge mais forte e sangrento que nunca, contra o pérfido e cruel inimigo ... A animação que reina é certamente de entusiasmo festivo. Não há uma noite em que não se ouça, em cada Divisão ou Corpo, os mais alegres golpes de música. Os bailes se alternam com as fadigas dos exercícios e cada soldado acha um prazer nos braços de uma patrícia, com quem dança ao som de um violino ou de uma alegre palomita.

O ambiente, entretanto, estava realmente se modificando. O Chefe do Exército paraguaio já abandonara grande parte de seu território e procurava as encostas

das cordilheiras. Em breve tudo mudaria no entendimento do povo e nas atitudes de paraguaios receptivos à grande desgraça que se avizinhava. O tempo já exigia uma composição para um governo de sustentação, convocados por inúmeros patrícios que esperavam, em vão, uma rendição normal de uma guerra que já nada tinha a oferecer para o país a não ser desgraça da pobreza e dizimação de seus filhos. A loucura coletiva dominara o país em nome de um patriotismo desesperador, bem diferente daquele forte e arrogante, típico do povo guarani.

Naqueles momentos surgem as manifestações de paraguaios residentes em Assunção, principalmente aqueles que integravam a famosa Legião Paraguaia, para a constituição de um governo provisório que tomasse a frente das decisões do Governo, já de todo desbaratado e sem chefia. Em 25 de janeiro de 1869, foi iniciado esse movimento com o fim de deliberar sobre os destinos do Paraguai. Várias reuniões se sucederam, até que se chegasse a um consenso entre brasileiros e argentinos. Em 19 de julho, foi convocada uma assembléia para o dia 22, quando o *Clube do Povo* e o *Clube União* apresentaram candidatos. Nes-

se mesmo dia foi formada a mesa eleitoral entre os 21 delegados escolhidos. Em 15 de agosto de 1869, em ato público, tomaram posse os seguintes membros do Governo Provisório: Cirilo Antonio Rivarola, Carlos Loizaga e José Diaz de Bedoya. Era o início de uma mudança que iria mostrar o lado estigmatizador da guerra com a fome, a destruição, a perda dos bens, o quase aniquilamento dos homens; enfim, a falência do Estado. Ainda restavam ódios, mas era necessário o início de uma reconstrução nacional.

Quarenta e cinco dias depois – a 1^o de outubro – surgiu no cenário jornalístico paraguaio o jornal *La Regeneración*, dirigido por Juan José Decoud, influente político no novo panorama do país. Contava com excelentes colaboradores como José Segundo e Adolfo Decoud, Facundo Machaim, Benigno Ferreira, Juan Silvano Godoy e outros. A gráfica era própria e fora adquirida em Buenos Aires. Seu programa principal era o total apoio aos aliados e o combate ao Marechal Lopez. Eis o seu primeiro editorial:

Brilhou a luz para a Pátria! A liberdade oculta tanto tempo para este solo, brilha hoje, de novo, com duplo esplendor no belo horizonte do Paraguai. E a Imprensa como um dos seus

elementos mais puros, como um dos seus órgãos mais diretos, vimos a proclamá-la e sustentá-la com toda aquela fé incontestável que podem inspirar o amor à Pátria e aos bons princípios. Se abre à nossa Pátria, depois de um passado de sangue e horrores, um futuro mais belo a que pode aspirar um povo livre, ocupando novamente seu assento na grande comunhão das nações civilizadas.

E mais adiante:

Combateremos a Francisco Solano Lopez como a encarnação mais monstruosa de todos os despotismos crimes e vícios; o combateremos em todos os terrenos possíveis até que desapareça da face da terra, de cujo seio próprio há de ser lançado ao lado imenso que tem vivido. Combateremos aos defensores de Lopez como a continuação da execrável obra desse tirano, ainda que respeitando as opiniões individuais.

O jornal publica assuntos de vários interesses, como, o no caso do primeiro número, que traz um artigo sobre o *Belo Sexo*, escrito pela professora Assunción Escalada, e um interessante estudo sobre *Jesuitismo e Feudalismo*, de autoria de Adolfo Decoud. O segundo número saiu em 2 de outubro; relata a situação do

Exército paraguaio e faz comentários sobre o Exército aliado. Anuncia para qualquer momento o fim da guerra. Há um curioso aviso sobre o desaparecimento do jovem Domecq, *de dez anos de idade, branco e residente em Buenos Aires, gratifícase bem a quem localizá-lo.* Esse jovem, que foi encontrado dias depois, era argentino e em sua terra natal fez brilhante carreira na Marinha de Guerra da República Argentina, alcançando o alto posto de almirante, e sendo Ministro da Marinha no governo Presidente Alvear, no período de 1922 a 1928.

Em seu terceiro número, ainda de outubro, informa sobre o caminho seguido por Lopez, em sua fuga, e dá notícia sobre a sublevação ocorrida em San Estanislao, quando foram fuzilados quase mil homens, por ordens expressas de Lopez. O seu quarto número, distribuído a 10 de agosto, traz o projeto da Constituição nacional, elaborado por Juan José Decoud, e informa sobre o deslocamento do 1º Corpo de Exército brasileiro em direção ao inimigo, que, no caso, é o Exército de Lopez. O interessante a frisar é a ida do Sr. Cirilo Antonio Rivarola, membro do Governo Provisório, em perseguição a Lopez, acompanhando o

Conde D'Eu e as Forças Paraguaias da Legião.

La Regeneración passou, a partir de 12 de novembro, a ser o jornal oficial do Governo Provisório, publicando todos os atos oficiais. Apesar disso, continuou a publicar notas sobre o estado do Exército paraguaio e a sua perseguição pelas forças aliadas. Um dado interessante vem em um artigo assinado pelo diretor, sobre a necessidade do casamento civil, como meio de evitar o concubinato e a corrupção social, segundo o articulista. Alega que os altos preços cobrados pela Igreja impedem a realização dos casamentos religiosos. Um outro dado esclarecedor é a respeito do número de mulheres. Assim, nesse final de guerra na capital existiam três mulheres para cada homem, e no interior essa proporção atingia a cifra alarmante de cinquenta mulheres para cada homem, quando o normal é de cinco homens para cada três mulheres. Quando oficializado, o casamento civil não encontrou grande aceitação por parte da população, tal o seu sentimento religioso; achavam uma heresia, e no dizer do jornalista, *como sucede em todos os povos ignorantes onde o fanatismo impera.*

O jornal reitera o estado de abandono que as famílias

que voltavam do interior, muitas das quais abandonando as que iam seguindo o derrotado Exército de Lopez, exigindo providências do novo Governo. As notícias sobre a situação de Lopez não eram boas. Com o pouco mais de 3.000 homens, muitos dos quais sem barraca para abrigo, sem cavalos (somente os generais os possuíam), com pouca alimentação – uma rês para cada grupo de 200 homens e laranjas cítricas – e perseguido pelos aliados, Lopez sabia que seu fim estava próximo. Era uma excelente oportunidade para encerrar a luta. Era o momento para freiar seu orgulho e deixar de martirizar seu povo valente e crente em suas palavras. Mas, Assunção já respirava a liberdade, com as novas ordens do novo Governo. Em seu número de 17 de dezembro diz em editorial: *O que vença, derrote, assassine ou termine com Lopez, esse é o nosso amigo, nosso salvador e nosso irmão. O que o defende ou o sustente, esse é um inimigo irreconciliável. Então, a Aliança tem derrotado Lopez. Bendita a Aliança! Receba os bravos que*

hoje voltam cheios de glória a seus lares a gratidão do povo paraguaio por seus sacrifícios e pela queda do despotismo. Aqui todos os paraguaios devemos unirnos hoje para terminar a obra da Aliança, e dando o último golpe ao tirano, começar a nossa regeneração. Grande número de crianças e velhos perambulavam de vila em vila, doentes e famintos, denunciava o jornal. Diante de tanta calamidade, o número 30, de janeiro de 1870, mostra também algumas modificações como a inauguração de uma casa de refeição, com salões espaçosos para festas, melhorias na disciplina pública, a organização de uma entidade política denominada "Associação Constitucional", a autorização do Governo para a instalação de outro jornal no país e a notícia do aumento de alunos matriculados nas escolas municipais. O Paraguai tenta a sua reabilitação.

O número impresso em 11 de fevereiro de 1870, véspera do dia tão esperado por muitos, além das informações da guerra, traz um editorial de muita significação,

que traduz o ambiente criado pelo interesse político no sentido de acelerar o fim de uma guerra que apesar de caminhar para um final desastroso, ainda produz reação das classes dirigentes. Eis o trecho:

As últimas notícias que temos recebido do teatro de operações não carecem de importância. Ei-las. Lopez vai em fuga precipitada em direção à Bolívia. O General Câmara, o Marechal Vitorino e o Coronel Paranhos vão em diversas direções em perseguição ao inimigo, que será alcançado ou obrigado de uma vez a abandonar o território paraguaio. Oxalá o dêem caça a esta besta feroz. Assim teríamos o prazer de vê-lo enjaulado na praça pública. Felicitações a estes valentes vencedores.

Já era o final de tudo. A leitura dos jornais, sejam quais forem, diz muito mais; diz da luta de interesses, da influência inglesa, das causas reais que motivaram o conflito, da mudança de comportamento de Lopez, das injustiças praticadas contra inocentes e das conseqüências desastrosas para o país. 

BIBLIOGRAFIA

- CARDOZO, Efraim. *Hace cien años*. Ediciones EMASA. 13 Vol. Assunção, Paraguay. 1982.
- CAXIAS, Marques de. *Campanha do Paraguai*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 91. Volume 145. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1926.
- MASTEMAN, George Frederick. *Siete años de aventura en el Paraguay*. Imprensa Americana. Buenos Ayres. Argentina. 1870.
- NACIONAL, Biblioteca. Seção de obras raras. Rio de Janeiro. 1988.
- NACIONAL DE ASSUNCIÓN, Archivo. Seção de revistas e jornais. Assunção, Paraguay. 1981.

Modernização do Estado¹

Joaquim Francisco Freitas Cavalcanti*

O texto do artigo reproduz a participação do autor no Forum de Estudos e Debates patrocinado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 1996. Propõe-se a responder à pergunta *por que modernizar o Estado?* e apresenta um "roteiro" de idéias e vivências, fruto de variadas funções públicas que exerceu ligadas ao tema.

Modernizar o Estado suscita a imperiosa necessidade de defini-lo. Trata-se de conceito relativamente recente, em que pese a possibilidade de se recuar aos tempos mais longínquos da história humana para situá-lo. Ao longo dos tempos, e a partir, sobretudo, do colapso das monarquias, o pêndulo do poder experimentou transformações radicais, que as várias formas de governo iriam cristalizando, primeiro com a ascensão da burguesia e, sucessivamente, com uma maior participação das classes médias e trabalhadoras na gestão dos negócios públicos. Esse processo, longe de esgotado, ain-

da se encontra em curso, com avanços e recuos que lembrariam o fluxo e refluxo das marés democráticas. Embora lenta e conturbada, essa evolução há de vingar à luz de princípios aperfeiçoados ao longo de milênios de aprendizados e esforços rumo à civilização.

No bojo desse processo situa-se o Estado. A propalada crise que este atravessa é fruto natural do embate travado entre concepções e preceitos que somente a decantação dialética conducente a uma síntese – por mutável e efêmera que ela se apresente – será capaz de solucionar. O problema básico repousa, assim, na apreciação analítica, minudente e flexível dos componentes dessa crise. Mais uma vez, aqui, há de se ter o espírito aberto à heterogeneidade que carac-

teriza as comunidades humanas, eludindo-se a sôfrega tentativa de formação de uma homogeneidade que resulte artificial e impositiva. A modernização há de ser adotada, sem dúvida. Aliás, está sendo uma das ações prioritárias no mundo, como instrumento incentivador de transformações socio-econômicas, além de vetor de progresso e bem-estar social. Mas sempre o que é válido em determinado contexto necessariamente não o é em outro.

No caso do Brasil, por se tratar de um país de dimensões continentais, cujo território se estende por mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados – o que lhe assegura o quinto lugar no mundo –, fácil se torna apreender a especificidade de sua situação.

Com uma população que supera os 150 milhões de ha-

* Ex-consultor do BID na área da Reforma do Estado.

1. Selecionado pelo PADECEME.

bitantes, a sexta do mundo, desigualmente espalhados pelo seu território, o Brasil exhibe contrastes e desproporções de toda natureza. Cada uma de suas cinco macrorregiões constitui, se isoladamente observada, um verdadeiro país, não só pelas condições geopolíticas, mas também pela especificidade de seus problemas e desafios. Destarte, uma ação de fomento válida, por exemplo, para o Norte Amazônico, não o será necessariamente para o industrializado Sudeste e, muito menos, para o relativamente superpovoado e socialmente estigmatizado Nordeste. Daí que, ao ater-se à modernização do Estado no Brasil, cabe ao analista partir da premissa básica da heterogeneidade nacional, levando em conta as desigualdades socio-regionais.

A vertiginosa velocidade que marca o ritmo dessas mudanças demanda, por outro lado, um esforço antecipatório, atitudes de cunho prospectivo, sob pena de se recorrer a respostas efêmeras, atropeladas pelos fatos sociais de curto e médios prazos. O que se há de se evitar, portanto, na tentativa de implantação das reformas, é a perda de visão do conjunto.

No caso brasileiro, a modernização há de ser feita de forma abrangente, partindo da base federativa nos três níveis de poder e desbordando para as unidades que a compõe, à maneira de um processo irrigatório que, descendo das fontes dos mananciais, espraie-se às suas vertentes e tributários. No entanto, muitas dessas reformas já estão ocorrendo, outras podem ocorrer de imediato ou a médio e longo prazos. Por isso mesmo, as sugestões e induções devem admitir ações isoladas inseridas no contexto global programado.

Esses são os dois enfoques básicos na modernização do Estado no Brasil, cujas estruturas legislativa e judiciária constituem preocupação da agenda reformista, até pelo princípio da distribuição de poderes, suas limitações e alçadas. Há de se considerar também, como limitante, o nível de conhecimento de grande parte da população, que não enxerga benefícios no curto prazo e opõe-se às mudanças, pressionando os legisladores e governantes.

POR QUE MODERNIZAR O ESTADO?

Até aqui pretende-se por assente a imperiosidade da

modernização do Estado, utilizando-se, para tanto e sobretudo, o mecanismo da reforma e descentralização administrativa. A título de desdobramento do raciocínio ou provocação dialética, faz-se mister questionar essa imperiosidade consensual. Por que modernizar o Estado? O próprio Estado, na sua dinâmica, contempla a sua constante modernização. Os fatos políticos, sociais, econômicos, culturais etc. provocam, impõem sua modernização, a atualização de seus métodos e sistemas, sem o que a sociedade sobre a qual ele atua se tornaria simplesmente infuncionável. O dinamismo das mutações societárias, com todo o seu elenco de marchas e contramarchas, é que define a arquitetura administrativa, fora da qual se chegaria ao impasse da ingovernabilidade. É a resistência a essa adequação permanente que produz a *crise* do Estado.

O Estado exerce, a um só tempo, papéis ativo e passivo no bojo da sociedade jurídica e politicamente organizada, no sentido de que ele é agente e paciente dos fenômenos que a conformam. Ele não é e não pode ser um ente isolado, abstrato, amorfo. A flexibilidade e a adap-

tação ao substrato comunitário constituem elementos identificadores da sua essência. Por mais desvinculado desse substrato, ele sofre sua influência. E quanto mais a ele esteja vinculado, mais autenticamente representativo das forças que o conformam, mais eficiente o Estado será. Nunca, entretanto, completamente eficiente, porque a satisfação de uma necessidade gera outras necessidades. Daí, a preocupação de uma visão permanentemente holística, que contextualize as ações do Estado. Daí, a necessidade de focar as variantes da transferência de responsabilidades quando povo, empresários, funcionários nem sempre atentos aos seus direitos e obrigações, escolhem o Estado como bode expiatório, esquecendo até de que a escolha de grande parte dos que a comandam é de responsabilidade deles.

Note-se, no entanto, que os casos de sucesso sócio-econômico do mundo moderno não resultaram da liminar condenação do Estado. Note-se também que muitos males debitados à exarcebada ação estatal não foram eliminados com uma maior e, por vezes, também exarcebada diminuição ou atenuação do seu poder. E quando em grande

parte o foram, outros desafios assumiram seu lugar, como se a evolução, o progresso e o bem-estar dos povos, na marcha interminável rumo à verdadeira civilização e à real dignificação humana, estivessem sempre a cobrar seus dividendos de dor.

O ponto de chegada é a construção de um Estado democrático, descentralizado, eficiente no fornecer condições básicas para a formação da cidadania. Rejeita-se o Estado politicamente autoritário, sociologicamente patrimonialista e administrativamente centralizador, regulador e cartorial que, infelizmente, ainda existe na quase totalidade dos países da região e em outras regiões do mundo.

Face à abrangência do tema e suas múltiplas implicações legais, sociais e econômicas, devemos tratá-lo com redobrada cautela, fugindo, sobretudo, das generalizações utópicas e buscando nos êxitos já obtidos, nas experiências bem-sucedidas, o laboratório de trabalho para difusão, por todos os meios, de sua pedagogia. Há clima para a ação construtiva. Existem referências corretas. Percebe-se a globalidade da abordagem e, ao mesmo tem-

po, suas particularidades. Resta partir e persistir, construindo a cada passo o sonho que é de todos.

O ENGAJAMENTO CÍVICO DOS CIDADÃOS

O quadro do mundo contemporâneo impõe uma reinvenção do Governo, expressão de Osborne em livro escrito em parceria com Gaebler, *Reinventing Government*, que constitui um criativo e pragmático trabalho sobre o tema, porque elege a sociedade como o quarto poder e principal zeladora do bem comum, com os seus instrumentos de autoproteção e de autopreservação. O professor americano Robert Putman, da Universidade de Princeton, realizou pesquisas de campo e concluiu que a qualidade do Governo, em qualquer jurisdição, depende estritamente do grau de engajamento cívico dos cidadãos, do grau do que chama capital social (por oposição a *capital físico e capital humano*): o nível de confiança e responsabilidade recíproca entre as pessoas. O livro *Making democracy work* mostra que, onde a estrutura social é mais vertical, a produtividade é menor: a sociedade pensa que a coisa pública não é de sua respon-

sabilidade, é deles, dos que estão em cima; portanto, não precisa se importar com problemas como o da irrigação, por exemplo. *A qualidade da educação americana, a seu ver, depende menos da quantidade de dinheiro que se despende nas escolas do que do grau de atividade das associações de pais e mestres. A sociedade brasileira não parece ter sido edificada com esse alto nível de engajamento cívico; com essa estrutura horizontal, de colaboração entre iguais, mas com uma estrutura vertical, cujas relações têm sido de exploração e dependência.*

Lembre-se aqui a lição de Drucker sobre o esgotamento do conceito de soberania centrada do Governo: *Aca-baram-se os tempos do Governo soberano: não internacionalmente, mas em termos de mercado interno. Uma das coisas que tornam o Parlamento inglês e o Congresso americano tão importantes é o fato de compreenderem que a teoria de sua soberania não corresponde mais à realidade; que as outras grandes instituições, organizadas, administradas, de finalidades específicas dentro da sociedade, são autônomas. Po-*

dem ser conduzidas, liberadas, controladas até certo ponto, mas não podem ser destruídas. O mesmo autor, entretanto, não deixa de ressaltar que *o Governo é uma instituição fundamentalmente diferente da empresa. Os empresários são motivados pela busca do lucro; as autoridades governamentais se orientam pelo desejo de serem reeleitas. As empresas recebem dos clientes a maior parte dos seus recursos; os Governos são custeados pelos contribuintes. As empresas normalmente trabalham em regime de competição; os Governos usam habitualmente o sistema do monopólio.*

A especialidade do Governo, em contraposição ao papel dos outros agentes sociais, incluindo a empresa, é que impõe e explica a tese da reinvenção em países como Grã-Bretanha, Suécia, Canadá, Austrália, Alemanha, França, Bélgica, Holanda, Israel, Espanha e Nova Zelândia, ainda segundo o testemunho dos autores citados. Nos Estados Unidos, os exemplos mais referidos, em tempos recentes, são os dos Estados da Flórida, Michigan, Wisconsin, Minnesota e Iowa, além de cidades como

Indianapolis e Milawaukee, onde os setores público e privado estabeleceram parcerias para a consecução de metas de desenvolvimento e resolução de problemas, sendo este um dos aspectos mais ricos desse traço moderno do Estado.

No Brasil, já podem ser destacados alguns exemplos: pactos de cooperação, especialmente de empresários com o Governo, têm sido postos em prática, com êxito, em estados como Pernambuco, São Paulo, Ceará e Minas Gerais. No campo específico do envolvimento mais amplo da comunidade, por meio de conselhos e associações, Rebouças menciona os exemplos dos municípios de Toledo, no Paraná, *caso bem-sucedido de Governo local participativo*, e Icapuí, no Ceará, *que vive, desde 1985, intenso processo participativo em três administrações consecutivas.*

REVOLUÇÃO CULTURAL

Assim, não somente em regiões mais pobres e despreparadas do Nordeste, mas praticamente em todo o Brasil e, por extensão, em toda a América Latina, a reforma do Estado, como indispensável a dotá-lo de instrumen-

tos propulsores do desenvolvimento, em prazo menor possível, passa por bem planejado e intensamente operacionalizado trabalho de convencimento, que parte da base da pirâmide social para o seu ápice e não se esgota, decerto, num período curto de administração. Além disso, impõe-se uma reforma constitucional que se debruce sobre o plano político, administrativo, fiscal, previdenciário, bem como sobre a concessão de maior soma de poderes aos Governos locais, para que, assim, possam empreender uma verdadeira *revolução cultural* na sociedade brasileira.

Nesse contexto, algumas tomadas de posição acauteladoras hão de ser levadas em conta, a fim de não se incidir no outro extremo, igualmente danoso, da centralização, ou seja, a atomização. Assim, não se deve, com o reequacionamento do papel do Estado, enfraquecê-lo, ao ponto de erigir em dogma o princípio da distribuição de prerrogativas. É ilustrativo desse risco o fato de, apenas nos quatro anos em que se seguiram à promulgação da Carta de 1988, terem sido criados nada menos de 800 novos municípios no Brasil, processo que se concretizou sem

embasamento infra-estrutural consentâneo com o nível de responsabilidade pertinente a essas chamadas células administrativas.

Não se deve, com o reequacionamento do papel do Estado, enfraquecê-lo, ao ponto de erigir em dogma o princípio da distribuição de prerrogativas. É ilustrativo desse risco o fato de, apenas nos quatro anos em que se seguiram à promulgação da Carta de 1988, terem sido criados nada menos de 800 novos municípios no Brasil, processo que se concretizou sem embasamento infra-estrutural consentâneo com o nível de responsabilidade pertinente a essas chamadas células administrativas.

Além disso, alguns dos modelos de transformação da mentalidade, que têm sido a tônica de administrações públicas, especialmente em regiões ainda não-afluentes, vêm sendo exercitados aqui e ali, como as ações do Governo de Pernambuco no período de 1990-1994: programas e projetos de tele-escola; filmes educativos; implantação de modernas técnicas no campo, para superar a improvisação e o empirismo; planejamento familiar; campanhas públicas voltadas para os interesses do Estado, tanto em parceria com o empresariado quanto com o trabalho direto nas associações comunitárias. Todas essas, e muitas outras, foram implementadas pelo Governo de Pernambuco, entre 1990 e 1994.

De outra parte, novos obstáculos se apresentam às ações solidárias entre sociedade e Estado. A descrença popular em relação, por

exemplo, ao Poder, e aqui o Legislativo ganha realce, em presta a dimensão exata ao problema. Uma sociedade desmotivada, pessimista e até mesmo hostil aos Poderes torna-se alienada ou revoltada, o que resulta não apenas danoso para seu indispensável engajamento no processo, mas impede atingir-se as metas do processo modernizador.

Outro exemplo é a persistência das condições sociais vigentes, com a insuportável disparidade inter-regional e interpessoal de renda. Até por atual, premente e pulsante, o tema requer análise profunda e cautela proporcional à sua dimensão. Repita-se: cada caso é um caso. O que deu certo num determinado contexto não, necessariamente, o dará em outro.

Cada país, cada nação, cada região tem de escolher seus próprios caminhos, à luz de sua história, de seu estágio social, de suas características geopolíticas. É consenso, entretanto, que o círculo vicioso *deficiência educacional/subdesenvolvimento* há de ser definitivamente rompido. Para tanto, impõe-se decidido trabalho em cima do primeiro componente. Assinale-se o grau de prioridade que o fator conhecimento assume neste mundo sem distâncias e sem limites de comunicação. No caso do Brasil, arrancar da estagnação e do marasmo milhões de brasileiros, integrando-os ao universo do saber, é solução que não comporta adiamentos. Sabe-se, além do mais, que o progresso tecnológico não é apenas uma consequência, mas, em igual medida, um pré-requisito para o próprio desenvolvimento.

Ainda no campo dos consensos, são várias as experiências bem-sucedidas com referência à utilização da comunicação social como importante suporte na formação da cidadania. Campanhas educativas nos campos da medicina preventiva, da educação para o trânsito, da conservação do meio ambiente,

da sexualidade na adolescência, da limpeza urbana e de tantos mais têm produzido excelentes resultados. Em Pernambuco, como foi citado, utilizamos de forma cientificamente planejada esses recursos técnicos, com êxito comprovado, no combate ao cólera, à erosão das terras, entre outros temas, tendo o Estado recebido, com a fundação Robertô Marinho, o Prêmio Volvo Internacional, pela exemplaridade e criatividade de programas de caráter educativo para milhares de crianças e jovens.

Mas, a dificuldade de mobilização da sociedade para uma ação solidária com o Estado e uma conseqüente degradação da governabilidade têm sido agravadas por fatores que se vêm acumulando, no País, ao longo dos anos: a implementação de planos econômicos que sucumbiram, as freqüentes omissões e erros do Legislativo nos momentos agudos das crises, a morosidade do judiciário, a esclerose de boa parte da legislação comercial, penal, penitenciária. Tudo tem servido para evidenciar que estabilidade democrática, seguridade social e desenvolvimento caminham juntos e que da

Reforma do Estado podem depender as conquistas democráticas, não só do Brasil, mas da maioria dos países da América Latina.

ROTEIRO IDÉIAS E VIVÊNCIAS

Para concluir com o rico acervo de conhecimentos adquiridos no BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento –, em Washington, em 1995, quando atuei como consultor na área de Reforma do Estado, e da experiência acumulada em 30 anos de vida pública, quando exerci funções as mais variadas, complexas e fecundamente desafiadoras, deixo como contribuição um roteiro de idéias, sugestões e vivências, que possam servir de subsídios na tarefa de apoiar política e tecnicamente o processo de modernização do Estado.

• Reforma do Sistema Político Brasileiro. *A fragmentação é a patologia principal do sistema político brasileiro*, afirma Walde de Góes. E conclui: *o que se tem é uma relação entre um sistema político fragmentado e uma sociedade fragmentada, um diálogo de loucos. Precisamos aumentar com urgência a capacidade decisória do sistema*

pólitico, e o primeiro passo é a reforma do sistema partidário. Esta tem sido a dura experiência do momento. Malogram no Congresso as tentativas de reforma, porque não foram precedidas da mais urgente, porque preliminar, de todas as reformas, a reforma do sistema político. Ademais, é essa mesma estrutura fragmentada que inspira o Prof. Hélio Jaguaribe a vaticinar sobre o sistema político-partidário do País: ou o Brasil moderniza aceleradamente o seu ou se defrontará, de forma cada vez mais irreversível, com um perverso dilema: se quiser se tornar moderno, terá de deixar de ser democrático; se quiser permanecer democrático, deixará de ser moderno.

• Privatização, ampliando investimentos privados e reconvertendo empresas estatais, bem como a regulamentação da concessão dos serviços públicos e de contratos de gestão, divulgando seus benefícios e mostrando exemplos do Brasil, de alguns Estados e de vários países do mundo.

• Desregulamentação administrativa, simplificando o processo decisório estatal e as estruturas governamen-

tais, agilizando parcerias diversas com empresas e com a Sociedade.

• Trabalho permanente e priorizado com a sociedade civil, base mais importante para o êxito das reformas, fortalecendo associações voluntárias de famílias, de profissionais e organizações não-governamentais.

• Acompanhamento ágil e crítico em torno da nova ordem econômica mundial (globalização), dos desafios da integração competitiva e de um avançado sistema de comunicações, com o objetivo de nos proteger de algumas práticas agressivas do mercado globalizado, no qual a competição predatória pode arruinar a economia do País. A maioria dos que defendem mercados totalmente abertos não pratica esse princípio e aprimora cada vez mais seus mecanismos de controle.

• Cumprimento da Resolução 162/95, do Conselho Monetário Nacional, que criou o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, em dezembro de 1995, e diz respeito ao controle de limites de gastos com pessoal, limites e tetos constitucionais de remuneração, metas para redução do quadro, adequação atua-

rial da Previdência nos Estados.

• Programa de normas específicas para privatização, órgãos reguladores, concessão de serviços, reforma patrimonial e controle das estatais; aumento da receita, modernização e melhoria dos sistemas de arrecadação, de controle do gasto público e de informações fiscais, além de redução e controle do endividamento dos Estados.

• Equacionamento, em curto prazo, da questão dos bancos estaduais, via privatização, face ao esgotamento do modelo de concepção dessas entidades.

• Elaboração de projetos de reforma do Estado, aos níveis federal e dos Estados, para obtenção de financiamento perante entidades internacionais como o Banco Mundial e o BID, considerando a prioridade atribuída por essas entidades para a concessão de empréstimos nessa área, já tendo sido atendidos vários países como Uruguai, Paraguai, Nicarágua e outros, com vistas a assegurar a governabilidade e a manutenção dos sistemas democráticos, obedecendo ao já citado enfoque integral.

• Reformas urgentes da Constituição e conseqüente legislação complementar e

ordinária, que a tornem mais flexível e compatível, permitindo as condições fundamentais ao êxito da reforma e modernização do Estado, já iniciada.

- Dinamização de uma política de reestruturação agrária, com o máximo aproveitamento do fator terra, criando uma nova geração de pequenos e médios proprietários, utilizando-se do Estatuto da Terra vigente, que previu a obediência à função social da propriedade e do qual o fator tributação progressiva ou regressiva constitui inegável e eficiente instrumento, desde que haja decisão política para mudar a injusta estrutura agrária brasileira.

- Fortalecimento dos centros urbanos de pequeno e médio portes, como forma de estancamento do fluxo migratório para as cidades de grande porte, as metrópoles e megalópoles. Considerar nesse aspecto estudo do custo diferencial do homem nos pequenos e grandes centros, ensejando mecanismos compensatórios para fixação do mesmo nos locais de mais baixo custo.

Finalmente, verifica-se que a reforma e a modernização do Estado é processo em curso. Centenas de estudos mostram êxito e fracassos no decorrer de sua implantação. As experiências bem-sucedidas em dezenas

de países, incluindo Brasil e Estados federados, já possibilitam pragmaticamente a existência de uma coletânea de procedimentos, normas, decisões políticas, mecanismos eficientes de participação da sociedade civil etc. Vamos aplicá-los com urgência, acompanhar a eficiência de sua aplicação, criar novas alternativas a partir da visão sistêmica que deve presidir o processo. Aqui não há trilha de volta. A persistência e a sadia obstinação dos que crêem e fazem haverão de vencer. Assim, construiremos a verdadeira nação, na qual queremos viver moderna, justa, ativa e democrática.



Falta pouco para concluir a ligação Brasil - Bolívia - Pacífico

Marcos Ribeiro Dantas*

O artigo apresenta a situação viária em 1997 para uma possível ligação do Brasil com o Oceano Pacífico através da Bolívia.

Com a recente inauguração do trecho boliviano Patacamaya-Tambo Quemado, a extensão que falta para completar o percurso pavimentado entre o Rio de Janeiro/São Paulo e o porto chileno de Arica, no Oceano Pacífico, diminuiu para apenas 536km. Esta é uma das conclusões dos Estudos de Traçado por nós desenvolvidos e que visam a estabelecer novas vias do Brasil ao Pacífico pela Bolívia, para incrementar nosso comércio exterior.

Esses estudos propõem novas saídas rodoviárias e uma saída mista rodoviária/ferroviária para o Oceano Pacífico, que apresentam sensíveis vantagens em relação aos percursos já conhe-

cidos anteriormente. As novas rotas partem de Cuiabá, MT e Porto Velho, RO; galgam o altiplano boliviano e seguem em direção aos portos de Ilo e Matarani no sul do Peru, e aos de Arica, Iquique e Antofagasta no norte do Chile. É analisada também a rota já conhecida via Campo Grande e Corumbá, MS.

Partindo-se de Cuiabá, com uma nova rota via Porto Esperidião, MT, passando por Aguapeí, poupa-se quilometragem para os veículos vindos do norte pela BR - 174. Posteriormente, uma variante na Bolívia evita um longo percurso na passagem por Concepción. O trecho mencionado de 536km que falta pavimentar nesse corredor situa-se entre Porto Esperidião, MT, e Okinawa, na Bolívia. Com essas medidas,

encurta-se o caminho entre as zonas produtoras de Mato Grosso e Rondônia e portos no Pacífico e amplia-se a zona de influência da rodovia no Brasil.

A partir de Porto Velho, é proposta uma nova subida mais suave dos Andes, que permitirá o tráfego de carretas pesadas requeridas para o transporte competitivo de mercadorias, o que não é possível atualmente.

Por outro lado, é sugerida uma nova rota de transporte intermodal (rodovia x ferrovia) levando-se os produtos brasileiros por rodovias até Oruro, no altiplano boliviano, e daí, por ferrovia existente, até o porto chileno de Antofagasta, que possui boa disponibilidade para exportação.

Com menores extensões, percursos mais suaves e com-

* Engenheiro.

bições bem articuladas dos meios disponíveis, os custos de transporte são menores, o que abaixa o valor dos fretes e torna os produtos que serão transportados por estes corredores mais competitivos.

COMÉRCIO PROMISSOR REPRIMIDO

O Brasil vem incrementando o seu comércio exterior com os países do Oriente, mas necessita cada vez mais de saídas rodoviárias para o Oceano Pacífico, em estradas pavimentadas e confiáveis, de molde a baratear os fretes globais.

Os mercados do Pacífico, em especial os do Japão, China e os dos Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura), vêm crescendo a taxas que superam as dos mercados tradicionais do Atlântico¹. Sem adequadas saídas para o Pacífico, o Brasil perde valiosas rotas para participar de uma forma mais efetiva desse comércio crescente. Além disso, essas saídas facilitariam também o intercâmbio com a costa oeste dos EUA, bem como impulsionariam o comércio regional na América do Sul.

1. Situação que se espera durável, vencida a atual crise econômica que abala a região.

Os produtos brasileiros oriundos de Mato Grosso, Rondônia, sul do Amazonas e Acre, atualmente exportados via portos do Atlântico, estão com a sua competitividade ameaçada. Além dos longos percursos rodoviários, a má conservação das estradas está causando o encarecimento dos fretes. Por outro lado, as tarifas portuárias em Santos e outros portos do litoral brasileiro são altíssimas, além do congestionamento verificado. Para corrigir esse último problema, foi recentemente aprovado pelo Governo federal um plano de ampliação do porto de Sepetiba, RJ, que é usado neste Estudo como referência para comparação de distâncias.

O percurso rodoviário de Cuiabá, MT, até o porto de Sepetiba é de cerca de 2.020 km, subindo para 3.470km a partir de Porto Velho, RO.

Por outro lado, as rotas regulares de navegação a partir do porto de Sepetiba para o porto de Yokohama no Japão, que é o principal porto de destino, alongam demais os percursos, como a seguir (ver mapa de situação - figura 1).

ROTAS A PARTIR DE PORTO NO ATLÂNTICO

Rota Sepetiba - Canal do Panamá - São Francisco - Yokohama: 22.794km;

Rota Sepetiba-Estreito de Magalhães - Valparaíso - Honolulu - Yokohama: 24.385 km;

Rota Sepetiba - África do Sul - Tigres Asiáticos - Yokohama: 22.200km;

ROTAS A PARTIR DE PORTOS NO PACÍFICO

Rota Matarani - Honolulu - Yokohama: 16.511km;

Rota Antofagasta - Honolulu - Yokohama: 17.124km.

Exportando-se pelos portos do Pacífico, os percursos para Yokohama ficam, portanto, de 5.070 a 7.900km mais curtos, dependendo das rotas e dos portos visitados, tornando os fretes marítimos mais baixos e diminuindo os tempos de viagem dos produtos.

Saídas rodoviárias para os portos do Pacífico, através da Bolívia, permitiriam economizar percurso a partir de zonas produtoras, diminuir os tempos totais de viagem dos produtos, além de promoverem o intercâmbio regional com os países vizinhos, permitindo o tráfego de mercadorias e de passageiros.

Sem uma infra-estrutura adequada que garanta o transporte internacional com nossos vizinhos e sem energia para as agroindústrias e

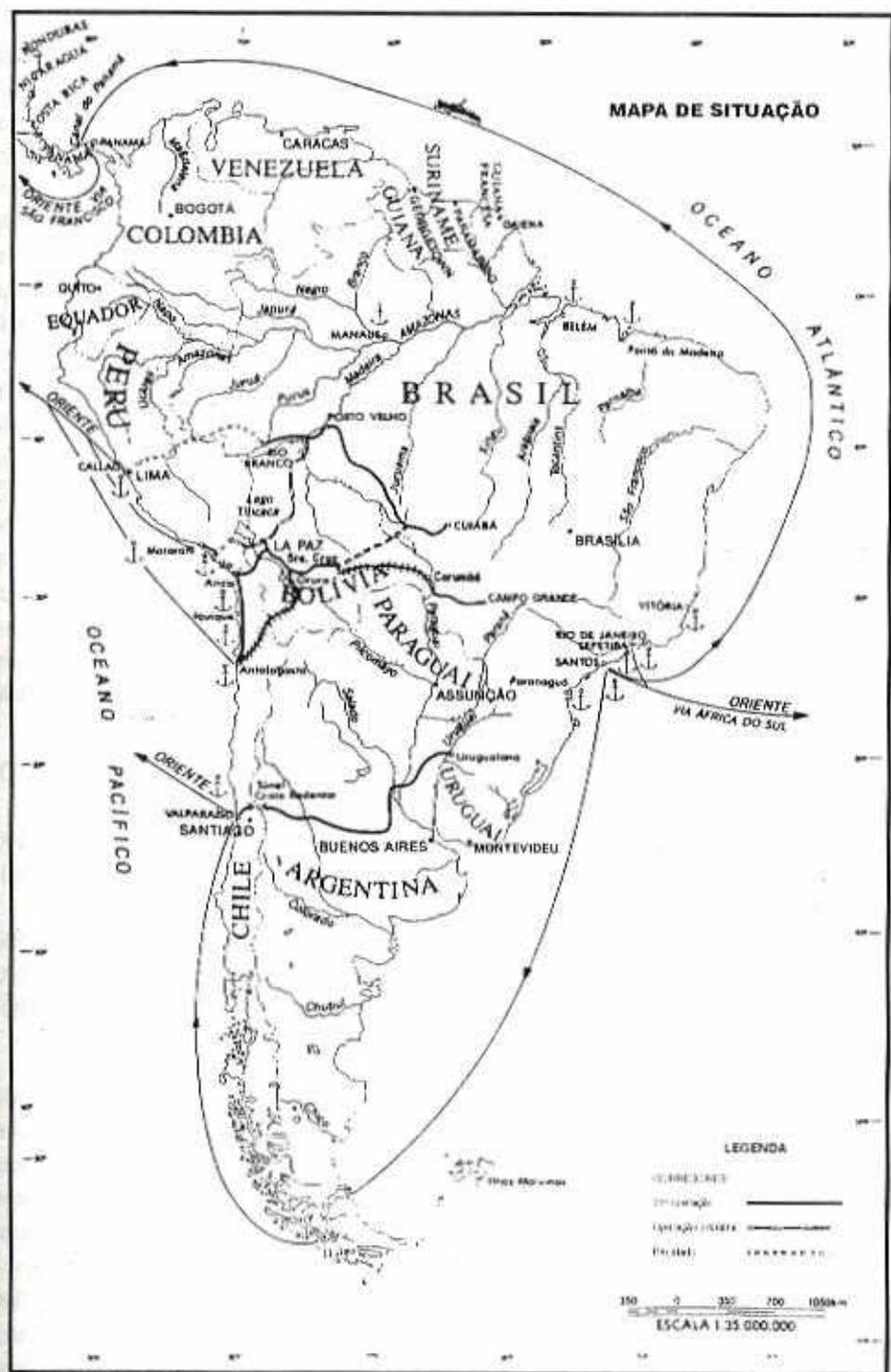


Figura 1

estabelecerem, os acordos comerciais regionais terão muita dificuldade para prosperar.

PORTOS DO PACÍFICO

Existem cinco opções de portos no Pacífico passíveis de serem utilizados pelos corredores através da Bolívia. A profundidade máxima atual desses portos varia de 10,40m a 12,50m. A seguir, destacamos a capacidade de exportação de cargas de cada um, o movimento em 1992 e a sua disponibilidade. Seleccionamos Matarani e Antofagasta pela sua maior disponibilidade atual.

mal ferroviário ligando esses dois portos chilenos.

Já existem Zonas Francas funcionando nos portos de Ilo (Zofri); Iquique (Zofri) e Arica.

Será necessário o estabelecimento de "Entrepósitos Livres" nos portos seleccionados, para os produtos brasileiros de exportação, que deverão estar isentos de impostos locais.

NOVAS ROTAS BRASIL - BOLÍVIA - PACÍFICO

Estas rotas pela Bolívia deverão receber o *status* de "Rodovia Pan-americana", de molde a assegurar o livre

Porto Esperidião, na BR 174. A partir dessa cidade, segue pelo leito da rodovia MT 265, passando por Aguapeí, até atingir a divisa Brasil/Bolívia, após percorrer 204 km em estrada planejada.

Na Bolívia, segue em direção de San Ignacio que é atingida após um percurso de 94 km, passando por San Diego. A partir desse ponto, foi projetada uma variante com 211 km passando por Castedo, até atingir Los Troncos. A cidade de Concepción é evitada por essa variante, que economiza 130km de percurso, permitindo assim ampliar a zona de influência da rodovia no Brasil. Daí, se-

	PORTOS	CAPACIDADE	MOVIM. EM 1992	DISPONIBILIDADE
PERU:	Ilo	350.000 t	116.000 t	234.000 t
	Matarani	2.500.000 t	625.000 t	1.875.000 t
CHILE:	Arica:	1.000.000 t	966.000 t	34.000 t
	Iquique:	1.500.000 t	798.000 t	702.000 t
	Antofagasta	5.000.000 t	1.767.000 t	3.233.000 t

Par atender à demanda de acostagem de navios de maior porte nos portos do Pacífico, estão em estudos a ampliação e construção de novos terminais nos portos de Ilo, Peru, e Mejillones, Chile, este situado a 65km ao norte de Antofagasta. Já existe um ra-

trânsito de veículos brasileiros.

ROTA CUIABÁ - BOLÍVIA - PACÍFICO

Uma nova rota proposta (ver figura nº 2) parte de Cuiabá e aproveita o trecho de 318km já asfaltado até

gue por 27km em rodovia existente até Okinawa. A partir dessa localidade, já existe rodovia pavimentada na extensão de 639km até Caracollo, passando-se por Montero (que fica a 57km ao norte de Santa Cruz), e Cochabamba. Em Montero

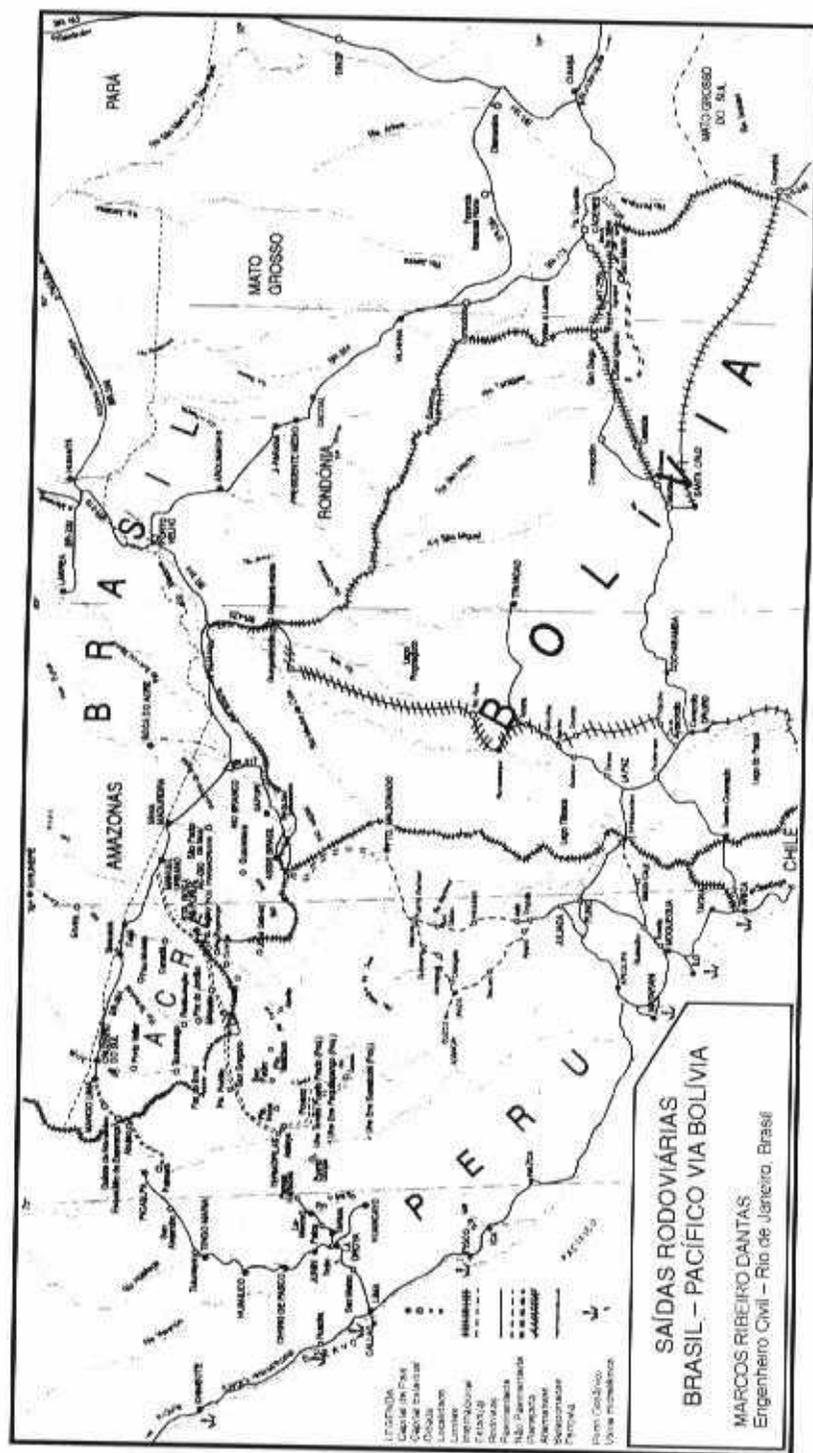


Figura 2

entronca-se com o corredor C, que vem de Campo Grande, Corumbá e Santa Cruz.

A partir de Caracollo, que já fica no altiplano a 3.800m de altitude, no entroncamento deste corredor com a rodovia Oruro-La Paz, existem várias opções para se atingir o Pacífico:

A1) ARICA/IQUIQUE: Seguindo-se para o norte por 88km, há um entroncamento em Patacamaya com uma estrada recentemente pavimentada. Essa nova rodovia dirige-se para Tambo Quemado, na divisa Bolívia/Chile, que é atingida após 193 km. Tambo Quemado é o ponto mais alto desse percurso, a 4.678m. Daí segue uma ligação também pavimentada de 201 km para o porto chileno de Arica. A partir de Arica pode-se prosseguir, pela rodovia Pan-americana, por 255km até Pozo Almonte e, por um ramal de 46km, daí até Iquique, que é um outro porto chileno. Existe também uma rodovia não pavimentada ligando diretamente Oruro e Iquique, passando por Pisiga, na divisa Bolívia/Chile. Em resumo, temos nesta alternativa: Cuiabá-Arica: 1.975km; Cuiabá-Iquique (via Arica): 2.276km:

A2) ILO/MATARANI: Prosseguindo-se de Caracollo

para o norte por 193km, atingimos La Paz em estrada pavimentada. De La Paz, segue-se em rodovia não pavimentada até Desaguadero, na divisa Bolívia/Peru, que é atingida após 115km. Entre Desaguadero e Humalso, está sendo construída uma rodovia nova, pavimentada, num percurso de 203km, em terreno montanhoso. De Humalso a Torata já existe rodovia com 80km e pavimentação em andamento. De Torata a Moquegua, um trecho de 23km, o pavimento já está concluído. A partir de Moquegua temos duas opções de percurso para os portos localizados no sul do Peru: Ilo, que é atingido após 103km, e Matarani, que fica um pouco mais longe, a 167km. Na ligação Moquegua-Matarani ainda faltam asfaltar 33km num caminho mais curto, pela costa, via Mejía, resumindo, temos nesta alternativa: Cuiabá-Ilo: 2.210km; Cuiabá-Matarani: 2.274km:

A3) ANTOFAGASTA: Uma terceira opção de percurso é a de seguir-se para o sul a partir de Caihuasi, que fica a 17km antes de Caracollo, e daí seguir para Oruro em rodovia com 39km e pavimentação em andamento. Em Oruro, as mercadorias

seriam transbordadas para uma ferrovia existente que demanda o porto chileno de Antofagasta, num percurso de 928km de descida dos Andes e rampas aceitáveis (entre 1 e 2%).

O percurso total a partir de Cuiabá é de: Rodovia: 1.515km; Ferrovia: 928km; total: 2.443km. Extensão rodoviária equivalente, Cuiabá-Antofagasta: 1.992km, assumindo que 1 km de ferrovia equivalente teoricamente a 0,514km de rodovia, em termos de custo de transporte.

Esse corredor transoceânico via Cuiabá possui 3.996km, ou seja, aproximadamente 4.000km de percurso rodoviário entre os portos de Sepetiba, no Atlântico e Arica, no Pacífico.

ROTA PORTO VELHO - BOLÍVIA - PACÍFICO

Esta outra rota proposta tem início em Porto Velho, RO, e segue pela rodovia asfaltada BR 364 por 215km, até o entroncamento com a rodovia BR 425, nas proximidades de Abunã. Deste ponto, inflete para o sul por 124km, até Guajará-Mirim, em estrada também pavimentada. Essa cidade está separada pelo Rio Mamoré, que é cruzado em balsa, de sua

cidade gêmea na Bolívia, Guayaramerin. Vemos assim que a parte brasileira desse corredor já está toda pavimentada.

Na Bolívia, prossegue-se em rodovia encascalhada por 88km até Riberalta, após cruzar o Rio Iata em balsa. De Riberalta inflete para o sul por 410km até Santa Rosa, em rodovia não pavimentada mas em boas condições (encascalhada), onde uma nova travessia do Rio Iata em balsa é necessária.

Nesse percurso, passa-se por El Chorro, onde há um entroncamento com uma estrada que dá acesso a Cobija, cidade vizinha a Brasília, AC.

De Santa Rosa, prossegue-se para Yucumo, num trecho de 206km em boas condições (encascalhado), passando-se por Rurrenabaque. Em Yucumo a rodovia entronca com uma estrada que se dirige para Trinidad, capital de uma promissora região boliviana, o Departamento de Beni. De Yucumo a Sapecho, nas margens do Rio Alto Beni, são 89km em região onde já começam a aparecer os primeiros contrafortes dos Andes. Por esse motivo, é necessário subir e descer uma diferença de nível intermediária

de aproximadamente 1.000m. A partir de Sapecho, devido ao agravamento das condições de relevo, o traçado abandona a rodovia existente, que se dirigem a La Paz passando por Quiquibey, Bella Vista, Caravani e Santa Bárbara. Essa rodovia, que em alguns trechos mais críticos só dá passagem para um veículo e possui rampas ascendentes acima de 6% (máxima admissível), seria utilizada como estrada auxiliar para veículos leves. A nova subida dos Andes, proposta dentro das condições de acomodar semi-reboques de 27 toneladas líquidas de carga, a partir de Sapecho segue margeando o Rio Alto Beni, atravessando-o em Covendo, e depois prossegue pelas margens dos Rios Cotacajes e Ayopoya. Passa a 5km ao norte de Colquiri e vai entroncar com a rodovia Pan-americana La Paz-Oruro em Cruce Ayzakkollo.

A partir de Cruce Ayzakkollo, que já fica no altiplano a 3.80 m de altitude, existem várias opções para se atingir o Pacífico, da mesma forma como no corredor Cuiabá-Pacífico:

B1) ARICA/IQUIQUE: Seguindo-se para o norte por 52km, há um entroncamento em Patacamaya com a estra-

da recentemente pavimentada que se dirige para Tambo Quemado, na divisa Bolívia/Chile, e posteriormente, Arica e Iquique. Em resumo, temos nesta alternativa: Porto Velho-Arica: 1.906km; Porto Velho-Iquique (via Arica) 2.222km.

B2) ILO/MATARANI: Prosseguindo-se de Cruce Ayzakkollo para o norte por 157km, atingimos La Paz em estrada pavimentada. De La Paz, assim como já vimos na alternativa Cuiabá-Pacífico, prossegue-se em rodovia não pavimentada até Desaguero, na divisa Bolívia/Peru e, posteriormente, para os portos peruanos de Ilo e Matarani. Resumindo, temos nesta alternativa: Porto Velho-Ilo: 2.141km; Porto Velho Matarani: 2.205km.

B3) ANTOFOGASTA: Uma terceira opção de percurso é a de seguir-se para o sul a partir de Cruce Ayzakkollo para Oruro em rodovia pavimentada com 79 km, passando-se por Caracollo. Em Oruro, da mesma forma como já vimos na alternativa Cuiabá-Pacífico, as mercadorias seriam transbordadas para uma ferrovia existente que demanda o porto chileno de Antofagasta, num percurso de 928km de descidas dos Andes.

O percurso total a partir de Porto Velho é de: Rodovia: 1.539km, Ferrovia: 928 km, Total 2.467km. Extensão rodoviária equivalente: Porto Velho-Antofagasta: 2.016 km, assumindo que 1km de ferrovia equivalente teoricamente a 0,514km de rodovia, em termos de custo de transporte.

ROTA CAMPO GRANDE - CORUMBÁ - BOLÍVIA - PACÍFICO

Uma terceira rota, já conhecida, é a que parte de Campo Grande, MS, no entroncamento das rodovias BR 060 e BR 262, e prossegue por essa última, com direção oeste, até o acesso a Aquidauana, por 136km. Daí segue margeando o Pantanal Mato-grossense por 69km, até Miranda.

O trecho de Miranda até a travessia do Rio Paraguai tem 148km, atravessando o Pantanal, e demandou vários anos de custosos trabalhos de consolidação do leito estradal. Ainda hoje (abril/97), de acordo com informações do DNER, nos últimos 12km na margem esquerda do Rio Paraguai o trecho ainda está sem pavimento e o tráfego é interrompido entre os meses de março a maio, devido às cheias.

Nessas ocasiões de interrupção, é necessário seguir por uma variante em terra, com extensão total de 112 km, através das rodovias estaduais MS 184/228. A travessia do Rio Paraguai nessa variante é feita, em balsa, em Porto Manga e o percurso fica apenas 6km mais longo.

A travessia do Rio Paraguai pela BR 262 também é feita em balsa, com extensão de 1km, desembarcando-se nas proximidades de Morrinho. A partir desse ponto, a rodovia toma direção norte por 67km, até a base naval de Ladário, na margem direita do mesmo rio. O percurso também é feito através do Pantanal mas com leito já consolidado.

De Ladário até Corumbá são apenas 4km em pista dupla e, daí até a divisa Brasil/Bolívia, mais 6km.

Resumindo: de Campo Grande até a fronteira com a Bolívia são 431km, sendo apenas 12km sem pavimento.

Em território boliviano, a partir da localidade fronteiriça de Puerto Suarez, a rodovia está em precárias condições. Há planos para asphaltá-la, já que integra um corredor de exportação da Bolívia. O percurso entre Puerto Suarez e Santa Cruz

tem 659km, sendo que somente os últimos 45km são pavimentados. A principal cidade atravessada é San José de Chiquitos.

A partir de Santa Cruz, existem rodovias pavimentadas até o Pacífico. O melhor corredor sai de Santa Cruz com rumo norte até Montero, um percurso de 57km. Em Montero entronca-se com o corredor Cuiabá-Bolívia-Pacífico, já descrito anteriormente.

Em resumo: a partir de Puerto Suarez até o Pacífico pela opção mais curta, ou seja, a que demanda o porto de Arica, são 1.797km. A distância total entre Campo Grande e Arica é de 2.228km.

Esse corredor transoceânico via Campo Grande e Corumbá possui 3.071km, ou seja 3.700km de percurso rodoviário entre os portos de Sepetiba, no Atlântico e Arica, no Pacífico.

Existe também em operação uma ferrovia com 1,00 m de bitola (antiga EFNOB - Estrada de Ferro Noroeste do Brasil), ligando Bauru, SP, a Campo Grande e Corumbá. A distância por ferrovia entre Bauru e Corumbá é de 1.299km e, entre Campo Grande e Corumbá, de 459 km. Essa ferrovia foi privatizada em 1996 e sua conce-

cionária é a Ferroviária Novo Oeste S/A, com sede em Bauru.

Em Bauru faz conexão com a malha da FEPASA (Ferrovia Paulista S/A), que dá acesso ao porto de Santos, na mesma bitola, através do ramal de Mairinque. Para atingir-se os portos de Sepetiba e Rio de Janeiro, é necessária uma mudança em Bauru ou São Paulo, para trens com bitola de 1,60m.

Entre Corumbá e Santa Cruz encontra-se em operação a ferrovia EFBB (Estrada de Ferro Brasil-Bolívia), com 655km e bitola de 1,00 m, também privatizada recentemente. Segundo informações, não há tráfego mútuo entre essas duas ferrovias que se encontram em Corumbá. É necessário fazer-se o transbordo das mercadorias de um trem para o outro, com passagem pela alfândega.

Corumbá é um importante porto no Rio Paraguai e existe navegação fluvial com bom calado (mais de 2,00m) para comboios de chatas no rumo sul até o Rio de Prata. No rumo norte, em direção a Cáceres, MT, a navegação sofre inúmeras restrições.

Em resumo: de acordo com as várias opções portuárias no Pacífico já examina-

das, temos as seguintes possibilidades de percurso com as respectivas extensões:

C1) ALTERNATIVAS RODOVIÁRIAS:

Campo Grande - Corumbá - Arica: 2.228km.

Campo Grande - Corumbá - Iquique (Via Arica): 2.529km.

Campo Grande - Corumbá - Ilo: 2.463km.

Campo Grande - Corumbá - Matarani: 2.527km.

Campo Grande - Corumbá - Antofagasta: 2.245km (extensão rodoviária equivalente).

OBS.: o percurso rodoviário Campo Grande - Sepetiba é de apenas 1.473km, o que torna as alternativas rodoviárias por esse corredor para o Pacífico atraentes somente para as exportações para os mercados das Américas, já que será mais econômico exportar para o Oriente pelos portos do Atlântico.

Por esse motivo, este corredor torna-se atraente para as exportações bolivianas pelo Atlântico, especialmente utilizando-se as ferrovias existentes.

C2) ALTERNATIVAS MISTAS (Ferrovia + Rodovia):

O trecho rodoviário Campo Grande - Corumbá - Santa Cruz possui 1.090km. Por

outro lado, a extensão de ferrovia para cobrir o mesmo trecho é de 1.114km. O percurso rodoviário equivalente ao ferroviário (em termos de custo) é de $1.114 \times 0,514 = 573$ km.

Assim sendo, pode-se considerar, usando-se a ferrovia em vez da rodovia nesse trecho, teremos uma economia teórica de 517km de percurso, que deverá ser abatida das extensões apontadas no item C1).

CUSTOS

Corredor CUIABÁ - BOLÍVIA - PACÍFICO

Para completar a pavimentação desse corredor até o Pacífico (Porto de Arica), resta construir (implantar e pavimentar) no Brasil um trecho de 204km, entre Porto Espiridião e a fronteira com a Bolívia.

Nesse país vizinho, falta construir um trecho de 305km entre a fronteira e Los Troncos e pavimentar um pequeno trecho adicional de 27km entre Los Troncos e Okinawa. A região atravessada é favorável, sem mata densa e elevações e sem grandes travessias de rios. Uma estimativa preliminar aponta um custo total de US\$ 190 milhões para estas obras.

**Corredor PORTO VE-
LHO - BOLÍVIA - PACÍFI-
CO**

A parte brasileira desse corredor já está praticamente pronta, faltando apenas substituir algumas pontes metálicas que estão dando passagem para um só veículo. Falta, também, construir a ponte internacional sobre o Rio Mamoré, cuja travessia vem sendo feita por balsa.

Na Bolívia, é necessário construir 328km da nova subida dos Andes e pavimentar 793km do trecho Gayaramerin-Sapecho, já implantado. O custo estimado dessas obras na Bolívia é de US\$ 336 milhões.

Para atingir-se os portos peruanos pelos corredores A e B, é necessário ainda concluir as seguintes obras em andamento, cujos custos não estão incluídos nos custos acima:

Na Bolívia: Pavimentação do trecho La Paz-Desaguadero, com 115km;

No Peru: Construção do trecho Desaguadero-Humaloso, com 203km; Pavimentação do trecho Humaloso-Torata, com 80km; Pavimentação do trecho Entr. Cochachara-Meija, com 33km.

**Corredor CAMPO
GRANDE - CORUMBÁ -
PACÍFICO**

A parte brasileira desse corredor já está praticamente pronta, faltando apenas pavimentar 12km na margem esquerda do Rio Paraguai e construir a ponte sobre esse rio, cuja travessia vem sendo feita em balsa. Na Bolívia, falta pavimentar 614 km de rodovia entre Puerto Suarez e Santa Cruz.

Nesses trechos que faltam pavimentar, entretanto, existente ferrovias em operação.

**PRODUÇÃO A SER
TRANSPORTADA**

Entre os produtos a serem exportados dos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Amazonas e Acre, podemos citar: produtos agrícolas, com ou sem beneficiamento (soja, arroz, açúcar, cacau, café, frutas etc); produção extrativista vegetal (madeira beneficiada, borracha, castanha, etc.); carne frigorificada (de boi e de frango) e produtos industrializados.

ENERGIA

A proximidade do gás boliviano em Santa Cruz deixa antever uma boa perspectiva para fornecimento de energia

às agroindústrias brasileiras que serão localizadas dentro do seu raio de ação. Com isso, o transporte de mercadorias para o Pacífico seria mais viabilizado pelo aumento do valor agregado dos produtos e conseqüente menor incidência do frete rodoviário, que é cobrado a peso, sobre os mesmos.

Por outro lado, há boas perspectivas de energia hidrelétrica na Bolívia, com potenciais já identificados dos Rios Madeira, na fronteira com o Brasil (3.000 mw) e Beni, nas proximidades de Rurrenabaque (2.000 mw).

**REVERSÃO DE
EXPECTATIVAS**

As saídas para o Pacífico possuem uma característica única, que as diferenciam das demais. Elas são de molde a proporcionar uma reversão de expectativas em toda a região fronteiriça brasileira situada dentro das suas regiões de influência. Em outras palavras, colocam em situação mais privilegiada em termos de desenvolvimento potencial as regiões mais afastadas dos grandes centros colonizados, tendo em vista que quanto mais afastadas, mais próximas estarão dos portos oceânicos no Pacífico.

REFLEXÕES
SOBRE O ANO 2000

Marco Maciel*

Discutir o sentido da História tem sido, há alguns anos, uma tarefa de pensadores que ainda hoje continuam a indagar se a História tem mesmo sentido. A questão do tempo, no entanto, embora indissociável da evolução histórica, tem um significado ainda mais amplo, que envolve, nas mesmas especulações, pessoas e instituições preocupadas com as dimensões do universo e o nosso próprio destino.

Nada disso supera, porém, a necessidade humana de contar e medir o tempo e, o que é mais importante, comemorá-lo em ocasiões muito especiais. No fim do primeiro milênio da era cristã registra-se que havia uma generalizada convicção da chegada do fim do mundo e conseqüentemente da História, exatamente como há pouco se proclamou como forma de indicar o suposto termo dos conflitos ideológicos.

A importância desses marcos cronológicos cresce

quando nos damos conta que poucas gerações têm o privilégio de conhecer a virada dos séculos e raríssimas a dos milênios, como a que vamos experimentar a partir do fim de 1999, ainda que o século XXI só tenha início, segundo o calendário gregoriano, quando terminar o ano seguinte. No fim desses últimos dois mil anos, não estaremos comemorando apenas o transcurso do novo século ou de um outro milênio, mas a própria continuidade, nesse mesmo período, do marco que dividiu a História e iniciou a era do Cristianismo, representado pelo advento de uma fé que se perpetuou e se expandiu, sobretudo, no mundo ocidental.

O jubileu de Cristo, para o qual a Igreja Católica já vem se preparando há algum tempo, vai coincidir com os primeiros 500 anos de nossa existência como nação e devemos impor o dever de indagar, como têm feito outros povos, o sentido – se é que ele existe – de nossa própria história.

Sabemos até onde e como chegamos. Temos já uma longa e rica experiência de crítico e de severa auto-crítica. Lamentamos nossos defeitos e, com menos fre-

qüência, louvamos nossas virtudes. Duas vertentes que se aproximam, com muita propriedade, em dois livros emblemáticos: *Porque me ufano de meu País*, de Afonso Celso, e *O Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, em que o ufanismo e o otimismo se confrontam com um pessimismo que, em geral, costumamos pensar retrospectivamente.

O sentido de nossa história a que aludimos, porém, não é uma avaliação do passado, mas a tentativa necessária de abandonarmos os velhos hábitos e, ao mesmo tempo, de pensarmos o futuro.

Em 1983, como senador, propusemos a mesma atitude em relação ao Centenário da República. Cremos que agora o nosso dever consiste na conjugação de esforços para que todos, instituições e entidades das mais diferentes tendências, possam debruçar-se sobre os rumos que pretendemos imprimir ao País e quais as alternativas viáveis para atingirmos as metas que viemos traçar.

Em última análise, estaremos retomando o velho mas nunca superado debate

* Vice-Presidente da República

sobre o curso que queremos dar à nossa própria história. É possível que, sob inúmeros aspectos, o Brasil do próximo século venha estar mais diferente do século XX, do que hoje do século XXI. Para tanto, precisamos apenas de uma simples, mas firme determinação, sem que isso implique eliminar diferenças, o que significaria, lamentavelmente, pôr fim à nossa rica diversidade, um dos nossos maiores patrimônios ao longo dos últimos 500 anos.

IGUATEMI: DO ROMPIMENTO DE TORDESILHAS AOS NOSSOS DIAS

Davis Ribeiro de Sena *

A Praça dos Prazeres

Corria o ano de 1767 e as duas correntes colonizadoras ibéricas entrecrocavam-se, às margens do Atlântico Sul, em defesa de seus interesses conflitantes, quando os paulistas descobrem os campos de Guarapuava e fundam a praça de Iguatemi – talvez os

fatos mais importantes ocorridos no final do século XVIII, que marcaram a marcha para Oeste, livrando os lusitanos das amarras do tratado papal de 1594.

O Governador Luís Antônio de Piza Botelho e Mourão, morgado de Mateus, recebera, do primeiro-ministro português, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, a incumbência de erguer a primeira fortificação à margem do rio Iguatemi¹, aproveitando ao máximo sua navegabilidade. A missão desse posto avançado, situado sobre a obscura divisa das terras da colônia brasileira com as da América espanhola, era a de preservar os direitos de Portugal na região limítrofe, verdadeira *porteira de vaivém*.

A inhospita área não era de todo desconhecida e sua ocupação foi oficializada por Carta Régia de 22 de março de 1767. Assim, em 28 de julho do mesmo ano, deslocou-se via fluvial a expedição comandada pelo guarda-mor João Dias de Barros, destinada a iniciar a humanização daqueles ermos, fundando uma praça fortificada a 12 léguas de sua foz no Rio Paraná. Seus integrantes eram homens solteiros vadios

como outros quaisquer que fossem, recrutados quase todos à força nas regiões de Itu e de Sorocaba. Desse modo, foi instalado o presídio que passou à História com a pomposa denominação Povoação e Praça de Armas Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi e que, em 1773, abrigava apenas 17 famílias.

A construção foi feita com barro e faxinas e contava com sete lados e sete trincheiras, construídas à mão e com material improvisado, pois não existia ferramentas nem artífices e os homens trabalhavam sem o diário sustento e vestiário. A capela e os casebres para alojamentos eram cobertos de capim ou casca de palmeiras, e foram cultivadas roças de milho, de batata e de mandioca, para alimentar os povoadores. Seguidamente, essas modestas áreas de plantio eram alvo de assalto pelos temíveis índios *Guaicura*, que também não poupavam os descuidados expedicionários que fossem surpreendidos. A fome, a desesperança, os mosquitos e as pestes, principalmente a malária, dizimavam impiedosamente aqueles infelizes pioneiros, reduzidos à condição de penúria, mal so-

* Coronel de Cavalaria e Estado-Maior. Sócio-efetivo do IGHMB.

1. Palavra do idioma guarani que significa *proa de pequena barca*.

brevivendo a Praça dos Prazeres ao sacrifício de vidas humanas a que era submetida.

Como a região se mostrava praticamente inacessível e evada de dificuldade quase insuperáveis, a Coroa portuguesa enviou à fortificação o Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, que assinou, com o Capitão-General espanhol Agustín Fernando de Piñedo, um acordo em que ambas partes reconheciam o Rio Iguatemi como a fronteira natural entre as possessões de Portugal e de Espanha (1774 e 1775). Em consequência, essa última potência colonizadora erigiu o Forte de São Carlos, à margem direita do citado rio. Ao mesmo tempo, o brigadeiro elaborou um relatório no qual afirmava que nada justificava tantas despesas e privações, mas, apesar da ênfase desfavorável, o morgado de Mateus perseverou na ocupação da praça. Nesse último ano, 1775, Piza e Mourão foi substituído, no Governo da Capitania de São Paulo, por Martins Lopes Lobo de Saldanha, que também foi contrário à manutenção do

presídio, principal fato gerador da fuga de numerosos moradores do interior do território paulista, temerosos de serem encaminhados para aquele ermo, que era denominado, como por escárnio, Praça dos Prazeres.

A partir de 1776, os acontecimentos se precipitaram, por intermédio de um motim, que apeou do comando o Capitão José Gomes de Gouveia, substituindo-o pelo Padre Antônio Ramos Barbas e Lousada, o qual teve que enfrentar, em ampla desvantagem, o ataque de Agustín de Piñedo, por força da guerra luso-espanhola deflagrada em 27 de outubro de 1777. Constituída de enfermos, famintos, semidesnudos e pessimamente armados, a guarnição capitulou quase sem luta e o vigário-comandante assinou a rendição juntamente com o Tenente Jerônimo da Costa Tavares (27 de outubro de 1777).

Após permitir a retirada dos defensores, Piñedo arrasou o fortim. Mas estavam fincadas as raízes que garantiriam a Portugal argumentação irrefutável para estabelecer as normas do princípio diplomático conhecido como *uti possidetis solis*, em contraposição ao *uti possidetis juris*, juntamente

com os Fortes Príncipe da Beira (1759) e de Coimbra (1775).

Como punição por sua derrota no entrecchoque desfavorável, o sacerdote e o militar penaram nos calabouços da Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, no porto de Santos, rezando para que seus pedidos de clemência fossem concedidos.²

A Praça dos Prazeres jamais foi reconstruída. Entretanto, o Tratado Preliminar de Santo Ildefonso reconheceu a área como pertencente à metrópole lusa, que tomou posse pacificamente de terras tão caras aos brasileiros, regadas que foram com sangue e suor generosos, alargando as raias da Colônia até o sopé dos Andes.

O mencionado convênio, firmado em 1º de outubro de 1777 e somado ao de Badajoz (7 de junho de 1801), traduziram os últimos ajustes celebrados entre as duas Coroas ibéricas sobre os limites de seus domínios na América Meridional, configurando o desenho aproximado do atual solo brasileiro e revogando, com ganhos para Portugal, o Acordo do Pardo (12 de fevereiro de 1761) que, por sua vez, anulava o Tratado de Madri (13 de janeiro de 1750).

2. O primeiro só foi libertado quando estava à beira da morte.

O Feitiço Mortal

Recentemente, a mídia brasileira deu ampla divulgação ao fenômeno suicidário que acontece repetidamente entre os índios do Estado de Mato Grosso do Sul, com repercussão internacional e para comoção da sociedade brasileira. Para melhor abordarmos, mesmo superficialmente, esse drama traumático, torna-se necessário situarmo-nos no espaço e no tempo.

Vejam os inicialmente o quadro-resumo das áreas indígenas, fornecido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), por intermédio da Administração Regional de Amambá (ADR / AMB / MS), censo de 1995: são 25 (vinte e cinco) aldeamentos, abrangendo 43.060 (quarenta e três mil e sessenta) hectares que abrigam 22.653 (vinte e dois mil seiscentos e cinquenta e três) silvícolas pertencentes a 5 etnias, em Mato Grosso do Sul – Terena, Guató, Guarani (Kaiowá e Nhandevá), Kadiwéu e Ofaié – e são 7 (sete) as maiores povoações – Dourados (6.025 habitantes), Amambá, Caarapó, Porto Lindo, Sessoró, Pirajuf e Taquaperi (1.401 habitantes), nessa ordem. As menores possuem pouco

mais de uma centena de habitantes (Sucuri, Jaguari, Guassuti e Cerrito).

Em excelente trabalho publicado em 1995 a psicóloga Maria Aparecida Pereira desenvolveu um estudo detalhado da cultura guarani, do qual extraímos a maioria dos conceitos abaixo desenvolvidos.

O *Guarani* de Mato Grosso do Sul traz impregnada em seus sentimentos profunda religiosidade, aliada à forte inclinação para o artístico, em forma de poemas, músicas e danças, além de cânticos e sonhos quase delirantes. *Para eles, matar-se não corresponde literalmente a morrer, mas a um reviver, porque subjaz a crença de um reencontro com pessoas significativas introjadas na base de sua existência. É a expectativa de um encontro com uma vida mais suportável que a presente.*

Assim, o suicídio não se limita a um ato individual, mas também social, com incidência sobre os adolescentes, sucedendo-se as mortes, tentativas falhadas e recidivas, com grande impacto emocional nas pequenas e empobrecidas comunidades. A exceção são índios Terena, cujo com-

portamento difere dos seus irmãos de sangue, que os consideram *imperialistas*, em razão de terem atingido estágio social e economicamente mais progressista. Os Terena plantam soja, ervilha e outros cereais nobres, comercializam seus produtos e *exploram* a mão-de-obra barata das demais tribos.

Contudo, esses fatores não impulsionariam à prática preocupante de atentar contra a própria vida, se não existissem condicionantes culturais enraizadas nos corações e mentes jovens das aldeias, mais precisamente a maior delas, a de Dourados.

A história cultural do suicídio entre os Guarani de Dourados – MS não resulta de um fenômeno inteiramente novo, porquanto, narram os índios mais velhos que os suicídios ocorridos naquela aldeia remontam a aproximadamente 65 anos. Todavia, aduzem como ressalvas: não eram praticados por jovens; ocorriam esporadicamente e em número inexpressivo se comparados aos índices atuais; o instrumento empregado cingia-se ao cipó ou ao cinto, e o primeiro ato foi praticado por um índio Kaiwá procedente do Pa-

raguai. Retrospectivamente, é a partir desse período que a morte por suicídio se instala definitivamente entre os Guaranis de Dourados, porém nunca se apresentou com a evidência epidêmica igual à de 1990.

Em 1979, em uma aldeia paraguaia *Guarani*, ocorreu um suicídio simultâneo de 9 (nove) membros de uma mesma família. O fato foi atribuído à influência de um índio vindo de Dourados (MS), que ali aparecera e fizera feitiço. Aquela grande nação atribui assim, ao feitiço, o fator determinante do ato suicida.³ Faz parte de suas tradições mitológicas a existência de uma *Terra sem Males* (Paraíso) e a criança é socializada para assumir a vida religiosa e caminhar rumo à conquista do estado de perfeição.

Essa crença fatalista, aliada à condição realista de bóias-frias, são o fato gerador de uma série de enfren-

tamentos sociais violentos, enquanto o arrendamento de roçados leva-os, muitas vezes, à mendicância. Fugas do convívio comunitário, perda de antigos valores da própria identidade cultural, desajuste sexual e surgimento de práticas anteriormente desconhecidas, tais como homossexualismo e o alcoolismo entre adolescentes e mulheres, os conduzem à destruturação familiar e à perda da auto-estima.

Segundo depoimentos dos aldeados em dourados, a disseminação do ato suicida, isto é, a incidência acima de 4 a 7 anualmente, nível considerado tolerável pelos estudiosos do problema, data aproximadamente de 1930. Em 1990, irrompeu abruptamente uma série de suicídios: 19 casos consumados e 31 tentativas, passando a 14 e 11 no ano seguinte, a maioria ocorridos na faixa etária de 12 a 16 anos. Em 1986, houve 16 mortes e 20 tentativas.⁴

A Aldeia Takuaraty

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 1970), que é resultado do somatório dos antigos Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA), deu início, no

Brasil, à aplicação racional e menos emotiva da política de abordagem da situação precária do autóctone aqui encontrado pelos descobridores lusitanos.

Por determinação do administrador regional da FUNAI naquelas paragens, o chefe de Posto Paraguassu acompanhou o autor em uma visita aos vestígios do forte, no município fronteiriço de Paranhos, sendo apoiado pela FUNAI, o INCRA, a 9ª Região Militar e o 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado, em cuja área de responsabilidade está situado. Distante cerca de 100 (cem) quilômetros do aquartelamento, o percurso é feito através de 50 (cinquenta) m de rodovia asfaltada (Amambai-Iguatemi), 40 (quarenta) km de estrada carroçável e 10 (dez) km através do campo, vencendo pontilhões, bueiros, porteiras, mataburros e curvas de nível, construídas para minimizar os efeitos danosos da forte erosão que assola aquela região arenosa (fazendas Laranjeira e Paraguassu) onde rebanho de búfalos pasta ao lado de gado bovino e pouco se planta, pois o areião não absorve a água da chuva, que escorre aos borbotões, cavando valões profundos. A existência de número elevado de carroarias e serrarias com-

3. Quando comandou 17º Regimento de Cavalaria, com sede em Amambai, o autor compareceu a um ato religioso na aldeia de mesmo nome, no qual era solicitada, através de cantos e danças, a união de todos os Guaranis, independentemente das fronteiras internacionais de hoje.

4. O administrador regional de Amambai declarou que, entre 1986 e 1996, aconteceram 198 (cento e noventa e oito) suicídios comprovados só na etnia Kaiowá.

provam a lamentável e inconsequente derrubada de árvores que extinguiu as imensas florestas que caracterizavam a área, hoje restrita à vegetação rala.⁵

Os *Kaiowá* sobrevivem pobremente cultivando incipiente agricultura de subsistência e recebendo doação de alimentos não perecíveis (sal, óleo comestível, açúcar, além de sabão) e medicamentos da Missão Evangélica Unida, organização não-governamental de procedência germânica, que mantém um hospital em Dourados e é apoiada pela FUNAI.⁶

Parecem conviver harmoniosamente com seus vizinhos estancieiros, que

procuram, de sua parte, respeitar os direitos indígenas adquiridos e por adquirir, dando a impressão de mudança, para melhor, na antiga mentalidade arrogante e injusta que predominava até recentemente.⁷ Desconfiam ainda de pessoas estranhas, mas as recebem cortezmente e prestam informações com naturalidade.

Naquela fronteira com o Paraguai, sob a jurisdição do Posto Paraguassu, existem os aldeamentos denominados Amambai, Limão Verde, Jaguari (os três situados na periferia urbana da cidade de Amambai); Ipê Ju, Pirajuí, Takuaraty (Forte Iguatemi, visitada)⁸, todas no município de Paranhos; Pindoty Porã (município de sete Quedas).⁹

Hoje, a FUNAI, órgão subordinado ao Ministério da Justiça é bem recebido pelos *Kaiowá*, porquanto os protege da cupidez dos "civilizados", legalizou e dinamiza os processos de legalização das terras onde residem, e distribuem material de construção e outros insumos.

Em singelas pinceladas, eis o perfil da comunidade *Guarani*, integrada por pessoas ainda ingênuas que cultuam cerca de 30 (trinta) deuses, acreditam na *Terra Sem Males* da imortalidade, onde a condição humana é abandonada, abundância é

inesgotável, o ar é perfumado, inexistem violência e trabalho. Os adultos transmitem às crianças essa concepção oracular, que as fazem não temer à morte física, por considerar a vida biológica apenas uma passagem por este mundo, entendendo que podem conduzir seus destinos ao universo do desconhecido.

Os próprios indígenas apontaram as causas dos suicídios, por vezes coletivo, em ordem decrescente: feitiço, alcoolismo, miserabilidade, litígios familiares (separação dos pais) e pessoais, substituição da religião autêntica por outras modernas (ruptura cultural), além de outras. Mas continuaram identificando como a causa principal das mortes a força mágica do feitiço. Pode ser, porém, que o assentamento pacífico em terras que sempre lhes pertenceu e o reconhecimento de sua cidadania, associados ao bom-senso, à firmeza de atitudes e honestidade de propósito das autoridades em todos os níveis, contribuirão para que a tendência coletiva ao suicídio decresça a níveis considerados suportáveis, até a erradicação desejada por todos. Este é o grande desafio anteposto à sensibilidade, à garra e ao talento dos brasileiros.¹⁰

5. Este desmatamento já penetrou 200 (duzentos) km Paraguai adentro.

6. Os alemães moram na aldeia Pirajuí e falam o idioma guarani.

7. O proprietário da Fazenda Paraguassu doou 189 (cento e oitenta e nove) hectares à aldeia Takuaraty.

8. Os moradores atuais de Takuaraty descobriram grande quantidade de sal e de telha armazenada pelos piniceros em uma caverna feita por eles.

9. Desde os tempos de extinta nação *Guacuru* que os chefes de aldeia ostentam o título de capitão, concedido pela Metrópole como prêmio à lealdade dos "índios cavaleiros" (1791). Por sua vez, os *Guató* ("índios canoeiros") estão em vias de extinção.

10. As palavras indígenas foram escritas obedecendo as regras ortográficas da FUNAI. O termo *suicidário* não é dicionarizado, mas não raro é empregado por sociólogos e antropólogos.

BIBLIOGRAFIA

Arquivo do Arquivo Histórico do Exército.

SARRETO, Anibal. *Fortificações do Brasil (Resumo Histórico)*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1958;

Depoimentos de José Nilton Bueno (Chefe do Posto Paraguassu) e de Virgílio Clemente da Silva (Administrador Regional da FUNAI);

Dágoa com o Capitão Otávio Vera e o ex-Capitão Rafael Brites e seus filhos Salvador e Adão;

Documentos (quadros-resumo, relatórios, registros, homologações etc) consultados na Administração Executiva Regional de Arambá;

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército Brasileiro*, Brasília, 1972;

GARRIDO, Carlos. "Fortificações do Brasil", separata de *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1940;

MELLO, Raul Silveira de. *Para Além dos Bandeirantes*, Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1968.

PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*, Campinas, Unicamp, 1986.

PEREIRA, Maria Aparecida da Costa. *Uma Rebelião Cultural Silenciosa*, FUNAI, Brasília (DF), 1995.

SÓBRANCO, Barão do. *Questões de Limite*, vol. 1, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1945.

SOBRE A ORDEM DAS PALAVRAS NO PORTUGUÊS

Gladstone Chaves de Mello*

Rá em qualquer língua umas quantas tendências de colocação das palavras na frase, tendências estas que constituem a *ordem habitual*. O que foge daí poder-se-ia chamar *ordem ocasional*. Poderíamos também lembrar um esquema lógico, segundo o qual se fala em ordem direta, que será aquela em que o sujeito precede o verbo, este precede os complementos, os modificadores vêm depois dos modificados, os elementos essenciais vão antes dos acidentais, os conectivos encabeçam os sintagmas por eles ligados. É

esta, por exemplo, a ordem habitual da língua francesa, mas já não é da portuguesa, porque há casos em que a boa língua pede inversão. Adiante, apontaremos e pediremos olhos para tais ocorrências.

Por ora e para ilustrar, chamamos atenção para este rico exemplo de ordem direta (*analítica ou descendente*), onde Machado de Assis fala de Rubião:

Prata, ouro eram os metais que amava de coração, não gostava de bronze, mas o amigo Palha disse-lhe que era matéria de preço, e assim se explica este par de figuras que aqui está na sala, um Metistófeles e um Fausto, (Quincas Borba, 3ª ed., Rio Garnier, p. 2).

Concretamente, a ordem depende de uma série de fatores, como a história da língua: a tradição, a clareza,

a euforia, a eurritmia, o desejo de enfatizar este ou aquele elemento. Além disso, ela é em grande parte consequência da riqueza ou da pobreza das flexões das diversas línguas.

Então, línguas pobres em desinências, como o inglês ou o francês, ficaram reduzidas a uma ordem fixa, previsível sempre, enquanto uma língua rica em flexões, como o latim, apresenta grande liberdade de colocação das palavras na frase, porque a concordância deixa patentes as relações sintáticas. Cinjo-me a um exemplo singelo (e facilmente perceptível), a definição de *eternidade*, tornada clássica, do filósofo romano Boccio (480/524): *Intemibilis vitae tota simul et perfecta possessio*. Para traduzi-la teríamos de, rigorosamente, ir da última palavra à primeira, de inverter literalmente a ordem: *Posse*

* Professor titular da UFF. Ex-Idoso Cultural do Brasil em Portugal. Texto transcrito da Revista da Escola Superior de Guerra.

perfeita e simultânea de uma vida interminável.

Como é bastante rico em flexões, o português é língua de colocação vária e livre, a que repugna o uso sistemático da ordem direta. Há casos até em que se impõe, como regra, a inversão. Assim, não se tolera a anteposição do sujeito ao gerúndio ou ao particípio:

E sendo este "não" tão claro, tão seco, tão desenfreado, queixou-se por ventura a intercessora. (Vieira. *Sermões*. I. 1679. col. 310)

Excluídos já os queixosos e os descontentes. (...) ouçam agora os beneméritos, mal despachados, a muita razão que tem de se consolar. (Id., *ibid.* col. 311).

Igualmente nas explicativas, intercaladas ou não: *Vós, diz Cristo Senhor nosso, sois o sal da terra.* (Id., *ibid.* II. 1682. p. 309) *Não diga mais nada, acudiu o cocheiro.* (Machado *Quincas*, p. 169).

Nas interrogações começadas por palavra interrogativa também é de bom preceito a anteposição do verbo: *Por que chamas tu Mocoripe ao grande morro das areias?* (Alencar. *Iracema*. ed. de GCM. Rio, 1948. p. 83).

Tem sido sistematicamente violada esta norma pelos atuais escritores brasileiros que não sabem distinguir língua coloquial de língua culta. É só ler, por exemplo, as perguntas dos jornalistas aos entrevistados do dia: tudo na ordem direta.

Nas orações passivas e nas optativas também é nítida a preferência pela inversão. É observar o pai-nosso e compará-lo com a versão francesa. *Pai nosso que estais no céu, santificado seja o vosso nome; venha a nós o vosso reino, seja feita a vossa vontade, assim na terra como no céu - Notre Pere qui êtes aux cieux, que votre nom soit sanctifié; que votre règne arrive; que votre volonté soit fait sur la terre comme au ciel.*

Vale a pena observar ainda que, nos sintagmas duais, o acento enfático incide no segundo elemento, de modo que estilisticamente se deve aí colocar a palavra ou expressão a que se queira dar realce. Atente-se na diferença entre estas duas formulações. *Ele partiu numa ensolarada manhã - Ele partiu numa manhã ensolarada.* Na primeira hipótese, o que se retém é a hora: partiu de manhã, não de

tarde; na segunda, o que se grava é que foi com bom senso a partida.

Daí que, anteposto, o adjetivo exprime antes uma qualidade por nós atribuída ao substantivo; proposto uma qualidade inegável, própria, indiscutível, objetiva. Nunca se diria pois *Municipal Câmara, Constituinte Assembléia, pavimentada rua ou bancária contabilidade.*

Isto explica por que em algumas seqüências, o adjetivo acaba ficando com dois valores semânticos distintos: *pobre homem* é uma coisa, *homem pobre* é outra: *grande homem* não é o mesmo que *homem grande.*

Assim prevenidos, reparem os leitores na tonalidade dos adjetivos neste trecho de Machado de Assis:

Tinha eu conquistado em Coimbra uma grande nomeada de folião, era um acadêmico estroina, superficial, tumultuário e petulante, dado às aventuras, fazendo romantismo prático e liberalismo teórico, vivendo na pura fé dos olhos pretos e das constituições escritas. (Brás *Cubas*. Rio de Janeiro. Garnier. p. 71)

Não nos esqueça lembrar que, nas orações com verbos

de sentido completo, é de praxe a posposição do sujeito. É o que documenta este belo passo de Garrett:

Assim passaram meses, assim correu o inverno quase todo, e já as amendoeiras se toucavam de suas alvíssimas flores de esperança, já uma depois de outra iam renascendo as plantas, iam abrolhando as árvores; logo vieram as aves trinando seus amores pelos ramos (...) insensivelmente era chegado o mês de abril, estávamos em plena e bela primavera. (Viagens na minha Terra. Lisboa. Bertrand. p. 61).

Deliciem-se agora, e por fim, com este soberbo trecho de Vieira, iniciado com o verbo, posposto o sujeito, e continuado num ritmo perfeito, e enriquecido pelo emprego de um verbo especial e adequado a cada uma das operações do escultor:

Arranca o estatuário da pedra destas montanhas, tosca, bruta, informe, e depois que desbastou o mais grosso, toma o maço e o cinzel na mão, e começa a formar um homem, primeiro membro a membro, e depois feição por feição, até a mais miúda: ondea-lhe os cabelos, alisa-lhe a testa, rasga-lhe os olhos, afila-lhe

o nariz, abre-lhe a boca, avulta-lhe as faces, tornea-lhe o pescoço, estende-lhe os braços, espalma-lhe as mãos, divide-lhe os dedos, lança-lhe os vestidos: aqui desprega, ali arruga, acola recama, e fica um homem perfeito e talvez um santo, que se pode pôr no altar. (Sermões. III. Lisboa. 1683. p. 419-420).

Isto posto e visto, não é grande pena que uma língua tão rica de possibilidades seja maltrada e reduzida a estereótipos, como vêm fazendo os cada vez mais numerosos tartamudos e plumitivos inscientes? 

SATÉLITES E TRANSMISSÃO DE DADOS

Marcello Praça Gomes da Silva*

Desde que o famoso cientista e escritor de ficção científica Arthur C. Clarke publicou, em outubro de 1945, um artigo visionário denominado *Extraterrestrial Relays* (Chaveadores Extraterrenos) na revista *Wireless World* (Mundo do Rádio) houve um desenvolvimento extraordinário na história das comunicações via satélite.

Os primeiros satélites utilizados foram do tipo *refletor passivo* (naturais, como a Lua, ou artificiais, como o ECHO 1, de 1960). Trata-se de estruturas refletoras passivas que, simplesmente, redirecionavam os sinais de rádio emitidos da Terra, sem que houvesse qualquer processamento daqueles sinais. A estrutura refletora passiva agia de modo análogo a um espelho da óptica geométrica (*leis da reflexão*).

Além da reflexão lunar houve também estudos sobre a reflexão de sinais de rádio pelo sol (*reflexão solar*). A idéia era estabelecer enlaces de comunicação que complementassem os enlaces que

utilizavam reflexões na Lua ou em estruturas artificiais.

Os Estados Unidos foram os pioneiros no uso de refletores passivos espaciais. Em 1946, J. Mofenson detectou ecos lunares pelo radar. Em 1957, houve o primeiro chaveamento passivo de circuitos de voz pela reflexão lunar, por J. H. Trexler. Já em 1960 seria estabelecida comunicação entre Washington e o arquipélago do Havaí através de reflexão na Lua, pela marinha norte-americana. No mesmo ano, o satélite ECHO 1 (Exército dos EUA) chaveava passivamente telefonia e televisão.

Posteriormente, passou-se a se usar tão-somente os satélites ativos (SCORE, COURIER, TELSTAR, RELAY, SYCOM, etc). Os dois primeiros foram ditos *com retardo* e os demais *em tempo real*.

Satélites ativos com retardo são aqueles que levam consigo mensagens gravadas para sua posterior transmissão. Foram usados, por exemplo, para veicular mensagens presidenciais nos Estados Unidos da América.

O satélite SCORE transmitiu uma mensagem vocal gravada em fita no ano de 1958 (aeronáutica norte-americana).

Satélites ativos em tempo real (*real-time*) são aqueles que fazem a retransmissão dos sinais que lhe são enviados a partir das estações transmissoras terrenas. A primeira comunicação com satélite ativo em tempo real foi a do TELSTAR 1 (*Telecommunication Star Number One*), em 1962, através do oceano Atlântico.

O consórcio INTELSAT era criado em 1964 e seu objetivo era a criação de um sistema internacional de comunicações via satélite comerciais. Seu primeiro satélite foi lançado em 1965, chamava-se *early bird* (pássaro madrugador) e era do tipo *ativo em tempo real*.

Um satélite é dito ativo quando possui equipamentos de energia que alimentam amplificadores, regeneradores e demais circuitos internos.

Os satélites ativos possuem dispositivos amplificadores ou ampliadores (no caso de sinais analógicos) ou dispositivos regeneradores (no caso de sinais digitais).

Atualmente, todos os satélites de comunicação são do tipo *ativos em tempo real*. A idéia da reflexão passiva está totalmente superada.

No momento, a tecnologia de transmissão por satélites

* Engenheiro

se encontra em vigorosa competição, nas rotas de tráfego pesado (*heavy-traffic routes*), com os sistemas de cabos óticos e rádios digitais de alta capacidade. As ligações transatlânticas entre os Estados Unidos e a Europa ilustram, por exemplo, a disputa entre os cabos óticos submarinos e os satélites internacionais.

O serviço fixo por satélites é explorado por sistemas domésticos, regionais e mundiais, ou globais. Exemplos de sistemas domésticos são o ANIK (Canadá), o HISPASAT (Espanha), o PALAPA (Indonésia), o KOREASAT (Coreia) e o THAICOM (Tailândia). Exemplos de sistemas internacionais, além do INTELSAT são o PANAMSAT (*Alpha-Lyacom/Televisa*) e o ORION, entre os EUA e a Europa. Em termos regionais, temos o EUTELSAT (Europa), o ARABSAT (países árabes) e o ASTRA (Europa).

Para um satélite de comunicação ser geostacionário, ou geossíncrono, ele deve ter um órbita equatorial (sobre a linha do equador), circular, direta (no mesmo sentido de rotação da Terra) e acompanhar o movimento de rotação terrestre com a mesma velocidade, aproxima-

madamente uma volta completa a cada 24 horas. Como consequência das condições anteriores, o satélite irá permanecer sempre sobre o mesmo ponto da superfície terrestre, quando for posicionado em uma altitude determinada, que veremos a seguir. Se preciso, serão feitas correções da órbita por meio de telecomandos enviados através de estações terrenas de controle. Esses telecomandos irão reposicionar o satélite no local correto. Os satélites geostacionários ficam posicionados em uma altitude de, aproximadamente, 36 mil quilômetros, a chamada órbita dos satélites geostacionários ou, abreviadamente, OSG. Muitos autores dão a altitude da OSG em milhas terrestres - nesse caso, aproximadamente, 22300 milhas. Os satélites geostacionários são geralmente conhecidos pela sigla GEO (*Geostationary Earth Orbit*).

Cada planeta possui a sua própria órbita geostacionária. Ela é única e bem definida. A OSG somente depende da constante de gravitação universal, da massa, raio e velocidade angular do planeta em questão. Isto significa que a OSG não depende de grandezas como a massa dos satélites, o seu forma-

to ou a sua massa específica (massa dividida pelo volume e que também é conhecida pelo nome "densidade").

Em homenagem ao escritor e pesquisador Arthur Clarke chama-se a órbita geostacionária de *Cinturão de Clarke - Clarke Belt*, em inglês.

Atualmente, a OSG enfrenta problemas de congestionamento, ou espaço físico, em virtude do número crescente de satélites geossíncronos em uso.

Para se colocar um satélite em órbita é preciso lidar com muitas variáveis. Trata-se de um complicado problema de mecânica celeste. Algumas dessas variáveis são: a pressão de radiação, a resistência da atmosfera, a atração gravitacional da Lua e de outros corpos celestes (Sol, planetas), a não esfericidade da Terra - fato de ela não ser uma esfera perfeita etc.

Os satélites também podem ser posicionados em órbitas de menor altitude do que a OSG. Nesse caso, eles se classificam em duas categorias: *Satélites de Órbita Média* (ou MEO - *medium earth orbit*) - altitudes entre 6000 e 9000 milhas terrestres ou entre 9600 e 14500 quilômetros, aproximadamente, e *Satélite de Órbita Baixa* (ou LEO - *low earth orbit*) -

altitud
lhas
e 145
mada
D
caço
télite
electr
elect
e ed
esco
dos r
band
com
ços
dim
mid
mot
nism
gráf
a na
ma
siste
bal
fusã
tele
para
ou i
nor
lóg
ferê
cias
cab
tele
des
not
tas
acc
ope
mo
vos
sen
vis

altitudes entre 450 e 900 milhas terrestres ou entre 720 e 1450 quilômetros, aproximadamente.

Dentre as inúmeras aplicações da tecnologia de satélite destacam-se: correio eletrônico (*E-mall ou electronic-mall*); teleaulas e educação interativa para escolas e universidades; dados militares (transmitidos na banda x, ou seja, 8/7 GHz); comunicações móveis; serviços emergenciais para atendimento a situações de calamidade (terremotos, maremotos, inundações, vulcanismos); informações topográficas e informações para a navegação aérea e marítima (como as provenientes do sistema ocidental GPS – *global positioning system*); difusão de sinais telefônicos e televisivos (vídeo e áudio) para localidades distantes e/ou isoladas; radiodifusão sonora satelital (*radiosat analógico e digital*); teleconferências e audioconferências empresariais; televisão a cabo (CATV – *cable television*) com enlace de descida por satélite; difusão noticiosa para jornais e revistas; telemedicina (consultas, acompanhamento de pós-operatórios e de cirurgias remotas); troca diária de arquivos entre matrizes e filiais; sensoriamento remoto e previsão do tempo (satélites me-

teorológicos); agências bancárias ligadas *on-line*; transferência de dados de postos alfandegários; terminais ponto-de-venda (PDVs) usando VSATs (*very small aperture Terminals*); interconexão de redes locais (LANs – *local area networks*), redes metropolitanas (MANs – *metropolitan area networks*) e redes globais (WANs – *wide area networks*) de computadores; cotações do preço de mercadorias; tele controle e telêsupervisão de hidrelétricas e canteiros de obras em geral; teleconsultas a bases remotas de dados; prestação de serviços de caráter temporário a eventos diversos (feiras, congressos, exposições, simpósios etc).

Os sistemas por satélite possuem muitas vantagens sobre os demais sistemas de transmissão (rádios, cabos) dentre as quais poderemos citar: a grande diversidade das taxas de transmissão digital; a facilidade de expansão e de reconfiguração da rede através da inclusão e da exclusão de novas estações terrenas; a elevada qualidade e confiabilidade dos serviços prestados; a inerente capacidade multiponto dos satélites; a possibilidade de ligações ponto-a-ponto sobre distâncias muito grandes com apenas dois lances (o de subida e o de descida); a inde-

pendência dos custos relativamente às distâncias entre as estações; a possibilidade de acesso imediato às áreas geograficamente isoladas (Amazônia) ou topograficamente problemáticas (cerceadas por elevadas montanhas); e a ampla área de cobertura (teoricamente seriam necessários apenas três satélites geoestacionários para cobrir toda a superfície do planeta Terra, conforme demonstrado por Arthur Clarke em seu artigo visionário).

A recepção de sinais via satélite, do ponto de vista profissional ou doméstico, não é isenta de problemas. As principais fontes geradoras de perturbações e degradações, tanto no segmento terrestre quanto no segmento espacial são: mau apontamento da antena na estação terrena; ruído térmico (ou ruído Johnson) no equipamento receptor; efeitos de multipercursos (*multipath*); despolarização do sinal; interferência intersimbólica (ISI – *intersymbol interference*); interferência co-canal (CCI – *co-channel interference*); interferência de canal adjacente (ACI – *adjacent channel interference*), que ocorre em qualquer sistema multicanal limitado em banda; interferências entre redes de satélites; interferências de

estações de microondas terrestres (operando na faixa de 4 GHz); interferências de radares; não-linearidades introduzidas pelos circuitos amplificadores; ruído de intermodulação (IN - *intermodulation noise*), resultante de não-linearidades de um amplificador (valvulado ou a estado sólido) onde múltiplas portadoras (*carriers*) são simultaneamente transmitidas; ruído cósmico (ruído galáctico) que é significativamente nas frequências abaixo de 1 GHz; ruído de ignição; efeitos da ionosfera; rotação de Faraday, flutuação do ângulo de chegada, absorção ionosférica, e cintilação ionosférica: equatorial, de latitudes médias e de elevadas latitudes; descasamentos nas interfaces de radiofrequência (conexões mal feitas); atenuação por hidrometeoros e tempestades de areia; e absorção atmosférica (gases atmosféricos e vapor d'água não condensado).

As principais tendências tecnológicas atuais e futuras são: sistemas *spread spectrum* (com espalhamento de espectro); reutilização ou reuso de frequência (economia espectral); utilização das faixas de 30/20 GHz (banda Ka) e de outras faixas; novas órbitas (satélites MEO e LEO); enlaces inter-satélites (ISL - *inter satellite links*)

em laser ou radiofrequência (55-60 GHz) para se evitar os duplos e os triplos saltos. Um ISL é um canal de comunicação bidirecional (ou circuito) entre dois ou mais satélites no espaço; processamento e comutação reprogramável *on-board* (a partir de estações terrenas de controle); codificação digital da voz usando taxas inferiores à 64 kbit/s (como por exemplo 32 kbit/s); modulação digital N-QAM (Modulação de Amplitude em Quadratura de N Estados) onde N poderia ser igual a 1024; suporte para SDH (*synchronous digital Hierarchy*) para interconexão de redes de satélite com redes terrestres SDH (rádios ou cabos); satélites multibandas (20/30, 12/14 e 4/6 GHz) com múltiplos propósitos; menores estações terrenas (que podem manusear o tráfego equivalente das estações de maior porte); amplificadores de estado sólido de alta potência (HP SSA - *high power solid state amplifiers*) em substituição aos amplificadores valvulados de microondas com tubos de ondas progressivas (chamados TWTA - *travelling wave tube amplifiers*); feixes menores com maiores potências; e transmissão analógica com técnicas não convencionais como o CSSB (*companded*

single-side band) ou faixa lateral singela com compensação (FLSC).

Estão sendo feitas pesquisas teóricas para se implementar o chamado satélite geostacionário de órbita baixa (chamado *spidersat*) que estaria situado à uma altitude de apenas algumas centenas de quilômetros. Note-se que, apesar dessa pequena altitude, o *spidersat* é do tipo GEO (geostacionário).

Ele estaria solidário a satélites suportes na OSG (a órbita dos satélites geostacionários) ou a estações baseadas em terra (por meio ou de feixes tratores de microondas ou de *lasers* de potência). Esses *lasers* de potência podem ser os *lasers* de elétrons livres, que fazem uso do Efeito Doppler Relativístico e geram enormes potências que, em termos de frequência, se estendem até a faixa do infravermelho e do visível. Dessa forma, seria factível o acesso dos usuários com transeptores portáteis de dimensões reduzidas, em razão da diminuição da atenuação ou perda de espaço livre.

Este projeto futurista está sendo solapado por projetos mais realistas de satélites LEO ou MEO não geostacionários (chamados *microsats*, *lightsats* ou *smallsats*). Alguns exemplos são o

Iridium, o *Aries*, o *Starnet*, o *Leosat*, o *Loral*, o *Ellipsat*, o *Orbcomm*, o *Vita* e o *Odyssey*. Os LEOs irão prover serviços de telefonia, dados do tipo *store-and-forward* (armazena e envia), fac-símile (fax), mensagens e radiolocalização.

Os LEOs se classificam em duas categorias básicas de operação: acima e abaixo de 1 GHz (= 1000 MHz). Duas expressivas vantagens dos satélites LEO são a qualidade da transmissão e a grande capacidade de usuários. Os custos de implantação dos sistemas, entretanto, são geralmente muito elevados (da ordem de bilhões de dólares americanos).

Ainda na década atual, a empresa americana *Motorola* pretende implantar seu sistema mundial *iridium*, de 77 LEOs, cujo nome deriva do átomo do elemento químico irídio, que possui 77 elétrons orbitando em torno do núcleo. Com uma reestruturação do projeto, o número de satélites necessários caiu de 77 para 66, ainda que o nome não tenha sido alterado para *Dysprosium*.

O sistema terá como finalidade última a ligação de terminais portáteis (tipo *hand-held*) situados em qualquer região do planeta.

Um dos mercados que mais se expande no Brasil e

no exterior é o dos VSATs, com antenas parabólicas de diâmetros entre, 1,2 e 2,4 metros, taxas de 1,2 a 64 kbits/s, com acesso CDMA (*code division multiple access*), TDMA (*time division multiple access*) ou FDMA (*frequency division multiple access*). A topologia de uma rede VSAT é em estrela com uma estação *hub* (diâmetro entre 4,0 e 11,0 metros) podendo atender a dezenas ou centenas de VSATs. No Brasil, seu uso está restrito, no presente momento, à banda C (4/6 GHz).

O acesso FDMA é o mais simples que existe. Além disso é uma tecnologia já totalmente aprovada em campo, pois é bem antiga. Ela é usada nos sistemas digitais (TDM/PSK/FDMA) e analógicos (FDM/FM/FDMA).

A banda C cobre, mais precisamente, as faixas de 5,925 a 6,425 GHz (lance de subida) e 3,7 a 4,2 GHz (lance de descida).

Outra banda em uso é a chamada banda X, para uso militar, e que possui lance de subida na faixa de 8 GHz e lance de descida na faixa de 7 GHz. A nova geração do BRASILSAT contempla o uso militar da banda X.

Uma banda de uso comum no exterior é a chamada banda Ku (12/14 GHz).

Esta banda tem *uplink* (ou lance de subida) em 12 GHz e *downlink* (ou lance de descida) em GHz.

A banda Ku apresenta muitas vantagens em relação à banda C, a saber: seus terminais TVRO (*TV receive-only*) possuem menores dimensões, o que facilita sobremaneira o transporte e a instalação) e são mais baratos do que aqueles da banda C; praticamente, não sofre interferência de sistemas de microondas terrestres, ao contrário da banda C que interfere e é interferida em 6 e 4 GHz, respectivamente; em razão da frequência mais elevada, a banda Ku pode transportar um número muito maior de canais de televisão, o que a transforma na banda ideal, atualmente, para "tele-difusão por satélite" ou DBS - *direct broadcast satellite*.

O DBS na banda Ku já se constitui, no presente momento, em um fator de competição com os sistemas de televisão por cabo nos EUA, por causa do elevado número de canais ofertados, do baixo custo e da rapidez e facilidades de instalação.

O número de canais de TV disponíveis nos sistemas DBS é uma variável proporcional ao número de *transponders*/satélites. Com o desenvolvimento das técnicas de compressão digital, tal ca-

pacidade pode ser muito aumentada. A compressão digital do sinal de televisão vem sendo muito estudada. Já é possível comprimir tal sinal para taxas de cerca de 10 Mbit/s, com qualidade comercial. Isso aumenta a capacidade de um *transponder* carregar um maior número de canais de televisão, resultando maior oferta destes. A compressão digital de TV é fundamental para enlaces por satélite (para qualidade estúdio o ITU-R recomenda 216 Mbit/s de velocidade de transmissão - o que é inviável para o satélite).

A digitalização de sinais de áudio que são distribuídos por satélites também é muito pesquisada e os serviços ofertados devem possuir qualidade semelhante à qualidade dos *compact discs*.

Do lado do usuário, encontramos a antena, o conversor de frequências (*down converter*) e o decodificador

(*decoder*) no caso de se utilizar canais codificados (canais com programação porno-erótica são exemplos clássicos).

A antena é, algumas vezes, denominada *miniparabólica* por causa de suas dimensões muito reduzidas (o maior diâmetro existente é da ordem de apenas 1 metro).

Nos climas tropical úmido e equatorial a banda Ku apresenta uma elevada atenuação por hidrometeoros, particularmente as nuvens e a chuva.

Os hidrometeoros são fenômenos meteorológicos com conteúdo aquoso (chuvas, neve, granizo, nevoeiro, nuvens). Em frequências acima de 10 GHz a atenuação por hidrometeoros é significativa, aumentando à proporção em que a frequência aumenta.

Nos países de clima frio, adquirem importância os hidrometeoros neve, gelo e, às vezes, o granizo. No Bra-

sil, esses três fenômenos são perfeitamente desprezíveis. A neve, por exemplo, somente ocorre em algumas localidades muito restritas, é geralmente de pequena intensidade e está presente por períodos de tempo muito curtos.

Em países como o Brasil, o projeto de enlaces por satélite na banda Ku tem de levar em consideração a presença das nuvens e da alta precipitação pluviométrica, como a que ocorre na região amazônica e em diversos pontos do litoral da região sudeste, por exemplo.

Os enlaces terra-satélite e satélite-terra, no sentido contrário, atravessam camadas de nuvens que causarão atenuação suplementar. Quando estiver chovendo ocorrerá o mesmo fenômeno (perda). Essa considerações não precisam ser feitas quando do uso da banda C (6/4 GHz), pois, nestas duas faixas, a atenuação por hidrometeoros é diminuta.

BIBLIOGRAFIA - (Indicações para leitura)

- ALBUQUERQUE, J. Transmissão Digital por Satélite. PTTD/88, EMBRATEL.
- EVANS, B. G. (Editor). *Satellite Communication Systems*. IEE Press.
- International Telecom Report*. Vários números.
- Seminário "A Evolução da Rede da EMBRATEL Sob Enfoque Tecnológico". Coletânea de Artigos Técnicos. EMBRATEL, Rio de Janeiro, 1993.
- SILVA, Marcello Praça Gomes da. "Comunicação de Dados Via Satélite Connections". *A Revista de Redes*, número 19, dezembro de 1993.
- _____. "Introdução à Recepção de Sinais Via Satélite". *Revista Electron*, número 58.
- SPIPKER, J. J. *Digital Communications by Satellite*. Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall, Inc., 1977.
- "Últimas Tendências en Planificación y Desarrollo de Tecnologías en Redes de Telecomunicación". Seminários AOTS-NEC, RJ, Dezembro 1991.
- "Voz y Datos". Vários números.

PATRULHA NUNCA MAIS

Já era tempo de dar por encerrado o ciclo da intolerância que se instalou na vida brasileira e viola o pacto de reciprocidade firmado pela anistia em 1979 como horizonte para reconstrução democrática. O Projeto Brasil Nunca Mais – da Arquidiocese de São Paulo – não honra o enunciado no seu título quando troca o presente pelo passado, com grande prejuízo para o futuro. Nunca mais significa terminar uma fase e começar outra. A intransigência introduz o toque fascista, na ação de entidades desviadas da via democrática aberta, a qual não lhes dá o direito de tutelar atos do Governo.

O grupo Tortura Nunca Mais, da mesma procedência, assumiu a forma de ação conhecida como patrulhamento político sobre atos do Presidente da República na área militar. Nas promoções e nomeações assinadas esta semana constam, ao chegar ao generalato, nomes de três tenentes questionados publicamente pela entidade que se arroga a tutela política da nação brasileira em nome da intolerância, quando a anistia votada pelo Congresso virou a página autoritária no pressuposto de que não se voltaria mais atrás senão como referência histórica.

A tentativa de cobrir de suspeita os três novos generais-de-

brigada não teve o cuidado de resguardar-lhes os nomes, pois o pedido de investigação foi dado a público apesar da ressalva expressa de inexistência de participação direta deles em atos de tortura. Ficou evidente a segunda intenção. Os Generais Cyro Albuquerque, Maynard Santa Rosa e Ruthenio Ferreira do Valle vieram a público e repudiaram a leviandade do Grupo Tortura Nunca Mais.

Diz o General Ruthenio Ferreira do Valle nunca ter interrogado “qualquer preso” e, “no período citado, o Exército foi empregado em defesa da ordem constitucional”, em “missões operacionais” de acordo com as leis vigentes, bloqueando ruas do Rio de Janeiro para localizar embaixadores seqüestrados (da Alemanha e da Suíça) e efetuando prisões de assaltantes de bancos. O General Maynard esclarece que entre 1968 e 1976, “somente servi na Região Amazônica e no Nordeste”.

Fica evidente o propósito, por parte do GTNM, de agitar a atmosfera política, com objetivos eleitorais e legais suspeitos, na coincidência forçada com a iniciativa contra o General Ricardo Fayad, por sua nomeação para o Serviço de Saúde do Exército, criando “situação constrangedora” pessoal e familiar, e desgastante pressão psicológica”. O General Fayad

negou atos e atitudes a ele atribuídos e que ele repele em carta ao Ministro do Exército, encaminhando o pedido de licença do cargo, enquanto a Justiça examina, a seu pedido, a legalidade do ato de sua nomeação.

A anistia não é ato unilateral e sim geral. Abarcou todas as divergências e abriu caminho para a volta à legalidade e à democracia, extinguindo a culpabilidade das transgressões legais, de parte a parte, da sociedade e do Estado. O pedido de licença do General Fayad, com o propósito de “preservar a instituição” cria a oportunidade para que o revanchismo de esquerda, afastando-se da intolerância totalitária se retire em tempo, para benefício de todos. Esse Grupo Tortura Nunca Mais tem os tiques e o sotaque do antigo DOPS.

POLÍTICA MILITAR E DESMILITARIZAÇÃO DE SERVIÇOS

Benho insistindo, de forma recorrente, na necessidade de o Brasil definir uma política estratégica de defesa, com o respectivo assentamento dos papéis específicos das três Armas e maior integração entre elas. Partindo da determinação constitucional da subordinação do poder militar ao poder civil

legítimo, acredito que tal definição comporte o envolvimento do Executivo, do Congresso, dos próprios militares, da academia e de outros setores da sociedade civil. O documento do Governo contendo diretrizes para uma política de defesa nacional, apresentado em 1996, representou um avanço. Mas, além de seu conteúdo genérico, a discussão está empacada e só ressurgiu episodicamente, diante de fatos isolados.

Um desses fatos surgiu agora, envolvendo uma disputa entre a Marinha e a Aeronáutica em torno do gerenciamento da compra dos aviões A4 para equipar o porta-aviões *Minas Gerais*. Não tenho ainda elementos suficientes para julgar se, do ponto de vista técnico, a operação de compra dos aviões é pertinente. O *Minas Gerais*, de fato, é antigo e há dúvidas quanto à eficácia de sua utilização militar. Essa discussão, no entanto, é secundária e subordinada à definição geral de uma política de defesa.

Toda a controvérsia que envolve a questão da Amazônia e a defesa daquela vasta área é uma prova cabal da necessidade e urgência da definição de uma nova estratégia para o País. O fim da Guerra Fria, as novas tecnologias, a globalização, a integração religiosa (Mercosul etc.) e o equívoco histórico do conceito de "inimigo interno" estabeleceram novos cenários internacionais

e novos paradigmas, que não podem ser ignorados nas definições das políticas militares e de defesa.

Somente a partir da definição da política de defesa se torna possível determinar, com coerência, o papel específico que a Aeronáutica, o Exército e a Marinha desempenharão dentro dela. É preciso registrar que a Lei Complementar 69/91 estabelece as bases para algumas definições. Tanto a Lei como a própria Constituição, no artigo 142, balizam os princípios gerais que regem as Forças Armadas, como a defesa da unidade territorial, da soberania e do Estado democrático de Direito. Mas há ainda uma pendência nesses princípios: é preciso retirar das Forças Armadas a função de garantir a "lei e a ordem" internas, separando em definitivo o que é especificamente militar do que cabe à segurança pública. Nessa perspectiva, cabe superar também o conceito de política militar como força auxiliar do Exército. Com o objetivo de avançar nessas definições, apresentei emenda constitucional que estabelece também novas competências para o Congresso em relação às políticas militar e de defesa. A partir dela, a segurança passa a ser vista como um serviço de Estado e um direito do cidadão, e não como questão militar o mesmo avanço limitado ocorre com o projeto do Governo que cria a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN): não separa

de forma definitiva o serviço de informação e inteligência civil dos organismos militares.

Resquícios de militarização resistem ainda em outros serviços, notadamente na área de aviação. Não se justifica, por exemplo, que a Aeronáutica mantenha sob seu controle a Infraero, responsável pela administração de aeroportos, e o Departamento de aviação Civil (DAC), que define a política tarifária. O papel precípua da Aeronáutica é o da defesa do espaço aéreo. A Marinha, corretamente, não administra portos. Mas, equivocadamente o órgão gestor da modernização dos portos está sendo dirigido por um oficial da Marinha.

Outra discussão pendente diz respeito à profissionalização das Forças Armadas e ao fim do serviço militar obrigatório. Este rigor, é consequência da profissionalização dos militares, que aliás, se afirma como tendência mundial. A modernização das Forças Armadas, em grande medida, também depende de sua profissionalização. A Emenda Constitucional 338, do Executivo, pode servir de base para essa mudança. Todos esses problemas revelam a necessidade de duas iniciativas. Por um lado, é preciso que o Congresso defina uma agenda de reformas constitucionais relativas às Forças Armadas. Por outro, o Executivo deve acelerar a instituição do Ministério da Defesa, meio mais eficaz de modernizar mate-

rialmente as instituições militares e quebrar as resistências corporativas.

Por fim, a tese de que não só a Aeronáutica deve dispor de meios aéreos, mas que também o Exército e a Marinha devem equipar-se com tais meios, me parece essencialmente correta. Isso ocorre em vários países do mundo, principalmente nos Estados Unidos, a maior potência militar do planeta. A 1ª Guerra Mundial indicou e a 2ª confirmou que os meios de defesa e ataque mais eficazes do nosso tempo são os meios aeroespaciais. Não tem sentido privar duas das três Armas da disponibilidade de tais meios.

(Reprodução de matéria publicada em O Estado de São Paulo, edição de 07/02/98, e assinada pelo Deputado José Genuíno)

CRIMINALIDADE E SENSATEZ

Resta terra onde problemas não faltam talvez o que mais preocupe a grande maioria das pessoas seja a insegurança coletiva diante da criminalidade sem controle. Os números são terríveis: em década e meia, os homicídios subiram quase 198%, de 2.826 em 1980, para 8408 em 1994. Estes dias, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, na sua reunião anual, que se fez em Cartagena,

na Colômbia, estimou que os custos da violência representam US\$ 168 bilhões por ano na América Latina, equivalentes a 14,2% do PIB; no caso do Brasil, US\$ 84 bilhões, isto é, 10,5% do PIB.

O aumento da criminalidade é um fenômeno mundial, embora muito desigualmente distribuído. Há duas ou três décadas, a criminalidade era relativamente discreta, tanto em países industrializados, ordeiros e ricos, como a Alemanha e o Japão, quanto em partes da paupérrima África.

Para alguns observadores, o processo de "americanização" tem coincidido com a aceleração desse fenômeno, porque traz consigo um culto um tanto desenfreado do individualismo e da falta de limites, e um progressivo desenraizamento, com a perda da significação pessoal do trabalho. Em suma, o que se poderia resumir por "alienação", que, no caso das sociedades menos desenvolvidas é exacerbada pela urbanização explosiva e descontrolada, combinada com o começo da industrialização.

É evidente que a erosão dos valores e das estruturas, que acompanha a transição das sociedades tradicionais para os tempos atuais, não pode deixar de ser desestabilizante; por conseguinte, afrouxar as malhas das normas e costumes que definem a ordem pública. Mas a opinião dos analistas mais sólidos não concorda com o facilitário de explicações que

culpam as abstrações "sociedade" ou "injustiça social" pelas aberrações do comportamento esperado dos indivíduos.

É muito difícil falar-se em "uma causa" específica em se tratando desses sistemas complexos em que numerosos fatores, nem sempre suficientemente reconhecidos ou sequer identificados, interagem no espaço e no tempo.

Além disso é preciso distinguir (como fazem dois estudiosos dos problemas urbanos, P. Gizewski e T. Homer-Dixon) entre, pelo menos, três formas distintas de "violência": (i) a violência política, dirigida contra o Estado, ou empregada por este contra os que o desafiam; (ii) a violência comunal é étnica; e (iii) a violência tipicamente criminosa ou anônima.

A primeira existe em algumas partes da América Latina, mas não no Brasil. A segunda, insignificante no nosso continente, aflige regiões da Europa, da Ásia e da África. A terceira, que nos atinge de perto, é um fenômeno que vem aumentando em escala mundial. Nos Estados Unidos, a taxa de crimes violentos, que em 1958, era de *22,1 por cem mil habitantes*, *subira para 757,5 em 1992*. De 1980 a 1990, as prisões por homicídios de menores entre 10 e 17 anos, aumentaram 65%. Na Alemanha, protótipo de sociedade organizada e com excelentes serviços sociais, nos últimos dez anos a *delinquência relacionada com drogas cresceu 250% e a criminali-*

dade geral, 70%. No Canadá, país de ótima qualidade de vida, os crimes violentos tinham subido 340% em 1988, em relação a 1965.

Certas atitudes intelectuais contribuíram nestas últimas décadas para enfraquecer as defesas da sociedade. Um especialista em lei, Norman Dennis, referiu-se ao aberrante modismo da "Nova Criminologia" e "Sociologia Crítica" nos anos 70 e 80, de ver o mundo do criminoso como superior ao do cidadão comum cumpridor da lei, atitude que acabou sendo mandada para escanteio pela reação horrorizada do público quando, em 1993, dois meninos de dez anos seqüestraram e mataram um garotinho de dois. Isso levou o *Governo Trabalhista de Tony Blair a revogar a inimizabilidade de criminosos a partir de dez anos*, que pararão a ser julgados por tribunais. Nos Estados Unidos, o prefeito de Nova York, o promotor Giuliani, implantou o sistema de "tolerância zero" para crimes e contravenções, logrando cortar pela metade os homicídios.

As regras de comportamento do homem não são, como a dos outros entes vivos, mapeadas rigidamente em um código genético. E mesmo entre as espécies animais, há certa margem de variação. Seria fácil se pudéssemos reduzir a questão à liberdade humana: possuindo a faculdade de escolher, o homem é livre de optar por

comportamentos que contrariem os princípios que os demais (e até ele próprio) considerem certos. A condição humana é tão complicada, porém, a fisiologia, tão incerta (que significarão, por exemplo, uma doença mental, ou uma "personalidade a-social"?), e a variedade das culturas tão imensa, que estamos hoje muito longe dos teólogos espanhóis que, em defesa dos interesses papais no Concílio de Trento, há mais de quatro séculos, desenvolveram a argumentação de haver um "direito natural" acessível à Razão de todos os homens. Bem ou mal, nossos conceitos tiveram de ser "relativizados" ao longo do tempo.

Um estudo de Cambridge sobre o desenvolvimento do delinqüente mostrou que o mais seguro fator de previsão de comportamento criminoso é a ficha do indivíduo no período anterior. Outros fatores, relativamente menos importantes, seriam as "privações econômicas" (baixa renda e moradia deficiente), a "história criminal da família" (parentes condenados, maus cuidados da família, inclusive supervisão e criação deficientes), e "fracasso escolar" (inclusive más notas e baixa inteligência).

Outras pesquisas têm mostrado que os assim chamados "sociopatas", apesar de representarem apenas 3% a 4% da população masculina, e cerca de 1% da feminina constituem uns 20% dos presos nas peni-

tenciárias americanas, e de 33% a 80% dos delinqüentes crônicos. A opinião pública tem ficado assustada com os exemplos de delinqüência de estudantes brancos de alta classe média, que não são vítimas de privações ou de "injustiças sociais". *Entre nós, Brasília é um exemplo de crescente criminalidade de jovens de "boas famílias"*.

Consta que 23% dos brasileiros são vítimas de roubos, assaltos ou agressões. E no Rio, há muito passou do intolerável: os homicídios triplicaram nos últimos 15 anos. *Os custos do crime, só para essa nossa cidade, andariam em US\$ 2 bilhões*. Conforme observa Ib Teixeira, em realista artigo da *Conjuntura Econômica* (janeiro 1998), a atual taxa de homicídios no Rio de Janeiro (por cem mil habitantes) é 4,8 vezes a de Nova York, 12,8 a de Buenos Aires e 33,7 vezes a de Santiago. Segundo ele seria necessária uma revisão abrangente de nossa legislação criminal, começando pelo Código Penal e o *ingênuo Estatuto da Criança e do Adolescente*, mas alcançando também a *Lei de Execuções Penais* (que não exclui os amotinados da redução de penas) e o *Código de Processo Penal* (que torna lenta a punição de crimes, inclusive de homicídio).

Temos de ter normas objetivas e claras, e cumpri-las para valer. Feito as regras de trânsito. Não se indaga qual a idade ou grau de culpa de quem furou o

sinal vermelho, mas apenas o fato. Com a nossa capacidade de fazer maluquices em nome de boas intenções, criamos uma legislação de menores que é um tremendo estímulo à perversão e ao crime, ao fazê-los imputáveis até os 18 anos. Recado para os saudosistas de esquerda: nos *gloriosos tempos de Stalin, a pena de morte era aplicada a partir dos 12 anos de idade!*...

Entre nós, o bandido tem até *Pastoral*, enquanto as vítimas, às centenas de milhares, são abandonadas à própria sorte. Nos realmente democráticos Estados Unidos, existe desde 1983, no Governo federal, uma *Agência para as Vítimas do Crime (OVC)*, que só se ocupa de ajudá-las sob todos os aspectos, inclusive financeiramente. E o número e a influência de instituições públicas estaduais e privadas nesse campo é grande. Lá, a vítima é importante. Entre nós...? Depois, estranham que o Ratinho faça sucesso na televisão...

(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edição de 22.03.98, e assinada pelo Deputado Roberto Campos)

A LINGUAGEM DOS POLÍTICOS

Todos os estrangeiros que vêm ao Brasil admiram a cordialidade natural do brasileiro, notada-

mente no falar. Aqueles que permanecem por aqui descobrem em tempo como o brasileiro cordial se transforma, quando se torna político. Fiz este descobrimento, por minha vez, e há anos coleciono manifestações da grosseria dos políticos. Acho que o leitor encontrará divertimento quando lhe apresento algumas amostras dessa coleção:

Políticos na campanha eleitoral de 1994. Lula chama Cardoso de "professor de roubos". Marcelo chama Brizola de "inescrupuloso e decadente" e chama os demais adversários (notadamente Bittar e Garotinho) de "pilantras e vagabundos... pequenos demais, nanicos, duas das expressões mínimas da política do estado" (**JORNAL DO BRASIL**, 8/7/94).

Num programa de TV em que um jornalista expressou dúvidas sobre a origem da fortuna de Quéricia, este em vez de fornecer os esclarecimentos desejados, chama o jornalista 10 vezes de canalha e 14 vezes de safado.

Em outras oportunidades, desde 1994. O ex-Presidente Fernando Collor chama Itamar Franco (que fora seu vice) de "perfeito idiota" (**JB**, 30/11/97). Por sua vez, Itamar Franco chama Collor de "fora da lei", "um canalha". (*O Globo* e **JB**, 2/12/97). Collor chama os deputados e senadores que o condenaram de "gatos pingados" (*O Globo*, 4/12/97). José Nader: "Só não mando Brizola para o inferno porque tenho pena do diabo".

O governador do Rio chama César Maia de "bobo e irresponsável" (*O Globo*, 15/7/97). Brizola chama o PT de "balaio de caranguejos", um penduricalho de igreja". E chama Sarney de "triste expressão de vida política brasileira". Chama Lula de ignorante e despreparado". Garotinho trata Marcelo Alencar de desonesto e traidor.

Lula ataca Espiridião Amim, que o acusa de usar indevidamente um carro do sindicato na sua campanha eleitoral: "Só um boboca e imbecil como o Amim pode me acusar disso". O Senador Paulo José Bisol chama seus adversários (Fernando Henrique, Sarney, Quéricia) de canalhas.

Adiantam esses insultos alguma coisa? Provam alguma coisa, além da grosseria de seus autores? A arte da política é, ao contrário, a arte de provar e agradar com sutileza. Por oposição a esses modos infelizes, citemos alguns exemplos da verdadeira arte da política em ação.

Quando os adversários de Lincoln acusaram-no de ser um homem de duas caras, não os chamou de asnos e canalhas, mas retrucou: "Deixo a decisão à Assembléia. Se eu tivesse duas caras, andaria com esta?". Fez rir, ganhou simpatia e confundiu seus detratores sem ofendê-los. Numa outra oportunidade, disseram-lhe: "Está sempre procurando transformar seus inimigos em amigos. Não seria melhor destruí-los?" Res-



pondeu: "Quando transformo um inimigo em amigo, não o estou destruindo?"

A História esta cheia de feitos similares nos quais a inteligência consegue seu objetivo com o uso da sutileza. Os árabes do apogeu diziam: Qualquer um pode triunfar com a força. Só os homens de inteligência superior sabem triunfar com astúcia". Muitos estadistas expressaram a mesma idéia. Dizia Henrique IV, rei da França: "Apanham-se mais moscas com uma colher de mel do que com um barril de vinagre". Às vezes, a mesma verdade provoca antagonismo ou simpatia, conforme as palavras com que é revestida. Um sultão sonhou que havia perdido todos os dentes. O adivinho da Corte explicou: "Que desgraça, senhor! cada dente caído representa a morte de um parente de Vossa Majestade". Furioso o sultão mandou aplicar-lhe 100 açoites. Chamaram outro adivinho, e este exclamou: "Excelso senhor! Grande felicidade vos está reservada. O sonho significa que haveis de sobreviver a todos os vossos parentes". Iluminou-se a fisionomia do sultão, que mandou dar ao adivinho 100 dinares de ouro. A um cortesão que lhe dizia que, afinal, as duas interpretações eram iguais, o segundo adivinho explicou: "É verdade. Mas lembre-se de que tudo depende da maneira de dizer".

Eis um exemplo mais divertido. Um frei escreveu a seu su-

perior: "Posso fumar enquanto rezo?" Foi-lhe negada a permissão. Outro frei escreveu a seu superior: "Posso rezar enquanto fumo?" Foi-lhe dada a permissão.

Que concluir? O povo brasileiro é certamente um dos povos mais cordiais e amáveis do mundo e possui um senso muito fino da ironia e do humor. Até as palavras que lhe parecem fortes são camufladas e amenizadas. (Não é mentira: é inverdade. Não é mercado negro: é mercado paralelo. Não é amante: é amiga). Por que os brasileiros que ocupam cargos públicos não sabem sorrir, gracejar, ironizar, usar argumentos e manobras habilidosos, engenhosos, sutis, mas recorrem tão facilmente à brutalidade e à grosseiria?

Geralmente, o povo é que aprende com seus líderes. Neste ponto, são os líderes que devem aprender com o povo.

(Reprodução da matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 24/03/98, e assinada pelo Escritor e Jornalista Mansour Challita)

JUIZES E MILITARES

Repercussão causada pela decisão do Senado aprovando a reforma previdenciária exige reflexão depois que os militares, junto com os juizes, foram incluídos no regime geral da previdência social do servidor público.

Até então não se falava nos militares, também excepcionados do regime geral aprovado. Dava-se ênfase apenas aos magistrados, sem meias palavras. A possibilidade de regular o regime previdenciário dos juizes em lei especial de iniciativa do STF, que seria novamente examinada pelo Congresso, representava privilégio inaceitável, ofensa ao princípio da igualdade, tentativa odiosa dos juizes de obter regalias.

Poucos, como a *Folha*, cuidaram do tema com pluralidade. Grande parte da imprensa posicionou-se sem aparentar dúvidas. Eram os juizes contra a democracia. A opinião pública foi levada, quase sem nenhuma opção, a acreditar que os juizes defendiam privilégios.

Chegou, então, o dia da votação no Senado. Ainda que boa parte dos senadores tenha defendido a magistratura, com fundamentos inquestionáveis sobre as especificidades da carreira, e sua maioria tenha votado pela regulamentação do sistema previdenciário dos magistrados em lei especial, nada disso merece destaque. O que importou, para diversos veículos, foi alardear com sensacionalismo uma pretensa vitória da democracia e a derrota dos juizes, "esses marajás corporativistas que só pensam em seus privilégios".

Mas algo de novo aconteceu. Os militares, surpreendentemente, foram incluídos

no, regime geral da previdência do servidor público, pois a eles também era dado tratamento diferenciado. Foi o bastante para o tom da discussão mudar. No lugar do histerismo acusador, a serenidade no exame das diferenças. Em vez do maniqueísmo manipulador, o bom senso, a reflexão tranquila.

Todos começaram a falar, especialmente aqueles veículos que reiteradamente atacam a magistratura. Parlamentares vieram a público fazer ponderações. Parece que até o próprio Presidente considerava necessário ter cautela no exame do caso dos militares.

De imediato, ressaltou-se que os militares são diferenciados. Deles se exige dedicação exclusiva. Não podem exercer outra atividade. São proibidos de militar em partidos e em sindicatos. Vejam, não podem nem sequer se candidatar a cargos políticos. Não recebem hora extra pelo tempo que se dedicam a carreira nem adicional noturno. Não estão incluídos no regime do FGTS.

Não houve dificuldade para que as diferenças fossem divulgadas, com análises isentas. Logo, começaram alguns a afirmar que não se pode dar tratamento absolutamente igualitário para situações substancialmente diferentes.

Mas sempre para os militares; juízes, não. Embora se exija deles dedicação exclusiva, estejam impedidos de exercer outras atividades que não num

cargo de magistério, não possam se filiar a partidos ou se candidatar a cargos políticos, não estejam incluídos no regime do FGTS, não recebam horas extra pela cotidiana sobrejornada (inclusive nos fins-de-semana), não tenham direito a adicional noturno, e apesar de contribuir para a Previdência sobre toda a remuneração e não sobre um limite inferior, como no setor privado, continua-se a tentar impor o "consenso" de que eles querem privilégios.

É de indagar: por que esse comportamento no mínimo estranho? Não sofrem os juízes restrições constitucionais da mesma forma que os militares? Alguém se lembrou de afirmar que as restrições impostas aos juízes representam tratamento discriminatório odioso, que precisa ser extirpado da Constituição?

Não, ninguém afirmou que os juízes são tratados de forma discriminatória. Porque, da mesma forma que ocorre com os militares, essas restrições não são discriminação; são necessidade.

Juízes e militares, para exercer suas funções — uma essencial por constituir-se em um dos poderes da República, outra por ser responsável pela segurança da Nação —, não podem de fato, ter uma vida normal como qualquer outro cidadão. A natureza de suas atividades exige que se restrinja a sua vida pública e privada.

Não pode haver dúvida de que existem diferenças entre juízes e militares. Com certeza, o militar, no tempo de paz, não tem sobrecarga de trabalho que tem o juiz. Já num eventual conflito, que esperamos nunca ocorra, o militar será bem mais exigido que o magistrado. Mas, na essência, a condição de ambos é a mesma. Restrições se impõem e garantias lhes são asseguradas. É preciso acabar com o preconceito. Juízes (e, creio, militares) não querem privilégios. Não se sentem melhores do que ninguém. Sabemos e somos os primeiros a concordar — o que, aliás, também nunca mereceu divulgação — que o atual regime previdenciário da magistratura necessita de reformas. Aposentadorias precoces devem ser eliminadas. O tempo de serviço ou de contribuição, dependendo do que ficar estabelecido, necessita ser cumprido, como ocorre com qualquer outro trabalhador. Limites mínimos de idade precisam ser estabelecidos. Uma lei nova, de iniciativa do STF, deve contemplar essas mudanças, pois as garantias são apenas aquelas que guardam uma exata proporção com os impedimentos e com as finalidades da função.

É isso que queremos debater numa lei específica, no Congresso, que em última instância definirá o regime dos magistrados. Nada mais estava por trás da famosa expressão "no que couber". Infelizmente, dis-

torcendo as posições dos juizes, fizeram caber muito mais.

(Reprodução de matéria publicada na *Folha de São Paulo*, edição de 24/10/97, e assinada por Pedro Carlos Sampaio Garcia, conselheiro da Associação dos Magistrados Brasileiros)

NOVAS GUERRAS

Em seu livro *Conspiracy*, ou como floresceu e de onde veio o "estilo paranóide" de fazer política, Daniel Pipes mostra o profundo impacto na história da humanidade das "teorias conspiratórias". Já nas Cruzadas falava-se de sociedades secretas de judeus e o "poder do dinheiro" foi infinitamente citado, ao longo dos tempos, como responsável por um sem-número de traumas. Mas o próprio Pipes avisa que nem tudo entrou para um catálogo de invenções e é preciso cuidado para evitar que "excessos de imaginação", como os da ultradireita americana, anunciando que um dia forças da ONU invadirão os Estados Unidos, impeçam de enxergar as coisas reais. Agora por exemplo, alguém pediu um "desarmamento financeiro" que estanque crises como a asiática.

Sugestão de que se trata de guerra e a ela não seriam estranhos, como armas, os imensos recursos dos fundos de pensão dos Estados Unidos. São US\$ 3 trilhões e 200 bilhões, mais do

que o dobro da soma dos PIBs da Malásia, Cingapura, Hong Kong, Tailândia, Indonésia, Formosa e Coréia do Sul. Para alcançá-los, só acrescentando os PIBs combinados da China, Índia, Brasil e México. Eles saíram de seus ninhos nacionais, onde atuavam como suportes da economia e do trabalho, e caíram no mundo à procura de lucros fáceis, como aves de rapina. Não estariam sendo aplicados de acordo com interesses estratégicos dos Estados Unidos? Embora via Wall Street, não haveria dedo do Departamento de Estado, Pentágono, Departamento do Tesouro ou Federal Reserve? Teoria conspiratória?

O professor Walden Bello, das Filipinas, estudioso do sudeste asiático, diz que os Estados Unidos, com medo de "outro Japão", submetem a Coreia do Sul a impiedosa ofensiva comercial, impondo "restrições voluntárias" de exportações, de desvalorizações da moeda sul-coreana, abertura em comércio e serviços etc. Com a capitulação, o superávit de US\$ 9 bilhões e 600 milhões em negócios com os Estados Unidos, em 1987, transformou-se em 10 anos depois em déficit de US\$ 10 bilhões. Houve negligência em investimentos em pesquisa e tecnologia, equipamentos industriais foram quase totalmente comprados do Japão, os grandes conglomerados construídos à sombra do Estado torraram dinheiro em atividades

especulativas, o sistema financeiro quebrou vítima de "maus empréstimos", o "modelo" sul-coreano naufragou. Mas um dos itens do desastre, jura o professor Bello, foi a disposição dos Estados Unidos de não permitir "outro Japão".

Além disso, o teatro asiático daria lugar à Eurásia, as ex-repúblicas soviéticas com enormes reservas de petróleo e gás, o sempre cobiçado petróleo do mar Cáspio. Gigantes ocidentais, como a Exxon, já brigam com a Gazprom, da Rússia, dona de 22% da produção mundial de gás. Em seu livro *O grande tabuleiro*, no qual trata de "imperativos geoestratégicos" dos Estados Unidos, o ex-assessor de segurança nacional Zbigniew Brzezinski diz que a Eurásia é hoje a peça mais importante em jogo e a capacidade americana de exercer a supremacia mundial depende da emergência ou não de um "poder antagonístico" euroasiático. Por isso, garante Brzezinski, Clinton mantém intactas as alianças na Europa e leva a Otan às fronteiras russas.

Mais do que tudo, "os Estados Unidos não podem deixar que caiam em outras mãos os vastos recursos naturais da Eurásia". O Pentágono fez sua *bottom-up review*, criando nova estratégia militar. Os Estados Unidos, segundo a revisão, precisam de aparato militar capaz de enfrentar "duas grandes guerras regionais ao mesmo tempo". A Rússia, país destro-

çado economicamente, mas detentor de armas de destruição maciça, volta a ser adversário "potencial". O outro é a China, também de olho na Eurásia e outras partes.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 29/12/97, e assinada pelo jornalista Newton Carlos)

BALANÇO DE FIM DE SÉCULO

A aproximação do fim de um século sempre suscita muita discussão sobre as perspectivas que o século vindouro trará. Muitas previsões são feitas, muitas transformações são esperadas, como se a simples passagem do século pudesse ser um ponto de ruptura com o passado. Como se sabe, esta passagem, que no nosso caso será também de mudança de milênio, corresponde apenas a uma mudança do calendário que pode vir ou não acompanhada de transformações significativas no âmbito social, político ou econômico.

Os marcos temporais relevantes da passagem do tempo nunca correspondem a início de um novo século ou mesmo de um novo milênio. O fim da Antiguidade, com a queda do Império Romano ocorreu em meados do século V; o fim da Idade Média é datado em meados do século XV, quando

ocorreu a queda de Constantinopla; enquanto que o fim da Idade Moderna e o início da Idade Contemporânea são marcados pela Revolução Francesa, em 1789. Não há, portanto, nenhuma ruptura importante que coincida com o fim/início de um novo século. Não seria diferente com o fim do século XX.

Em 1995 foram publicados dois importantes livros que, de alguma forma, traçam um balanço do que foi o século que está por terminar, um dos quais teve enorme repercussão no mundo acadêmico. Trata-se do livro do economista italiano Giovanni Arrighi, denominado *O Longo Século XX*, (1), ganhador do prêmio Distinguished Scholarship, da *American Sociological Association*, naquele ano de 1995. O título do livro se deve ao fato de que o autor considera que o desenvolvimento capitalista pode ser interpretado como a sucessão de quatro fases, a primeira das quais originando-se na expansão comercial, ainda em fins da Idade Média, até o momento atual, quando se observa o declínio da posição relativa dos Estados Unidos como principal potência econômica em nível mundial. Esta última fase, que o autor denomina de "ciclo", teria seu início nas duas últimas décadas do século XIX, como decadência do capitalismo inglês e a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica. Atualmente, estaríamos vivendo uma crise desta he-

gemonia, o que poderá fazer emergir uma nova fase, um novo "ciclo" econômico liderado por um outro país ou bloco de regiões. Utilizando-se de critérios econômicos para marcar a passagem do tempo, o autor caracteriza o atual como um século longo, já que o século do domínio do capitalismo norte-americano iniciou-se por volta de 1880.

O título do livro de Arrighi pode também ser considerado à luz de uma outra publicação do consagrado historiador britânico Eric Hobsbawm, *A Era dos Extremos - O breve século XX, 1914-1991*, (2). Para Hobsbawm, o século XX seria curto porque inicia-se com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e termina com o fim da União Soviética. Isto é, o historiador utiliza-se de marcos políticos para definir o nosso século, ao invés dos critérios econômicos utilizados por Giovanni Arrighi.

Apesar de estarmos considerando ambas as obras como referência para a discussão sobre o século XX, tratam-se de trabalhos distintos, com objetivos diferentes, mas que têm em comum uma preocupação em aprofundar a reflexão sobre as mudanças em curso no nosso século, tratando-as como desafios a serem enfrentados no século que se avizinha. Para Arrighi, o próximo século poderá ser caracterizado por um novo "ciclo" de expansão sob a liderança de uma

outra nação ou bloco regional, o que resultará num novo arranjo da economia mundial, muito diferente do vigente no presente século.

Hobsbawm, por outro lado, preocupa-se menos em apontar as perspectivas de século vindouro e mais em analisar as transformações ocorridas na geopolítica e economia mundiais ao longo do nosso século, buscando destacar os impactos da experiência do "socialismo real" até mesmo sobre o bloco capitalista. Sua análise sugere que a queda dos governos socialistas não significou o fracasso do socialismo, mas que este teria sido responsável pela análise a herança do nosso século, seja da perspectiva social, política ou demográfica. Na realidade, o século XX é mais bem caracterizado por transformações que já vinham sendo gestadas a partir do desenvolvimento econômico e tecnológico que se acelerou no último quartel do século XIX. Entretanto, os reflexos destas mudanças somente se manifestam de forma clara no cotidiano da população no século XX.

No plano demográfico, podem ser caracterizadas pela transferência massiva de população do campo em direção às cidades, em função do aumento do emprego nas atividades industriais, bem como comércio e prestação de serviços,

mas também pela menor demanda de emprego nas atividades rurais, como resultado da introdução de máquinas e equipamentos na organização da produção agropecuária. A população urbana expandiu-se rapidamente, tendo surgido uma gama enorme de novas cidades, inclusive algumas metrópoles mundiais.

No plano político, a elevação da participação de trabalhadores na indústria aumentou significativamente o operariado e resultou na sua organização em sindicatos. A maior organização dos trabalhadores por sua vez, estimulou o surgimento de um via alternativa à organização capitalista, culminando com a revolução socialista vitoriosa na Rússia, em 1917. O êxito desta revolução, conjugado à crise do capitalismo eclodida em 1929, e ainda adicionada a uma Segunda Guerra Mundial, modificou inteiramente o quadro político vigente na maior parte do século XX: após o fim deste segundo conflito mundial, a organização política seria marcada pela bipolaridade *capitalismo versus socialismo*, tendo à frente, respectivamente, os Estados Unidos e a União Soviética como líderes de cada um destes blocos.

A possibilidade de expansão do socialismo, por sua vez, contribuiu para as transformações observadas na organização do bloco capita-

lista. A mais notável dentre elas pode ser verificada na mudança da concepção de cidadania. Esta deixa de estar identificada com os direitos "naturais", aqueles definidos a partir da Revolução Francesa, de 1789, como liberdade, propriedade e segurança, e passa a ser caracterizada também pelos direitos sociais, dentre os quais destacamos os direitos trabalhistas, previdenciários e, mais recentemente, ambientais.

Esta mudança reflete, naturalmente, uma nova organização social, política e econômica que se firmou ao longo deste século. A crise do socialismo, a queda dos regimes comunistas e o próprio fim da União Soviética podem ser considerados como prenúncio de uma nova era de transformações econômicas que se refletirão nas ordens política e social. O que resultará desta nova ordem é uma incógnita que o século XXI desvendará.

1. Arrighi, Giovanni - *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
2. Hobsbawm, Eric - *Era dos Extremos. O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 11/01/98, e assinada pela economista Angela Moulin Penalva Santos, professora da UERJ)

QUEM TEM MEDO DE MISTER SOROS?

Um dos aspectos mais dramáticos da mundialização do mercado financeiro é a debilidade que restou aos Estados nacionais, impotentes diante de ameaças especulativas. Há um superestado, acima de todas as soberanias, que é a globalização, e dentro desta, os seus controladores, que adquiriram a função de Chefes de Governo e, mais do que estes, dispõem de um poder de fogo que pode aniquilar qualquer interlocutor. "Quantas divisões tem o Papa?"

Era como, pragmaticamente, os senhores da guerra, avaliavam apoios. Hoje, na era dos mercados financeiros globalizados, a guerra é outra, as divisões militares desapareceram, e surgiram em seus lugares moedas, Bolsas e outros valores. Os novos interlocutores do poder mundial já fizeram vítimas. Exemplos: a URSS, os famosos Tigres Asiáticos, Tailândia, Filipinas, México, Malásia, etc. E o Japão que se cuide. A insegurança econômica internacional é absoluta. A pergunta agora é: "Quantas divisões tem Soros?" Todas.

Dentro desse quadro, ele é *um global player*, um dos presidentes poderosos deste Estado supranacional, que amedronta as nações, faz tremer governos e países: mister Soros, o megainvestidor, megaspeculador!

No ano de 1990 houve uma queda-de-braço entre o Banco da Inglaterra, numa aposta contra o poder de fogo financeiro do Governo inglês. Quem ganhou e levou o banco à falência? Georges Soros (*Folha*, 29/01/97).

O Governo malaio, sem subterfúgios, atribuiu a bancarrota financeira da Malásia ao senhor Georges Soros, que tinha desencadeado manobras especulativas contra a estabilidade econômica do país. Igual acusação foi feita pelas Filipinas, Hong Kong, Coreia.

"É com apreensão que leio nos jornais que ele desembarcou na América Latina, comprando ativos baratos na Argentina e no Brasil. O nosso presidente mesmo, Fernando Henrique, reconheceu-lhe a força e status, sentando-se com ele em Davos para discutir a economia mundial. O presidente da Coreia do Sul foi mais longe: chamou-o para pedir clemência.

Dizem os jornais que ele é hoje um dos donos da Vale e deseja jogar duro. Sempre afirmei que a Vale ia parar em mãos estrangeiras. Não avalie Georges Soros. Agora, por intermédio do Banco Liberal, do Banco Opportunity, Soros deseja ocupar e controlar a Vale e, para isso, precisa do apoio dos fundos brasileiros do Governo, leia-se Previ (Fonte: *Folha*, caderno *Dinheiro*, 29/01/97). Fico arrepiado, ainda mais quando se sabe que um

dos executivos de Soros é brasileiro, Armando Fraga, ex-diretor do Banco Central, que anuncia em entrevista a Cosette Alves que a tempestade pode chegar aqui.

Nada de tão significativo li nos últimos tempos contra a estabilidade do que os olhos de Soros voltados para o Brasil, começando pela Vale, dando palpites e dialogando com o Governo. É o que se chama ameaça potencial.

Mas isso não é nada, dirá o Ministro Maíra. "Quem tem medo de Georges Soros, com os nossos indicadores econômicos?" Respondo: eu, o México, as Filipinas, a Malásia, a Coreia, a Inglaterra, os EUA e as Bolsas e as economias do mundo inteiro. Algo mais?

(Reprodução da matéria publicada na Folha de São Paulo, edição de 06/02/98, e assinada pelo Senador José Sarney)

TENDÊNCIAS DO AMANHÃ ESTRATÉGICO

U mundo estratégico está vivendo um processo tão revolucionário quanto o econômico e financeiro; este, resistido pelos resíduos dos nacionalismos e coletivismos estatizantes do século XX e o estratégico, pelas doutrinas clássicas, como aplicadas nos últimos 100 anos, ainda vivas nas lideranças militares.

A estratégia continua atuante nas relações internacionais, o que esta mudando é a sua prática, por força de tecnologia, protagonicamente influente nas concepções operacionais, nas dimensões e na organização das Forças Armadas. O tema comporta duas ordens de considerações interdependentes: a primeira se refere ao impacto do novo e à resistência do velho; a segunda, à acomodação, com o avanço do novo.

A Guerra do Golfo (janeiro de 1991) foi um indicação de mudança, menos pela concepção estratégica em si (a vitória fundamentou-se na destruição da capacidade de comando/control/inteligência e da defesa antiaérea do Iraque, que impediu o Exército iraquiano de prolongar a guerra a impor perdas inaceitáveis) e mais pela tecnologia envolvida na ação dos EUA e aliados. Alguns parâmetros deste conflito vão orientar a estratégia do século XXI.

1º) A precisão das armas modernas permite que se chegue rapidamente a resultados decisivos com Forças Armadas menores, com menos destruição de alvos não militares e menor perdas humanas, do que se viu nas guerras intensas do século XX (1ª e 2ª GM, Coreia, Vietnã, Irã x Iraque). Em vez de milhares de aviões, dezenas de milhares de bombas e muita destruição, algumas centenas de aviões com mísseis e bombas "inteligentes" e os mísseis solo-solo

Tomahawk propiciaram a ação terrestre fulminante por forças menores, mas tecnológica e operacionalmente superiores.

2º) A eficácia das armas modernas depende do conhecimento ("inteligência") usado na sua orientação, obtidos por meios externos ou por auto-obtenção terminal. A destruição dos meios de "inteligência" norte-americanos não estava ao alcance do Iraque mas, mais dia, menos dia, estará (já está no tocante aos aviões) ao alcance de países tecnologicamente avançados.

3º) Os custos do armamento moderno e de seu emprego crescem assustadoramente, a ponto de se tornarem um pesadelo mesmo para os EUA. Para se ter uma idéia: o avião P-51 da 2ª Guerra Mundial custava cerca de US\$ 300 mil e o F-117 dos anos 1980/1990 (que ilude o radar inimigo) US\$ 100 milhões. Crescimento similar ocorre com navios, carros de combate etc. Resultado: o orçamento praticamente se transformou na maior preocupação dos responsáveis pela estratégia... e

4º) A tecnologia reduz a especificidade dos teatros terrestres e marítimo e da guerra aérea e aumenta a interdependência das Forças. As Marinhas projetam poder sobre a terra (bombardeio aeronaval, mísseis), é crescente a ameaça a navios por mísseis lançados de terra a aviões voando de terra (com apoio da "inteligência" espacial e aérea), afetando

o controle do mar em extensões cada vez maiores e os ataques aéreos são hoje mais plausíveis contra alvos de interesse militar direto, em terra e no mar, estando em declínio a teoria do bombardeio aeroestratégico. Pairando sobre tudo isso, os meios espaciais, por hora provedores de "inteligência" mas como aconteceu com o avião, algum dia os satélites serão também plataformas de armas (os países que usarem o espaço serão as potências de primeira classe).

Todo este contexto justifica algumas considerações sobre a organização e o emprego do poder militar e de seus sistemas de armas, inclusive sobre a obsolescência deles, isto é, quando a relação custo/benefício do sistema começa a se deteriorar porque os cenários de emprego se alteraram, porque o custo da defesa do sistema cresce mais rápido que sua eficácia ou porque surge outro capaz de, cedo ou tarde, suplantá-lo interior, razões que raramente levam ao rápido abandono do sistema, em virtude da cultura consagrada na vigência de sua validade. Começamos com o "caso" terrestre.

As grandes unidades de carros de combate, infantaria e artilharia pesada, que dominaram o teatro terrestre no século XX, estão perdendo o sentido nos conflitos limitados verossímeis. Ademais, como ficou demonstrado pelo colapso do Exército iraquiano, decresce

a viabilidade de sobrevivência da capacidade de combate dessas unidades, diante da precisão e letalidade das armas modernas. A tendência atual é a prevalência de unidades leves, de tropas especiais, ajustadas aos vários cenários geofísicos, bem dotadas de comunicações, sensores, mobilidade e armamento, operando esparsas e com iniciativa, mas coordenadas. Isto significa exércitos menores e mais profissionais, com gente muito bem preparada. No mar, o tema propenso à controvérsia é o navio-aeródromo, que nos últimos 60 anos foi ator em evidência nas grandes extensões oceânicas e na projeção de poder. A tecnologia moderna, em particular os mísseis lançados de longe, tende a vulnerabilizar esse navio, encarecendo sua defesa, e começa a oferecer alternativa para missão de ataque dos aviões embarcados, haja vista os mísseis *Tomahawk* na Guerra do Golfo, lançados de cruzadores e destróieres. Mais dia, menos dias, o navio aeródromo será discutível sob o enfoque custo/eficiência. Embora por ora os imensos navios-aeródromos dos EUA continuem válidos, o pensamento norte-americano já começa a reavaliá-los, porque será diminuta a probabilidade de contestação do uso das extensões oceânicas (poderá haver alguma quando forem desenvolvidos mísseis de grande alcance, em detrimento do

navio-aeródromo); e na projeção de poder, a vulnerabilidade do navio restringirá seu uso ao caso de inimigo incapaz de reação de risco para o navio.

Mesmo as grandes potências (exclui-se a global, os EUA), conscientes de que forças aeronavais sobrecarregam orçamentos com retorno discutível, estão abdicando à Marinha norte-americana as extensões oceânicas, concentrando esforços na defesa do litoral e controle de águas próximas. Inglaterra e França (e Espanha e Itália, que deram alguns passos aeronavais tardios) não têm priorizando o navio-aeródromo, embora operem alguns, de eficácia restrita, úteis aos compromissos com ex-colônias em cenários de baixa intensidade ou para manifestar presença em cenário mais complicado, ao abrigo do poder norte-americano (*HMS Invencible* no Golfo, janeiro de 1998).

Quanto ao ar, o problema do velho/novo parece despontar primeiro no ataque ao solo, que tem seu lugar nos conflitos limitados verossímeis. Por ora ele é o problema virtual, mas crescerá quando o custo do avião moderno e o desenvolvimento dos mísseis de grande alcance (com seus sistemas de "inteligência" e controle) colocarem em evidência esta alternativa, que já deu seus primeiros passos no Golfo. Esse problema é, no fundo, parte de outro mais amplo, o da substituição da teoria do bombardeio

aeroestratégico, compatível com guerra total, pelo ataque seletivo a alvos de interesse da estratégia terrestre, ou marítima ou da superioridade aérea (ataque a bases), adequado à guerra limitada. Esta evolução está em curso mesmo nos EUA, cujos profissionais do ar, dos anos 1930 aos 80, entendiam como decisiva a teoria do bombardeio aeroestratégico; para tanto, vêm sendo úteis a convicção de que é diminuta a hipótese de nova guerra total e a experiência do Golfo.

Essas considerações confirmam o início do artigo: o fulcro da estratégia nas guerras do futuro imagináveis é mais a tecnologia do que a dimensão, parâmetro de muito peso nas guerras das "nações em armas" (povo e indústria) do século XX. No tocante à tecnologia, ressaltam as armas de precisão e a "inteligência", para cuja obtenção os aviões são ainda úteis, mas é crescente a importância do espaço. As forças clássicas tenderão (já estão tendendo) a ser bem menores do que eram nos séculos XIX e XX, mas muito mais tecnológicas e caras, o que facilitará o controle do poder militar pelo político, via compatibilização da política de defesa (de formação político-estratégica) com o orçamento.

No futuro previsível só os EUA têm condições de engajar de pleno na estratégia hipertecnologizada; a própria URSS "abriu o bico" na caríssima corrida armamentista da Guerra

Fria... Os demais países não podem ambicionar nada além do que uma estratégia defensiva (de sucesso duvidoso, se o oponente for os EUA...), uma presença geoestratégica próxima, estabilizadora da ordem regional e, se tanto, uma contribuição na ordem global que, se sujeita a reação ponderável, exigirá a presença dos EUA.

O Brasil se insere na chave dos "demais países, com restrições maiores do que as da Inglaterra, França, Alemanha, Japão, Itália e China, melhor dotados de desenvolvimento tecnológico e de recursos financeiros. Esta realidade despida de velocidades – e de preconceitos corporativos militares – aponta para a necessidade de definirmos com sobriedade nossas preocupações estratégicas (não existem ameaças preocupantes) e para a conveniência de sermos prudentes com projetos de relação custo/eficiência duvidosa ou não claramente adequados às nossas prioridades limitadas e regionais. Aponta enfim, para a dependência da capacidade tecnológica e para a necessidade de equacionarmos a defesa integradamente, num quadro de modernidade organizacional e material, em que a dimensão cede espaço à qualidade, ao número, ao saber.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 04/02/98, e assinada pelo Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores).

VISÕES SOBRE A GEOPOLÍTICA AMERICANA

Cxiste um consenso crescente entre a intelectualidade americana que se a vitória na Guerra Fria tornou os Estados Unidos a única superpotência, então esta é uma situação passageira. Em 20, 30, no máximo 40 anos, a geopolítica mundial voltaria ao clássico modelo multipolar. Todavia, não existe acordo sobre o que se há de fazer a respeito disto.

Este tipo se encontra mais ou menos expresso ou pode ser inferido a partir de obras como *Ascensão e queda das grandes potências*, de Paul Kennedy; *Diplomacy*, de Henry Kissinger, e mais recentemente, *The grand chessboard*, de Zbigniew Brzezinski, ex-membro do Conselho de Segurança Nacional do governo Carter.

É um fato histórico que, logo após o fim da 2ª Guerra Mundial, a fatia americana no PIB mundial alcançou mais de 50%. Então, com a paulatina reconstrução das economias destruídas, esta parcela foi sendo reduzida até perto de 30% hoje, e continuará caindo até se estabilizar em algo como 15% ou 20% daqui a algumas décadas. Mais ainda, nos últimos 20 anos, começaram a surgir novas economias emergentes que apresentam aspirações globais, sendo a China a mais importante e enigmática.

Como poderão os EUA manter a sua hegemonia militar se,

ao menos potencialmente, o número de competidores aumentar muito, bem como os recursos empregados contra eles? Em especial, como poderão manter o domínio das principais passagens marítimas do mundo, por exemplo, o Mar da China e a rota do petróleo entre o Japão e o Golfo Persico?

Não é o fato de que isto provavelmente acontecerá que se discute. A grande pergunta é o que se deve fazer? Existem três respostas.

Em primeiro lugar, há a resposta à *la* Paul Kennedy: a decadência é inelutável. O esforço de manter forças armadas gigantescas compromete as finanças públicas, por causa disso toda potência segue um ciclo no qual, ao final, as despesas militares impedem o crescimento e vem a decadência.

Em segundo lugar, há a resposta à *la* Kissinger, a qual poder-se-ia traduzir livremente como: jogue enquanto puder do melhor jeito que puder.

Em terceiro, há a resposta à *la* Brzezinski: os EUA precisam fazer uma retirada estratégica, procurando organizar o mundo para a era pós-pax-americana. O grande legado desta era de supremacia estadunidense seria a criação de um sistema global de equilíbrio geopolítico auto-sustentável.

Excetuando-se a primeira visão, cuja realização esteve sempre ligada a um nível de beligerância que foi tornado

impossível pelas armas nucleares, a discussão acaba ficando entre a segunda e a terceira opções, as quais trazem em si uma dualidade conhecida na política internacional americana: Ted Roosevelt ou Woodrow Wilson?

Ted Roosevelt foi o presidente que começou a expansão americana para o Pacífico. A vitória na guerra contra a Espanha trouxe-lhe as Filipinas. Ele era um adepto do que os alemães chamam de *real politik* ou do *walk softly and carry a big stick* (pise macio e carregue um porrete grande). Segundo ele, a política americana deveria ser global e pautada pelo interesse nacional.

Woodrow Wilson, ex-presidente da universidade de Princeton, presidente dos EUA durante a 1ª Guerra Mundial, acreditava que a política americana devia ser baseada em princípios morais. Era do exemplo que a democracia americana tirava sua principal força. Pela primeira vez, o mundo antevia-se com uma potência que se declarava contra o colonialismo e o imperialismo do tipo praticado pelas potências européias no início deste século.

Seria ingênuo dizer que Kissinger se alinha completamente às idéias de Roosevelt e Brzezinski às de Wilson.

De fato, os tempos são outros e o conhecimento e a capacidade de análise desses dois ex-secretários de Estado, ambos com extensa vida no

magistério de algumas das melhores universidades dos EUA, transcendem em muito à simples classificação em estereótipos.

Kissinger coloca o problema do surgimento da multipolaridade de forma magistral no seu *Diplomacy*. Ele analisa toda a experiência européia do balanço de forças, contra a história da política internacional, sobretudo ocidental, até os dias de hoje. Ele não nos diz como, a seu ver, será o equilíbrio no mundo multipolar que prevê. Contudo, supre essa laguna descrevendo minuciosamente como pressionou política e militarmente o Vietnã do Norte nas negociações de paz em 1968. Em outras palavras, ele descreve equilíbrios passados, todos oriundos do exercício da *real politik* e fornece os instrumentos de pressão/negociação num caso extremo. Não existe um objetivo exceto continuar no jogo e não ser vencido.

Já Brzezinski parte da premissa de que é possível mudar o jogo. Seu ponto é de que, devido a um quase-acidente histórico, a América tem a oportunidade única de modificar o mundo e deixar um legado de paz.

Da mesma forma que Kissinger não tem coragem de ser um adepto puro do rooseveltianismo, Brzezinski também não é um wilsonianista puro. Ele acredita que a América não só deve guiar pelo exemplo, mas

também pela ação. Na Europa a união deve ser estimulada, com França e Alemanha cada vez mais unidas e ligadas aos EUA. Ucrânia e Rússia devem ser mantidas separadas. O Turquestão, isto é Kazaquistão, Azerbaijão, Tjiquistão, Uzbequistão etc, deve ficar sujeito a uma influência russa limitada. A China deve ser cercada e deve-se estimular a democracia. O Japão deve ser um parceiro global, porém júnior.

Ambos são brilhantes. Kissinger foi mais eficaz que Brzezinski na sua passagem por Secretaria de Estado. A visão dele é evidentemente uma visão política da natureza humana, da condição dos assuntos internacionais. Já Brzezinski talvez seja utópico demais. Não pelo objetivo ou pelos métodos propostos, mas por supor que seja possível antever todas as principais situações de conflito que a América poderá ter de enfrentar.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 01/98, e assinada por Carlos Iván Simonsen Leal, vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas).

NEUTRALIDADE CARA



uça é um bom exemplo das mudanças que a revolução globalizada promove em todo o mundo, incluindo as mais sólidas economias. Os suíços construir

um paraíso econômico que lhes garante renda *per capita* superior a 41 mil dólares – maior que a do Japão, Alemanha ou França – e PIB de US\$ 291,6 bilhões, para uma população próxima de 7 milhões de habitantes. Tem uma das moedas mais valorizadas do mundo, um exemplo único de democracia, mas nem por isso está imune ao furacão globalizador.

A onda que interliga mercados, extingue barreiras comerciais e abre fronteiras ao livre trânsito da produção, de mercadorias e trabalhadores, estabelece novas formas de relacionamento político e cultural e atinge os pilares até mesmo das mais bem estruturadas economias do planeta.

A Suíça é, literalmente, ilha de neutralidade política e progresso econômico no coração da Europa. Apoiada num regime democrático absolutamente singular – não é presidencialismo, parlamentarismo e muito menos socialismo – atravessou incólume duas guerras mundiais e promoveu fantástica transposição de economia agrária para a sociedade pós-industrial sofisticada que resultou num país próspero e de alta qualidade de vida.

Os suíços criaram para si o que denominam de uma “democracia direta”, na qual qualquer cidadão que consiga reunir 100 mil assinaturas pode propor mudanças na Constituição ou interferir nas escolhas estratégicas. É um Estado fe-

derativo onde cada cantão (unidade federativa) estabelece suas próprias leis com independência sem similar em qualquer outra nação. E que por razões históricas, religiosas e étnicas, adotou, desde a sua criação, em 1291, postura radicalmente neutra nas relações internacionais.

Por decisão de seus cidadãos a Suíça não pertence à ONU, não aderiu oficialmente nem aos aliados nem aos alemães na Segunda Guerra Mundial, não assinou o Tratado de Maastricht, nunca fez parte de alianças de defesa militares, como a OTAN. Propôs ao mundo o conceito de “neutralidade armada”, reconhecido no Congresso de Viena, em 1815, e manteve-se, desde então, independente dos grandes blocos políticos, econômicos ou militares. Ganhou com isso.

A neutralidade política e militar, por paradoxal que pareça, tornou-se a sede dos “mais importantes organismos internacionais, como a própria ONU, as Organizações mundiais do Trabalho (OIT), da Saúde (OMS), do Comércio (OMC), da Cruz Vermelha Internacional e outras instituições. Criou a mais dura legislação que protege o sigilo bancário e descriminalizou a evasão fiscal. Com isso tudo, tornou-se o centro das mais importantes decisões internacionais e caixa-forte para onde convergem montanhas de capital de origens diversas, abri-

gados pela também “neutralidade” financeira.

Se promovem o maior ajuste fiscal do planeta, amplificado pela velocidade e interligação em tempo real dos mercados financeiros, a globalização e a nova ordem internacional que emerge do fim da Guerra Fria não poupam, também, as estruturas econômicas, sociais e políticas das nações, obrigando-as a reestruturações dolorosas e revisões impensáveis. O mundo experimenta a mais fantástica metamorfose depois da Revolução Industrial.

A Suíça, que até os anos 80 ostentava índice de desemprego de 0,5%, procura solução para abrigar em seu sistema produtivo, agora, 4,7% de trabalhadores expelidos das fábricas pela competição globalizada. Fecha cada vez mais suas fronteiras para trabalhadores estrangeiros – hoje 20% da mão-de-obra – e enfrenta fogo cerrado contra a rigidez do sigilo bancário. A União Européia e os EUA torpedeiam o conceito de neutralidade, que a impede de assinar o Tratado de Maastricht e, para completar, a abertura dos países do Leste Europeu trouxe a complicada revelação do ouro dos judeus depositado em bancos suíços, que hoje atormenta o Governo e os cidadãos suíços.

O Governo e as pessoas nas ruas não se eximem de culpa no caso dos judeus. Mas argumentam que não estão sós nessa questão. As contas aban-

donadas pelos colaboracionistas, à medida que as investigações prosseguem, envolvem novos países - Portugal, Espanha, nações da antiga URSS. Quanto ao sigilo bancário, garantem que não protegem dinheiro sujo e contrapõem os exemplos do ex-ditador congolês Mobutu e do advogado Ilson Escossia da Veiga, fraudador do INSS brasileiro, que tiveram as contas abertas pelos bancos suíços, quando foram solicitados, e os Governos apresentaram provas de que era dinheiro roubado.

A integração da Suíça à União Européia foi rejeitada em referendos na maioria dos cantões. O cidadão suíço teme perder identidade, não quer o livre trânsito de caminhões pelo Passo de São Gotardo, resiste à livre circulação de pessoas pelo país, assusta-se com o desemprego e não abre mão da neutralidade política, que estaria em risco se o país cedesse às exigências do Tratado de Maastricht. O Governo quer a integração, mas não pode sobrepor-se à soberania dos cantões. Está num impasse: enfrenta duríssima batalha nacional para mudar a Constituição ou isola-se da Europa com todos os prejuízos que isso possa acarretar.

A globalização e o fim da Guerra Fria colocam, pela primeira vez em muitos anos, o próspero paraíso suíço diante de dura realidade: ou promove mudanças profundas da estru-

tura política e econômica, ou corre o risco do isolamento, que poderá expô-lo a jugo de pressões de resultado imprevisível.

(*Materia extraída de editorial do Jornal do Brasil, edição de 05.01.1998.*)

NOVAS FORMAS DE LUTA PELA HEGEMONIA



cada vez mais claro que a forma de vida do homem, que historicamente lhe permitiu criar uma civilização cujas possibilidades de proporcionar crescente bem-estar pareciam ilimitadas, está gerando, ao contrário, múltiplos problemas para toda a humanidade.

As pessoas são capazes, a princípio, de manejar estes problemas. O século XX nos ensinou muito e o presente fenômeno da globalização do desenvolvimento mundial criou as condições objetivas para que possamos enfrentar as consequências negativas do domínio do homem sobre a natureza.

A sobrevivência e o desenvolvimento da humanidade dependem em grau crescente de sua capacidade para realizar uma reforma profunda em seu espírito, que leve a mudanças cardiais no desenvolvimento coordenado do social, do econômico e do cultural.

A globalização do desenvolvimento mundial estimula modificações na estrutura e na

distribuição do poder. Estamos sendo testemunhas de uma rápida expansão na esfera da política global. Ainda que isso tenha profundas raízes no passado, durante toda a etapa anterior as relações internacionais ocupavam apenas uma estreita faixa no campo da cooperação entre os Estados e, na realidade, se reduziam ao ajuste de problemas relacionados com a guerra e a paz.

A partir do princípio de que, para enfrentar as ameaças que pesam sobre a humanidade é necessária uma solidariedade em escala mundial, têm reduzidas possibilidades as políticas postas em execução por países isolados.

Sem dúvida, os países soberanos seguem sendo o cimento da comunidade mundial. De grande urgência passa a ser então um equilíbrio prudente entre as políticas nacionais e a política global, além de uma distribuição de responsabilidades e uma interação orgânica.

A questão principal é quão real e efetiva pode ser essa coordenação e se será possível superar a resistência das forças do egoísmo nacional ou de grupo para utilizar a única possibilidade que temos atualmente para criar uma nova ordem mundial democrática.

O fim da divisão do mundo em duas alianças político-militares não levou à esperada democratização do sistema de relações internacionais como um todo, nem à eliminação do

hegemonismo, nem a prescindir do uso da força. É grande a tentação de recomeçar um novo round de jogos geo-políticos e de voltar a dividir o mundo em esferas de influência.

O processo de desarmamento, que começou graças a uma nova mentalidade, aprimorou sua marcha de modo tangível e alguns conflitos foram substituídos por outros menos sangrentos. Atualmente, o grande passo adiante que significou o fim da Guerra Fria foi substituído por um pequeno passo atrás. Não obstante, existem motivos para se pensar que não se esgotaram as possibilidades para se tentar uma reestruturação do sistema internacional. Mas esta tarefa tem demonstrado ser muito mais complicada do que pensavam. 10 anos atrás, os políticos que se aventuraram a empreendê-la.

Ainda não ficou claro que tipo de ordenamento substituirá o mundo bipolar: unipolar, multipolar, um novo bipolarismo em que a União Soviética será substituída por outra superpotência, ou finalmente, se será imposta uma administração democrática da comunidade mundial com a ajuda de procedimentos aceitos por todos?

É evidente que os Estados Unidos é hoje o líder mundial e é natural que tente perpetuar este papel que está desempenhando, segundo confirmam numerosos fatos, incluindo os planos para a ampliação da

Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

A força primordial que impulsiona por igual, a unipolaridade e a bipolaridade é a questão da segurança. Não se pode dizer que, de agora em diante, as guerras serão excluídas do mundo e que tal ameaça não aparecerá alguma vez como consequência de um novo conflito armado, da extensão espontânea à escala global de uma luta local, de falhas dos equipamentos militares, do lançamento não autorizado de um míssil com ogivas nucleares ou de outros acidentes similares.

Sem dúvida, não existe atualmente perigo direto de uma guerra mundial com o uso de armas de aniquilação massiva nem ameaça de extinção da vida no planeta.

Em lugar preponderante, se encontram hoje em dia os problemas econômicos, financeiros e técnico-científicos. São eles que determinam o desenvolvimento mundial. Nestas circunstâncias, resulta natural e legítima a tendência para um mundo multipolar.

Mesmo nos Estados Unidos, que obviamente se esforça por preservar sua liderança no mundo, existe certo pragmatismo a respeito e há aqueles, cada vez em maior número, que se dão conta de que manter essa posição de líder mundial custa demasiado caro.

A idéia de um mundo unipolar, por outro lado, é contestada por outro centro de poder,

a China. A multipolaridade, além do mais, oferece numerosas oportunidades para o florescimento econômico do Japão e da Europa Ocidental.

É verdade que, na Europa Ocidental, há muito se alega que a multipolaridade do desenvolvimento mundial conduz ao conflito. Também é certo que, mesmo em situações de confrontação extremamente rudes, no mundo bipolar sempre funcionaram certas regras que nem a União Soviética nem os Estados Unidos violaram jamais. Mas um mundo multipolar seguramente elaborará suas próprias regras de comportamento.

A Rússia está se unindo ao processo em favor da formação de um sistema global em meio a uma situação em que, como resultado da desintegração da União Soviética, sua sociedade perdeu as pautas que a orientaram durante 70 anos, e este vazio que se formou não foi ainda sanado.

Este país com mil anos de história deve buscar sua nova identidade. A Rússia é ainda uma superpotência apenas em um aspecto, o militar já que possui armamento nuclear.

Deveria a Rússia esforçar-se por restaurar o poder e a influência que teve durante meio século depois da Segunda Guerra Mundial ou deveria sentir-se satisfeita apenas em ser um entre vários grandes centros de poder?

Creio que a resposta é clara: a Rússia está a favor de um

mundo multipolar e considera que esta é a condição prévia para se criar uma ordem mundial democrática.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 04.01.1998, e assinada pelo ex-Presidente da URSS, Mikhail Gorbachev.)

TEMPESTADE SOBRE A ÁSIA

Um soluço, nada mais. Foi assim que Jim Wolfenson, presidente do Banco Mundial, descartou a crise asiática, por ocasião da reunião do FMI e do Banco em Hong Kong. Mais prudente, Michel Camdessus, diretor do fundo, preferiu limitar-se ao que era então consenso geral: Hong Kong, devido à solidez básica de sua economia, não corria perigo.

Um mês e meio depois, os acontecimentos desmentiram tanto um como o outro. A crise já se revelou muito mais resistente e ameaçadora que a mexicana de dois anos atrás. Não é só em durabilidade que ela desafia os prognósticos. O mesmo ocorre em matéria de raio de expansão, que cada vez se amplia mais.

Mexicana de início, a crise de 94-95 tornou-se depois no máximo latino-americana, com algum efeito amortecido na Ásia. A rigor só dois países, México e Argentina, sofreram, em consequência, uma con-

tração violenta da economia. A operação de socorro montada pelo FMI e pelo Governo dos Estados Unidos foi também muito mais rápida e eficaz.

As coisas parecem agora consideravelmente mais complicadas. Pela primeira vez uma crise deflagrada num país em desenvolvimento se propaga às Bolsas do Japão, dos EUA e da Europa. Um abismo separa as necessidades astronômicas dos asiáticos dos recursos disponíveis no FMI e nos grandes centros financeiros. Também afetado, o Japão não pode repetir, em relação a seus vizinhos, o papel desempenhado pelos americanos no México.

É cedo ainda para estimar o impacto destrutivo que os problemas da Ásia terão nas perspectivas de crescimento da economia e do comércio mundiais. Desde já, as desvalorizações de moedas em cadeia, às vezes de 25%, vão distorcer todo o panorama comercial da região, com ganhos apreciáveis para as exportações do Sudeste e perdas para as do Japão, Estados Unidos e Europa.

Uma vez mais se repete o padrão mexicano. Nos países em desenvolvimento, uma crise de moeda contagia a Bolsa e vice-versa. Nas economias avançadas, a tendência é confinar a turbulência a um ou outro setor. A explicação não é difícil: quando a presença estrangeira nos mercados financeiros é acentuada, o controle torna-se muito mais precário. É o preço

que se paga pela excessiva dependência de recursos financeiros de fora.

É em parte por isso que o susto pregado esta semana por Wall Street teve características diversas. Embora detonada por Hong Kong, a queda de cotações foi provocada por razões próprias. Uma economia que cresce a 3% ao ano, com a lucratividade das empresas melhorando no máximo a 10% ao ano, não pode indefinidamente sustentar valorizações de ações entre 30% e 40% anuais. Cedo ou tarde a correção é inevitável.

Já faz quase um ano que o presidente do Fed, Alan Greenspan, chamou isso de exuberância irracional. Mas, em realidade, irracional não é a exuberância, mas o próprio sistema que transforma a economia num cassino.

No passado, os fluxos internacionais de recursos financiavam o comércio e os investimentos, guardando, portanto, uma ligação estreita com a produção, a economia real. Hoje a exploração financeira potencializada pelas telecomunicações e a informática só conserva uma relação parcial com o mundo concreto da produção. De longe a maioria das transações é especulação pura e simples com moeda e câmbio. As finanças se desvinculavam a tal ponto do investimento que relativamente pouco dinheiro vai para o chamado investimento "greenfield", isto é, a construção de novas

fábricas, novas unidades de produção. Quase tudo é destinado às fusões e aquisições, a transações em haveres de segunda mão, que não geram emprego e são, ao contrário, acompanhadas por demissões maciças.

Esse fenômeno em termos internacionais são reproduzidos, no interior de alguns países em desenvolvimento, pela assustadora expansão das aplicações em títulos da dívida. Nações como o Brasil e a Turquia, até recentemente quase sem dívida pública interna, em poucos anos se endividaram em até 30% ou 40% do PIB. O financiamento dessa dívida engole a poupança dos particulares que, em condições normais, deveria ser investida no aumento da produção e do emprego. O pior é que, com esse dinheiro, raramente o Governo gera investimento. Boa parte é usada para o custeio de gastos correntes ou, num círculo vicioso, para pagar os juros da dívida. Como esses são elevados a fim de continuar a atrair investidores de fora e de dentro, países como o nosso acabam por gastar de 5% a 6% do PIB com o serviço da dívida, em contraste com os 2% a 3% nas nações industrializadas. O resultado é agravar ainda mais a concentração de renda, pois os poucos a pagar impostos, em geral os assalariados, transferem recursos ao Estado para enriquecer os aplicadores em títulos da dívida.

Depois do capitalismo mercantilista e do industrial, chegamos finalmente à era do capital financeiro de que tanto falaram os escritores marxistas no fim do século passado e do começo deste. Surge com força uma classe de especuladores e "rentistas", obcecados pelas arbitragens, os ataques a moedas, o ganho espetacular seguido por retirada rápida, a aplicação estéril em dívida governamental de baixo risco.

É a usura contra a natureza, que indignava Ezra Pound nos "Cantos". É o risco do jogo contra a estabilidade do trabalho. É difícil crer que algo de bom há de brotar dos miasmas desse pântano. A não ser que se dê ouvido ao Padre Antônio Vieira e se compreenda que o remédio não é aumentar a fazenda mas sim encurtar a cobiça.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de São Paulo, edição de 01.11.1997, e assinada pelo diplomata Rubens Ricúpero, Secretário-Geral da UNCTAD.)

OHOMEM E O MAR



Para a ciência moderna, o mar é a fonte de vida da Terra. Ele é, digamos, o líquido amniótico do qual todas as formas de vida brotam. Ao longo da História, os oceanos têm sido vitais para a civilização – como base de recursos, como rota para outras terras e outros povos ou

como remédio para a superpopulação.

Mais de 90% dos recursos vivos e não-vivos do planeta são encontrados dentro de poucos quilômetros de costa. Nessas costas, ou perto delas, vivem dois terços da população mundial. Sem o mar, a vida na Terra seria impossível. Nosso planeta seria um deserto árido como Marte – sobre o qual, paradoxalmente, é provável que saibamos mais do que sabemos sobre os oceanos.

Para a imaginação humana, o mar tem sido sempre um símbolo de vastidão e liberdade. Agora, no encerramento do segundo milênio, a competição pelos recursos escassos está mostrando que essa liberdade tem seus limites. Demandas crescentes colocam o meio ambiente marinho e os recursos sob crescente pressão.

A História ensina que a escassez pode ser causa de conflito e guerra. Entretanto, pode-se esperar que a vontade hoje exista para formar nossos destinos de outra forma.

Em discurso histórico pronunciado em 1º de novembro de 1967, o Embaixador de Malta para as Nações Unidas, Arvid Pardo, pediu regulamentos internacionais para impedir que os oceanos se tornem palco de conflito crescente entre as nações, interromper o envenenamento de nossos oceanos por negligência e proteger seus recursos da exaustão.

As palavras dele não caíram em ouvido surdos. A Assembleia-Geral das Nações Unidas adotou uma declaração estabelecendo que todos os recursos do fundo do mar além dos limites da jurisdição nacional constituam patrimônio comum da humanidade. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar — que atraiu um recorde de 159 assinaturas — forneceu à comunidade internacional verdadeira moldura legal que cobre direitos de navegação, limites marítimos, direito de passagem, questões de jurisdição econômica, a conservação e a administração de recursos marinhos vivos, e procedimentos para o estabelecimento pacífico de disputas.

Mas o valor de instrumentos legais depende do quanto eles são respeitados e apoiados. Este planeta não pertence aos adultos de hoje e não deveria ser administrado por considerações de curto prazo ou para obter ganhos econômicos ou poderes políticos.

Se as assinaturas de nossas crianças fossem necessárias para ratificar decisões que afetam o futuro delas, muitas das ações destrutivas perpetradas hoje certamente cessariam. O que quer que nós façamos, o oceano sobreviverá, de uma forma ou de outra. O que é mais problemático é se vamos preservá-lo em um estado que assegure a sobrevivência e o bem-estar da huma-

nidade. O tempo é curto e a questão está na balança.

As Nações Unidas declararam 1998 o Ano Internacional dos Oceanos como homenagem dessa fonte de vida e de civilização. Mas esse ano internacional é também lembrete da necessidade de proteger esse recurso tão precioso, uma afirmação de nossa determinação de salvaguardar os direitos das futuras gerações e assegurar a defesa do planeta e de seus oceanos como fontes de vida.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 17.02.1998, e assinada pelo Diretor-Geral da UNESCO, Frederico Mayor.)



Quem tem ouro tem prestígio.



Cliente BB é reconhecido em todo lugar. É só apresentar o Cheque-Ouro ou o OuroCard. Com eles você tem as melhores taxas do mercado e a segurança Banco do Brasil. O Cheque-Ouro tem tanto prestígio que aparece até no Dicionário Aurélio, como sinônimo de cheque especial. O OuroCard é o cartão de crédito de múltiplo uso, aceito em milhões de estabelecimentos em todo o mundo. Com ele você participa automaticamente do Clube Ouro Internacional, o maior programa de prêmios e descontos da América Latina. E ainda pode ganhar prêmios incríveis no SuperSorteio Clube Ouro. Se você ainda não tem Cheque-Ouro e OuroCard, procure uma agência Banco do Brasil.

<http://www.bancobrasil.com.br>

BB Responde 0800 78 5678



BANCO DO BRASIL

O banco do Brasil